



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012, procedeu-se a abertura do Volume nº XV do Processo de nº 02001.006711/2008-79, referente a UHE TELES PIRES, iniciado na folha nº 2728.

EMERANCO

Fis. 2729	Fis. 2727
Proc. 6711/08	Proc.
Pubr. 06	Pubr.

Hidrelétrica
TELES PIRES

Carta CHTP – nº 025-2012

Cuiabá-MT, 23 de Janeiro de 2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental.
Sra. Gisela Damm Forattini
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

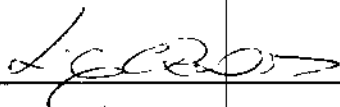
Assunto: Alteração do posicionamento da Portaria e estruturas vinculadas.

Senhora Diretora:

Cientes da necessidade de comunicarmos a esse Instituto toda e qualquer alteração realizada nas instalações físicas do Canteiro Pioneiro, e, diante da necessidade de posicionarmos em outro local a Portaria do referido canteiro de obras, encaminhamos através deste o *Relatório de caracterização ambiental da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas.*

Sendo assim, no intuito de mantermos a plena legalidade do processo e certos de estarmos cumprindo o procedimento recomendado, aguardamos deferimento.

Atenciosamente,



Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Cláudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

MMA - IBAMA
Documento:
02001.000510/2012-44

Data: 31/01/2012


De ordem: *in* Em: 02/02/12
Para:

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A CHEFE DE EQUIPE

Telma Moura

02/02/12


Thomaz Mirazal de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/BAMA

A TEP Mariana Teredini,
Para instruir análise.

06/02/2012
Telma Bento Moura
Matricula nº 2673852
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/BAMA

Fls. 2730
Proc. 6755108
Rubr. *me*

~~Fls. 2328
Proc.
Rubr.~~



Anexo I

Relatório de caracterização ambiental da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas.

ej/L

EMERGENCY



P.03– Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL UHE TELES PIRES

P.03– Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

Relatório de Caracterização Ambiental da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas

Janeiro – 2012

AMERICAN

P.03– Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

ÍNDICE

1. OBJETIVO.....	2
2. JUSTIFICATIVA.....	2
3. TOPOGRAFIA.....	2
4. SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO.....	2
5. PROXIMIDADE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP ³).....	3
6. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA.....	3
7. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	3
8. CONSIDERAÇÕES.....	4
9. ANEXOS.....	6

EMERGENCY



TELES PIRES

P.03- Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

1. OBJETIVO

Caracterização Física e Biótica da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

2. JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de caracterizar ambientalmente a área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas, no dia 12 de Janeiro de 2012 as equipes que integram as coordenações do Meio Físico e Biótico realizaram visita técnica para realizar devida avaliação. Esse trabalho foi motivado pela necessidade de transferir as instalações da Portaria para uma área mais adequada, pois a área anteriormente indicada pelo projeto para instalação da Portaria apresenta, entre outros, os seguintes fatores de inadequabilidade:

3. TOPOGRAFIA

Área com Topografia bastante irregular e ondulada, que ocasionalmente, dependendo da pluviosidade, proporcionará processos erosivos e conseqüentemente dificuldade no tráfego de veículos.

4. SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO

A área proposta anteriormente possui 1 ha de floresta nativa, onde seria necessário realizar a supressão da vegetação para a total instalação da estrutura. Na nova área indicada não há necessidade de supressão, pois a mesma apresenta-se integralmente antropizada.

Étude de la culture

P.03– Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

5. PROXIMIDADE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP^{cs}).

Outro fator propício à instalação da estrutura de Portaria em outra área é que, na proposta atual, esta muito próxima de uma Área de Preservação Permanente, podendo causar impactos negativos sobre as comunidades bióticas residentes nessa área legalmente protegida.

6. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

A área de implantação da Portaria no Canteiro de obras da margem esquerda, bem como sua localização geográfica e memorial descritivo dos vértices, são apresentadas no anexo 2.

7. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

De acordo com a análise em campo, a área que anteriormente correspondia a vegetação de Floresta Ombrófila densa, encontra-se completamente antropizada, ocupada por capim Monbaça- *Panicum maximum* Hochst. ex. A. Rich. (Poaceae), e com presença de alguns indivíduos arbóreos adultos e jovens de Inajá (*Maximiliana maripa* Mart. Arecaceae).

Este tipo de área antropizada coberta por pastagem com presença de palmeira é típico nessa região, visto que a palmeira aumenta os gastos operacionais e de manutenção das motosserras, devido ao desgaste das correntes.

Na área também apresenta indivíduos arbóreos mortos em pé, formando um verdadeiro "graveteiro", entremeados por touceiras de Monbaça- *Panicum maximum* Hochst. ex. A. Rich. (Poaceae).

A ocorrência de uso de fogo na área também foi observada pela presença de muitas árvores mortas em pé, com caule de cor enegrecida (queimada).

EMI BRANDS



P.03- Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

A área apresenta topografia plana a suave ondulada, e apresenta solo Latossolo vermelho amarelo distrófico, típico de textura argilosa/média.

A capacidade da área em abrigar espécies animais esta diretamente associada à cobertura vegetal e a diversidade de ambiente que ela apresenta. Por mais alterada que seja uma área, ela sempre será capaz de abrigar algum tipo de fauna, que terá maior ou menor riqueza, dependendo de como se apresenta a diversidade e abundância da vegetação e dos recursos hídricos superficiais ocorrentes apenas na época das chuvas torrenciais.

De acordo com as análises de cobertura vegetal associada ao grau de antropização, constatou-se a possibilidade de ocorrência de algumas espécies de anfíbios do Gênero (*Rhinella*, *Leptodactylus* e *Rhaebo*), também foi observada a presença de répteis do Gênero *Ameiva*, *Mabuya* e talvez *Amphisbaena* em galerias subterrâneas. Também há a possibilidade de encontrarmos algumas espécies de serpentes e demais animais de hábitos crípticos, que só serão localizados durante a remoção de troncos tombados, pois esse tipo de ambiente é freqüentemente utilizado por esses grupos taxonômicos. A presença de Mombaça (*Panicum maximum*) e Inajá (*Maximiliana maripa*) atraem pequenos roedores pelo fato de possuírem sementes e frutos, que por sua vez atraem as aves de rapina e demais predadores, mantendo nesse ambiente antropizado, uma cadeia alimentar funcional.

Deste modo, considerando que há, desenvolvendo inclusive relações intertróficas, fauna associada a esse ambiente antropizado, sugere-se o acompanhamento de membros das equipes de resgate de fauna, para todas as atividades de limpeza da área designada para a implantação da Portaria definitiva.

8. CONSIDERAÇÕES

- Todas as atividades de supressão deverão ser acompanhadas da equipe de resgate de fauna;

1000000




P.03– Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

- Todo material retirado na limpeza deverá ser armazenado e/ou encaminhado adequadamente;
- Fica a Construtora Norberto Odebrecht - CNO responsável por toda atividade de limpeza, bem como armazenamento do material;

Paranaíta – MT, 16 de Janeiro de 2012.

Responsáveis Técnicos:




Coordenador do Meio Biótico
Paulo Henrique Correa
Biólogo



Coordenador do Meio Físico
Walenton Gonçalves de Paula
Engenheiro Florestal


Analistas Ambientais



Christopher Borges
Biólogo



Jesulino A. da Rocha Filho
Engenheiro Florestal



Wesley Mairós Barella
Engenheiro Florestal

SEANCO

2737
671108
no



P.03- Programa de Desmatamento e limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

9. ANEXOS

Anexo1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO



Figura 01. Equipe técnica vistoriando a área.

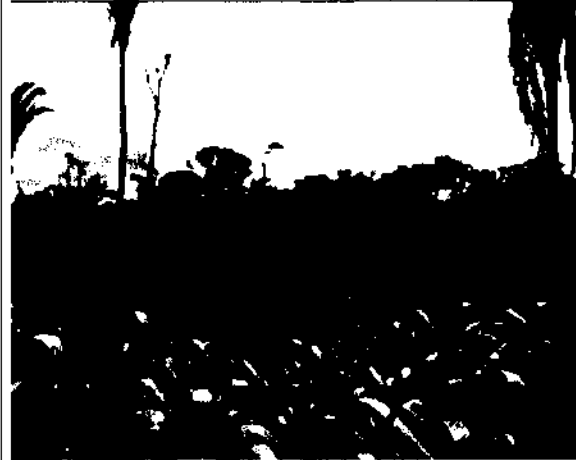


Figura 02. Vista da área onde será instalada a portaria definitiva.



Figura 03. Coleta de coordenadas na área.



Figura 04. Portaria provisória.

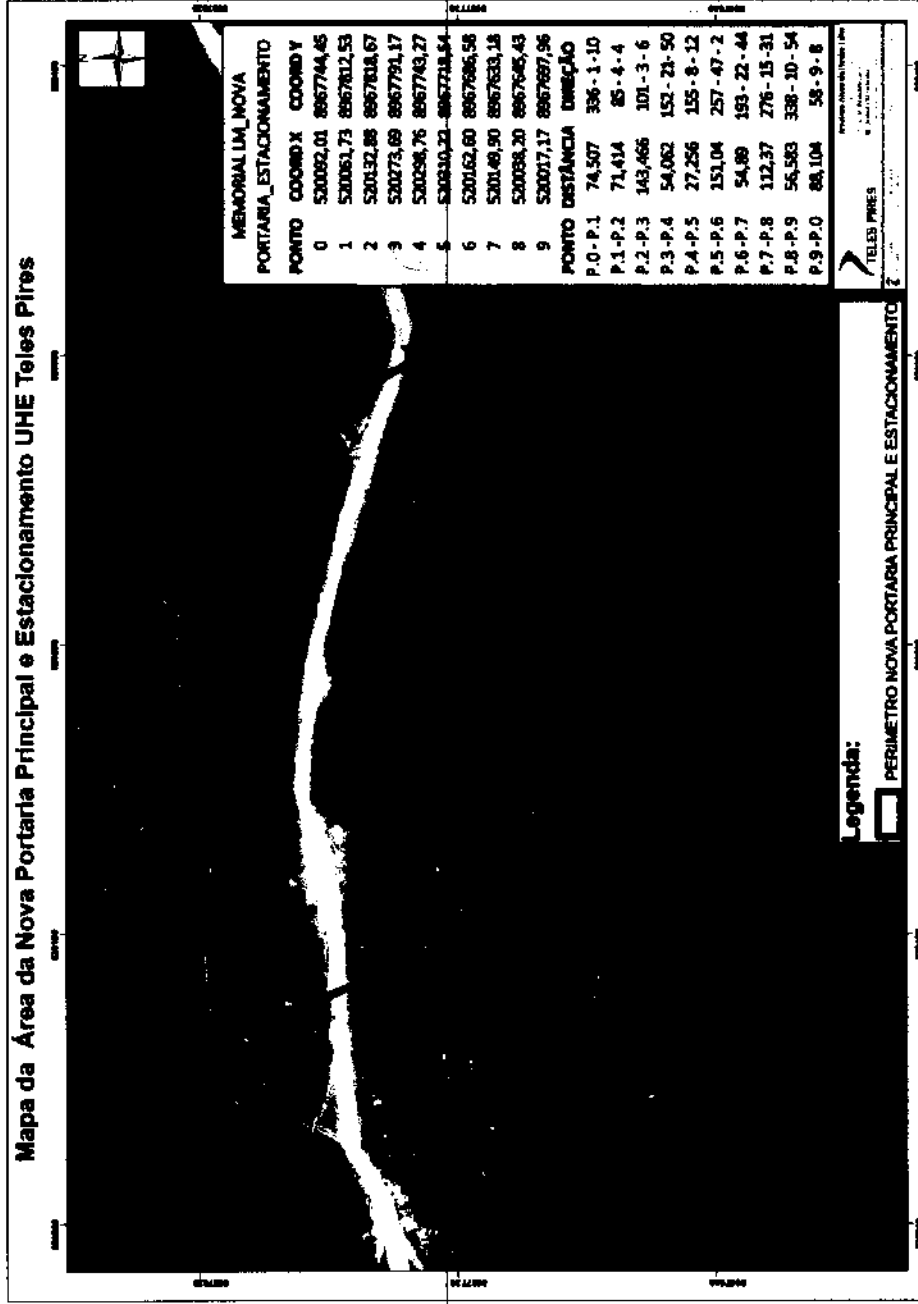


Figura 05. Panorâmica da área.

MEMORANDUM

Relatório de caracterização ambiental da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas

Anexo2 – Mapas de localização e memorial descritivo da área.



Fila 2738
Proc. 6711/08
Subr. *W*

OK

EMIR BIRAYUC

Relatório de caracterização ambiental da área onde será instalada a Portaria Definitiva e demais estruturas relacionadas

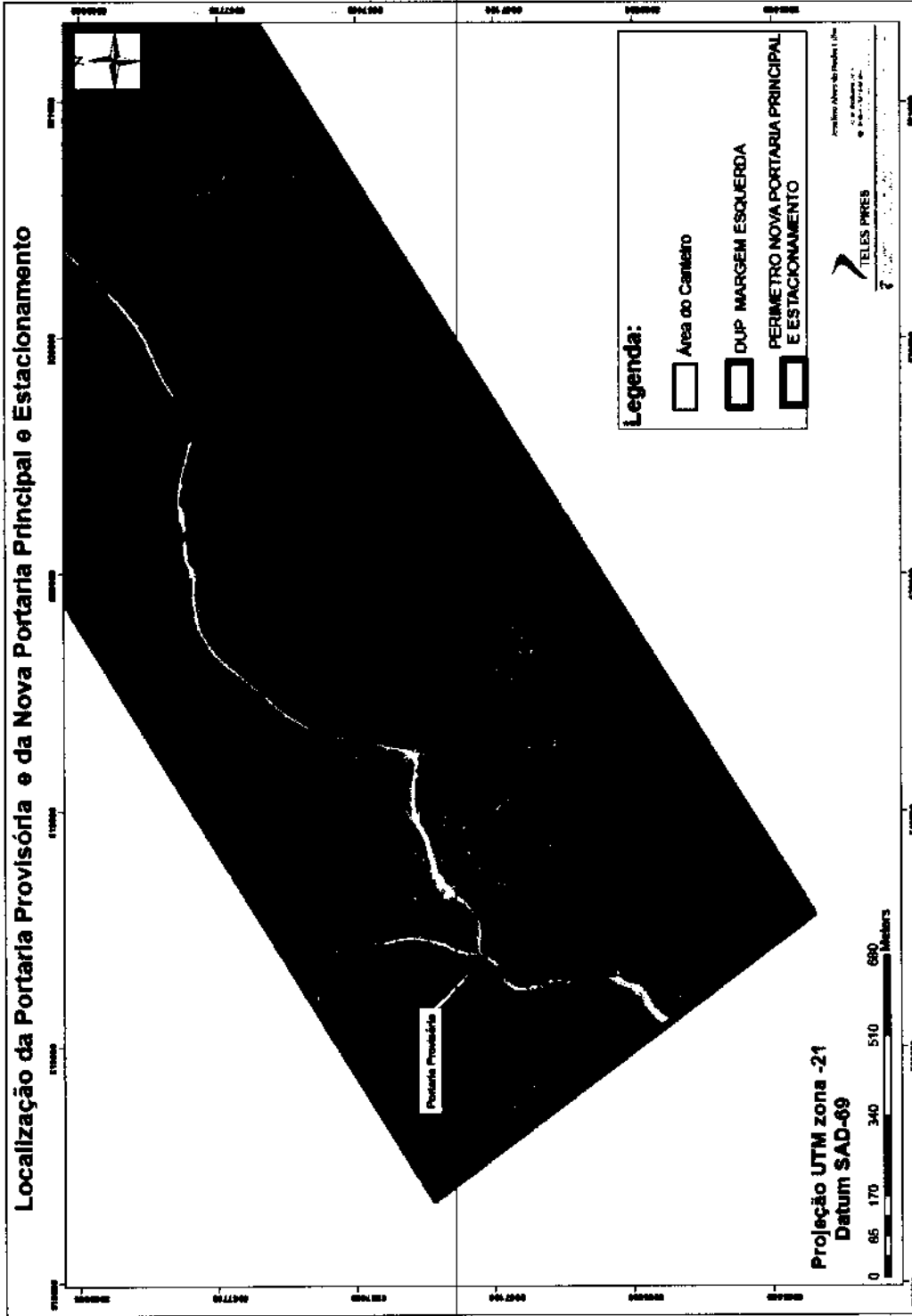


Fig. 2739
 Escala 1:62500
 Autor: [Signature]

[Handwritten signature]

EMBRANCO



Fis.	2740
Proc.	02001.006711/2008-79
Publ.	✓

TELES PIRES

Carta CHTP – nº 030-2012

Cuiabá-MT, 26 de janeiro de 2012.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos em anexo o atendimento das condicionantes especificadas abaixo:

No Programa de Comunicação Social (P.41)

"a) Promover, a partir do 4º mês da obra, 04 campanhas de comunicação voltadas ao enfrentamento e combate da prostituição e exploração sexual infantil, envolvendo, especialmente, parcerias com instituições locais.

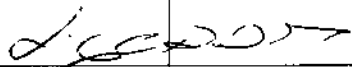
A 1ª campanha voltada ao enfrentamento e combate da prostituição e exploração sexual infantil foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2011 nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta –MT. As demais campanhas vão acontecer durante a implantação da obra.

"d) Ampliar até o 6º mês da obra a duração da Campanha Geral de Divulgação do Empreendimento."

Os informativos com periodicidade bimestral estão sendo distribuídos nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta - MT e Jacareacanga-PA.

Contamos com o apoio e parecer favorável de V.Sª. à nossa postulação e colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,


Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

MMA - IBAMA
Documento:
02001.000511/2012-99

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A.
Praia do Flamengo, 78 – 1º andar – Sala 101
Flamengo – CEP. 22.210-030
Rio de Janeiro, RJ.

Data: 31/01/2012

De ordem: *à folha em. 02/02/12*
Para:

Simone Araújo
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A cargo de equipe

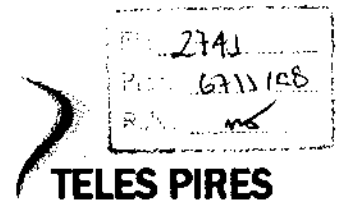
Telma Moura
02/02/12

Thomaz
Thomaz Mazza de Toledo
Coordenador de Lançamento de
hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

à analista Aline Carvalho,
para avaliação.

06/02/2012

Telma
Telma Bento Moura
Matrícula nº 1.571.852
Chefe de Equipe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Carta CHTP – nº 322-2011

Cuiabá-MT, 16 de outubro de 2011.

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica - COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011

Prezado Coordenador:

Tendo em vista a solicitação dos currículos de ampliação da equipe de coleta de fauna, apresentamos em anexo o atendimento à solicitação, constando os currículos, o Cadastro Técnico Federal pelo IBAMA e a declaração de aptidão técnica para a realização das atividades de Resgate e Salvamento da Fauna, conforme consta no P.16 – Programa de Resgate e Salvamento da Fauna.

Colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

José Piccolli Neto

Diretor Adm. e Financeiro

MMA - IBAMA

Documento:

02001.057797/2011-01

Data: 18/10/11

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A.
Praia do Flamengo, 78 – 1º andar – Sala 101
Flamengo – CEP. 22.210-030
Rio de Janeiro, RJ.

De ordem: *o Abid* Em: *20/5/11*
Para:

Simone Araújo
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À MARLIANA MARLIANA TENESINI,
PARA MARLIANA.

EM 29.11.11

Rafael Isimoto
Rafael Isimoto Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
CGEN/DICGENE/DILIC/BAMA
Substituto

Carta CHTP – nº 362-2011

Cuiabá-MT, 03 de Janeiro de 2012.

**Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental.
Sra. Gisela Damm Forattini
Brasília-DF.**

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício nº 1271/2011/DILIC/IBAMA – Suspensão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 02/2011 e da Autorização de Supressão Vegetal nº 565/2011.

Senhora Diretora:

No intuito de obtermos, no menor tempo hábil possível, a liberação das autorizações suspensas através do Ofício nº 1271/2011/DILIC/IBAMA, apresentamos a seguir todos os esclarecimentos pertinentes, conforme solicitado pelo Ofício supracitado.

- Declaração do Engenheiro responsável pela Instalação do CTPFS comprovando a sua operacionalidade, incluindo CREA e ART do responsável pelo projeto.

Segue como Anexo I deste documento a Declaração do Engenheiro responsável pelo projeto, comprovando a sua operacionalidade, incluindo CREA e ART.

- Comprovação da realização das adequações estruturais no CTPFS solicitadas no Ofício nº 744/2011 CGENE/DILIC/IBAMA (Cercamento da área do CTPFS, reforço das telas dos recintos, procedimentos para diminuição da temperatura dos recintos, providenciar espaço adequado para a manipulação e armazenagem de alimentos, instalação de chocadeira e instalação de barreira física entre a sala de procedimentos e recintos);

Cercamento da área do CTPFS

Informamos que, conforme apresentado no Anexoll, o Centro de Triagem Provisório de Fauna Silvestre foi cercado com uma tela de alambrado de aço, com aproximadamente 1,70 metros de altura, sempre respeitando a distância mínima de 20 metros de qualquer estrutura. Também foram construídos dois portões, um na parte frontal e outro para acesso a mata.

Reforço das telas dos recintos

Ressaltamos que a fixação das telas foi realizada com grampos de aço, em espaços curtos e sob madeira de alta densidade, o que confere fixação suficiente à contenção dos animais em quarentena. Entretanto, conforme orientação e no intuito de mitigar as possibilidades de risco de fuga, informamos

De ordem: *Adriano* Em: 13/01/12

Para:

Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A ANUNCIATA MARILINDA TEMEBINI

PARA ANÁLISE AS INFORMAÇÕES.

EM 13.01.12

Rafael Isidoro

Rafael Isidoro
Coordenador de Licenças e Interações
COHIC/CGENE/DILIC GIBAMA
Substituto

2743
6711.108
✓



que já iniciamos novo reforço na fixação das telas do recinto, através da instalação de esquadria de madeira que será sobreposta aos contornos dos recintos, fixada na própria estrutura, através de parafusos e buchas nas partes de alvenaria e pregos complementares nas partes de madeira, conforme apresentado no Anexo II.

Procedimentos para diminuição da temperatura dos recintos

A cobertura do CTPFS, conforme demonstrado no Anexo II, foi adequada e atualmente apresenta um vão superior de circulação de ar, protegido com o mesmo material de tela metálica utilizado nos recintos. O telhado foi pintado com tinta refletora de calor, de cor branca. Essas duas medidas garantem que as temperaturas no interior dos recintos, durante o dia, se mantenham sempre inferiores às mensuradas em quaisquer ambientes externos do entorno, antropizados ou naturais, incluindo locais próximos a cursos de água.

Providenciar espaço adequado para a manipulação e armazenagem de alimentos

Informamos que a cozinha e o espaço para a manipulação e armazenagem dos alimentos, conforme observado no Anexo II, estão concluídos e prontos para o funcionamento, devidamente equipados com todos os materiais necessários à boa condução dos trabalhos.

Instalação de chocadeira

Foi adquirida uma chocadeira eletrônica Chocmaster Modelo CHM-70, conforme observado na Nota Fiscal 3907 da empresa Miranda & Vieira Ltda, apresentada no anexo III. A mesma será entrega em 13/01/2012.

Instalação de barreira física entre a sala de procedimentos e recintos

Esclarecemos que embora as janelas da sala de procedimento permaneçam constantemente fechadas devido ao uso de condicionadores de ar, instalamos uma cerca visual provisória que será gradativamente substituída, por uma cerca viva onde, com o apoio da equipe de resgate de germoplasma, estão sendo plantadas espécies de trepadeiras nativas, resgatadas durante as atividades de supressão vegetal. Segue registro fotográfico no Anexo II.

- Atendimento a condicionante específica 2.4 da ACCTMB 02/2011 - Encaminhar no prazo de 15 dias a indicação de novas áreas de soltura, incluindo a caracterização das mesmas e acompanhadas de carta de anuência dos proprietários para a execução da atividade.

Atualmente os animais provenientes das atividades de resgate estão sendo soltos em áreas adjacentes que não terão supressão de vegetação, ambientalmente similares, respeitando-se sempre a proximidade geográfica do local de captura. Essas áreas foram declaradas como de Utilidade Pública através do Diário Oficial da União de 4 de julho de 2011, onde a Companhia Hidrelétrica Teles Pires obteve a emissão de posse. Também há soltura em áreas limítrofes à Declarada como de Utilidade Pública onde, para esse caso, apresentamos carta de anuência do proprietário conforme anexo IV, bem como a caracterização das áreas no anexo V. Informamos ainda que novas áreas estão sendo levantadas

Handwritten notes:
- verificação das áreas de soltura...
- apresentação de carta de anuência...
- levantamento de áreas...
- acompanhamento das atividades...

LIBRARY



e avaliadas segundo instruções normativas do IBAMA e com prazo de conclusão conforme solicitado na condicionante 2.15 da Licença de Instalação Nº 818 de 2011.

- Atendimento a condicionante específica 2.6 da ACCTMB 02/2011 – Encaminhar relatórios mensais de acompanhamento da atividade de resgate em forma impressa e digital;

Estão sendo encaminhados a esse Instituto, como Anexo VI, os relatórios mensais de acompanhamento das atividades de resgate de fauna dos meses de setembro, outubro e novembro, com devida assinatura do coordenador se responsabilizando pelo conteúdo nas vias impressas e digital, acompanhadas das planilhas com os dados brutos das informações obtidas nas atividades de resgate. Informamos ainda que, em consequência do reduzido número de animais coletados, não foi realizado nenhum tombamento até a presente data.

- Regularização da empresa de consultoria Sociedade Amigos do Museu de Alta Floresta – SAMAF, junto ao Cadastro Técnico Federal.

Com as adequações solicitadas realizadas, apresentamos no Anexo VII o certificado que atesta a regularidade da empresa Sociedade Amigos do Museu de Alta Floresta junto ao Cadastro Técnico Federal.

Sendo assim, certos de termos atendido satisfatoriamente aos questionamentos apresentados no Ofício nº 1271/2011/DILIC/IBAMA, solicitamos parecer favorável à breve liberação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 02/2011 e da Autorização de Supressão Vegetal nº 565/2011, colocando-nos desde agora a vossa disposição para quaisquer outras informações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Cláudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

Handwritten text, possibly a signature or date, located in the lower-middle section of the page.

Anexo I

Declaração do Engenheiro responsável pelo projeto, comprovando a sua operacionalidade, incluindo CREA e ART.

Handwritten text, possibly a signature or name, oriented diagonally.

2746
 671108

Dados da ART Agência/Código do Cedente 1695/241810-0 Nosso Número: 24/181000001294007-0 Recibo do Sacado

Tipo: OBRA/SERVIÇO Participação Técnica: RESPONSÁVEL Cart.Vínculo: ART Vínculo:
 Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL Cart.Vínculo: ART Vínculo:
 Característica: EDIFICAÇÃO NOVA (TAB 1)

Contratado

Nr. Carteira: MT03597/D Profissional: JOSE ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO
 Nr. RNP: 1204356467 Título: * Arquiteto * Engenheiro de Segurança do Trabalho
 Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.: 0

Contratante

Nome: COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES
 Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 8695 CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53
 Cidade: CUIABA Bairro: DUQUE DE CAXIAS CEP: 78043000 UF: MT

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES Telefone: -
 Endereço: SERVIDAO CANTEIRO DE OBRAS UHE TELES PIRES ZONA RURAL CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53
 Cidade: PARANAÍTA Bairro: ZONA RURAL CEP: 78043000 UF: MT
 Finalidade: OUTRAS FINALIDADES Dimensão: 65,34 Vlr Contrato: 3.000,00 Honorários: 0,00
 Data Início: 01/08/2011 Prev.Fim: 20/08/2011 Ent.Classe: I Vencimento: 09/01/12 Valor ART: 66,00

It. Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
1 Projeto ARQ de Edificação	Edificações - Arquitetura	65,34	M2
2 Execução Obra de Edificação	Edificações - Arquitetura	65,34	M2

Esta ART necessita de baixa após o término da obra/serviço.

Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

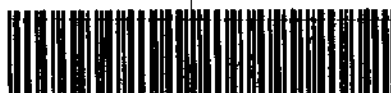
Local e Data <i>Cuiabá, 01/08/2011</i>	Declaro serem verdadeiras as informações acima <i>Jose Roberto Amaral de Castro</i> Arquiteto CREA Nº 1204356467 Profissional	De acordo <i>J. ROBERTO</i> Contratante
---	--	---

Válida somente quando quitada, com as assinaturas do Profissional, do Contratante e entregue ao CREA
 Atenção: A ART deve estar quitada no início da obra/serviço técnico, conforme Resolução nº 425/98 do Confea.

CAIXA 104-0 10492.41811 00181.200049 00129.400727 6 52070000006600

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS E AGÊNCIAS DA CAIXA					Vencimento	09/01/12
Cedente CREA-MT Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do MT					Agência/Cód.Cedente	1695/241810-0
Data	Nr.Docum	Espécie DOC	Assin	Data Processamento	Nosso Número	24/181000001294007-0
01/08/2011	1294007	DM	NÃO	30/12/2011	(=) Valor do Documento	66,00
30/12/2011 - BANCO DO BRASIL - 14:46:50 482883788 0246					(-) Desconto/Abatimento	
OUVIDORIA BB 0800 729 5678 AGENDAMENTO DE PAGAMENTO DE TITULOS					(-) Outras Deduções	
CLIENTE: PAULO R L DE NOVAES					(+) Mora/Multa	
AGENCIA: 4043-6 CONTA: 135.779-4					(+) Outros Acréscimos	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL					(=) Valor Cobrado	
AVENIDA TENENTE-CORONEL DUARTE, 1					CPF/CNPJ: 78705568749	

10492418110018120004900129400727652070000006600
 DOCUMENTO 10.203
 DATA DO PAGAMENTO 02/01/2012
 VALOR DO DOCUMENTO 66,00
 VALOR COBRADO 101,00



Autenticação mecânica/Ficha de compensação

2008/08/08

Contratado

Nr. Carteira: MT03597/D Profissional: JOSE ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO
 Nr. RNP: 1204356467 Título: * Arquiteto * Engenheiro de Segurança do Trabalho
 Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr. Reg.: 0

Contratante

Nome: COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES
 Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 8695 CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53
 Cidade: CUTABA Bairro: DUQUE DE CAXIAS CEP: 78043000 UF: MT

RESUMO DO CONTRATO

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DO CENTRO DE TRIAGEM DE FAUNA SILVESTRE DA UHE TELES PIRES.

<p>01/08/2011 Local e Data</p>	<p>Declaro serem verdadeiras as informações acima José Roberto Amaral de Castro Pinto Arquiteto CREA Nº 1204356467 Profissional</p>	<p>De acordo [Assinatura] Contratante</p>
---	--	---

100
100
100
100

100
100
100
100





No. 2148
Proc. 6711/08
Publ. 26

TELES PIRES

Anexo II

Registros fotográficos

Andamento dos trabalhos de instalação do espaço para manipulação e armazenamento dos alimentos, da cerca de separação entre a sala de procedimentos e recintos, reforço das telas dos recintos, adoção de medidas para a redução da temperatura e cercamento do Centro de Triagem Provisório de Fauna Silvestre.

Handwritten text, possibly a signature or date, located in the center of the page.

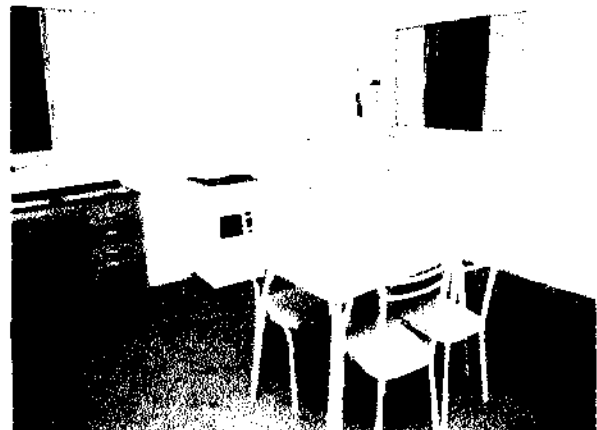


TELES PIRES

2749
6/11/08



CTPFS já com a ampliação realizada, onde funciona o espaço de preparação e armazenamento dos alimentos ofertados aos animais em quarentena e/ou recuperação.



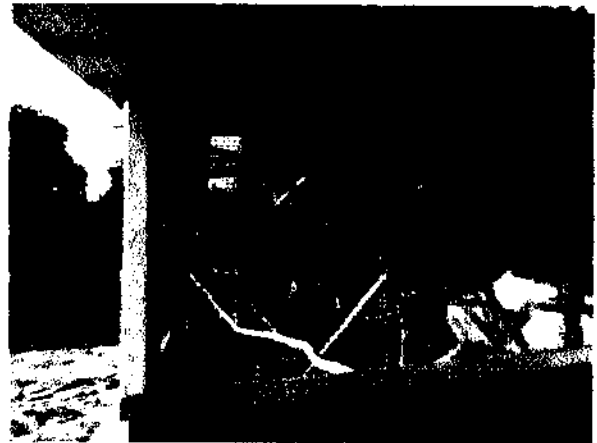
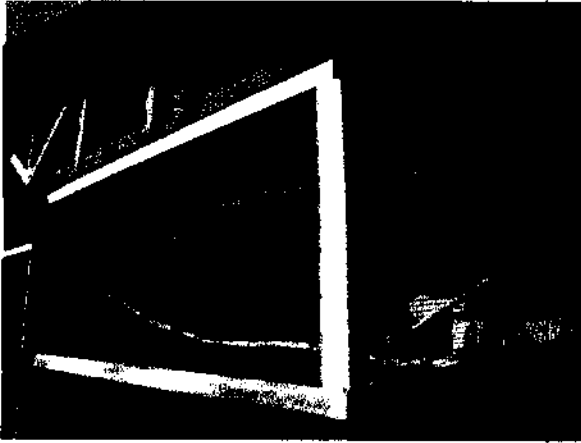
Cozinha mobiliada no CTPFS para a preparação e armazenagem de alimentos.



Frutas, verduras, ovos, leite também fazem parte do cardápio diário dos animais em recuperação e ficam mantidos na geladeira instalada no CTPFS.

Cerca provisória de isolamento visual entre os recintos e a sala de procedimentos

LIBRERIA



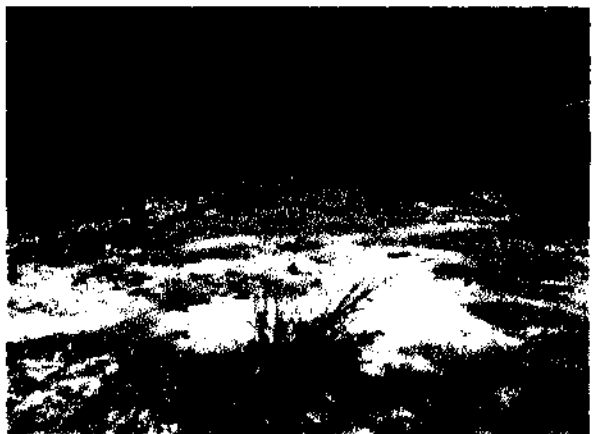
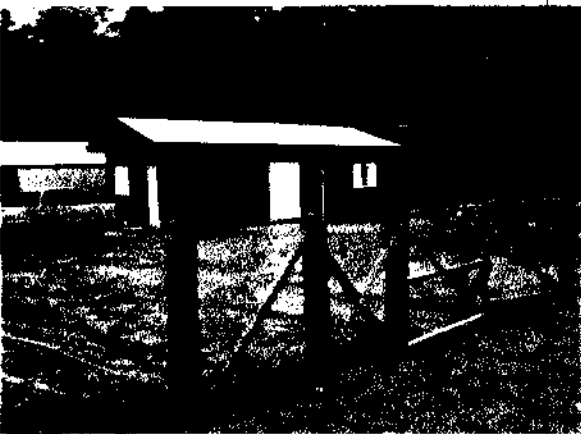
Esquadrias de reforço à fixação das telas dos recintos



Vão de circulação de ar no recinto de fauna do CTPFS.

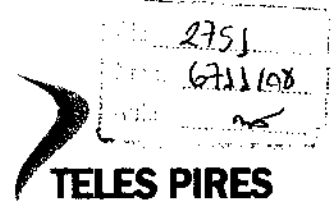


Detalhe interno da estrutura de arejamento.



Instalação do cercamento do Centro de Triagem Provisório de Fauna Silvestre.

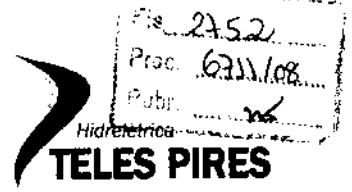
ΕΙΝ ΕΥΧΑΡΙΣΤΙΑ



Anexo III

Comprovante de aquisição de uma Chocadeira a ser instalada no CTPFS

MEMORANDUM



RECEBEMOS DE MIRANDA E VIEIRA LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.003.907 Série 1										
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR											
MIRANDA E VIEIRA LTDA SEBASTIÃO SIQUEIRA CEZAR Nº 84 JARDIM GUARANI - PIRAQUARA-PR CEP 83311-152 FONE (41)36686329 - FAX () WWW.CHOCMASTER.COM.BR VENDAS@CHOCMASTER.COM.BR	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0- ENTRADA 1 1- SAÍDA Nº 000.003.907 SÉRIE 1 FOLHA 1/1	 CHAVE DE ACESSO 4112 0110 3305 0900 0140 5500 1000 0039 0710 0003 9079 Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE NF-E 141120000548612 03/01/2012 13:51:12										
NATUREZA OPERAÇÃO VENDAS		ENPJ 10.330.589/0001-40										
INSCRIÇÃO ESTADUAL 9045454816		INSC. ESTADUAL DO EMITENTE FISCAL 12.810.896/0002-34										
DESTINATÁRIO/EMETENTE												
Razão Social COMPANIA HIDRELETRICA TELE PIRES		DATA DA EMISSÃO 03/01/2012										
Endereço Alberto Tolone 1701		CEP 39730-000										
Município PARANAÍTA		DATA DA SAÍDA / ENTRADA 03/01/2012										
UF MT		INSCRIÇÃO ESTADUAL 134313880 -										
FATURA												
PAGAMENTO À VISTA												
CÁLCULO DO IMPOSTO												
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICS (SEM DEDUÇÃO)										
0,00	0,00	0,00										
VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI										
0,00	0,00	0,00										
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		VALOR TOTAL DA NOTA										
449,91		449,91										
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS												
Razão Social braspres transportes urgentes		ENPJ 48.740.351/0003-27										
Endereço João Bottega		UF PR										
Município CURITIBA		INSCRIÇÃO ESTADUAL										
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARKA										
1												
DADOS DO PRODUTO/Serviço												
CD ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/Serviço	QUANT	UNID	VALOR UNIT	VALOR	ICMS	ICMS VAL	IPI	IPI VAL	OUTROS	OUTROS VAL	TOTAL
1117	Chocolate bombons CHOCM 100g	449,91	UN	1,00	449,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449,91
CÁLCULO DO ISSQN		VALOR TOTAL DO ISSQN										
0,00		0,00										
DADOS ADICIONAIS												
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DREITO A CREDITO FISCAL DE IPI												
DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 03/01/2012 13:51												

Estimado (a) Sr. (a)

Anexo IV

Carta de anuência do proprietário onde ocorrem solturas da fauna silvestre.

Em. 01/04/2000

Fis. 2754
Proc. 6711/08
Data 26

AUTORIZAÇÃO

INSTITUTO ECOLÓGICO CRISTALINO, proprietário da Gleba Raposo Tavares, localizada no município de Paranaíta – MT, autoriza a soltura de animais silvestres relacionados aos trabalhos do P.16 - PROGRAMA DE RESGATE E SALVAMENTO CIENTÍFICO DA FAUNA, da fase de implantação do canteiro, em parte, dentro de sua propriedade.

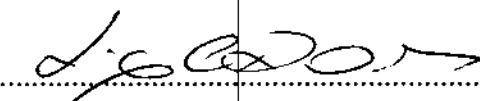
Os referidos trabalhos pertencem ao programa ambiental P.16 e estão sob a responsabilidade da SAMAF – Sociedades Amigos do Museu de Alta Floresta, contratada da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, esta ultima responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, empreendimento a ser instalado nos municípios de Paranaíta-MT e Jarcareacanga-PA, no rio de mesmo nome, com processo de licenciado ambiental junto ao IBAMA- sede, sob processo n. 02001.006711/2008-79, empreendimento detentor da Licença de Instalação 818/2011, Autorização de Captura, coleta e Transporte de Material Biológico n. 02/2011 e da autorização de Supressão Vegetal n. 565/2011.

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires se responsabilizará por todas as atividades, inclusive de seu licenciamento junto aos órgãos ambientais, se comprometendo a reparar qualquer dano, caso existir, resultante das atividades de campo da equipe técnica executora.

Alta Floresta, 04 de janeiro de 2012.

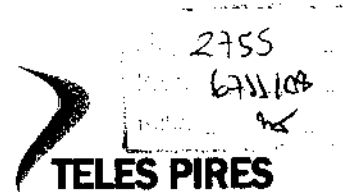


.....
Instituto Ecológico Cristalino
Vitoria Da Riva Carvalho



.....
Companhia Hidrelétrica Teles Pires
Luiz Cláudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

EMERGENCY



Anexo V

Caracterização das áreas de soldura

EMERGENCY



Fls.	2756
Pág.	6713/100
Out.	✓

TELES PIRES

Caracterização das Áreas de Soltura de Fauna

As áreas onde estão sendo realizadas as solturas da fauna resgatada durante as atividades de supressão da vegetação, situam se em áreas Declaradas como de Utilidade Publica ou em áreas adjacentes, ambientalmente similares e com as mesmas comunidades faunísticas residentes, respeitando-se sempre a proximidade geográfica do local de captura. Essas áreas estão localizadas na região do Baixo Teles Pires, que apresenta predomínio vegetacional amazônico, basicamente Floresta Ombrófila Densa, ocorrendo também Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Aberta Submontana e, em menor escala, áreas de Savana Arborizada. Dentro da fisionomia de Floresta Ombrófila Densa aparecem áreas de Floresta Ombrófila Densa Aluvial, tanto nas ilhas quanto nas margens do rio Teles Pires.

Dominam nos ambientes dessa floresta, solos com baixa fertilidade natural como os Argissolos e Latossolos, ocorrendo Argissolos Vermelhos e Vermelho-Amarelos Distróficos e associações em maior escala, sendo grande parte situada na região do Estado de Mato Grosso, Neossolos Quartzarênicos Órticos e associações já ocorrendo no Estado do Pará, Neossolos Litólicos Distróficos e Eutróficos e associações nos topos de morros e nos Afloramentos Rochosos, e Latossolos Vermelhos e Vermelho-Amarelos Distróficos e associações em menor escala próximos ao rio Apiacás e São Benedito.

Essas distintas classes de solos, aliadas às formas de relevo, favorecem a ocorrência de vegetação diferenciada na área em poucas distâncias, sendo a seguir apresentada a caracterização das diferentes tipologias florestais, de acordo o observado para as áreas e seu entorno.

Á área de soltura de Fauna da Margem esquerda possui como ponto central as coordenadas Longitude 56°48'50,023" e Latitude 9°19'51,418", apresentando predomínio vegetacional de Floresta Ombrófila Densa submontana. A área de soltura de fauna da Margem direita possui como ponto central as coordenadas Longitude 56°45'57,835" e Latitude 9°19'53,707", com predomínio vegetacional de Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Estacional Semidecidual Submontana, Floresta Ombrófila Aberta Submontana.

Floresta Ombrófila Densa Submontana

A formação submontana ocorre na região do Baixo Teles Pires, caracterizada pela ocorrência em áreas de relevos dissecados e planaltos com solos poucos profundos, onde se desenvolvem plantas lenhosas de porte alto, podendo alcançar até 50 metros. Nesta formação o dossel é relativamente uniforme, favorecendo uma submata bem sombreada, integrada por plântulas de regeneração natural e

CONFIDENTIAL

principalmente por indivíduos de espécies umbrófilas das famílias Maranthaceae (*Calathea sp*, *Monotagma sp*), Piperaceae (*Piper alatabacum*, *Piper amapensis*, *Piper paraensis*), Heliconiaceae (*Heliconia sp*), Strelitziaceae (*Phenakospermum guyanense*), Rubiaceae (*Psychotria sp*), Poaceae (*Olyra latifolia*), entre outras.

O estrato arbóreo dominante é composto por indivíduos altos, de grandes diâmetros e bem copados, tais como: castanheira (*Bertholletia excelsa*), seringueira (*Hevea benthamii*), massarandubas (*Pouteria rodriguesiana*, *Manilkara huberi*), leiteiros (*Brosimum guianense*, *B. rubescens*, *B. utile*), breus (*Protium spruceanum*, *P. tenuifolium*, *P. nitidifolium*, *P. ferrugineum*), peroba (*Aspidosperma carapanauba*), breu-manga (*Tetragastris altissima*) e cupiúba (*Goupia glabra*), entre outras.

Ocorrem ainda várias lianas (*Abuta guyannensis*, *Pinzona coriacea*, *Cissus erosa*, *Cheilochlinium hippocrateoides*, *Machaerium caudatum*, *Mucuna urens*), epífitas (*Asplundia sp*, *Epiphyllum phyllanthus*, *Cyrtopodium cf. palmifrons*, *Epidendrum nocturnum*, *Philodendron ornatum*), além de palmeiras como *Orbignya phalerata*, *Astrocaryum aculeatum* e *Maximiliana maripa*.

Floresta Ombrófila Densa Aluvial

A Floresta Ombrófila Densa Aluvial ocupa as planícies e terraços inundáveis às margens do rio Teles Pires, pequenos cursos d'água no interior da floresta, nas ilhas de relevos mais planos. Ocorrem sobre Neossolos Quartzarênicos e Gleissolos Háplicos. Em alguns trechos há monodominância de algumas espécies como o açaí (*Euterpe oleracea*) e embaúbas (*Cecropia sp.*), o que caracteriza o processo sucessional nas margens.

Estão presentes espécies com raízes tabulares de grande porte como as sumaúmas (*Ceiba sp.*), ou ainda com raízes suporte, como a sete-pernas (*Socratea exorrhiza*). Nos indivíduos arbóreos dispostos sobre as rochas, ocorrem muitas Araceae, Bromeliaceae e Orchidaceae.

A floresta aluvial apresenta frequentemente dossel emergente e muitas palmeiras no estrato intermediário, além de muitas plântulas de regeneração natural, lianas e poucas herbáceas, devido à influência da inundação por longos períodos.

Floresta Estacional Semidecidual Submontana

É composta por plantas com gemas foliares protegidas da seca por escamas (catáfilos) ou pêlos, cujas folhas adultas são coriáceas (duras) ou membranáceas (de consistência delicada) e decíduas.

Esta tipologia apresenta, em suas comunidades, uma percentagem de árvores caducifólias (e não das espécies que perdem as folhas individualmente) em torno de 20 a 50%.

EMERGENCY

As famílias mais comuns são: Sapotaceae, Fabaceae, Rubiaceae e Myrtaceae, e as espécies: *Scheelea phalerata*, *Coussarea hydrangeaeifolia*, *Unonopsis lindmanii*, *Inga dysantha*, *Guapira opposita*, *Cordia bicolor*, *Casearia sylvestris*, *Guarea guidonea*, *Physocalimma scaberrimum*, *Siparuna guianensis*, *Ecclinusa ramiflora*, *Maytenus guianensis*, *Cryptocaria sp.*, *Quiina rhytidopus*, *Cordia bicolor*.

A Floresta Estacional Semidecidual Submontana ocorre no limite da margem direita da bacia contribuinte da UHE Teles Pires, tendo sido parcialmente substituída por áreas antrópicas. Duas grandes áreas ainda se mantêm conservadas, no trecho médio e no trecho superior, esta última entrecortada por uma longa cunha de savana arborizada.

Floresta Ombrófila Aberta Submontana

Esta formação reveste grande parte da superfície dissecada em colinas ou relevos tabulares da Depressão Norte do Mato Grosso, com diferentes aspectos fisionômicos e litólicos, caracterizados pela maior presença de palmeiras ou cipós. Nas áreas de domínio de cipó, as árvores encontram-se mais espaçadas e parcialmente envolvidas por lianas, às vezes dificultando a circulação em seu interior.

Estruturalmente tem uma densidade de indivíduos por hectare mais baixa que das outras formações de Floresta. Esta floresta possui dossel interrompido por espaços que ressaltam fisionomias típicas (fasciações florísticas), ocorrendo em gradientes climáticos com mais de 60 dias secos por ano. São fisionomias específicas (fácies): com Palmeiras; com Cipós; com Bambus; e com Sororoca. As duas primeiras apresentam ocorrência em Mato Grosso.

Da mesma forma, é adotada uma classificação baseada na altitude e latitude: Terras Baixas, em altitudes de 5 a 100 m; Submontana, acima de 100 m de altitude, ambas apresentando, preferencialmente, fasciação com palmeiras (em Mato Grosso, foram mapeadas ambas as categorias em fácies com Cipós e Palmeiras); e Montana, entre 600 e 2000 m de altitude. A palmeira mais comumente observada nas formações florestais em Mato Grosso é o babaçu (*Orbignia martiana*).

Destacam-se nessas formações, os cipós dos gêneros *Bauhinia*, *Bignonia*, *Passiflora* e *Dolioscarpus*. Entre as poucas espécies arbóreas ocorrendo nesta vegetação encontramos as palmeiras *Astrocaryum aculeatum* e *A. murumuru*, Fabaceae (*Mimosa sp.* e outras) e Rhamnaceae (*Ziziphus sp.*, grão-de-galo). Foram observadas também manchas dominadas por bambus altos (*Guadua sp.*).

Trata-se de área aberta onde arvoretas e arbustos de aproximadamente 3-4 m alt., ocasionalmente até 6 m, encontram-se quase completamente cobertos por plantas escandentes, tanto

È in bianco



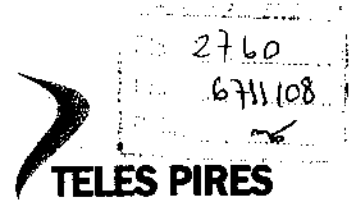
TELES PIRES

2759
6711108
w

lianas com caule lenhoso como por trepadeiras herbáceas. Os arbustos mais frequentes pertencem às famílias Rubiaceae (*Faramea sp.*, *Hamelia patens*), Euphorbiaceae (*Manihot sp.*, mandioca-brava, *Croton sp.*), Fabaceae (*Bauhinia sp.*, *Inga sp.*, *Mimosa sp.*), Urticaceae (*Urera sp.*) e Cecropiaceae (*Pourouma sp.* e *Cecropia sp.*, embaúbas). Meliaceae (*Cedrela odorata*), Polygonaceae (*Coccoloba sp.*), Solanaceae (*Solanum spp.*) e Palmae (*Bactris sp.*) também foram observados.

Nesse tipo de floresta, as plantas escandentes e lianas das famílias Rhamnaceae (*Gouania sp.*), Bignoniaceae, Composita, Convolvulaceae (*Ipomoea sp.*), Dilleniaceae, Sapindaceae (*Serjania sp.*), Cucurbitaceae (*Gurania sp.*), Smilacaceae (*Smilax sp.*), Leguminosae (*Machaerium sp.*), Menispermaceae (*Cissampelos sp.*) e Trigonaceae (*Trigonía sp.*) cobrem a maior parte do solo, usando os arbustos e arvoretas como suporte, tornando a vegetação impenetrável.





Anexo VI

Relatórios mensais de acompanhamento das atividades de resgate de fauna



Ein Dokument

Anexo VII

Atestado de regularidade da empresa Sociedade Amigos do Museu de Alta Floresta no Cadastro Técnico Federal

EMERGENCY

2762
6788/08
nc

 <p style="text-align: center;">Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</p> <p style="text-align: center;">CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE</p> 			
Nr. de Cadastro:	CPF/CNPJ:	Emitido em:	Válido até:
5313442	08.996.935/0001-81	30/12/2011	30/03/2012
Nome/Razão Social/Endereço Sociedade de Amigos do Museu de Historia Nat. de A. Floresta Av. Ariosto da Riva N° 3075 Centro ALTA FLORESTA/MT 78580-000			
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental</p> <p>Consultoria Técnica Ambiental - Classe 6.0</p> <p>Agente Ambiental Voluntário</p>			
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício da(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente. 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie. <p style="text-align: center;">Autenticação</p> <p style="text-align: center;">mpng.qpvz.tg56.rbi5</p>	

Imprimir tela Fechar janela

UNIVERSITY OF CALIFORNIA



Fis 2763
671108
w

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO TOCANTINS
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PARECER TÉCNICO Nº 26/2011 – NLA/IBAMA-TO

Palmas, 16 de dezembro de 2011.

Ref.: Processo IBAMA nº 02001/005711/2008-79 – Usina Hidroelétrica Telos Pires

Assunto: Cartas DIR ADM/FIN - nº 183-2011; CHTP 321-2011 e CHTP 189-2011

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se à análise do atendimento das condicionantes 2.5, 2.6 da Licença de Instalação nº 818/2011, bem como dos itens 1.9 e 1.10 e do ofício nº 830/2011/DILIC/IBAMA.

2. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Referente à Licença de Instalação nº 818/2011/DILIC/IBAMA:

Condicionante 2.5 – Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma detalhado de construção das instalações ausentes no alojamento (ETA, ETE, aterro sanitário, acessos).

2.1 O cronograma foi apresentado no anexo da carta CHTP 189-2011, constando a previsão de início e fim das atividades de instalação das estruturas de apoio do canteiro, a saber: Aterro sanitário -ME, Lagoas (FTE)-ME, ETA-ME, ETA-MD, Acessos definitivos e internos.

A Análise do cronograma indica, preliminarmente, o final das operações de instalação dos equipamentos para o dia 02/02/2012, considerando os atrasos inerentes a operação, além das questões relativas as condições climáticas para implementação das atividades, torna-se pertinente vistoria na primeira semana de março de 2012 para acompanhamento do estágio das obras e/ou do início da operação dos equipamentos.

Condicionante 2.6 – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas de controle direcionadas aos empóas, emissão de material particulado e tráfego de veículos pesados entre a fazenda de empréstimo de solo na margem esquerda e o alojamento.

EMERGENCY

2764
6711/08
✓

2.2 - A CHTP apresentou, através da carta CHT 321-2011, o procedimento de controle e emissões atmosféricas e ruidos. Este procedimento apresenta os níveis hierárquicos de responsabilidade com relação ao impacto das emissões atmosféricas e ruidos, bem como estipula no seu item 6.4 as ações a serem implementadas para minimizar os impactos relacionados aos ruidos, emissão de material particulado e tráfego de veículos pesados entre a jazida de empréstimo de solo e o alojamento, na margem esquerda.

Ao analisar o procedimento apresentado consideramos o texto descrito como suficiente para o atendimento da retenção condicionante. Recomendamos a verificação da execução das atividades descritas no mesmo, na ocasião da análise do relatório semestral de atividades.

Referente ao Ofício nº 830/2011/DII/IC/IBAMA:

1.9 No programa de Gestão Ambiental - Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a relação dos indicadores de gestão a serem aplicados no empreendimento.

A CHTP apresentou através da carta CHT 321-2011, o plano de medição e monitoramento. O item I, do referido plano, descreve os indicadores do sistema de gestão ambiental, conforme solicitado pelo IBAMA.

Cabe destacar a indicação do número máximo de (03/três) condicionantes em situação de não conformidade (por prazo ou fator técnico) por trimestre. Este indicador permitirá acompanhar a eficiência do atendimento das condicionantes do licenciamento, tendo como consequência a possibilidade de mensurar a eficiência e a eficácia do acompanhamento pos-licença da UHL Teles Pires.

Além das questões a cerca da gestão ambiental do empreendimento, constam do plano de medição e monitoramento os indicadores de segurança do trabalho, da saúde do trabalhador e do relacionamento comunitário e com partes interessadas.

Item 1.10 c - Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos do empreendimento, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

A Lei nº 12.305/2010, em seu artigo 2º estabelece o conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos. A análise realizada comparou as diretrizes da Lei com o plano de gerenciamento apresentado pela CHTP.

Ao analisar o Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), enviado pela CHTP, através da carta 183-2011, contempla as exigências contidas na referida Lei nº 12.305/2010.

O PGRS apresentou as condições de implementação do empreendimento (ausência de passivo ambiental no local da obra), a responsabilização dos entes envolvidos no processo de gerenciamento de resíduos, a identificação de origem e destino dos resíduos, bem como suas formas de tratamento. Esta definida a periodicidade de revisão do plano, os critérios e formas de

registro e comunicação da coleta de resíduos. O PCRS estipula também a execução de coleta seletiva delimitando as diretrizes desta campanha dentro do plano.

CONCLUSÕES

Após análise dos itens especificados, concluímos que as condicionantes 2.5, 2.6 da licença de instalação nº 818/2011 e os itens 1.9 e 1.10 e do ofício nº 830/2011 - DILIC/IBAMA, encontram-se devidamente ATENDIDOS pela documentação apresentada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires -CHTP

RECOMENDAÇÕES

- 1 Realizar vistoria ao canteiro de obras em período próximo a data de início efetivo da operação de todas das instalações acessórias ao alojamento (06/02-2012), conforme cronograma apresentado.
- 2 No âmbito do PCRS, observar o § 2º Art. 24, da lei nº 12.305/2010

Art. 24 - O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

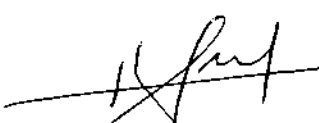
§ 1º - Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º - No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

Sob considerações superiores,

Romeu Boto Dantas Neto
Analista Ambiental - NEA/IBAMA TO

DE ACORDO.
FAVOR DAR CIENTE AO
INTERESSADO, CONJUNTAMENTE
AO RELATÓRIO DA VISTORIA
REALIZADA NO FINAL DO
MÊS DE JANEIRO.


Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
CORRIGENTE/DILIC/IBAMA

EMERGENCY



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

2766
6781/08
28

Ofício nº 36 /2012/ COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor
LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Avenida Ludovico, nº 39 - Centro
Paranaíta - MT – CEP: 78.590-000
Tel: (65) 3622-4303

Assunto: UHE Teles Pires
Análise do atendimento de condicionantes da LI 818/2011

Senhor Diretor,

Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, encaminho, em anexo, o Parecer Técnico nº 26/2011 – NLA/IBAMA-TO, referente a análise das condicionantes 2.6 e 2.7 da LI nº 818/2011 e das exigências 1.9 e 1.10 c do Ofício 830/2011.

Atenciosamente,


THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

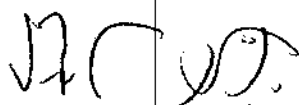
UNIVERSITY OF
MICHIGAN

Nº	2767
Proc.	6211/08
Outr.	✓

DECLARAÇÃO

Declaro que a instalação do Centro de Triagem Provisório de Fauna Silvestre foi realizada com êxito, seguindo os padrões construtivos adequados, e estando, a partir de sua instalação, em funcionamento desde primeiro (01) de outubro de 2011, apto a subsidiar a execução de todas as atividades necessárias e previstas no Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna.

Por ser verídica a declaração acima, subscrevo-me mui atentiosamente.



Cuiabá, 10 de Dezembro de 2011
José Roberto Amaral de Castro Pinto
Arquiteto – Engenheiro de Segurança do Trabalho
120435646-7

EMERGENCY

Janeiro de 2012 - Boletim Informativo Companhia Hidrelétrica Teles Pires - Ano I, Volume 5

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - UHE TELES PIRES

P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais

Obra: Construção e Ampliação do PSF II - Urbano

Município: Paranaíta - MT

Recursos Financeiros: Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP

Prazo: 180 dias

Contratada: PINHEIRUS Engenharia & Construção Ltda.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



CHTP realiza obras em Alta Floresta e Paranaíta

As empresas responsáveis pela execução das obras do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais (P.36) da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) em Alta Floresta já foram contratadas para desenvolver o trabalho. Serão investidos R\$ 5,3 milhões para compensar as possíveis interferências que a construção da Usina poderá causar à região sobre os serviços públicos municipais.

A definição das áreas de investimentos ficou sob a responsabilidade dos gestores municipais, que indicaram as principais carências dos equipamentos sociais.

Leia pág. 6

CHTP promove Campanha de Enfrentamento e Combate a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

No mês de novembro de 2011 a Companhia Hidrelétrica Teles Pires promoveu várias ações de sensibilização sobre a exploração sexual infantil-juvenil em Alta Floresta.

A iniciativa é do Programa de Prevenção e Combate a Doenças. O projeto faz parte das condicionantes de validade da LI Nº 816/2011 que se refere à necessidade da realização.

Leia pág. 4



Leia mais

Resgate de Fauna

As espécies resgatadas são conduzidas às estruturas de atendimento já instaladas. No período de quatro meses em execução, já foram resgatados aproximadamente 1.200 espécies.

Leia pág. 9

Expedicionários da saúde

A CHTP foi a principal patrocinadora da 20ª Expedição Cirúrgica na Amazônia realizada em novembro pela Organização Não Governamental (ONG) Expedicionários da Saúde (EDS).

Leia pág. 8

Curso de microscopia

Uma parceria entre a CHTP e o Escritório Regional de Saúde de Mato Grosso proporcionou a formação técnica em microscopista de 14 moradores de Paranaíta e Alta Floresta.

Leia pág. 5

Editorial

UHE Teles Pires investe em projetos sociais e ambientais

Além de contribuir para abastecer 6 milhões de brasileiros com energia de fonte limpa e renovável, a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires também levará desenvolvimento social aos municípios da região onde está localizada. Paranaíta (MT), Alta Floresta (MT) e Jacareacanga (PA) já começaram a sentir as mudanças com o início das obras de compensações sociais. Mais de R\$ 15 milhões já estão sendo aplicados em obras e equipamentos para a educação, saúde, infraestrutura e assistência social das três cidades.

Essas ações fazem parte do Programa de Reforço à Infraestrutura e Equipamentos Sociais (P-36), que determina ainda que pelo menos 45% da mão de obra seja local. Com início das obras da construção da UHE Teles Pires, em setembro, centenas de trabalhadores deslocaram-se de diversas partes do Brasil para essa grande empreitada. Em apenas três meses de obra, 44% do total são trabalhadores oriundos dos municípios em volta da UHE.

Investir na prevenção e controle de doenças endêmicas também faz parte do conjunto de ações em prol da comunidade local. Em parceria com Escritório Regional de Saúde de Mato Grosso, moradores de Paranaíta e Alta Floresta foram capacitados no diagnóstico de Malária e Chagas e agora já podem atuar como microscopistas. A Companhia Hidrelétrica Teles Pires ainda forneceu às Prefeituras os equipamentos necessários para diagnosticar tais doenças.

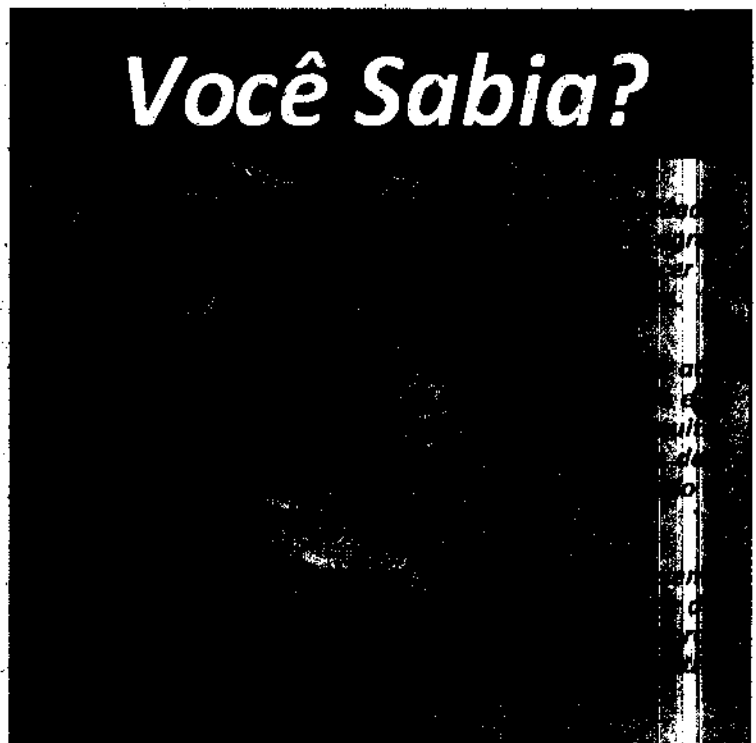
A Usina Hidrelétrica Teles Pires é um projeto de engenharia que busca unir o equilíbrio entre a necessidade de obtenção de energia e a importância de uma fonte limpa, renovável e ambientalmente correta. Por isso é fundamental promover projetos ambientais que preservam a fauna, flora, água e solo local, que irão amenizar as modificações que ocorrerão em seu meio. E neste informativo trazemos um pouco de como acontece em um desses projetos, o resgate da fauna.



**UHE
Teles Pires
na internet**

www.uhetelespires.com.br

Acesse já e fique por dentro de tudo que acontece na Usina Hidrelétrica de Teles Pires.



Você Sabia?



Saúde

Processo N.º 2169
Folha N.º 671108**Mutirão de Combate a Dengue em Paranaíta**

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), em parceria com a Prefeitura de Paranaíta realizou, entre 07 de novembro e 11 de dezembro, o Mutirão de Combate a Dengue que aconteceu em todos os Bairros da área urbana e nos assentamentos.

Adesivos e panfletos educativos foram distribuídos no centro da cidade para alertar a população sobre a necessidade de manter o quintal de casa limpo e evitar que a dengue retorne com força no período das chuvas.

Para retirar os entulhos acumulados nos bairros, a CHTP disponibilizou uma pá carregadeira e a Secretaria Municipal de Obras cedeu caminhões caçambas e a mão de obra. Toda a ação foi acompanhada pela Secretaria de Saúde e Vigilância Ambiental. Os Agentes de Combate

a Endemias e Agentes de Saúde foram de casa em casa orientando a população e eliminando possíveis focos e criadouros do mosquito.

As residências que receberam a visita do mutirão possuem um adesivo com os seguintes dizeres: "Essa casa não entra dengue, Casa Vistoriada". Esse selo é fixado na frente das casas que são vistoriadas e identifica que os moradores fazem seu papel como cidadão para o combate a dengue.

De acordo com dados do SINAN – Online em 2010 foram notificados 178 casos de dengue em Paranaíta, e em 2011 foram registrados apenas 2 casos da doença. Diante desse grande número de casos em 2010, a CHTP em parceria com a Prefeitura antecipou as ações de combate ao vetor na região.



O mutirão nas ruas

Para o Coordenador dos Programas de Saúde da CHTP, Vitor de Oliveira Carvalho, o trabalho de conscientização é muito importante. "Se cada um cuidar da própria casa, evitando acumular lixo, entulhos e água parada, o combate ao mosquito se torna eficaz e a dengue mais fácil de ser controlada".

Doação de Sangue**Equipe da CHTP faz doação de sangue em Paranaíta**

Em uma ação de responsabilidade social, a equipe da CHTP realizou doação de sangue em Paranaíta, dia 15/12. A Campanha de Doação de Sangue é realizada periodicamente e visa abastecer o Banco de Sangue de Alta Floresta, que atende ainda todos os municípios da região (Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta).

A doação é segura e não demora mais que meia hora. Todo material utilizado é descartável e oferece total segurança ao doador de sangue. Segundo o Ministério da Saúde, nem 2% da população brasileira é doadora.

Para ser doador, a pessoa precisa ter entre 18 e 65 anos, pesar mais de 50 quilos e estar bem alimentado no ato da doação. Também é necessário apresentar o documento de identidade com foto e passar por uma entrevista. Quem teve hepatite após 10 anos de idade, é usuário de drogas injetáveis ou é portador de hepatite B, hepatite C ou do vírus HIV, não pode doar sangue.

A doação de sangue é voluntária e pode salvar vidas.

Para abastecer o Banco de Sangue de Alta Floresta a equipe de CHTP participa desta ação voluntária que pode salvar vidas.

Responsabilidade Social

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires promoveu várias ações de sensibilização sobre a exploração sexual infanto-juvenil em Alta Floresta.



Foto: Divulgação Teles Pires

Além de palestras sobre o tema houve também distribuição de folhetos à população.

CHTP promove Campanha de Enfrentamento e Combate a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Entre os dias 7 e 21 de novembro de 2011, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) promoveu várias ações de sensibilização sobre a exploração sexual infanto-juvenil em Alta Floresta. A iniciativa faz parte do Programa de Prevenção e Combate a Doenças. O projeto faz parte das condicionantes de validade da LI Nº 816/2011 que se refere à necessidade da realização, a partir do 4º mês da obra, de campanhas de enfrentamento e combate a prostituição sexual infantil em Paranaíta e Alta Floresta. A ação contou com a parceria da Prefeitura de Alta Floresta, da Secretaria de Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Além de palestras, foi feita uma mobilização no centro da cidade de Alta Floresta onde foram distribuídos panfletos explicativos da campanha "Faça Bonito, proteja nossas crianças e adolescentes".

Durante as palestras "Diferença Entre Exploração e Abuso Sexual/

Sintomas de Quem Sofre o Abuso/ Disque Denúncia" e "Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/ AIDS", ministradas pelos profissionais de Alta Floresta, foi explicado que é necessário entender a complexidade que envolve o tema da violência sexual que deve ser compreendida nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e jurídicos.

A violência sexual pode ocorrer no ambiente intrafamiliar, quando há relação de parentesco entre vítima e agressor, e extrafamiliar, quando não há uma relação de convivência familiar entre agressor e vítima. A exploração sexual comercial ocorre em redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual.

A situação de pobreza e a violência doméstica têm sido condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se transformem em grupos vulneráveis à exploração sexual comercial e outros tipos de violência. Neste sentido, a pobreza não somente indica exclusão social, mas possibilita a

inclusão de crianças e de adolescentes na prostituição e aponta a necessidade de uma política redistributiva de renda e de promoção de políticas sociais de proteção. É inegável que a pobreza vem não só criando espaços apropriados à exploração sexual comercial e à exploração do trabalho infantil, mas propiciando a violência em suas múltiplas facetas.

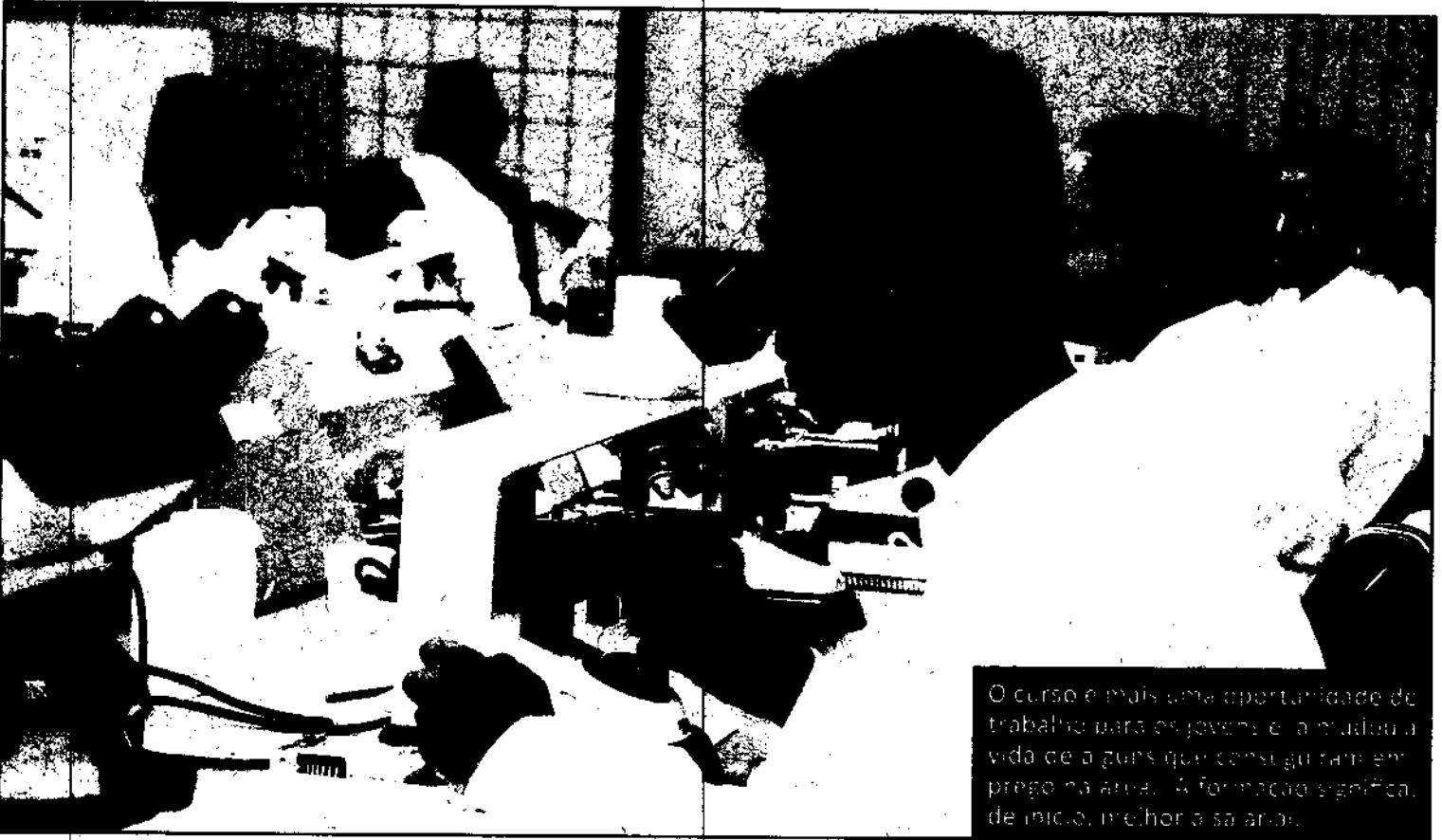
Segundo Vitor de Oliveira Carvalho, Coordenador dos Programas de Saúde da CHTP, é preciso evitar atos de violência e de exploração sexual infanto-juvenil, por isso são promovidas ações preventivas e educativas, mostrando como se deve agir e o que deve ser evitado em situações de risco. "A nossa parceria com a Prefeitura Municipal e os órgãos de assistência social foi fundamental para o sucesso da campanha" declarou o coordenador.

No encerramento das atividades, dia 21/11, os alunos da rede municipal fizeram apresentações culturais que marcaram o final da campanha.

Responsabilidade Social

Processo N.º 2770
Folha N.º 0311/08

Curso de capacitação com apoio da CHTP se transforma em oportunidade de emprego e geração de renda aos participantes



O curso é mais uma oportunidade de trabalho para os jovens e a mudou a vida de alguns que conseguiram emprego na área. A formação significa, de início, melhora salarial.

Um dos objetivos da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, é a promoção da geração de emprego e renda para a população de Paranaíta (MT), Alta Floresta (MT) e Jacareanga (PA), que são os municípios atingidos pelo empreendimento.

Uma das iniciativas realizadas pela empresa foi a parceria firmada com o Escritório Regional de Saúde de Mato Grosso, que proporcionou a formação técnica em microscopista de 14 moradores de Paranaíta e Alta Floresta, por meio do curso de "Capacitação em Diagnóstico de Malária e Chagas", com carga horária de 40 horas. Diante disso, a CHTP forneceu todo o equipamento necessário e o material didático utilizado no curso e, o Estado, disponibilizou os profissionais para ministrar as aulas.

O curso mudou a vida de muitos participantes, que já garantiram um emprego na área. Um caso foi o da moradora de Paranaíta, Jhessica Maiane de Sousa,

que teve uma mudança radical em sua vida. "Além do aumento salarial, eu percebi que para mudar de vida só dependia de mim. Eu quero continuar estudando e me especializando nesta área cada vez mais", conta.

Outro morador da região, Clayton Hartwing, disse que conseguiu emprego no laboratório de análises clínicas de Paranaíta e ressaltou que o curso abriu portas para que ele conseguisse se realizar profissionalmente. "Sem contar que tive um aumento na renda familiar", alega ele com a conquista.

Segundo o coordenador do Laboratório Municipal de Paranaíta, Heleno Sebastião da Silva, a contratação dos dois microscopistas foi fundamental para agilizar o atendimento e identificar casos de malária no município. "De novembro para cá, tivemos quatro casos da doença confirmados. Mas, nenhum era da cidade. Todos vieram de fora. Neste momento, o mais importante é intensificar as campanhas de prevenção à doença e

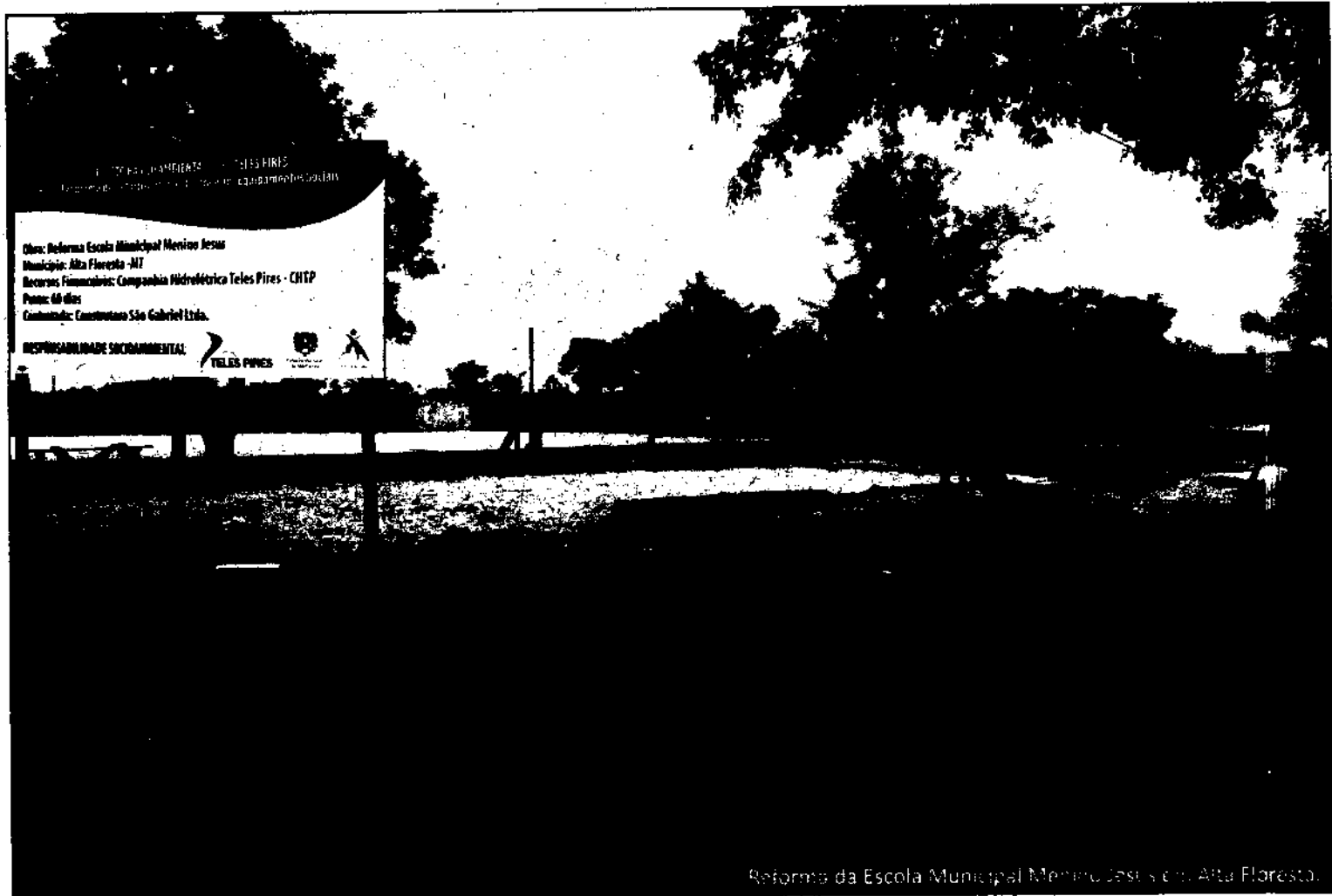
incentivar as pessoas a procurarem um médico, assim que aparecerem sintomas da malária", alertou o profissional.

Esses profissionais foram capacitados para coletar material e identificar sintomas de malária e doença de Chagas. Após perceberem que a pessoa foi contaminada, eles foram preparados para encaminhar os pacientes aos médicos no prazo de 24 horas e, assim, agilizar o combate à doença.

De acordo com Vitor de Oliveira Carvalho, Coordenador dos Programas de Saúde da CHTP, a parceria para a realização do curso surgiu de uma pactuação da empresa com os municípios atingidos dos estados de Mato Grosso e Pará, que estão nas áreas de influência do empreendimento. "Percebemos que existe a necessidade de capacitar a mão de obra local. Caso venha a ocorrer surto de malária nestes municípios que circundam a obra, existem profissionais qualificados para agir conforme a normatização do Ministério da Saúde".

Medidas Mitigadoras

Companhia Hidrelétrica Teles Pires já fechou contrato com as empresas responsáveis pelas obras e aquisições de equipamentos nos setores de Saúde, Educação, Assistência Social e Infraestrutura



Reforma da Escola Municipal Memório Jesus em Alta Floresta.

CHTP realiza obras em Alta Floresta e Paranaíta

As cidades de Alta Floresta e Paranaíta já começaram a se beneficiar das obras nas áreas de Educação, Saúde e Infraestrutura assim como do recebimento dos equipamentos sociais. As empresas encarregadas da execução das obras do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais (P.36) da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) em Alta Floresta e Paranaíta já começaram a desenvolver o trabalho. Serão investidos R\$ 5,3 milhões para compensar as possíveis interferências que a construção da Usina poderá causar à região

sobre os serviços públicos municipais. A definição das áreas de investimentos ficou sob responsabilidade dos gestores municipais, que indicaram as principais carências dos equipamentos sociais

ALTA FLORESTA

EDUCAÇÃO

Já começou as obras de reforma e ampliação de 18 escolas municipais, que ainda receberão a instalação de móveis e equipamentos, como computadores, carteiras, lousas e ventiladores. As obras

já foram iniciadas e, conforme previsão da construtora, serão finalizadas até o dia 31 de março. A Secretaria de Educação já está autorizada pela CHTP a adquirir os referidos equipamentos das empresas sediadas no Município.

A Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação serão contemplados com um veículo cada.

SAÚDE

As reformas da Secretaria de Saúde e de sete unidades do Programa de Saúde da Família (PSFs) já começaram.

Cerca de 10% do valor total da verba será destinada para compra de suprimentos, materiais e medicamentos para o Hospital Municipal, que também receberá produtos alimentícios e de limpeza.

Responsabilidade Social

Jacareacanga recebe equipamentos para controle da malária

A Usina Hidrelétrica Teles Pires entregou, dia 27/01/12, à prefeitura de Jacareacanga/PA, equipamentos que ajudarão a detectar com mais rapidez e eficácia os focos da doença e a identificar os sintomas da malária.

Esta entrega faz parte do Plano de Ação e Controle da Malária (PACM), que visa minimizar os impactos causados nos municípios diretamente influenciados pelo empreendimento.

Participaram da entrega o Prefeito Raulien Oliveira de Queiroz, Edileuza Viana Coordenadora da Vigilância Epidemiológica, o Secretário de Saúde Eliton Rodrigues Vasconcelos, Antônio João Brito Alves, Assessor Jurídico da Pref. De Jacareacanga, Vitor Carvalho Coordenador de Programas de Saúde CHTP e Engº da CHTP Sergio Andrade.

Os equipamentos doados foram: Kit de Insumos para laboratório, 02 Microscópios bacteriológicos, 01 geladeira, 01 impressora, 01 notebook e 01 datashow para atividades educativas.

Resgate da Fauna

O Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires, conta com um programa que visa a mitigação dos impactos negativos sobre a fauna nas áreas atingidas pelo empreendimento. No período de quatro meses em execução, já foram resgatados aproximadamente 1.200 espécies.

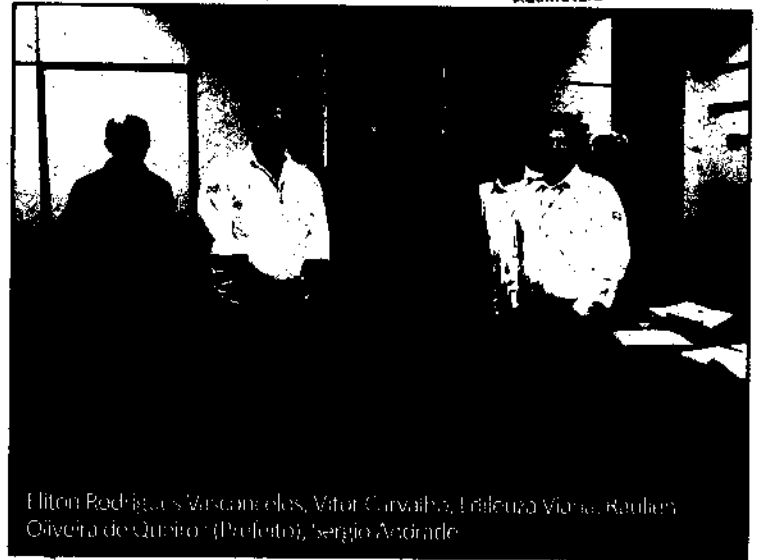


Foto: Christopher Borges

+Pindamonhangaba

Programa de Resgate de fauna da CHTP resgata cerca de 30 animais por dia

O Programa de Resgate de Fauna da UHE Teles Pires é um instrumento que contribui não só com o incremento do conhecimento científico sobre diversidade biológica da área de abrangência do empreendimento, mas também para a mitigação dos impactos negativos sobre a fauna.



Eliton Rodrigues Vasconcelos, Vitor Carvalho, Edileuza Viana, Raulien Oliveira de Queiroz (Prefeito), Sergio Andrade

Segundo Vitor de Oliveira Carvalho, Coordenador dos Programas de Saúde da CHTP, a empresa está investindo tanto na capacitação profissional, quanto no fornecimento de materiais para reduzir os riscos de surto de malária nos municípios diretamente atingidos pela obra.

Esse programa, através da sua equipe executiva, realiza o acompanhamento de todos os trabalhos que envolvem a supressão. Realiza-se o planejamento de atividades durante a fase de captura e realocação dos animais que não tiverem condições de escapar do desmatamento por recursos próprios.

As espécies resgatadas durante as atividades para a instalação do Canteiro Pioneiro são conduzidas às estruturas de atendimento já instaladas. Os animais resgatados na margem direita em condições de saúde e/ou bem estar que demandam um atendimento mais rápido, passarão por procedimento ambulatorial de emergência no Centro de Pronto Atendimento e Triagem da margem direita, para posteriormente serem removidos até o Centro de Triagem Provisório, na margem esquerda.

Já os animais resgatados na margem esquerda, ou mesmo os resgatados na margem direita em boas condições físicas, são conduzidos ao Centro de Triagem Provisório da Fauna, onde são avaliados clinicamente, tendo sua biometria devidamente anotada.

Após a triagem esses animais são soltos em áreas pré-estabelecidas e com atributos ecológicos semelhantes ou conduzidos até os recintos de recuperação, até estarem aptos à soltura. Durante esse processo também ocorrem as marcações, através de TAGS, anilhas e brincos.

Segundo o Coordenador do meio Biótico da CHTP Paulo Correa, iniciativas como esta são necessárias não só para manter a legalidade do processo e mitigar os impactos negativos sobre a fauna local, "mas também para oportunizar o incremento do conhecimento científico em uma região, que mesmo sendo considerada um Hot Spot de biodiversidade, ainda apresenta grandes lacunas no que se refere às informações taxonômicas das espécies locais".

Responsabilidade Social

Expedicionários da Saúde realizaram 4,4 mil atendimentos a indígenas de MT e do PA

Os atendimentos aos indígenas da região entre Mato Grosso e Pará contou com uma equipe de 58 profissionais, entre médicos, enfermeiros e dentistas

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) foi a principal patrocinadora da 20ª Expedição Cirúrgica na Amazônia realizada em novembro pela Organização Não Governamental (ONG) Expedicionários da Saúde (EDS). O projeto beneficiou comunidades indígenas do entorno do empreendimento com a realização de 179 cirurgias, 1.507 consultas e 2.425 exames e procedimentos.

A Expedição faz parte do Programa Operando na Amazônia e foi formada por uma equipe de 58 médicos que trabalharam num centro cirúrgico montado em plena floresta amazônica. A 20ª Expedição, que também teve o patrocínio da Odebrecht Energia, foi realizada na terra indígena Sai Cinza, no Pará, e atendeu pacientes das etnias Mundukuru, Kayabi e Apiacá.

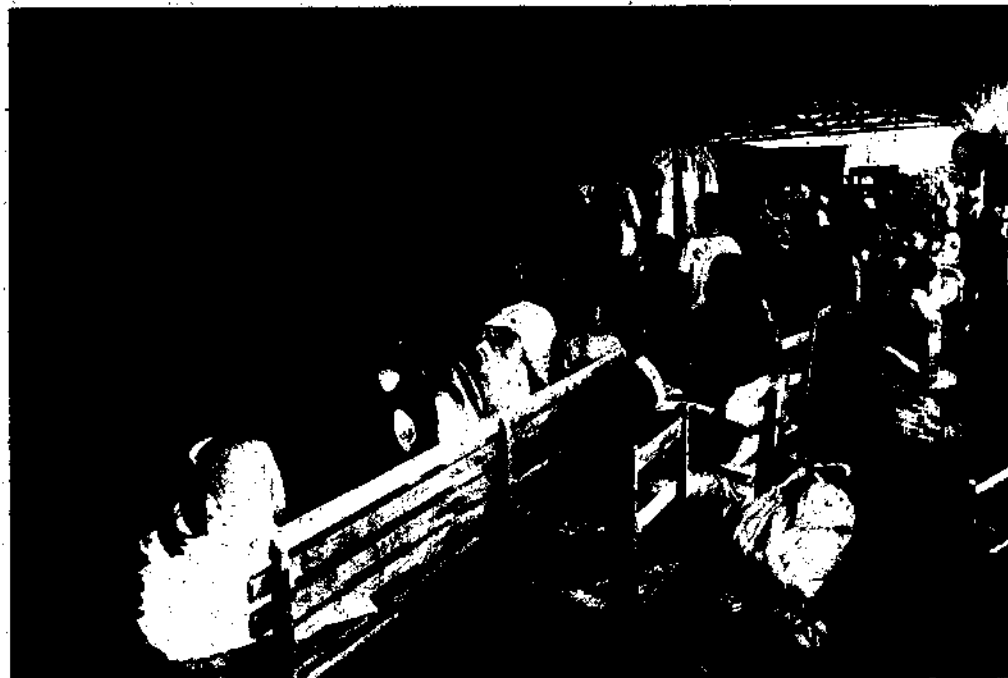
O projeto foi acompanhado pela equipe de reportagem do programa Profissão Repórter, da TV Globo, veiculado no dia 20 de dezembro e mostrou os desafios da Expedição e a satisfação dos médicos do projeto. As equipes realizaram cirurgias gerais, oftalmológicas, como remoção de catarata, e ortopédicas; além de consultas, exames e procedimentos nas áreas de clínica médica, ginecologia e obstetrícia, pediatria, ortopedia e odontologia.

A Expedição contou com um total de 58 profissionais, entre eles, oftalmologistas, clínicos gerais, anestesistas, ortopedista, ginecologistas, enfermeiros e dentistas, além do pessoal de logística e administrativa. "Essa expedição teve algumas peculiaridades e dificuldades logísticas, em função da dificuldade de acesso a muitas comunidades. O transporte de pacientes de outras aldeias para a base, que ficou localizada no município de Jacareacanga, oeste do Pará, só foi possível com uma complexa combinação de uso de vias fluviais, terrestres e aéreas", destacou o presidente dos Expedicionários da Saúde.

O diferencial na atuação dos Expedicionários da Saúde está na utilização de um moderno centro cirúrgico móvel, que permite levar o atendimento médi-



As crianças se encantam com o celular do médico. São os Expedicionários da Saúde, todos voluntários.

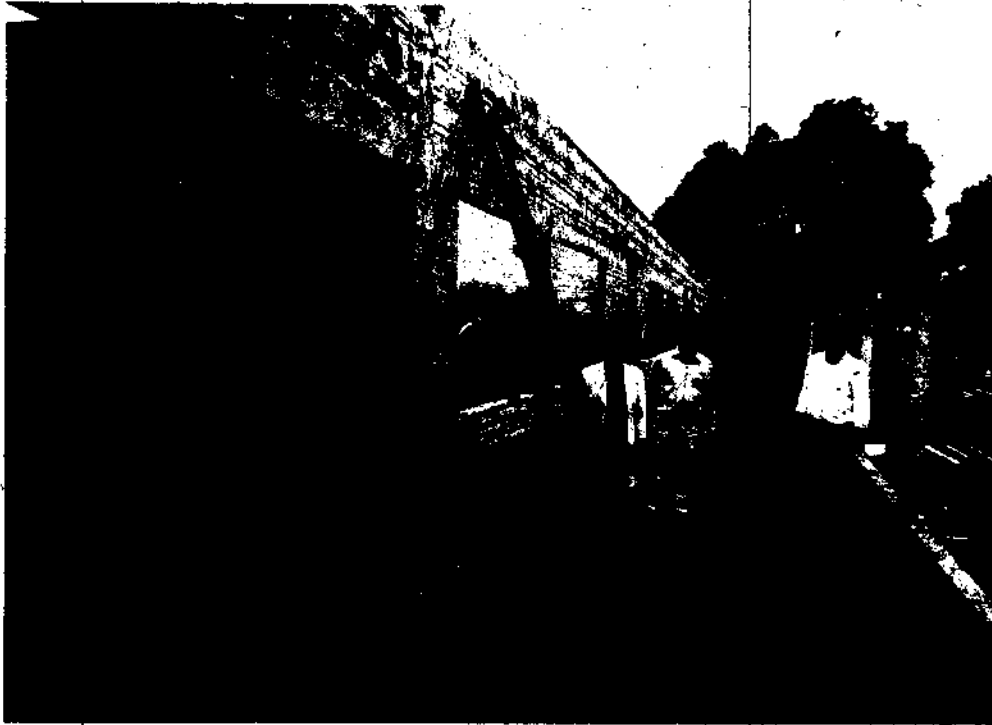


Eles vêm de Campinas (SP) e várias partes do Brasil para levar saúde às populações sem acesso à saúde.

co às comunidades indígenas mesmo em locais remotos da Amazônia. Com sede em Campinas, no estado de São Paulo, a Organização transporta em cada expe-

dição cerca de oito toneladas de equipamentos. Em oito anos de atividades nas aldeias indígenas da região, o grupo já realizou mais de 2.600 cirurgias.

Medidas Mitigadoras



Reforma e ampliação da Escola Municipal Irma Dulce em Alta Floresta

A compra já foi autorizada pela CHTP e está sendo adquirida de empresas sediadas em Alta Floresta. Como também, serão adquiridos materiais específicos para o Programa de Atenção Bucal; 20 aparelhos de ar condicionados; 20 computadores com impressoras e nobreak.

A Vigilância Epidemiológica receberá uma caminhonete 4x4 cabine dupla e um furgão para a distribuição de medicamentos.

INFRAESTRUTURA

A CHTP ficou responsável diretamente pela reforma e ampliação do Saguão do Aeroporto Municipal Osvaldo Dias, a qual contratou a empresa Mérito Empreendimentos com sede neste município, que já deu início as obras, com previsão de conclusão em junho de 2012.

CHTP REALIZA OBRAS EM PARANAÍTA

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires investe nos setores de saúde, educação e infraestrutura,

Comprometida com áreas sociais, de saúde e infraestrutura do Município de Paranaíta, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), continua com os

investimentos que contemplam o Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais (P-36) e já firmou contrato com as empresas responsáveis pelas obras e aquisições. Em Paranaíta serão investidos R\$ 5,7 milhões

Os projetos de construção já estão em fase de execução, com as empresas executoras contratadas. Os equipamentos estão sendo adquiridos e serão entregues nos primeiros meses do ano vindouro.

A definição das áreas de investimento ficaram sob responsabilidade dos gestores municipais que indicaram onde existem as principais carências da comunidade.

O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPED) foi contratado pela CHTP para monitorar se os investimentos disponibilizados inicialmente serão suficientes para atender esta demanda.

SAÚDE

Na área da saúde, a CHTP beneficiará o município com a construção de uma unidade do Programa de Saúde da Família (PSF); uma Unidade Descentralizada de Reabilitação; uma Unidade Básica Rural de Saúde; e uma Unidade Básica de Saúde.

Até final de janeiro, a CHTP entregará um veículo Van com 15 lugares e uma ambulância tipo C, equipada para atendimentos de urgências pré-hospitalares de vítimas de acidentes ou em locais de difícil acesso.

A população receberá uma pista de caminhada, a ser construída nas ruas e avenidas da região central da cidade, conforme circuito aprovado pela Prefeitura de Paranaíta, com conclusão prevista para final de março de 2012.

EDUCAÇÃO

Para atender os alunos do ensino básico, serão construídas uma sala de aula e um refeitório na Escola Nossa Senhora Das Graças, com conclusão prevista para final de março de 2012; e nove salas de aula na Escola JK de Oliveira, com conclusão prevista para início de junho de 2012.

A Secretaria Municipal de Educação receberá um ônibus escolar com 40 lugares, e um ônibus escolar especial com elevador para pessoas portadoras de necessidades especiais, uma caminhonete 4x4 e um caminhão 3/4 com câmara fria para o transporte de merenda escolar.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No setor de Assistência Social, serão doados um ônibus adaptado para transporte de pessoas com necessidades especiais, e um veículo para dar suporte à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Será realizada a ampliação e reforma do prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, com conclusão prevista para início de junho de 2012; e construção de uma Unidade Previdenciária (INSS), com conclusão prevista para final de março de 2012.

INFRAESTRUTURA

A CHTP irá viabilizar projeto técnico ambiental para implantação do Aterro Sanitário de Paranaíta.

Será realizada a pavimentação e drenagem da Avenida João Lopo de Souza, com prazo estipulado de conclusão para final de maio de 2012.

TELES PIRES



Quem já passou pela estrada MT-206, que liga Paranaíta a Apiacás, em direção ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, já deve ter deparado, durante o trajeto, com o Bar e Mercadoria Beira Rio. É ali que moradores da região ou motoristas dão uma parada para o descanso ou fazem um lanchinho para dar continuidade à viagem. Água gelada para amenizar o calor, uma mangueira para limpar os carros e o complemento de muita simpatia é o que não falta no local. Muitos trabalhadores da obra, já deram um "olá" e um "tchau" para o proprietário do estabelecimento comercial que fica na gleba de Mandacaru, Eduardo Vieira, conhecido por "Pipoca."

Ele nasceu em Bonito (MS), e, desde que chegou a Paranaíta, há três décadas, em 1979, nunca mais saiu da cidade. O "Bar e mercadoria Beira Rio" é parada obrigatória para as pessoas que transitam pela MT 206, pois é o meio do caminho para o canteiro de obras. Segundo Pipoca, a concretização deste comércio ocorreu quando ele e sua esposa decidiram criar um negócio próprio que consideravam ser algo bom para eles. O espaço também conta com uma oficina mecânica para atender os motoristas e barqueiros que necessitam de alguma assistência técnica.

Com a chegada da usina tudo mudou. Pipoca investiu em melhorias no seu estabelecimento, aumentou os banheiros, disponibiliza uma mangueira para que os motoristas possam tirar o barro que os carros trazem da estrada e oferece comida de qualidade e refrigerante geladinho para tirar o pó da garganta de quem passa por lá.

Segundo Pipoca, do ano passado pra cá, o movimento aumentou aproximadamente 50%. "O movimento melhorou, pessoas diferentes passam por aqui o tempo todo e a gente sente que as melhorias estão só começando. A minha esperança é que, com a chegada da usina, as coisas melhorem cada dia mais" afirma.

Ibama realiza vistoria na UHE Teles Pires

Entre os dias 31 de janeiro a 03 de fevereiro, os técnicos do IBAMA fizeram uma vistoria na Usina Hidrelétrica Teles Pires, com o objetivo de inspecionar as atividades do Projeto Básico Ambiental (PBA) que envolve os programas ambientais do empreendimento, relacionados ao Meio Biótico, Meio Físico e Socioeconômico.

Antes do início da vistoria, a equipe da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) reuniu com os técnicos do IBAMA, para dar uma prévia de como está o andamento e execução do PBA.

Os técnicos, ao entrarem em contato com o canteiro de obras, realizaram o levantamento de informações juntamente com os responsáveis pela execução dos programas ambientais. Além das visitas técnicas, eles também acompanharam as ações desenvolvidas nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, em que tiveram a oportunidade de reunirem com os representantes das prefeituras municipais, para saber como as atividades de compensação são realizadas pela companhia.

Segundo o coordenador do socioeconômico da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, Paulo Novaes, esta vistoria foi muito positiva, porque dá a oportunidade de continuar trabalhando de acordo com as determinações impostas pelo órgão ambiental fiscalizador.



Reunião do Ibama com os técnicos da CHTP no dia 31 de janeiro



A OUVIDORIA UHE Teles Pires é um canal privilegiado para que todos possam tirar suas dúvidas, fazer perguntas e manifestações, em segurança, com garantia de sigilo. Você tem 4 formas de se comunicar conosco: e-mail ouvidoria@uhetelespires.com.br, carta, pessoalmente em um dos nossos endereços que estão no rodapé deste informativo ou através do nosso mais novo canal, o 0800. Ligue e participe!

0800 647 2177

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

Edição: Elza Pires de Campos (11.446/SP)

Texto e Revisão: Ana Assumpção (1301/MT) e Juliana Herrmann (3798/DF)

Diagramação: Igor Antunes Bessa

Santafé Ideias e Comunicação

email: ascom@uhetelespires.com.br

Impressão: Gráfica M Ilumin

Tiragem: 2000 unidades

Paranaíta - MT
Av. Ludovico da Riva, 39
CEP 78590-000 TEL (66) 3563-1465

Cuiabá - MT
Av. Miguel Sutil, 8695
CEP 78043-305 TEL (65) 3622-4303
Rio de Janeiro - RJ
Av. Praia do Flamengo, 78
CEP 22210-904 TEL (21) 3235-2814

Carta CHTP – nº 017-2011

Cuiabá-MT, 18 de janeiro de 2011.

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica - COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011 e do P.16
Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos em anexo o atendimento das condicionantes especificadas abaixo:

Condicionante 2.2 Apresentar relatórios relativos aos Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta.

Exigência Conforme descrito no P.16 – Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna:

"Um relatório das atividades PRSCF deverá ser apresentado trimestralmente e, estes deverão ser consolidados em um relatório anual."

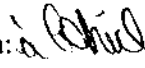
Colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,



Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez
Diretor Adm. e Financeiro

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A.
Praia do Flamengo, 78 – 1º andar – Sala 101
Flamengo – CEP. 22.210-030
Rio de Janeiro, RJ.

MMA - IBAMA
Documento:
02001.000268/2012-17
Data: 20/01/12


De ordem: 
Para:

Em: 23/01/12


Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À MARISIA MARÍAM TENEDINI,
PARA AVALIAÇÃO DA EQUIPE.

EM 24.01.12


Ralacir Simão Della Nira
Coordenadora do Departamento de Hidroeletricidade
COMDEGE/ELUCIBAMA
Substitua



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Nota Técnica nº 15/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Análise das solicitações de alteração do modelo e disposição das Passagens de Fauna a serem instaladas no acesso provisório do Canteiro de Obras da UHE Teles Pires e da localização da portaria definitiva e estruturas vinculadas.

I. INTRODUÇÃO

1. O documento "Alteração do modelo e disposição das Passagens de Fauna a serem instaladas no acesso provisório do Canteiro de Obras", de 2 de fevereiro de 2012, foi entregue durante a vistoria para acompanhamento da Licença de Instalação da UHE Teles Pires.
2. A Carta CHTP nº 025-2012 encaminha solicitação de alteração do posicionamento da Portaria e estruturas vinculadas.

II. ANÁLISE

Alteração do modelo e disposição das Passagens de Fauna a serem instaladas no acesso provisório do Canteiro de Obras

3. O documento indica que em razão de fatores locais, como os índices de pluviosidade, os hábitos da fauna na região e a presença de vegetação preservada em alguns pontos previstos para implantação das passagens de fauna, o modelo proposto no PBA mostra-se inadequado para instalação das passagens de fauna nos 12, 13 e 14, no acesso provisório da margem esquerda.
4. Segundo o documento, os índices de pluviosidade são instáveis na região, principalmente entre dezembro e fevereiro, quando os córregos aumentam muito de volume e chegam a passar dias consecutivos por cima das pontes.
5. A passagem nº 12, está inserida em área onde há uma frágil conexão arbórea, mas que facilita a condução de alguns grupos. A instalação do modelo proposto no PBA implicaria na supressão de vegetação nessa pequena área de fragmento preservado, o que traria prejuízo para a fauna local. O documento aponta ainda, que há pouco espaço de terra firme sob a ponte, o que favorece apenas a travessia de grupos ligados a esse tipo de ambiente. É proposta a instalação de uma passarela lateral de 75 cm de largura, construída em madeira, com um vão livre até a ponte de 1,15 m e rampas niveladoras com o terreno de inserção e recobertas por camada de terra. As cercas de direcionamento não seriam instaladas, permitindo a conservação do pequeno fragmento presente na área.

6. A passagem nº 13 está inserida em um corredor frágil e estreito, dentro de uma área antropizada. Visto que o comprimento desta ponte é bem maior, é proposta a instalação de duas passarelas iguais ao modelo da passagem nº 12, uma de cada lado da ponte. Também propõe-se a exclusão da instalação das cercas de direcionamento, com o objetivo de preservar a vegetação do pequeno corredor.

7. A passagem nº 14 está prevista para uma área com um corredor mais frágil e ligando fragmentos mais distantes. À montante ocorre um alagamento e a jusante sai água através de uma tubulação. Devido a esse represamento, a instalação de uma passagem sob a ponte se torna inviável no ponto indicado. Para essa passagem, é proposta a instalação do modelo indicado no PBA, em uma área distante 5 ou 7 m do ponto anteriormente apresentado, com a passagem sob a estrada e respeitando os limites do corredor ecológico. A alteração é necessária para manter o fluxo de água contínuo, pois o represamento à montante é utilizado para dessedentação animal, em propriedade particular.

8. Em vistoria realizada nos pontos previstos para as passagens de fauna nºs 12 e 14, entre os dias 31/01 e 03/02, verificou-se que a instalação do modelo proposto no PBA mostra-se realmente inadequada nessas áreas. Desse modo, entende-se que os modelos de alteração propostos no documento apresentam-se mais funcionais, considerando as condições locais nos pontos propostos para instalação das passagens de fauna nºs 12, 13 e 14.

9. Com relação a proposta de instalação de dispositivos de redução de velocidade nos pontos de travessia, destaca-se que a instalação de redutores de velocidade nos pontos de travessia de fauna já está prevista no PBA, entretanto apenas na via definitiva. Considerando que nas áreas das passagens de fauna avaliadas, a velocidade de deslocamento dos veículos também é alta, entende-se que os dispositivos de redução de velocidade podem ser instalados na via de acesso provisório, nas proximidades das passagens de fauna.

10. Os esquemas dos modelos propostos não foram anexados ao documento que solicita a alteração. A CHTP deverá encaminhar, em 10 dias, os esquemas detalhando as passagens de fauna que serão instaladas nos pontos nºs 12, 13 e 14.

Alteração do posicionamento da Portaria e estruturas vinculadas

11. A CHTP solicitou, através da Carta nº 025-2012, a alteração do posicionamento da Portaria e estruturas vinculadas. A alteração se deve aos seguintes fatores na área anteriormente proposta: (i) topografia irregular e ondulada, o que poderá proporcionar processos erosivos e dificuldade no tráfego de veículos; (ii) supressão de 1 ha de floresta nativa; (iii) proximidade de uma Área de Preservação Permanente (APP).

12. A nova área indicada apresenta-se antropizada, ocupada por capim Mombaça (*Panicum maximum*) e com a presença de alguns indivíduos adultos e jovens da palmeira Inajá (*Maximiliana maripa*). Segundo o documento, esse tipo de área antropizada, coberta por capim e com a presença de palmeira, é típica na região. O uso do fogo foi observado pela presença de muitas árvores mortas em pé, com caule queimado.

13. A área sugerida para a instalação da portaria, segundo análise preliminar, está contemplada dentro da área autorizada pela ASV nº 526/2011, o que permite a supressão sem que seja emitida nova ASV, entretanto, a CHTP deverá encaminhar, em 10 dias, uma carta imagem confrontando a nova área da portaria e a área de abrangência da ASV a fim de verificar a não extrapolação de áreas, impedindo que sejam suprimidos áreas não autorizadas por este instituto.

14. Embora esteja antropizada essa área ainda é capaz de abrigar algumas espécies da fauna, com maior probabilidade de ocorrência de espécies de alguns grupos de anfíbios, répteis e

ms
Assinatura

pequenos roedores. Desse modo, o documento sugere que todas as atividades de limpeza da área sejam acompanhadas por equipes de resgate de fauna.

III. CONCLUSÃO

- 15. De acordo com a análise, entende-se que a alteração do modelo a ser instalado nas passagens de fauna n.ºs 12, 13 e 14 é necessário para adequação às características destes locais.
- 16. Recomenda-se que os modelos propostos para passagens de fauna n.ºs 12, 13 e 14 sejam instalados nestes pontos, conforme apresentado no documento. A passagem n.º 14 será instalada distante 5 a 7 m do ponto inicialmente previsto.
- 17. A área proposta para a implantação da portaria definitiva e estruturas associadas, implica em redução de mata nativa a ser suprimida e encontra-se dentro da poligonal autorizada pela ASV n.º 565/2011.
- 18. As equipes de resgate de fauna e de germoplasma deverão acompanhar as atividades de limpeza da área onde será instalada a portaria definitiva.

À consideração superior.

Brasília, 13 de fevereiro de 2012

Mariana Tenedini
Mariana Tenedini
Analista Ambiental
Mat. 1716843

De Acordo.

*FAVOR MINIMAR O PREÇO PARA
CÔNCELA DO INTERESSADO.
27/02/12*

[Handwritten Signature]
Incmaz Miracema de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidreletricas
COMISSÃO DE LICENCIAMENTO

11/11/2020



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Processo Nº 2775
Folha Nº 6711/08
Assinatura

Ofício nº 110 /2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 17 de fevereiro de 2012.

Ao Senhor
LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Avenida Ludovico, nº 39 - Centro
Paranaíta - MT – CEP: 78.590-000
Tel: (65) 3622-4303

Assunto: UHE Teles Pires
Ref. Processo nº 02001.006711/2008-79

Senhor Diretor,

1. Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, encaminhado, em anexo, o Parecer nº 23/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, referente a análise de atendimento às condicionantes da LI nº 818/2011 e a Nota Técnica 15/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, referente a análise de solicitação de alteração do modelo de passagem de fauna e alteração da localização da portaria definitiva e estruturas vinculadas.
2. Solicito que sejam encaminhados, no prazo de 10 dias: (i) esquemas dos modelos de passagem de fauna propostos; (ii) carta imagem confrontando a nova área da portaria e a área de abrangência da ASV;
3. Solicito ainda, que para atendimento da condicionante 2.19 item “d”, seja encaminhado no prazo de 20 dias, uma listagem de indicadores que tornem possível acompanhar os avanços do Monitoramento Socioeconômico, estabelecendo base comparativa, conforme Parecer nº 23/2012.

Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIÁ DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

EM BRANCO

Data: 16/02/12

Carta CHTP – nº 37 -2012

Cuiabá-MT, 10 de Fevereiro de 2012.

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental,
Sr. Adriano Rafael Arrepla de Queiroz
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício nº 89/2012/CGENE/DILIC/IBAMA – Liberação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 02/2011 e da Autorização de Supressão Vegetal nº 565/2011.

Senhor Coordenador:

No intuito de atendermos a solicitação do Ofício nº 89/2012/CGENE/DILIC/IBAMA segue as solicitações abaixo:

- a) Situação de entrada no CTPFS de todos os animais registrados;
R.: **Em Anexo 1 - Lista acumulativa de entrada de animais no CTPFS;**
- b) Carta de recebimento da Instituição depositária contendo a quantidade dos animais recebidos de cada espécie e a marcação individual e permanente utilizado em cada espécime;
R.: **Anexo 2 – Carta de recebimento da instituição depositária;**
Anexo 2.1 – Aceite de Material Biológico;
Anexo 2.2 – Lista acumulativa de animais destinados para Coleção;
- c) Quantitativo das áreas suprimidas até a presente data, com exceção da área do CTPFS e do acesso para sua implantação;
R.: **Anexo 3 – Quantitativo Áreas Suprimidas;**

Atenciosamente,


Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

De ordem: *Wladimir* Em: 17/02/12
Para:

Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A ANAUSIA MARINA TORRESINI,

PARA AVALIAR
27/02/12

Thomaz
Thomaz Mazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/BAMA



Ministério do Meio Ambiente
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 Diretoria de Licenciamento Ambiental
 Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
 Coordenação de Energia Hidrelétrica

PARECER n.º 23/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Análise dos documentos recebidos de comprovação do cumprimento das condicionantes da LI n.º 818/2011 da UHE Teles Pires.

I. INTRODUÇÃO

O empreendimento UHE Teles Pires encontra-se em implantação no rio Teles Pires, municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA e terá capacidade instalada de 1820 MW e reservatório de aproximadamente 150 km².

O objetivo deste parecer é analisar as informações enviadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires – CHTP acerca das condicionantes e programas da LI n.º 818/2011, seja em documentos recebidos durante este período da instalação ou no Relatório Semestral.

II. ANÁLISE

Para análise do cumprimento das condicionantes firmadas na licença, foram adotados os seguintes termos:

- **Condicionante atendida:** após análise, o item foi avaliado como cumprido.
- **Condicionante em atendimento:** no momento, não existe pendência identificada.
- **Condicionante parcialmente atendida:** quando foi identificada alguma pendência.
- **Condicionante não atendida:** após análise das informações constantes no processo, concluiu-se que os documentos apresentados não atendem o disposto no item de licença ou não foram apresentados documentos sobre tal tema.
- **Condicionante ainda no prazo:** o prazo estipulado na Licença de Instalação ainda não expirou.

2.3 Apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, documento intitulado “Projeto Básico Ambiental – versão final”, incorporando as recomendações técnicas apresentadas nos Pareceres Técnicos n.º 60/2011, 76/2011 e 80/2011, e Ofício n.º 830/2011/DILIC/IBAMA – referente aos ajustes a serem efetuados no PBA apresentado em março de 2011.

Condicionante atendida.

A versão final do Projeto Básico Ambiental, encaminhada por meio da Carta DIR ADM/FIN – n.º 172/2011, de 15 de setembro de 2011, atende ao solicitado por este órgão.

2.6 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, cronograma detalhado de construção das instalações acessórias ao alojamento (ETA, ETE, aterro sanitário, acessos).

Condicionante atendida.

A análise desta condicionante foi realizada no Parecer Técnico n.º 26/2011 – NLA/IBAMA-TO. Ressalta-se que a equipe do IBAMA realizou vistoria no canteiro de obras

do empreendimento nos dias 01 e 02/02/12, e na oportunidade acompanhou o andamento da construção das instalações acessórias de que trata esta condicionante.

Na ocasião da vistoria, observou-se que os prazos estipulados nos cronogramas detalhados encaminhados pela Carta CHTP – nº 189-2011 não foram cumpridos pelo empreendedor, visto que, as instalações da ETA, ETE e Aterro Sanitário, com previsão de conclusão para novembro/dezembro de 2012, ainda estavam sendo finalizadas.

Em contrapartida, verificou-se que o cronograma de instalação dos alojamentos e outras estruturas de apoio às obras também sofreu atraso. Na ocasião da vistoria, as instalações de alojamento utilizadas pelos trabalhadores estavam restritas ao canteiro pioneiro e alguns alojamentos tipo “C” já concluídos.

O empreendedor afirmou que a Estação de Tratamento de Água – ETA está concluída, restando apenas finalizar a tubulação para conduzir a água potável aos alojamentos.

O sistema de tratamento dos efluentes gerados no canteiro pioneiro é composto por fossa séptica, filtro e sumidouro, previsto para ser utilizado até a entrada em operação do primeiro módulo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE definitiva. Segundo a CHTP, os efluentes esgotados de tanques sépticos, através de caminhões limpa fossa, e de manutenção dos banheiros químicos das frente de obras, foram temporariamente encaminhados a uma ETE licenciada em Alta Floresta pertencente ao CAB. Ressalta-se que, na ocasião da vistoria, estes efluentes já estavam sendo lançados no primeiro módulo da ETE definitiva, que tem previsão de conclusão para meados de fevereiro de 2012.

Na ocasião da vistoria, os resíduos sólidos Classe 1 estavam sendo temporariamente estocados, enquanto o incinerador do canteiro não foi instalado. Segundo a CHTP, os demais resíduos estão sendo destinados a um aterro sanitário licenciado na cidade de Sorriso-MT. A previsão do empreendedor é iniciar a operação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR do canteiro até final de fevereiro de 2012.

Portanto, apesar do atraso de cronograma constatado, a equipe do IBAMA julgou as ações provisórias adotadas pelo empreendedor adequadas para minimizar os impactos decorrentes de efluentes e resíduos sólidos gerados, até a ocasião da vistoria, no canteiro pioneiro.

2.7 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, medidas de controle direcionada aos ruídos, emissão de material particulado e tráfego de veículos pesados entre a jazida de empréstimo de solo na margem esquerda e o alojamento.

Condicionante atendida.

A análise desta condicionante foi realizada no Parecer Técnico nº 26/2011 – NLA/IBAMA-TO.

2.10 No Programa de Investigação de Contaminação por Mercúrio (P.13):

a. Apresentar, até o oitavo mês após o início das obras, relatório contendo os resultados da primeira campanha objetivando a definição do quantitativo de campanhas a serem realizadas antes do enchimento;

b. Realizar campanhas de coletas de sedimentos e solos antes e após o enchimento do reservatório.

Condicionante ainda no prazo.

Ressalta-se que a equipe do IBAMA realizou reunião com o empreendedor no dia 31/01/12, onde a CHTP apresentou o *status* dos Programas Ambientais aprovados no PBA. Na ocasião, o empreendedor relatou dificuldades para contratação da equipe responsável para conduzir o programa alvo desta condicionante, porém ressaltou que já está em contato com consultores da área.

2.11 Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de utilização das mudas produzidas até o terceiro ano de atividade, no âmbito do Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas (produzidas até o 3º ano).

Condicionante atendida.

Esta condicionante foi estabelecida devido o descompasso entre os cronogramas dos programas P.14 e P.36. No P.14 a produção de mudas inicia-se no primeiro mês do Ano 1, enquanto que no P. 36 o plantio ocorrerá no primeiro mês do Ano 4, após o enchimento do reservatório.

Para o atendimento da condicionante, a CHTP encaminhou o documento "Plano de Utilização das Mudas Produzidas no Âmbito do Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas (produzidas até o 3º ano)".

De acordo com o documento, diante da imediata necessidade de utilização do material vegetal resgatado nas áreas de intervenção para instalação da infraestrutura de apoio às obras da UHE Teles Pires, o empreendedor optou por uma parceria com o governo municipal de Paranaíta, que dispõe de uma estrutura para produção de mudas localizada no Assentamento São Pedro, do INCRA, atualmente desativada por falta de recursos, e de um viveiro em funcionamento localizado no perímetro urbano do município.

As mudas produzidas nos dois viveiros serão utilizadas para a recuperação de áreas de preservação permanente e corredores ecológicos, fomento às atividades socioambientais de recuperação de APP's urbanas, ações educacionais de plantio de árvores nativas e restauração de espaços urbanos, além do uso em campanhas de educação ambiental em datas comemorativas.

O documento traz, ainda, cronograma contemplando as atividades de recuperação e adequação da infraestrutura dos viveiros, tratamento dos propágulos e a preparação, manutenção e distribuição das mudas durante os três anos que antecedem o início da implantação do P.36 - Programa de Recomposição Florestal.

2.13 Apresentar revisão do Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras (P.04), a qual deverá contemplar: (i) número mínimo de participantes; (ii) quantitativo de horas de capacitação; (iii) material utilizado para a capacitação; (iv) fluxograma de trabalho do resgate; (v) parâmetros limnológicos quantitativos; e (vi) especificações técnicas dos equipamentos utilizados para o resgate, incluindo os defensores das ensecadeiras e as caixas de transporte. O programa deverá ser submetido ao IBAMA para aprovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias ao início das atividades.

Condicionante ainda no prazo

2.14 Apresentar plano de trabalho para alternativa mecânica de transposição de ictiofauna na fase de desvio do rio Teles Pires. O documento deverá apresentar: (i) os responsáveis pelo execução dos procedimentos; (ii) croqui das estruturas; e (iii) especificações dos equipamentos. O documento deverá ser submetido ao IBAMA para aprovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias ao início das atividades.

Condicionante ainda no prazo

2.15 Apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as áreas selecionadas para soltura dos animais resgatados. O documento deverá incluir: (i) a caracterização fitofisionômica das áreas; (ii) capacidade de suporte embasada em estudo específico; e (iii) mapas elaborados com base em imagens georeferenciadas.

Condicionante ainda no prazo

2.16 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o plano de trabalho relativo ao Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais (P37). O referido Plano de Trabalho deverá ser organizado por semestre, apresentando as principais atividades a serem realizadas, cronograma de execução e indicadores de acompanhamento.

Condicionante atendida.

Por meio do documento Carta DIR ADM/FIN – nº 183/2011, de 29 de setembro de 2011, a empresa informa ser necessário elaborar um diagnóstico que mapeie, entre outras coisas, “*diagnóstico com levantamentos básicos, incluindo mapeamento de potenciais entidades parceiras e identificação das demandas, programas em desenvolvimento nos municípios e perfil produtivo das economias locais*”. Indica ainda que os dados advindos dos outros programas, especialmente do cadastro socioeconômico, fornecerão subsídios para melhor condução deste programa.

Para tanto, a CHTP solicita a prorrogação do prazo de apresentação do plano de trabalho de 30 dias para 120 dias, conforme explicitado no PBA.

Entretanto, como anexo da Carta CHTP nº189-2011, foi enviado o mencionado Plano de Trabalho. Este documento data de 10 de outubro de 2011, e o plano está em conformidade com o que está pedido na condicionante.

2.18 No Programa de Trabalho de Comunicação Social (P41):
a. Promover campanhas de comunicação voltadas ao enfrentamento e combate da prostituição e exploração sexual infantil, envolvendo, especialmente, parcerias com instituições locais.

b. Promover seminários/reuniões públicas, com periodicidade anual, para divulgação dos principais resultados dos Programas Ambientais;

c. Aferir semestralmente, por meio de pesquisa direta, o grau de informação da população da região, segregada em população da AII – Paranaitá e Alta Floresta e população Diretamente Afetada (ADA);

d. Ampliar até o 6º mês da obra a duração da Campanha Geral de Divulgação do Empreendimento;

Condicionante em atendimento

Sobre o item “a” a CHTP enviou em 26 de janeiro de 2012 a Carta CHTP – nº 030-2012, informando que foi realizada a primeira campanha de combate da prostituição e exploração sexual infantil no mês de dezembro de 2011.

Esta carta relata também que o informativo do empreendimento está sendo distribuído bimestralmente como forma de atendimento ao item “d” desta condicionante.

2.19 No Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais (P36):

a. Apresentar, em até 30 (trinta) dias após a emissão da LI, a relação das atividades, ações, projetos, eventos, seminários nos municípios de Paranaitá e Alta Floresta – conforme Termos de Compromissos - contidos no Plano de Implantação;

b. As obras previstas nos Termos de Compromissos firmados entre a CHTP e o Poder Público local deverão ser concluídas até o 14º mês de Implantação da UHE Teles Pires;

c. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovação da instalação e do funcionamento Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental;

d. Inserir, no prazo de 90 (noventa) dias, indicadores específicos para acompanhamento da problemática da prostituição e exploração sexual infantil, dentro do Monitoramento Socioeconômico;

e. Considerar a temática da prostituição e da exploração sexual infantil como área para investimento em ações segurança pública, saúde pública e assistência social especializada, mediante discussão no âmbito do Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental;

f. Destinar auxílio técnico e financeiro aos serviços de apoio e assistência social que lidam com a temática da prostituição e da exploração sexual infantil (em Alta Floresta e Paranaíba), com intuito de aumentar a capacidade operacional das instituições.

Condicionante em atendimento.

Para o atendimento do Item "a" juntamente com a Carta CHTP- nº 321-2011, de 10 de outubro de 2011, foi entregue o documento *Primeiro relatório das atividades*, onde se encontram listadas no item 3.0 as *Atividades/Ações a realizar*. Esta listagem está dividida em uma lista geral e posteriormente separada em ações por município atingido.

O Item 5.0 apresentou o cronograma das atividades mencionadas acima.

Além das informações necessárias para considerar cumprido o item "a", este relatório apresenta a sequência das atividades executadas até então e uma breve descrição de cada uma. Foram firmados termos de compromisso e realizadas várias reuniões com as prefeituras envolvidas para definição de orçamento e ações no âmbito do *Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais*.

A CHTP também informa ter contratado a empresa Engenharia Fernandes para elaborar os projetos construtivos das obras acordadas com os gestores municipais.

Para desenvolver o Subprograma de Monitoramento Socioeconômico, a CHTP contratou o Instituto de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão – IPED.

A condicionante pede no item "c" que seja instituído Grupo de Trabalho e Acompanhamento dos Programas de Mitigação e Compensação Socioambiental. A Carta nº 183-2011, de 29 de setembro de 2011, informa em seu anexo 3, que em 24/08/2011, fora criado tal GT.

Sobre os itens "d" e "e" o empreendedor apresentou, na Carta CHTP- nº 321-2011, o anexo intitulado "Resposta ao documento eletrônico recebido da adm. Sandra Dias em 9 de novembro de 2011 às 14:39". O referido material foi entregue dentro da data prevista como manda a condicionante, entretanto precisa de alguns ajustes. O que veio apresentado como "Indicadores" é na verdade um conjunto de ações, que deveriam estar descritas na metodologia, como pontos a serem observados a partir das informações obtidas pelos órgãos e instituições listadas no item "metodologia".

Precisa-se de uma listagem de indicadores que tomem possível acompanhar os avanços estabelecendo base comparativa. Um exemplo seria a porcentagem do número de denúncias no decorrer do tempo de ação do programa. A equipe de socioeconomia se coloca à disposição para se reunir com o empreendedor em caso de dúvidas acerca deste item.

Os indicadores devem ser os parâmetros que permitirão comparar o status atual com os dados que serão obtidos futuramente, possibilitando a avaliação das condições e a proposição de medidas corretivas se necessário. De acordo com o *Guia Metodológico – Indicadores de Programas*, do Ministério de Planejamento e Gestão,

os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Apesar de ter sido entregue dentro do prazo, o documento não atende a solicitação. Sugere-se que seja corrigido em não mais que 20 dias.

2.21 Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, Plano de Trabalho para execução do Diagnóstico Rápido Participativo, no âmbito do Programa de Educação Ambiental.

Condicionante atendida.

O plano de trabalho para o DRP foi apresentado e a previsão de entrega do PEA formatado ao Ibama, segundo cronograma de execução do DRP, é para a primeira semana de fevereiro de 2012.

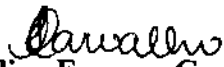
III. CONCLUSÃO

A análise considerou as seguintes condicionantes como atendidas: 2.3; 2.6; 2.7; 2.11; 2.16; 2.18; 2.19 letras a e c; e 2.21.

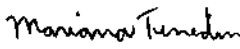
Sobre a condicionante 2.19 letra d precisa de alguns ajustes. O que veio apresentado como "Indicadores" é na verdade um conjunto de ações, que deveriam estar descritos na metodologia, como pontos a serem observados a partir das informações obtidas pelos órgãos e instituições listadas no item "metodologia". Precisa-se de uma listagem de indicadores que tornem possível acompanhar os avanços estabelecendo base comparativa. Um exemplo seria a porcentagem do número de denúncias no decorrer do tempo de ação do programa. A equipe de socioeconomia se coloca à disposição para se reunir com o empreendedor em caso de dúvidas acerca deste item.


À consideração superior,

Brasília, 17 de fevereiro de 2012.


Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental
Mat. 1572936

José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental
Mat. 680026

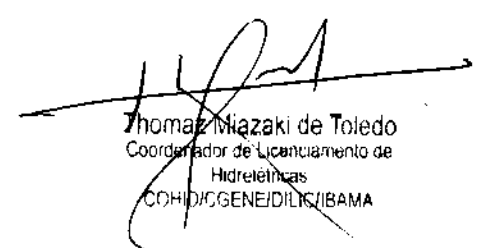

Mariana Tenedini
Analista Ambiental
Mat. 1716843


Rafael Melo dos Reis
Analista Ambiental
Mat. 1731419


DE ACORDO.

TAMOR MINISTRAR OBRAS NA CRENDA,

AREA CRENDA DO INTERESSADO.
17/02/12


Thomas Mizaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de
Hidreletricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Carta CHTP – nº 51-2012

Cuiabá-MT, 05 de março de 2012.

Ao

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica - COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.**

MMA - IBAMA
Documento:
02001.012634/2012-72

Data: 08/03/2012

Assunto: Endereço para envio de correspondência

Prezado Coordenador:

Vimos por meio desta, ratificar nosso endereço para envio de correspondência. Pedimos por gentileza que os ofícios e quaisquer outros documentos a nós enviados sejam para o seguinte endereço:

AV. Miguel Sutil, nº 8695, 8º andar;
ED. THE CENTRUS TOWER;
Bairro Duque de Caxias, CEP 78043-305;
Cuiabá - MT

Colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

De ordem:

Em: 09.03.12

Para:

Polid.

D/ Simone

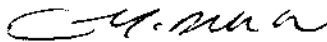
Simone Araújo de Souza

Secretária CGENE/DILIC

A ADMIR MARIANA TENEBINE,

PARA CIÊNCIA.

EM 13.03.12



Rara
Coordenadora de Atividades Hidrológicas
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Substituto

Cuiabá-MT, 08 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 052-2012

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais – Subprograma de Monitoramento Socioeconômico – UHE TELES PIRES.

Assunto: Atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011 e do Parecer nº 23/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos, em anexo, Plano de Trabalho revisado do Monitoramento Socioeconômico, em atendimento ao previsto no Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais, e às recomendações do Parecer Técnico nº 023 / 2012, constando os indicadores específicos para acompanhamento da problemática da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

“Sobre os itens “d” e “e” o empreendedor apresentou, na Carta CHTP nº 321/2011, o anexo intitulado “Resposta ao documento eletrônico recebido da adm. Sandra Dias em 9 de novembro de 2011 às 14:39”. O referido material foi entregue dentro da data prevista como manda a condicionante, entretanto precisa de alguns ajustes. O que veio apresentado como “Indicadores” é na verdade um conjunto de ações, que deveriam estar escritas na metodologia, como pontos a serem observados a partir das informações obtidas pelos órgãos e instituições listadas no item “metodologia”.

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A.
Praia do Flamengo, 78 – 1º andar – Sala 101
Flamengo – CEP. 22.210-030
Rio de Janeiro, RJ.

MMA - IBAMA
Documento:
02001.012685/2012-02

Data: 10/03/2012

De ordem:

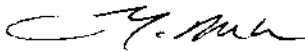
Em: 14.03.12

Para: *lebid.*

P. Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍZA ALINE OLIVEIRA,
PARA ANÁLISE DO
DOCUMENTO -

EM 15.03.12



Rafael Isimoto Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidroelétricas
DILIC/CGENE/DILIC/BAMA
Substituto



Precisa-se de uma listagem de indicadores que tornem possível acompanhar os avanços estabelecendo base comparativa. Um exemplo seria a porcentagem do número de denúncias no decorrer do tempo da ação do Programa. A equipe de socioeconomia se coloca à disposição para se reunir com o empreendedor em caso de dúvidas acerca deste item.

Os indicadores devem ser os parâmetros que permitirão comparar o status atual com os dados que serão obtidos futuramente, possibilitando a avaliação das condições e a proposição de medidas corretivas se necessário. De acordo com o Guia Metodológico – Indicadores de Programas, do Ministério de Planejamento e Gestão,

os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação do governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Apesar de ter sido entregue dentro do prazo, o documento não atende a solicitação. Sugere-se que seja corrigido em não mais que 20 dias."

Acusamos que o recebimento da correspondência enviada à CHTP – Paranaíta/MT, relativa ao presente Parecer Técnico, deu-se na data de 02/03/2012, sendo o mesmo datado de 17/02/2012.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

Luiz Claudio Ramirez Nunes

Diretor Adm. e Financeiro

continued

Cuiabá-MT, 09 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 053-2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA N.º 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos em anexo o atendimento da condicionante especificada abaixo:

2.2 "Apresentar relatórios relativos aos Planos, Programas e Projetos com periodicidade semestral, com exceção daqueles que exigem frequência distinta. Os relatórios devem conter: Dados brutos e análises elaboradas por responsável técnico; Versão impressa e digital (pdf); Sumário; Numeração das páginas; Referências bibliográficas; Relação de instituições e agentes envolvidos; Assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução; ART (quando pertinente) e CTF."

Estamos encaminhando o relatório versão impressa e digital dos seguintes programas ambientais:

- P.01 Plano de Gestão Ambiental
- P.02 Plano Ambiental para a Construção PAC
- P.03 Programa de desmatamento
- P.05 Programa de contratação e Desmobilização de Mão-de-obra
- P.14 Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação do Viveiro de Mudanças
- P.16 Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna
- P.19 Programa de Monitoramento da Herpetofauna – P.19
- P.29 Programa de Controle e Prevenção de Doenças
- P.30 Plano de Ação e Controle da Malária
- P.31 Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Histórico e Arqueológico
- P.32 Programa de Investigação, Monitoramento e Salvamento do Patrimônio Fossilífero
- P.36 Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais
- P.40 Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento compulsório de População
- P.41 Programa de Interação e Comunicação Social
- P.42 Programa de Educação Ambiental

MMA - IBAMA
Documento:
02001.012686/2012-49

Data: 12/03/2012

COM ANEXOS
R. CHIASAS

De ordem:

Em: 14.03.12

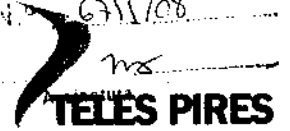
Para: *Calid.*

p/ Grupo
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍSA MACHA TENENINÉ,
PARA INSTALAR ANÁLISE DA
EQUIPE.

EM 15.03.12

Rafael Isimota
Rafael Isimota da Nina
Coordenador de Licenciamento de Interferências
DO DIOCGENE/DILIC/BAMA
S. 02/12



Contamos com o apoio e parecer favorável de V.Sª. à nossa postulação e colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

Luiz Claudio Ramirez Nunes

Diretor Adm. e Financeiro

Einmal

Data: 20/03/2012

Cuiabá, 20 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 065/2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
C/C. Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento Parcial da Condicionante 2.15 – Apresentação Plano Trabalho
Pontos Soltura Fauna.

Senhor Coordenador:

Vimos através deste apresentar o Plano de Trabalho do Levantamento e Definição dos Pontos de Soltura do reservatório da UHE Teles Pires em atendimento parcial à condicionante 2.15 da Licença de Instalação 818/2012 e solicitar a prorrogação em 90 dias, a contar da data do ofício, para a entrega do Relatório Final.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

Marcos Azevedo Duarte

Diretor Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias-CEP. 78.043-305-Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

De ordem: *lhid* Em: 22.03.12
Para:

P/ Ivone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍSA MARINA TEBULIM,

PARA Assinada.

EM 23.03.12

Catalina Nino Della Nina
Coordenadora de Licenciamento de Hidroelétricas
COHIDICGENE/DILIBAMA
Substituto

Anexo I

**Plano de Trabalho Atendimento Condicionante 2.15 da Licença de
Instalação Nº 818/2011 - Levantamento e Definição das Áreas de Soltura da
Fauna Terrestre**

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias-CEP. 78.043-305-Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

EM BRANCO



UHE TELES PIRES

Atendimento Condicionante 2.15 da LI nº818/2011 - Levantamento e Definição das Áreas de Soltura da Fauna Terrestre

Plano de Trabalho

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
Ms. Pablo Vinicius Clemente Mathias	CRBio 44077/04-D	543020	
Esp. Cláudio Veloso Mendonça	CRBio 37585/04-D	629394	
Tiago Guimarães Junqueira	CRBio 62336/04-D	2054181	
Thiago Barbosa da Silveira	CRBio 76380/04-D	2510209	
Julimar Andrade Oliveira	Em fase de registro	-	

Março – 2012



ES-SPANOL



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. INTRODUÇÃO	4
3. OBJETIVOS.....	4
4. ÁREA DE ESTUDO.....	5
5. BASE LEGAL E NORMATIVA	6
6. METODOLOGIA.....	6
6.1 Geoprocessamento.....	6
6.2 Levantamento da Fauna.....	10
6.3 Fitofisionomia e Fitossociologia	12
6.4 Cronograma das atividades de campo.....	13
7. DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	14
8. EQUIPE TÉCNICA.....	14
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15
10. ANEXOS	17

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa com sugestões de áreas de soltura com base em imagens satélites. ..	9
--	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Áreas de solturas à serem avaliadas na área de influência da UHE Teles Pires.....	8
Quadro 2. Cronograma das atividades em campo.	14
Quadro 3. Equipe técnica.....	15

ANEXOS

Anexo 1 - Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional.....	17
Msc. Pablo Vinicius Mathias	17
Anexo 2-Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional	18
Esp. Cláudio Veloso Mendonça	18
Anexo 3-Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional	19
Tiago Guimarães Junqueira.....	19

Ein Dokument



Nº	2789
Data	6/11/08
Ass.	mx

LISTA DE SIGLAS

CHTP- Companhia Hidrelétrica Teles Pires

UHE Teles Pires - Usina Hidrelétrica Teles Pires

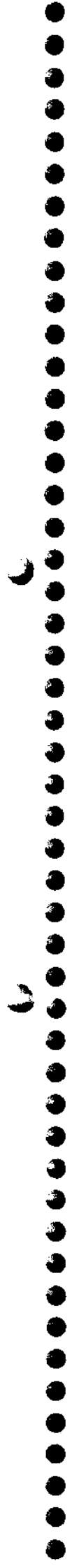
PA - Pará

MT- Mato Grosso

IUCN - International Union for Conservation of Nature

GPS - Sistema de Posicionamento Global

EMBROIDERED





1. APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico foi elaborado pela empresa brasileira Biota Projetos e Consultoria Ambiental LTDA, registrada no CNPJ: 05.761.748/0001-20, em parceria com a Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e refere-se a programação das atividades de campo para o Reconhecimento e Definição dos Pontos de Soltura da Fauna Silvestre.

2. INTRODUÇÃO

O PRSCF - Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna (P.16) definido no Projeto Básico Ambiental (PBA) do UHE Teles Pires possui como objetivo principal realizar o salvamento e o resgate da fauna silvestre, bem contribuir para o aproveitamento científico da fauna durante as atividades de supressão da vegetação para a limpeza das áreas de construção das estruturas permanentes, das áreas de apoio às obras e, principalmente, para a formação do reservatório da UHE Teles Pires.

O Programa apresenta vários objetivos específicos para que as metas sejam cumpridas, sendo que um desses é o de reconhecer áreas no entorno com fisionomias similares aos habitats afetados, a fim de translocar os espécimes aptos e sadios.

Para cumprir esse objetivo foi solicitado pelo IBAMA, através do item 2.15 da Licença de Instalação 818/2011, que a seleção das áreas de soltura dos animais resgatados deverá ser apresentada em até 180 dias após a concessão da Licença de Instalação, incluindo a caracterização fitofisionômica, estudo da capacidade de suporte e mapas detalhados das áreas.

3. OBJETIVOS

Avaliar e definir áreas que apresentam viabilidade logística, ambiental e fitofisionômica para a soltura de animais silvestres, que serão resgatados na etapa de Supressão Vegetal para implantação do Reservatório da Usina Hidrelétrica Teles Pires – UHE Teles Pires.

São também objetivos desta Proposta:

- Descrever a área de soltura em relação à sua localização, tamanho e delimitação;
- Levantar os tipos de ocupação do solo no entorno;
- Identificar e definir, dentro das áreas de soltura, áreas propícias e específicas à soltura dos diversos grupos faunísticos de acordo com suas características;
- Realizar a caracterização fitofisionômica e fitossociológica das áreas;

EMERGENCY





- Elaborar metodologia detalhada a ser utilizada no inventário de fauna, caso seja necessário realizar levantamentos de dados primários, referentes à área;
- Elaborar análise da adequabilidade das áreas de soltura, em relação à disponibilidade de recursos necessários à manutenção das espécies a serem soltas, tais como alimentos, sítios reprodutivos e abrigos;
- Indicar possíveis impactos da soltura sobre o ambiente, incluindo áreas adjacentes, espécies e população local da espécie;
- Indicar protocolos de mitigação de possíveis riscos para os animais libertados;
- Avaliar a capacidade de suporte com base nas informações coletadas neste Plano de Trabalho;
- Mapear a conectividade da área de soltura;
- Gerar base cartográfica das áreas de soltura com indicação de seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, incluindo áreas antropizadas e mapeamento dos habitats.

4. ÁREA DE ESTUDO

A Usina Hidrelétrica Teles Pires está sendo construída no baixo curso do Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT). Neste trecho o Rio Teles Pires rompe a serra dos Apiacás, formando uma rede de drenagem inserida quase que totalmente no Domínio das Depressões, mas com uma parte inserida no Domínio dos Planaltos Intermediários. A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts, suficiente para abastecer uma população de 2,7 milhões de famílias.

A bacia do rio Teles Pires é marcada pelo contato entre os dois principais ecossistemas brasileiros: O Cerrado e a Floresta Amazônica. Desde a serra do Finca-faca até a cidade de Sinop, o Cerrado é a vegetação predominante. A partir daí, começam a surgir manchas de florestas mais altas, principalmente ao longo do rio. Manchas de Cerrado e Floresta Amazônica se misturam na medida em que se caminha para o norte, até que as grandes florestas predominam.

Na área de influência da UHE Teles Pires podem ser encontradas quatro tipos de florestas, três delas comuns ao ambiente amazônico e relacionadas com a abundância de chuvas sendo elas:

- Floresta Ombrófila Densa Submontana - também chamada de Floresta de Terra Firme.
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial – Floresta que é inundada pelas águas do rio Teles Pires durante a estação chuvosa.
- Floresta Ombrófila Aberta Submontana – como a Floresta Ombrófila Densa é também chamada de Floresta de Terra Firme.

EMERGENCY





- Floresta Estacional Submontana – ocorre em regiões, onde a frequência de precipitações é menor e períodos de estiagem marcante, ocasionando na perda parcial das folhas em algumas espécies arbóreas.

Apesar dessa diversidade de tipos diferentes de florestas, cerca de 40% da AII está tomada por áreas fortemente modificadas, sem florestas, ocupadas por agricultura ou pastagens.

5. BASE LEGAL E NORMATIVA

A execução do levantamento e definição de áreas de soltura da fauna silvestre atenderá às regulamentações: Lei N° 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna; Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Decreto N° 4.339, DE 22 de agosto de 2002, institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade; Instrução Normativa do IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007, estabelece critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela lei n.º 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA n.º 001/86 e n.º 237/97; Instrução Normativa do IBAMA nº 179, de 25 de junho de 2008, define as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes.

6. METODOLOGIA

6.1 Geoprocessamento

Para alcançar os objetivos propostos, será utilizado o geoprocessamento como ferramenta principal para análise dos dados ambientais. O geoprocessamento engloba diversas técnicas como sensoriamento remoto, foto interpretação, digitalização de mapas, GPS (Global Positioning System) e Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Geoprocessamento pode ser definido como um ramo do processamento de dados que opera transformações nos valores contidos em uma base de dados referenciada territorialmente (geocodificada), usando recursos analíticos, geográficos e lógicos para obtenção e apresentação das informações desejadas (XAVIER DA SILVA, 1992).

Dados ambientais, ou variáveis ambientais, são conjuntos de valores relacionados ao ambiente. Quando o dado ambiental recebe um significado atribuído pelo ser humano se transforma em informação ambiental (TEIXEIRA *et al*, 1992). Os dados ambientais possuem o atributo de localização, o que permite a criação de bases geocodificadas relacionadas a estes dados. Assim, torna-se possível a análise destes dados ligados a

LIBRARY



outras propriedades como extensão e vizinhança ou ainda serem observados atributos temporais através de análises retrospectivas, avaliações e simulações de situações futuras (prospecções), pois os dados ambientais não são estáticos (XAVIER DA SILVA, 1992).

Para a análise dos dados e determinação das áreas de soltura serão associadas as seguintes variáveis, quando possível:

1. Espécies que tem ampla distribuição são menos suscetíveis à extinção;
2. Manchas grandes, que suportam populações grandes, suportam-nas por longos períodos de tempo;
3. Habitats contínuos viabilizam populações por longos períodos;
4. Manchas suficientemente próximas permitem dispersão e aumentam a viabilidade de suas populações;
5. Manchas que são conectadas por corredores conferem melhor dispersão;
6. Manchas de habitats que tem mínima ou nenhuma influência humana são melhores e
7. Populações que flutuam naturalmente são mais vulneráveis que populações estáveis (espécies raras).

Dentro da perspectiva de ecologia de paisagens, considera-se que locais propícios para a translocação de espécies devem ser heterogêneas, possuindo uma diversidade de microhabitats favoráveis para a sobrevivência das espécies. Desse modo, a análise das áreas deve ser feita considerando a dinâmica populacional das espécies que serão translocadas, como requerimentos em termos de área de vida, alimentação, abrigo e reprodução. Outro aspecto a ser considerado é o grau de conectividade entre as áreas (fragmentos) e as distâncias entre elas, visto que representa um indicativo das reais possibilidades de manutenção dos processos ecológicos e evolutivos no longo prazo (FERNANDEZ *et al.*, 2005).

A conectividade entre as áreas destinadas à soltura dos animais é importante do ponto de vista da manutenção do fluxo de indivíduos das diferentes espécies das comunidades, possibilitando o fluxo genético e a minimização da resistência à matriz do entorno. Além da conectividade, deverá ser considerada a matriz do entorno das áreas, como a utilização do solo e atividades antrópicas desenvolvidas, a fim de minimizar o efeito de borda sobre as espécies.

Serão retiradas das análises áreas com as seguintes características:

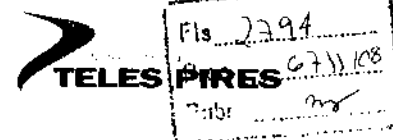
- Áreas próximas a adensamentos humanos;
- Fragmentos menores que 0,4 Km²;
- Áreas cortadas por rodovias;
- Sede de municípios;
- Canteiros de obras;

Com base nas informações citadas acima, algumas áreas de soltura foram pré-estabelecidas (**Figura 1 e Quadro 1**), para otimização das atividades em campo. Assim

END OF TAPING



Condicionante 2.15 - Levantamento e Definição de Áreas de Soltura do resgate de Fauna



07 (sete) áreas foram selecionadas, sendo que 02 (duas) áreas estão situadas no estado do Pará, 04 (quatro) no estado do Mato Grosso e 01 (uma) na divisa dos estados.

Para tal definição alguns critérios foram adotados, tais como estradas para acesso as áreas de soltura, fragmentos florestais conservados, presença ou ausência de água e suposição de formação fisionômica distintas entre as áreas supostas pela localização do fragmento. As áreas de soltura selecionadas para avaliação variaram entre 3706 e 5156 ha, sendo a Área 7 (A7) a menor, enquanto que a Área 2 é a maior (**Quadro 1**).

Estas áreas serão visitadas em campo, com a realização dos levantamentos faunísticos, além da identificação das fitofissionomias de cada área. Após a avaliação destas áreas serão dados os pareceres, sobre esta definição dos pontos de soltura.

Quadro 1. Áreas de solturas à serem avaliadas na área de influência da UHE Teles Pires.

Área	Localização	Posição em relação a barragem	Tamanho da Área de Soltura (ha)	Coordenada geográfica (21U)	
1	Margem direita do rio Teles Pires. Porção final do reservatório	Montante	4064	573405	8959860
2	Margem direita do rio Teles Pires	Montante	5156	538527	8979445
3	Margens direita e esquerda do rio Teles Pires	Jusante	4799	522564	8972872
4	Margem esquerda do rio Teles Pires. Próximo a barragem.	Montante	4606	513039	8962945
5	Margem esquerda do rio Teles Pires. Próximo a área de confluência entre os rios Teles Pires e Paranaíta	Montante	4787	525917	8951543
6	Margem esquerda do rio Teles Pires. Porção mediana do reservatório.	Montante	4081	544161	8955970
7	Margem esquerda do rio Teles Pires. Área mais próxima do município de Paranaíta.	Montante	3706	549526	8940811

EMBROID



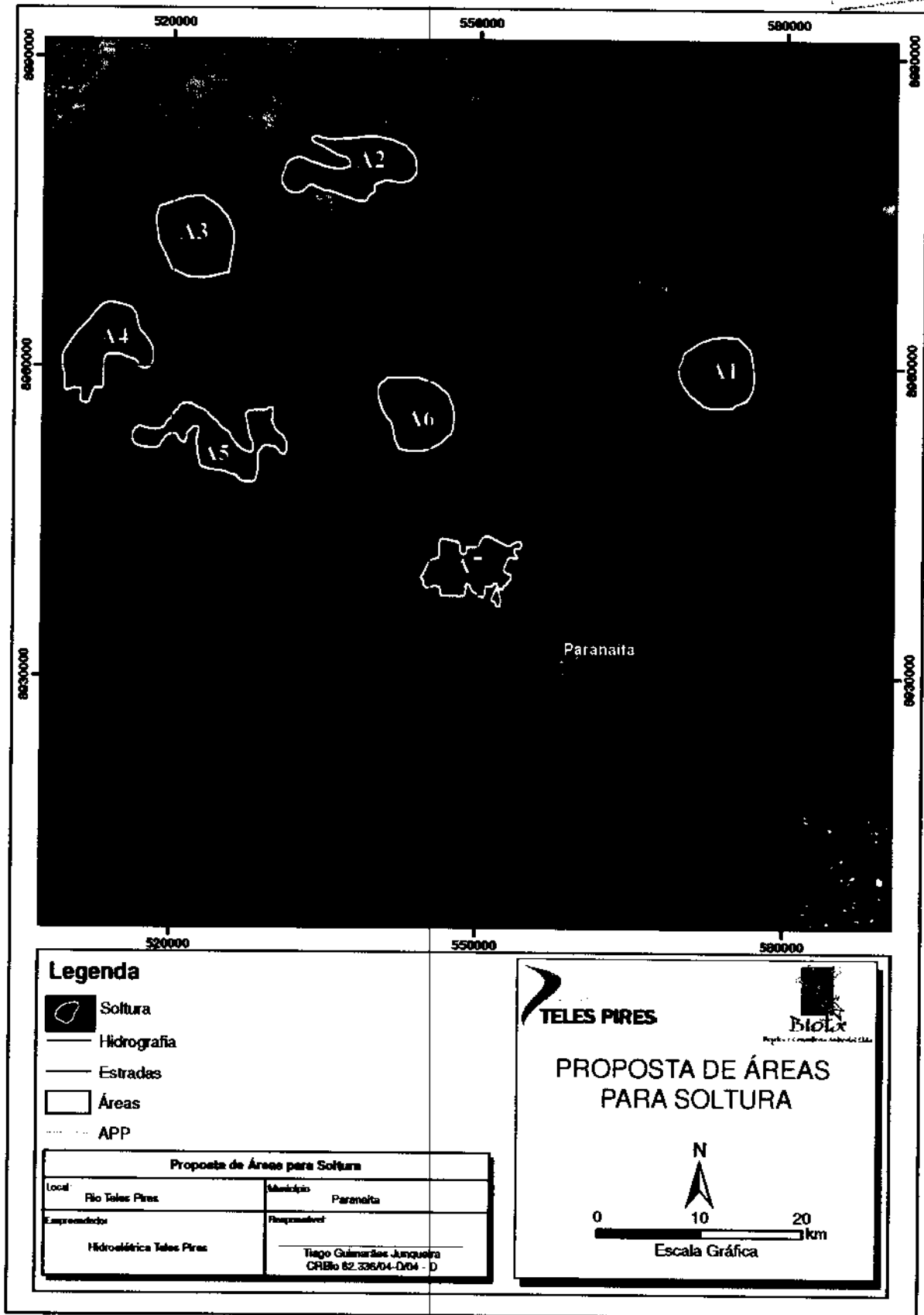


Figura 1. Mapa com sugestões de áreas de soltura com base em imagens satélites.

EXAMPLE



6.2 Levantamento da Fauna

As áreas de soltura já foram pré-determinadas utilizando os critério do tópico anterior, tamanho dos fragmentos florestais, localização, viabilização de acesso, etc. Para cada área amostral será destinado um dia de esforço amostral, para o levantamento faunístico.

Para o levantamento da fauna da região do empreendimento será utilizada metodologia de avistamento para os grupos faunísticos da herpetofauna, avifauna e mastofauna, como descritas a seguir:

Herpetofauna

Para o levantamento de répteis e anfíbios serão utilizadas as seguintes metodologias:

Procura Visual (VES - HEYER *et al.*, 1994): serão realizadas em períodos diurnos e noturnos, com deslocamento a pé, lentamente, a procura de répteis e anfíbios em todos os microhabitats visualmente acessíveis, incluindo troncos caídos, pedras no solo, interior de cupinzeiros, tocas de mamíferos, áreas nas margens das lagoas, entre outras. Para o vasculhamento de abrigos potenciais será utilizado um gancho herpetológico.

Procura Auditiva (AUD - HEYER *et al.*, 1994): será realizada tanto durante o dia, como durante a noite. Tem como objetivo identificar espécies de anfíbios anuros, bem como seus sítios reprodutivos. O canto de anúncio dos anfíbios sempre que possível será gravado, para posterior análise e identificação em laboratório. Para as gravações das vocalizações será utilizado um gravador Panasonic e Microfone Unidirecional.

Procura em sítios reprodutivos (SBS - HEYER *et al.*, 1994) serão identificados possíveis sítios reprodutivos por meio do encontro de desovas (anfíbios), girinos (anfíbios) e ambientes característicos para reprodução dos anfíbios locais.

Amostragens de carro: consistirão em procura por répteis e anfíbios durante deslocamentos de carro pelas estradas e aceiros que margeiam ou passam pelas áreas amostrais.

Avifauna

Para a avifauna serão realizados censos quantitativos e qualitativos, que permitirão estimar a riqueza total e a abundância relativa de espécies na referida área ao longo de um ciclo sazonal. A partir dos dados obtidos será possível diagnosticar a avifauna do local quanto à proporção de endemismos, espécies ameaçadas e bioindicadoras, bem como quanto à distribuição numérica das espécies.

Para a coleta de dados primários serão utilizadas as metodologias de ponto fixo e observação assistemática. Estas técnicas amostrais estão descritas abaixo:

Ponto fixo: técnica quantitativa prevista com contagem por pontos (adaptado de VIELLIARD, 2000). A técnica de contagem por pontos consiste na contagem de todos os indivíduos da avifauna detectados visual ou auditivamente em um raio de 360° ao redor do observador, a

EMBRALLO

partir de um ponto fixo, durante dez minutos. Os pontos de contagem serão distribuídos ao longo da área de estudo, contemplando todas as fitofisionomias presentes. Os pontos serão espaçados por no mínimo 200 m entre si de modo a garantir independência espacial entre os pontos. Durante as paradas nos diferentes sítios de contagem as aves escutadas serão gravadas com o uso de gravador portátil e microfone unidirecional Yoga. Eventualmente a reprodução sonora (Playback) de algumas espécies poderá ser aplicada com o intuito de incrementar o *check-list* de aves para a área em estudo. Porém o uso desta técnica requer cuidados (pode ocasionar no stress de algumas aves), visto que a mesma não deverá ser utilizada exaustivamente.

Observações assistemáticas: o levantamento qualitativo baseia-se em observações não-sistemáticas, com o objetivo de complementar o esforço quantitativo e serão realizadas para se registrar o maior número possível de espécies. Essas observações serão realizadas em estradas de acesso para os pontos amostrais.

Mastofauna

O levantamento da mastofauna utilizará o registro de dados indiretos (avistamento, pegadas e vestígios, fezes, vocalização, carcaças e armadilhas fotográficas), tais como segue abaixo:

Transecções: em cada área amostral serão estabelecidos transectos lineares de aproximadamente 1km cada, em trilhas nas áreas de vegetação arbórea, margens de rios e córregos e estradas. Os transectos serão percorridos a pé nos períodos matutino e vespertino, e de carro no período noturno com utilização de *silibim*, buscando o avistamento de mamíferos silvestres. Esta metodologia será utilizada para anotação de dados indiretos tais como: avistamento, pegadas e vestígios, fezes, vocalização e carcaças.

O transecto linear é um método tradicionalmente utilizado em estudos realizados na Amazônia nos levantamentos de mamíferos de médio e grande porte (EISENBERG & THORINGTON, 1973). Porém, as visualizações de algumas espécies nestes estudos são muito raras, em especial os carnívoros (SANTOS et al., 2004).

Busca ativa por vestígios: este método consiste na busca por abrigos, pêlos, fezes ou rastros de mamíferos silvestres pela área de estudo, sendo feita aleatoriamente, visando abranger a maior parte possível das áreas amostrais. Durante a busca serão vasculhados nos diferentes ambientes encontrados na área como possíveis locais de passagem e abrigos. As buscas serão realizadas diariamente em cada ponto amostral nos períodos matutino e vespertino. Os vestígios encontrados foram fotografados e georreferenciados. Os manuais de AURICCHIO (1995), EMMONS & FEER (1997), BECKER & DALPONTE (1999), OLIVEIRA & CASSARO (1999), BORGES & TOMÁS (2004) e MORO-RIOS et al. (2008), serão utilizados para auxiliar nas identificações dos rastros, pegadas e outros indícios.

Armadilhas de pegadas: aproveitando locais onde o solo seja mais arenoso (quando possível), serão dispostos aleatoriamente "plotes" com areia peneirada e umedecida para a impressão de pegadas de mamíferos de médio e grande porte. Cada plote será disposto em uma área de 1 m² em cujo centro serão colocadas iscas atrativas: frutas, sardinha e bacon. Os plotes serão checados diariamente e as iscas renovadas sempre que possível ou necessário. As pegadas serão fotografadas e medidas, e a identificação será realizada com o auxílio de referências

2
L. 11. 11. 11. 11. 11.



como BECKER & DALPONTE (1999), OLIVEIRA & CASSARO (1999), BORGES & TOMÁS (2004) e MORO-RIOS *et al.* (2008).

Armadilhas fotográficas: as armadilhas fotográficas com sensor de temperatura e movimento são consideradas eficientes e de baixo estresse para os animais (SANTOS-FILHO & SILVA, 2002) e recomendada para mamíferos de médio e grande porte (VOSS & EMMONS, 1996). Serão instaladas armadilhas fotográficas em cada ponto, nas áreas de possível passagem de animais, como trilhas, estradas e proximidades de corpos d'água, na tentativa de maximizar o sucesso das mesmas. Além disso, iscas variadas serão deixadas no raio de ação das armadilhas fotográficas como atrativo.

6.3 Fitofisionomia e Fitossociologia

As análises fitossociológicas têm o objetivo de identificar os parâmetros quantitativos de uma comunidade vegetal, definindo parâmetros de abundância e relações de dominância e importância relativas; permite ainda inferências sobre a distribuição espacial de cada espécie. Como ciência, a fitossociologia é uma área muito ampla e complexa, pois estuda o agrupamento das plantas bem como sua inter-relação e dependência aos fatores bióticos em determinado ambiente (BRAUN-BLANQUET, 1979 *apud* HACK *et al.*, 2005). Para o levantamento e caracterização das áreas soltura quanto à fitofisionomia e fitossociologia serão adotadas as metodologias descritas abaixo:

Metodologia para Levantamento de Fitofisionomias

Consiste no método de caminhamento (*transect*) para uma avaliação mais abrangente das características das áreas, incluindo a lista de espécies encontradas. Serão adotados procedimentos condizentes com as especificidades de cada elemento abordado e as fitofisionomias serão classificadas segundo RIBEIRO & WALTER (1998).

A identificação das espécies será feita *in loco* e as dúvidas que surgem durante o trabalho de campo serão sanadas com consulta a bibliografias especializadas.

Metodologia para Levantamento Fitossociológico

O levantamento fitossociológico é realizado em parcelas, sendo que as parcelas são de 4,0 m x 50 m, totalizando uma área amostral de 200 m² por parcela.

Em cada bloco e em todos os indivíduos com circunferência na altura do peito, aproximadamente 1,60m do chão (CAP), maior que 5 cm foi medido o CAP e a altura e anotado a família e espécie para posterior análise dos dados, sendo computados ainda todos os indivíduos mortos em pé. A partir desses dados de campo serão calculados os seguintes parâmetros fitossociológicos: densidade absoluta e relativa, frequência absoluta e relativa, dominância absoluta e relativa, índice de valor de importância e de cobertura e índice de diversidade de Shannon & Weaner (H') pelo programa Biodiversity Professional (MCALEECE, N *et al.*, 1997) e as fórmulas descritas abaixo serão calculadas em planilhas do MS Excel.

EMERGENCY



Fls	2799
Proc.	671108
Subr	98

- $DA_i = n_i/A$
- $DR_i = 100 \cdot N_i/N$
- $FA_i = 100 \cdot UA_i/UAt$
- $FR_i = 100 \cdot FA_i/FAt$
- $DoA_i = AB_i \cdot (10.000/A)$
- $DoR_i = 100 \cdot AB_i/ABt$
- $Vi = DR_i + FR_i + DoR_i$
- $VC_i = DR_i = DOR_i$

Onde:

- DA_i = densidade absoluta da espécie i ;
- n_i = número de indivíduos da espécie i ;
- A = área total amostrada (0,2 ha);
- DR_i = densidade relativa da espécie i ;
- N = número total de indivíduos amostrados;
- FA_i = freqüência absoluta da espécie i ;
- UA_i = número de unidades amostrais (parcelas) em que a espécie i ocorre;
- UAt = número total de unidades amostrais analisadas;
- FR_i = freqüência relativa da espécie i ;
- DoA_i = dominância absoluta da espécie i ;
- DoR_i = dominância relativa da espécie i ;
- AB_i = área basal da espécie i ;
- ABt = somatória da área basal de todas as espécies;
- Vi = valor de importância da espécie i ;
- VC_i = valor de cobertura da espécie i ;

O cálculo da área basal, por indivíduo, será efetuado a partir das medidas de perímetro do caule (CAP) através da seguinte equação:

- $AB_{in} = p^2/4\pi$

Onde:

- AB_{in} = área basal individual
- p = perímetro (CAP).

6.4 Cronograma das atividades de campo

A seguir segue uma tabela descritiva com o cronograma das atividades que serão executadas em campo para a avaliação das áreas de soltura (**Quadro 2**). A previsão é de que a equipe sairá de Goiânia no dia 16/03/2012, retornando no dia 04/04/2012. Para tal atividade a empresa utilizará veículo próprio traçado (L200).

EMERGENCY



Quadro 2. Cronograma das atividades em campo.

Data	Atividade
16/03/2012	Previsão de Saída da Sede da Biota (Goiânia)
18/03/2012	Chegada a Alta Floresta
19/03 a 03/04/2012	Previsão do Início das atividades de Reconhecimento em Campo
04/04/2012	Retorno a Sede da Biota (Goiânia)

7. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Os estudos para Levantamento e Definição de Áreas de Soltura de Fauna Silvestre já foi iniciado e têm o prazo de 90 dias (3 meses) para conclusão, compreendendo todas as ações descritas na metodologia. A etapa de campo, que contempla as atividades de reconhecimento fitofisionômico e levantamento faunístico deverá ter 12 dias de atividades em campo.

Os seguintes produtos serão gerados:

- Mapa com descrição das áreas de soltura;
- Durante a implantação: relatório preliminar contendo análises dos resultados obtidos, encaminhado até quinze (15) dias antes do término do contrato e;
- Relatório Final consolidado, contendo a análise conclusiva dos resultados obtidos e indicação das áreas de soltura.

Todos os relatórios serão encaminhados para aprovação em meio digital, nos programas originais (Word®, Excell®, Power Point®, entre outros), e em versão impressa em formato A4, sendo recomendado o formato A3 para ilustrações, mapas e tabelas que forem necessárias, devidamente assinados pelos responsáveis.

Toda a cartografia necessária ao desenvolvimento dos serviços e pertencente ao produto final será impressa em formato adequado (A3, A2, A1 e A0), os arquivos digitais da cartografia serão encaminhados em formato Shape.

Os anexos devem conter as planilhas eletrônicas em formato "xls" (Microsoft Excell®) com os dados brutos; registros visuais (fotografias e filmes); arquivos Shape; laudos originais de análises laboratoriais; listagem da equipe técnica com as assinaturas dos responsáveis e respectivos números do respectivo Conselho Regional, Cadastro Técnico Federal do IBAMA e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

8. EQUIPE TÉCNICA

O efetivo da Biota Projetos e Consultoria Ambiental Ltda, durante a realização destes trabalhos, contará com 07 (sete) profissionais biólogos responsáveis pelas respectivas áreas (**Quadro 3**), habilitados e devidamente registrados no conselho regulamentador da categoria, além de auxiliares técnicos e/ou acadêmicos do curso de Biologia da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Além de biólogos, a equipe também poderá contar com um Engenheiro Agrônomo e um Geógrafo. Enquanto que a equipe de campo será composta por 05 (cinco) profissionais.

EMBROID

Fls. 2803
Proc. 6711/03
Publ. rz

Quadro 3. Equipe técnica.

Profissional	Cargo Função	CRBio
Msc. Pablo Vinicius C. Mathias	Coordenador Técnico (Biólogo)	44077/04-D
Esp. Cláudio Veloso Mendonça	Coordenador Administrativo (Biólogo)	37585/04-D
Tiago Guimarães Junqueira	Biólogo de Campo (Fauna)	62336/04-D
Thiago Barbosa da Silveira	Biólogo de Campo (Fauna)	76380/04-D
Julimar Andrade de Oliveira	Biólogo de Campo (Fauna)	Em processo de registro
Profissional UNEMAT	Biólogo de Campo (Flora)	-
Profissional local com bom conhecimento da área de trabalho	Auxiliar de campo	-

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURICCHIO, P. (1995) *Primates do Brasil*. São Paulo, Terra Brasilis, 168p.

BECKER, M. & DALPONTE, J. C. (1999). *Rastros de Mamíferos Silvestres Brasileiros*. 2ª Ed. Editora da Universidade de Brasília. Brasília-DF.

BRAUN-BLANQUET, J. (1979) *Fitosociologia*. Bases para el estudio de las comunidades vegetales. Madrid: H. Blume Ediciones. 820p.

BORGES, P. A. L.; TOMAS, W. M. (2004) *Guia de Rastros e Outros Vestígios de Mamíferos do Pantanal*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 139p.

EISENBERG, J.F. & T.W. THORINGTON, J.R. (1973). A preliminary analysis of a neotropical mammal fauna. *Biotropica* 5: 150-161.

EMMONS, L. H. & FEER, F. (1997) *Neotropical rainforest mammals: a Field Guide*. Chicago: University of Chicago Press. 2ª ed.

FERNANDEZ, F. A. S. *et al.* (2005) Manejo das Populações Naturais nos Fragmentos. In: (RAMBALDI, D. M. & OLIVEIRA, D. A. S. orgs) *Fragmentação de Ecossistemas. Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas*. Brasília: MMA, 2ª Ed. 510 p.

HACK, C; LONGHI, S. J.; BOLIGON, A. A; MURARI, A. B.; PAULESKI, D.T. (2005) Análise fitossociológica de um fragmento de floresta estacional decidual do município de Jaguari, RS. *Ciência Rural*, v.35, n.5, p. 1083-1091.

HEYER, W. R., M. A. DONNELLY, R. W. MCDIARMID, L. C. HAYEK AND M. S. FOSTER. (1994) *Measuring and Monitoring Biological Diversity. Standard Methods for Amphibians*. Washington. Smithsonian Institution Press. 364 p.

EMBRALCC

**Condicionante 2.15 - Levantamento e Definição de Áreas
de Soltura do resgate de Fauna**

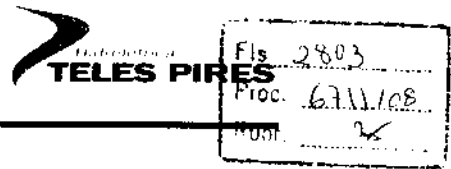


Fis. 2802
Proc. 071108
Subr. nk

- MORO-RIOS, RODRIGO F.; SILVA-PEREIRA JOSÉ E.; SILVA, PATRICIA W.; MOURA-BRITTO, MAURO DE & MARQUES, DENNIS NOGAROLLI. (2008) Manual de Rastros da Fauna Paranaense. Instituto Ambiental do Paraná, Curitiba Patrocínio, elaboração. 70p.: 112.
- OLIVEIRA, T.G. & CASSARO, K. (1999) Guia de Identificação dos Felinos Brasileiros, 2ª ed. Sociedade de Zoológicos do Brasil, São Paulo, SP.
- REBELO, H. & RAINHO, A. (2001) Big Reservoir, Dam Problem. *Bat Research News*. 42(3):117
- REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A. & LIMA, I. P. (eds.). 2006. Mamíferos do Brasil. UEL, Londrina. 437pp.
- RIBEIRO, J. F. & B. M. T. WALTER. (1998) Fitofisionomias do bioma Cerrado; pp. 89-166. In: S. M. Sano & S. P. Almeida (Eds.), Cerrado: ambiente e flora. EMBRAPA. Brasília, Brasil.
- SANTOS, M. F.; PELLANDA, M.; TOMAZZONI, A. C.; HASENACK, H. & HARTZ, S. M. (2004) Mamíferos carnívoros e sua relação com a diversidade de habitats no Parque Nacional dos Aparados da Serra, sul do Brasil. *Iheringia*, 94 (3): 235-245.
- SANTOS-FILHO, M. & SILVA, M.N.F. da. 2002. Uso de habitats por mamíferos em área de Cerrado do Brasil Central: um estudo com armadilhas fotográficas. *Rev. Bras. Zool.* 4(1):57-73.
- SOUZA, M. A. N E GONÇALVES, M. F. (2004). Mastofauna terrestre de algumas áreas sobre influência da Linha de Transmissão (LT) 230 KV PE / PB, CIRCUITO 3. *Revista de Bio. Cienc. Das Terras*. Vol 4 nº 2.
- STOTZ, D.F., J.W. FITZPATRICK, T.A. PARKER III & D.K. MOSKOVITS. (1996) Neotropical birds: ecology and conservation. Chicago, The University of Chicago Press, 478p.
- TEIXEIRA, A., MATIAS, L., LOAN, R. & MORETTI, E. (1995) Qual a melhor definição de SIG. *Fator GIS*, v.3, n.11, p.20-24, out, nov, dez, 1995.
- VIELLIARD, J.M.E. (2000) Bird community as an indicator of biodiversity: results from quantitative surveys in Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 72 (3): 323-330.
- VOSS, R.S. & L.H. EMMONS. (1996) Mammalian Diversity In Neotropical Lowland Rainforests; A Preliminary Assessment. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.* 230: 1-115.
- XAVIER-DA-SILVA, J. (1992) Geoprocessamento e Análise Ambiental. *Rev. Bras. Geografia* 54(3):47-61.

EMERGENCY

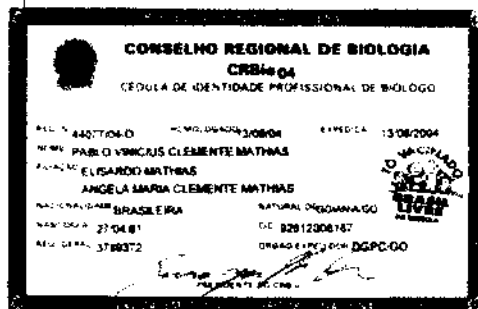
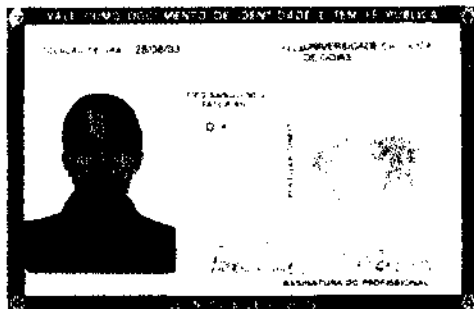
Condicionante 2.15 - Levantamento e Definição de Áreas de Soltura do resgate de Fauna



10. ANEXOS
Anexo 1 - Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional
Msc. Pablo Vinicius Mathias

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis			
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE			
Nr. de Cadastro: 543020	CPF/CNPJ: 926.120.081-07	Emitido em: 11/01/2012	Válido até: 11/04/2012
Nome/Razão Social/Endereço Pablo Vinicius Clemente Mathias Rua 86-C n° 64 Setor Sul GOLANIA/GO 74083-360			
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental</p> Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0 Educação Ambiental Recuperação de Áreas Ecossistemas Terrestres e Aquáticos			
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício de(s) atividade(s) descritá(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente. 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e demais terceiros, em qualquer tipo de fiscalização, nem juízo de valor de qualquer espécie.	
Autenticação 3r74.qüj.m6bh.kkes			



[Imprimir tela](#) [Fechar janela](#)



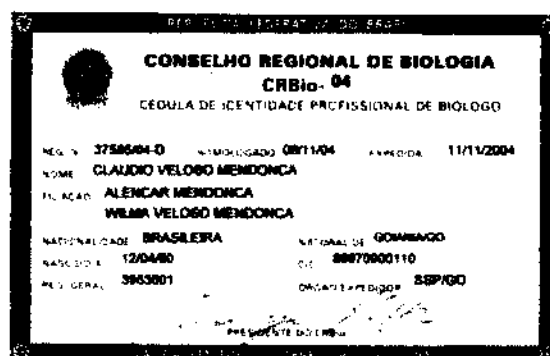
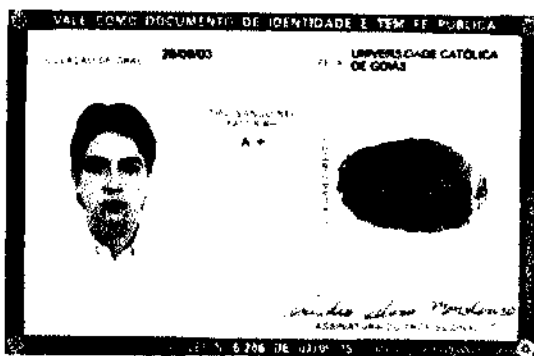
EMERGENCY

Condicionante 2.15 - Levantamento e Definição de Áreas de Soltura do resgate de Fauna

Anexo 2-Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional Esp. Cláudio Veloso Mendonça

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis 			
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE			
Nr. de Cadastro: 629394	CPF/CNPJ: 079.709.001-30	Emitido em: 11/01/2012	Válido até: 11/04/2012
Nome/Razão Social/Endereço Claudio Veloso Mendonça Rua 86-C n° 64 Setor Sul GOIANIA/GO 74083-360			
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras</p> Uso de Recursos Naturais / atividade agrícola e pecuária <p style="text-align: center;">Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental</p> Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0 Educação Ambiental Recuperação de Áreas Ecossistemas Terrestres e Aquáticos			
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício de(s) atividade(s) descrita(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente. 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema. 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente. 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e faunísticos.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem juízo de valor de qualquer espécie. <p style="text-align: center;">Autenticação</p> <p style="text-align: center;">4xgy.cb22.w4pr.sfq6</p>	

[Imprimir tela](#) [Fechar janela](#)




EMBROIDERY

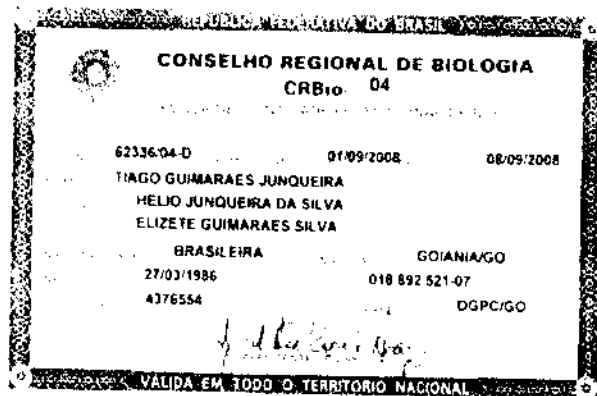
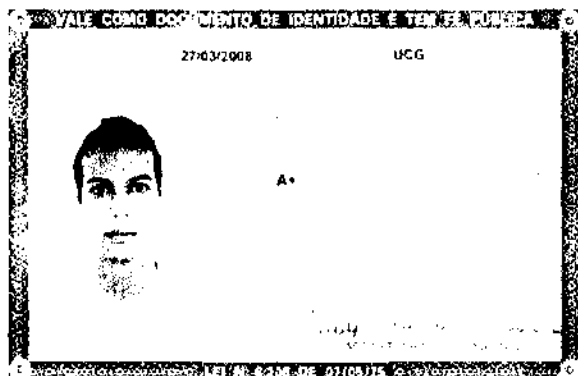
Condicionante 2.15 - Levantamento e Definição de Áreas de Soltura do resgate de Fauna



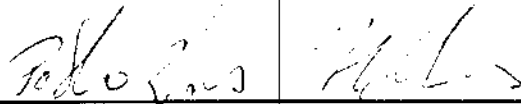
**Anexo 3-Cadastro Técnico Federal-IBAMA e Cédula Profissional
Tiago Guimarães Junqueira**

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis			
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE			
Nr. de Cadastro: 3659133	CPF/CNPJ: 009.005.201-60	Emitido em: 05/01/2012	Válido até: 05/04/2012
Nome/Razão Social/Endereço Luana Barbosa Monteiro Rua J-71, s/n Qd. 128, Lt. 04 Setor Jaó GOIANIA/GO 74110-010			
Este certificado comprova a regularidade no <p style="text-align: center;">Cadastro de Instrumentos de Defesa Ambiental</p> <p>Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0</p> Educação Ambiental Gestão Ambiental Ecossistemas Terrestres e Aquáticos Anilhamento de Aves Silvestres			
Observações: 1 - Este certificado não habilita o interessado ao exercício de(s) atividade(s) descritá(s), sendo necessário, conforme o caso de obtenção de licença, permissão ou autorização específica após análise técnica do IBAMA, do programa ou projeto correspondente; 2 - No caso de encerramento de qualquer atividade especificada neste certificado, o interessado deverá comunicar ao IBAMA, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência para atualização do sistema; 3 - Este certificado não substitui a necessária licença ambiental emitida pelo órgão competente; 4 - Este certificado não habilita o transporte de produtos ou subprodutos florestais e frutícolas.		A inclusão de Pessoas Físicas e Jurídicas no Cadastro Técnico Federal não implicará por parte do IBAMA e perante terceiros, em certificação de qualidade, nem peso de valor de qualquer espécie. <p style="text-align: center;">Autenticação</p> <p style="text-align: center;">sacq.swk3.ft6a.ft2y</p>	

Imprimir tela Fechar janela



Ein Beispiel

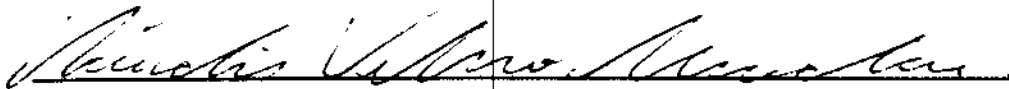


Pablo Vinicius Clemente Mathias

Diretor Técnico

Biota – Projetos e Consultoria Ambiental Ltda.

CNPJ: 05.761.748.0001-20



Cláudio Veloso Mendonça

Diretor Administrativo

Biota – Projetos e Consultoria Ambiental Ltda.

CNPJ: 05.761.748/0001-20

Goiânia, 08 de março de 2012.

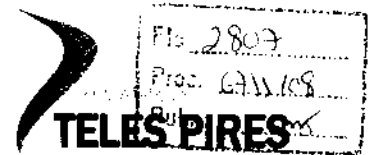
Biota – Projetos e Consultoria Ambiental Ltda.
Rua 86-C nº 64 – Setor Sul - CEP: 74083-360. Goiânia - GO – Brasil
Fone: (62) 3945-2461 / 8405-4449 / 8405-4451
www.biotanet.com.br biota@biotanet.com.br

EMERGENCY



MMA - IBAMA
Documento:
02001.015842/2012-23

Data: 20/03/2012



Cuiabá, 20 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 064/2012

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
C/C. Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício 110/2012 CGENE/DILIC/IBAMA.

Senhor Coordenador:

Em resposta ao Ofício 110/2012 CGENE/DILIC/IBAMA e atendendo ao solicitado na Nota Técnica 15/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que trata da análise da proposta de alteração do modelo e disposição das passagens de fauna, bem como da definição da estrutura definitiva e obras vinculadas a instalação da portaria, encaminhamos através desde os seguintes documentos:

- i. Esquema dos modelos de Passagem de Fauna Propostos.
- ii. Justificativa da alteração da localização da Portaria do Canteiro de Obras com a carta imagem confrontando a área com a abrangência da Autorização de Supressão de Vegetação.

Sendo assim, certos de termos atendido ao solicitado no Ofício supracitado, colocamo-nos a vossa disposição para quaisquer outros atendimentos.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Subtil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

De ordem: *lehid* Em: 22.03.12
Para:

P/ Luana
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A *MARUJÁ MARIANA TENEDINI,*
PARA INSTAURAR A *ANÁLISE.*

EM 22.03.12

Mariana
Mariana Simões
Coordenadora de Licenciamento e Matrículas
COHOGGEN/DILIC/DIAMA
Suares II

A chefe de equipe *Telma Moura,*
para encaminhar os *termos*
responsável pela *registração* para
análise dos *anexos II.*

em 26.03.12

Mariana Tenedini

Anexo I

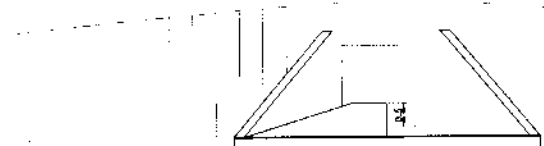
Desenho esquemático das passagens de fauna N^{os} 13, 14 e 15, a serem instaladas no acesso provisório.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

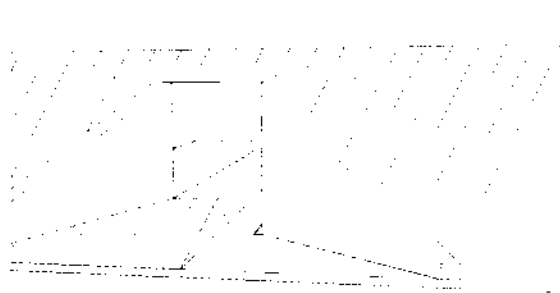
Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

ENCLOSURE

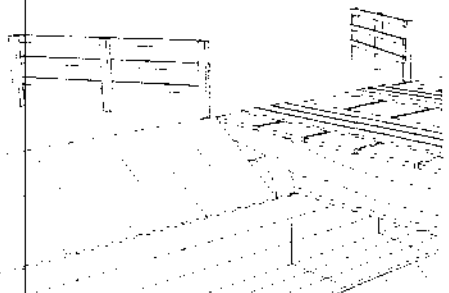
Fis. 2809
 Proc. 671108
 Data: ...



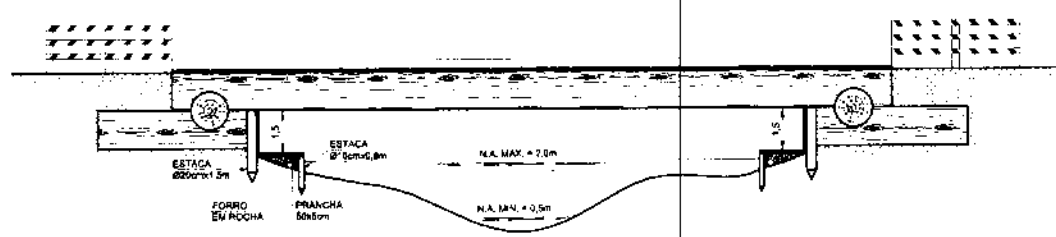
VISTA 1
 Esc. 1/5



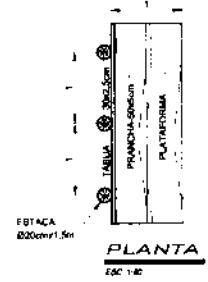
PERSPECTIVA-RAMPA



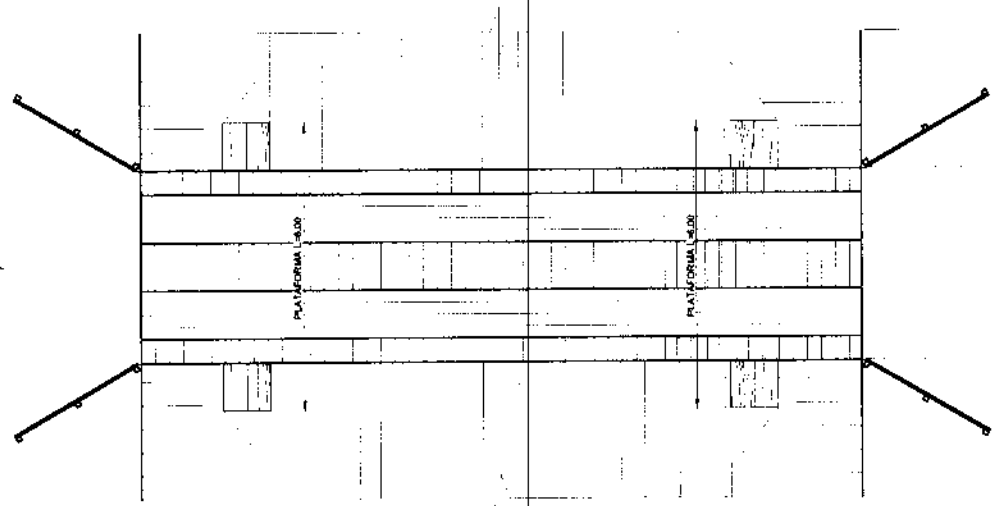
PERSPECTIVA-PLATAFORMA
 Esc. 1/5



SEÇÃO
 Esc. 1/5



PLANTA
 Esc. 1/5



PLANTA
 Esc. 1/5
 PASSAGEM Nº 13

LIBERADO PARA EXECUÇÃO	KESLER				29/02/12
AUSÍCIO	DESIGN	PROJETO	CONFERIDO	APROVADO	DATA



ODEBRECHT
 Energia

CANTEIRO DE OBRAS
 PASSAGEM DE FAUNA
 PLATAFORMA EM MADEIRA
 PLANTAS E SEÇÕES

PROJ. Nº: 01/01
 DESENHO Nº: TX-DE-CO-IC-C10-00005
 ESCALA: C
 INDICADAS

EMBRANCO

Fila	2810
Proc.	673108
Subr.	26

Anexo II

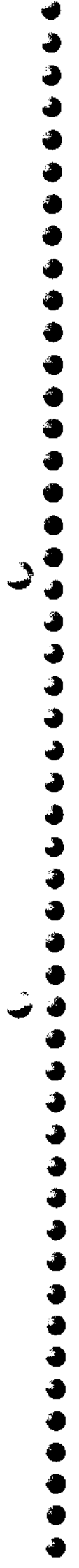
Justificativa da alteração da localização da Portaria do Canteiro de Obras com a carta imagem confrontando a área com a abrangência da Autorização de Supressão de Vegetação.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

EMPLOYER



Justificativa da alteração da localização da Portaria do Canteiro de Obras

1. INTRODUÇÃO

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), através da Carta CHTP nº25-2012, solicitou ao IBAMA a alteração no posicionamento da Portaria definitiva e de estruturas vinculadas pertencentes ao UHE Teles Pires.

A Nota Técnica 15/2012 emitida pela COHID/CGENE/DILIC/IBAMA faz a análise, entre outros assuntos, da alteração do posicionamento da Portaria definitiva.

O Ofício nº 110/2012 CGENE/DILIC/IBAMA solicita, em seu item nº 2 (ii), uma carta imagem confrontando a nova área da Portaria e área de abrangência da ASV Nº 526/2011.

2. OBJETIVO

Apresentar a Carta Imagem confrontando a nova área da portaria e área de abrangência da ASV e adicionalmente apresentar uma Justificativa Física e Biótica da área, de forma a manter a solicitação de alteração da localização da Portaria Definitiva e estruturas vinculadas no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires.

3. JUSTIFICATIVA

A partir da análise do mapa abaixo apresentado, pode-se observar que a portaria se encontra fora da área autorizada pela Autorização de Supressão Vegetal estabelecida para a implantação do Canteiro de Obras e dentro da área Declarada como de Utilidade Pública e inserida na Faixa de Servidão de 30 metros do Acesso Definitivo.

De acordo com a análise em campo, a área onde ser instalada a nova portaria e estruturas complementares, encontra-se completamente antropizada, ocupada por capim Monbaça - *Panicum maximum* Hochst. ex. A. Rich. (Poaceae) e alguns indivíduos arbóreos adultos e jovens de Inajá (*Maximiliana maripa* Mart. Arecaceae), conforme pode ser observado nas ilustrações abaixo. Essa área apresenta topografia plana a suave ondulada, e solo Latossolo vermelho amarelo

Emerson

distrófico, típico de textura argilosa/média, sendo propícia a instalação da portaria e estacionamento.

A solicitação de um local para instalação de uma nova portaria justifica-se pelos seguintes motivos abaixo listados:

- Área com Topografia mais adequada do que a da portaria atual, que é ondulada e provoca dificuldades no tráfego de veículos pesados.
- Não se encontra próxima à APP^s, reduzindo assim um possível impacto por ações antrópicas.
- Não há necessidade em realizar a Supressão de Vegetação de Floresta Ombrófila, apenas limpeza com maquinário.
- O Centro provisório de triagem de fauna silvestre, bem como o Centro de recepção e triagem de germoplasma e o viveiro de epífitas, ficariam fora da área delimitada e sob o sistema de vigilância da portaria, estando susceptíveis a riscos externos.
- A nova área se encontra liberada pela Etnoarqueologia/IPHAN.

Considerando que, mesmo nessa área antropizada e com alto grau de perturbação, ainda assim podem existir atividades relacionadas á fauna no local, principalmente associada a roedores e aves, portanto esclarecemos que as equipes de resgate de fauna, acompanharão todas as atividades de limpeza da área caso autorizada.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

EMERGENCY

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Figura 01. Equipe técnica vistoriando a área.



Figura 02. Área de pastagem, onde será instalada a portaria definitiva.



Figura 03. Panorâmica da área.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Subtil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

EMIGRANTS

...



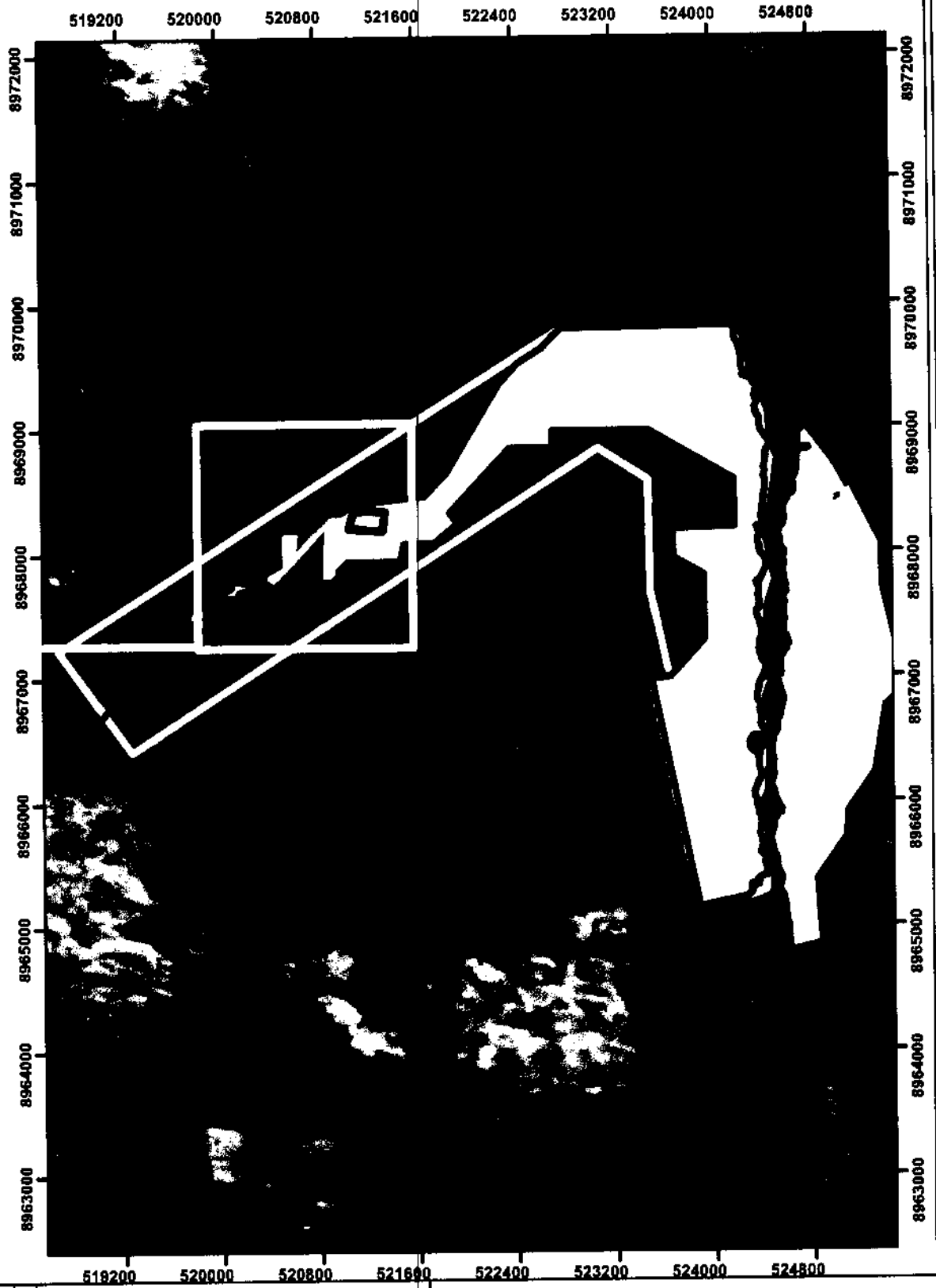
Detalhamento espacial da área da nova portaria.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Müller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

1972-1973



REFERÊNCIAS

BASE CARTOGRÁFICA: IBGE - geofp.ibge.gov.br/;
 IBAMA - <http://siscom.ibama.gov.br/shapes/>;
 SEMA - MT - <http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/>;
 BASE CARTOGRÁFICA - PBA - Empresa JOP.


N

Projeção: Universal Transverse Mercator - UTM
 Sistema Geodésico de Referência: South American Datum - SAD 69

Date: 05/03/2012

PROJETO:
UHE TELES PIRES

MAPA:
**Carta imagem da Nova Portaria Definitiva
 confrontando com Área de Abrangências**

Elaborador:  **TELES PIRES**

Jesulino Alves da Rocha Filho
Engenheiro de Pesca e Pesca Aquícola

EMERGENCY

9

4

Carta imagem confrontando a área com a abrangência da Autorização de Supressão de Vegetação.

Fis.	2816
Proc.	633108
Rubr.	ms

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

Em 20/04/2020



520300

520400

8967600

8967700

520300

520400



REFERÊNCIAS

BASE CARTOGRÁFICA: IBGE - geofp.ibge.gov.br;
 IBAMA - <http://siscom.ibama.gov.br/shapes/>;
 SEMA - MT - <http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/>;
 BASE CARTOGRÁFICA -PBA - Empresa JGP.

Mosalco_Imagens_CBERS.img



Escala:
1:1.340

Projeção: Universal Transverse Mercator - UTM
 Sistema Geodésico de Referência: South American Datum - SAD 69

Data: 05/03/2012

PROJETO:

UHE TELES PIRES

MAPA:

**Memorial descritivo da Nova Portaria
 Definitiva e limites Área de Abragências**

Elaborador:



Jesuíno Alves de Azevedo
 Q. 302143 1412 300 300

2

EMBRANCE

MMA - IBAMA
Documento:
02001.015841/2012-89

Data: 20/03/2012



Cuiabá, 20 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 066/2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
C/C. Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Solicitação Termo Referência PACUERA.

Senhor Coordenador:

Tendo em vista que os certos programas contidos no Projeto Básico Ambiental do UHE Teles Pires possuem interface com o PACUERA solicitamos, dessa Coordenadoria, informações sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, especificando os procedimentos que deverão ser observados para a confecção do programa especial PACUERA (P.44). Conforme informado no Parecer Técnico Nº 60/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e previsto na Resolução Conama 302/2002, o IBAMA deverá emitir Termo de Referência – TR, do referido PACUERA.

Ficamos no aguardo para darmos continuidade ao desenvolvimento das atividades previstas.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

De ordem: *Colid* Em: 22.03.12
Para:

P/ Simone
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍSA MARILINA TELUBINI,
PARA ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO,
SEGUNDO QUE SEJA FEITO CONTATO
COM ANAÍSA JANAÍNA OLIVEIRA E
TELMA MOURA PARA QUILÓMETROS.

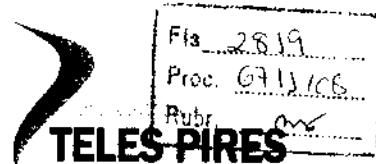
EM 23.03.12



Rafael Isimoto Della Nina
Coordenador de Substituição de Atividades
COMISSÃO DE SUBSTITUIÇÃO
Substituto

MMA - IBAMA
Documento:
02001.015840/2012-34

Data: 20/03/2012



Cuiabá, 20 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 063/2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental.
Sra. Gisela Damm Forattini
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Solicitação de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico

Senhora diretora:

Cientes da necessidade de iniciarmos imediatamente os trabalhos de Monitoramento dos Grupos Faunísticos, conforme condicionado na Licença de Instalação 818/2011, vimos através desta, solicitar a Autorização para a captura, coleta e transporte de material biológico, imprescindível à execução dos seguintes Programas de Monitoramento:

- Programa 17 – Monitoramento da Entomofauna Bioindicadora
- Programa 18 – Monitoramento da Malacofauna de Interesse Médico
- Programa 19 - Monitoramento da Herpetofauna
- Programa 20 - Monitoramento da Avifauna
- Programa 21 - Monitoramento de Quirópteros
- Programa 22 - Monitoramento de Primatas
- Programa 23 - Monitoramento de Mamíferos Terrestres
- Programa 24 - Monitoramento de Mamíferos Semi-Aquáticos.

Encaminhamos, conforme anexos abaixo enumerados, toda a documentação solicitada à obtenção da referida Autorização.

Anexo 1 – Identificação dos dados do empreendedor e da empresa de consultoria.

Anexo 2 – Declaração individual de aptidão para o desenvolvimento das atividades propostas e tabela contendo nome, função, CTF, CPF e link para o Currículo Lattes.

Anexo 3 – Anotação de Responsabilidade Técnica do coordenador administrativo e do coordenador técnico

Anexo 4 - Carta de aceite original da instituição que receberá o material biológico coletado, com identificação do grupo taxonômico que poderá ser recebido e orientações quanto aos métodos de fixação e conservação de forma a garantir a viabilidade e utilização do material coletado.

Anexo 5 – Plano de Trabalho para a execução das atividades de Monitoramento dos grupos faunísticos.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar – Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.


www.uhetelespires.com.br

De ordem: *Bohid* Em: 22.03.12
Para:

P/ Simone
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍTA MARIANA TENEDINI,
para análise.

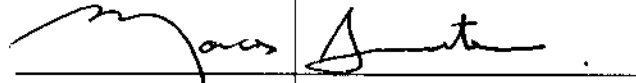
Em 22.03.12



Daniela Simões da Silva Nina
Secretária CGENE/DILIC
Secretaria

Sendo assim, certos de estarmos cumprindo os pré-requisitos necessários à solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, colocamo-nos a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos Azevedo Duarte
Diretor Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

LEMI BRANCU

Data: 26/03/12

Fls. 2821
Proc. 0311/03
Rebr. <i>mt</i>

TELES PIRES

Cuiabá-MT, 29 de fevereiro de 2012.

Carta CHTP – nº 047-2012

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: P.42 - Programa de Educação Ambiental - Diagnósticos Rápido Participativo e Projetos de Educação Ambiental – UHE TELES PIRES.

Assunto: Atendimento de condicionante 2.21 da Licença de Instalação nº 818/2011 e do Parecer nº 060/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações da Licença de Instalação nº 818/2011 para implementação das atividades dos programas ambientais e sociais contemplados no Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires, na oportunidade, apresentamos, anexo 01 cópia impressa e 01 digital do Relatório Final da Primeira Fase do Programa de Educação Ambiental – P.42, constando os resultados do Diagnóstico Rápido realizado nos Municípios de Jacareacanga/PA e Paranaíta e Alta Floresta/MT, bem como os Projetos de Educação Ambiental propostos, em atendimento à condicionante e ao Parecer Técnico especificados, respectivamente, abaixo:

“2.21. Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, Plano de Trabalho para execução do Diagnóstico Rápido Participativo, no âmbito do Programa de Educação Ambiental.”

“542. Por outro lado, será necessário tornar célere as atividades a execução do DPR, que afinal é para ser rápido mesmo. Considero exagerada a previsão de duração de 18 meses. Deve-se trabalhar para reduzir esse prazo, de forma que o DRP esteja concluído até o 07º mês, pelo menos para a linha de ação ‘Fortalecimento da participação social com vistas à redução de conflitos’, cujos projetos devem ser iniciados o quanto antes. Desta forma, sugere-se que a etapa de finalização do DRP e a formulação dos Projetos de Educação Ambiental, sejam vencidas por meio de reunião entre o IBAMA e o executor do programa para acelerar o desenvolvimento dos Projetos. Se possível o IBAMA poderá acompanhar etapas da realização do DRP, para validar seus resultados e corrigir eventuais problemas de execução. Para tanto, o

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Suril, 8.695 - 8º andar - Ld. The Centrus Tower - Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias - CEP. 78.043-305 - Cuiabá, MT.
Rua Lauró Muller, 116 sala 508 - Ed. Rio Sul Center - Tel. (21) 2546-9877 - Botafogo - CEP. 22.290-160 - Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetepires.com.br

De ordem: *Robid.* Em: 27.03.12
Para:

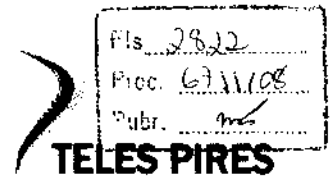
P/Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A ANÁLISE ALEM. FONSECA,

PARA AVALIAÇÃO

20/03/12

[Handwritten signature]
~~UNIVERSIDADE DE TUBO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
CAMPUS BRAS
RUA JOSE LUIZ DE MORAES~~



empreendedor deverá apresentar proposta de Plano de Trabalho (planejamento das atividades) para execução do DRP.”

Na oportunidade, solicitamos deste órgão o agendamento de uma reunião (workshop), para apresentação dos resultados deste Diagnóstico Rápido Participativo, bem como dos Projetos de Educação Ambiental propostos, para uma data entre os dias 26, 27 e 28 de março de 2012.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

Luiz Claudio Ramirez Nunes

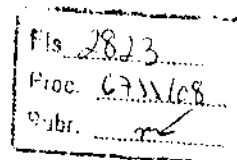
Diretor Adm. e Financeiro

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 - 8º andar - Ed. The Centrus Tower - Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias - CEP. 78.043-305 - Cuiabá MT
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 - Ed. Rio Sul Center - Tel. (21) 2546-9877 - Botafogo - CEP. 22.290-160 - Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

CONFIDENTIAL



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 207 /2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 27 de março de 2012.

Ao Senhor

LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES

Representante Legal

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower - Duque de Caxias

78043-305 Cuiabá/MT

Tel: (65) 3027-6291 Fax: (65)3027-6292

Assunto: **UHE Teles Pires**

Ref.: **Processo Administrativo IBAMA nº 02001.006711/2008-79**

Senhor Representante,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, **NOTIFICO** a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A para cumprir a decisão judicial, exarada pela Juíza Federal Substituta Clélia Regina Ody Bernardes da Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, que segue em anexo.

Atenciosamente,

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

Anexo: **Decisão Judicial**

EMBRANCE

Data: 30/03/2012



Cuiabá, 27 de março de 2012

Carta CHTP nº 83-2012

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica

SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar

Brasília - DF

CEP 70.818-900

Ref.: Ofício nº 209/2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Prezados Senhores (as),

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires ("CHTP") acusa o recebimento do ofício em referência por meio do qual o IBAMA notifica a CHTP a cumprir a decisão proferida pela Juíza da 2ª vara federal de Cuiabá, nos autos da ação civil pública nº 0003947-44.2012.4.01.3600, para paralisação das obras do Empreendimento UHE Teles Pires.

Nesse contexto, a CHTP consigna sua surpresa e indignação com relação aos os termos da ação ajuizada pelo Ministério Público do Mato Grosso e Ministério Público Federal, bem como quanto ao teor da decisão judicial noticiada, uma vez que o processo de licenciamento atendeu a todas as exigências impostas pelos órgãos competentes, inclusive quanto à questão indígena objeto da ação civil pública ajuizada.

Em razão disso, a CHTP registra que adotará todas as medidas legalmente cabíveis para buscar a reversão da decisão em questão, a qual certamente trará danos imensuráveis e irreparáveis, inclusive sob o aspecto ambiental, ao projeto de implantação do Empreendimento, aos Municípios e a todos os demais envolvidos.

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

De ordem: *Paulo* Em: 03.04.12.
Para:


P/ Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A ANALISTA MARLINA TORRESINI,

PARA REGISTRO JUNTO AO

PROCESSO.

05/04/12


Paulo
Coordenador de Registro
CGENE/DILIC

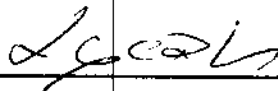
Dessa forma, a CHTP não evitará esforços para preservar a integridade do processo de licenciamento, do Empreendimento e de todas as demais circunstâncias envolvidas no projeto de implantação da UHE Teles Pires.

Não obstante sua discordância com o quanto pleiteado pelo Ministério Público e concedido pela 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, Seção Judiciária de Cuiabá, a CHTP compreende a atitude do IBAMA em enviar o ofício em referência e acredita que esse Instituto esteja igualmente perplexo diante da decisão judicial proferida, a qual lança dúvidas infundadas quando ao processo de licenciamento conduzido e monitorado pelo IBAMA de forma zelosa, criteriosa e esmerada.

Diante do quanto exposto, em respeito à ordem judicial e ao ofício encaminhado, a CHTP compromete-se a adotar as etapas e procedimentos necessários à paralisação dos trabalhos que estavam em curso, ressaltando que em razão da complexidade, dinâmica e porte do Empreendimento tais procedimentos de desativação deverão atender às normas e medidas tendentes a assegurar a integridade e segurança das pessoas envolvidas, do Empreendimento e das questões ambientais certamente impactadas pela decisão judicial.

A CHTP renova os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,




Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez
Diretor Adm. e Financeiro

60-80000



Fls. 2826
 Proc. 6711/08
 Rubr. Im



Encaminhamento de Documento

DOCUMENTO

Nº Documento: 02001.019728/2012-72 **Origem:** APIB

Data: 03/04/2012

Nº do Objeto:

Nº Original: CARTA ABERTA

Assunto: DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Resumo: CARTA ABERTA SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TELES PIRES E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS KAYABI, AIAKA E MUNDURUKU.

ANDAMENTO

Remetente: APIB

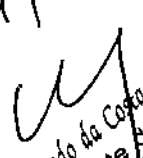
Destinatário: PRESI

Data de Andamento: 03/04/2012 15:40

Observação: PARA CONHECIMENTO.

Confirmo o recebimento do documento acima descrito

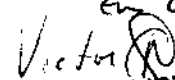
Assinatura e Carimbo

A
 DLIC
 03/04/12

 Fernando da Costa Marques
 Presidente do IBAMA
 Substituto

A COHID, p/ unidade nos autos e a análise no âmbito de socioeconomia. Caso for contra dos autos, retornar p/ arquivamento. Em 04.04.2012.


ANEXOS

DOCUMENTO NÃO POSSUI ANEXOS


 VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUZA
 Analista Ambiental - IBAMA
 Matrícula: 171.544-3

A ANUNCIAR MARCA TERNEDINI,
PARA JUNTA AO PROCESSO.

EM 09-04-12


Rafael Istimóto Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
COMISSÃO GERAL DE LICENCIAMENTO
SUSPENSÃO

Flo.	2827
Proc.	6711/08
Subr.	m

CARTA ABERTA SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TELES PIRES E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS KAYABI, APIAKA E MUNDURUKU

Exmo(a) Sr(a)

Dilma Rousseff, Presidente da República

Cezar Peluso, Presidente do CNJ

Luis Inácio Lucena Adams, Advogado Geral da União

Olindo Menezes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)

Gilberto Carvalho, Ministro, Secretaria Geral da Presidência da República

José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça,

Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República

e Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH

Isabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente

Curt Trennepohl, Presidente do Ibama

Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia

José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás

Paulo Paim, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senado Federal

Deputado Padre Ton, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas

Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados

Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador Geral da República

com cópia:

Albert Barume, Coordenador, Organização Internacional do Trabalho - OIT/Genebra

James Anaya, Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas

Dinah Shelton, Relatora sobre Direitos dos Povos Indígenas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas, atuantes na defesa dos direitos humanos, do fortalecimento da democracia e do desenvolvimento com responsabilidade socioambiental, vem manifestar seu apoio à liminar concedida em 26 de março último pela Juíza Federal no Estado de Mato Grosso, Dra. Célia Regina Ody Bernardes, que suspendeu a Licença de Instalação 818/2011 para a Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires. Conforme explicamos a seguir, a referida decisão judicial foi fundamental para garantir os direitos dos povos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e por acordos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é parte.

A liminar concedida pela Justiça Federal sobre a UHE Teles Pires vem em decorrência da Ação Civil Pública - ACP no. 3947.44-2012.4.01.3600¹, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MP/MT) e pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e no MT (MPF/MT), que pede à Justiça que determine ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a suspensão imediata do licenciamento e das obras da usina, em decorrência de graves irregularidades que incluem o não cumprimento da determinação constitucional que obriga a realização de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas afetados.

¹ Nova numeração: 0018625-97.2012.4.01.0000

Luiza
03/04/12
3316-1627
IBAMA

EM 01010601

CARTA ABERTA SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TELES PIRES E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS KAYABI, APIAKA E MUNDURUKU

Exmo(a) Sr(a)

Dilma Rousseff, Presidente da República

Cezar Peluso, Presidente do CNJ

Luis Inácio Lucena Adams, Advogado Geral da União

Olindo Menezes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)

Gilberto Carvalho, Ministro, Secretaria Geral da Presidência da República

José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça,

Maria do Rosário, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República

e Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH

Isabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente

Curt Trennepohl, Presidente do Ibama

Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia

José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás

Paulo Paim, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senado Federal

Deputado Padre Ton, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas

Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados

Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador Geral da República

com cópia:

Albert Barume, Coordenador, Organização Internacional do Trabalho - OIT/Genebra

James Anaya, Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas

Dinah Shelton, Relatora sobre Direitos dos Povos Indígenas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas, atuantes na defesa dos direitos humanos, do fortalecimento da democracia e do desenvolvimento com responsabilidade socioambiental, vem manifestar seu apoio à liminar concedida em 26 de março último pela Juíza Federal no Estado de Mato Grosso, Dra. Célia Regina Ody Bernardes, que suspendeu a Licença de Instalação 818/2011 para a Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires. Conforme explicamos a seguir, a referida decisão judicial foi fundamental para garantir os direitos dos povos indígenas Kayabi, Apiaka e Munduruku, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e por acordos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é parte.

A liminar concedida pela Justiça Federal sobre a UHE Teles Pires vem em decorrência da Ação Civil Pública - ACP no. 3947.44-2012.4.01.3600¹, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso (MP/MT) e pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e no MT (MPF/MT), que pede à Justiça que determine ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a suspensão imediata do licenciamento e das obras da usina, em decorrência de graves irregularidades que incluem o não cumprimento da determinação constitucional que obriga a realização de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas afetados.

¹ Nova numeração: 0018625-97.2012.4.01.0000

EMBROID

Apesar de o projeto impactar de forma direta e agressiva as fontes de sobrevivência socioeconômica e cultural dos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká, as comunidades indígenas não foram ouvidas. Além de violar o artigo 231 da Constituição Federal e diversas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a não realização da consulta desobedece vasta jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

A ação do Ministério Público ressalta enfaticamente dados que demonstram a existência de danos iminentes e irreversíveis para a qualidade de vida e patrimônio cultural dos povos indígenas da região, destacando-se a inundação das corredeiras de Sete Quedas, berçário natural de diversas espécies de peixes essenciais para a sustentação alimentar dos povos indígenas. Sete Quedas também é fundamental para a sobrevivência cultural dos povos indígenas, como é um lugar sagrado, relevante para suas crenças, costumes, tradições, simbologia e espiritualidade. Conforme lembrado pelos procurados, Sete Quedas é um patrimônio cultural brasileiro, um bem protegido pela Constituição e por normas internacionais de proteção ao patrimônio cultural imaterial.

Pesam também outras ameaças à integridade territorial e à vida dos povos indígenas decorrentes do empreendimento. Diante do quadro regional de baixa governança e instabilidade fundiária, potencializado pelo aumento do fluxo migratório na região, a exemplo do que vem ocorrendo em outros empreendimentos similares, como Belo Monte e as hidrelétricas do Madeira, é eminente a perspectiva de impactos e conflitos decorrentes do aumento da especulação fundiária, desmatamento ilegal, pesca predatória e exploração ilegal de recursos florestais e minerais. Esse quadro de vulnerabilidade se agrava com o fato de existirem pendências de reconhecimento de direitos e demarcação de terras da etnia Kayabi.

Conforme constam nos laudos do processo de licenciamento ambiental, as comunidades Kayabi, Apiaka e Munduruku tentaram, em diversas ocasiões - inclusive antes da concessão da Licença Prévia em dezembro de 2010 - alertar autoridades do IBAMA, FUNAI e EPE sobre essas graves ameaças e da necessidade de um processo obrigatório de consulta livre, prévia e informado sobre a UHE Teles Pires. Em vários momentos, os riscos do empreendimentos e falhas do processo de licenciamento foram identificados em pareceres da própria equipe técnica da FUNAI. Entretanto, todas as alertas foram solenemente ignoradas por autoridades na tomada de decisões sobre a concessão de licenças ambientais para a UHE Teles Pires, visando a atender um cronograma de construção da usina previamente determinado pelo Ministério de Minas e Energia.

Após análise do processo, a Juíza Federal Célia Regina Ody Bernardes concluiu que "os documentos juntados nestes autos demonstram que a Licença de Instalação nº 818/2011 não atendeu à normativa constitucional e convencional acerca das sensíveis questões envolvidas no complexo licenciamento ambiental da UHE Teles Pires. O Ibama emitiu a Licença sem antes ouvir os povos indígenas afetados, em especial aqueles que cultuam o Salto Sete Quedas como lugar sagrado", descumprindo a legislação.

Solicitamos que as autoridades brasileiras aqui comunicadas não contestem a decisão da justiça federal do Mato Grosso até que os direitos socioambientais dos povos indígenas Kayabi, Apiaká e Mundurucu sejam plenamente garantidos, conforme compromisso assumido pelo Brasil, previsto em nossa Carta Magna e acordos internacionais dos quais o Brasil é parte.

É extremamente preocupante o uso recorrente e sempre emergencial do instrumento de "suspensão de segurança", justificado pela iminência de um *apagão* infundado no setor elétrico, em conjunto com o adiamento por tempo indeterminado do julgamento de ações ajuizadas pelo Ministério Público, tem resultado em violações sistemática dos direitos de povos indígenas e outras

Die Dichtung

Fls. 2830
Proc. 6711/09
Data: 02/04

populações tradicionais, resultando na destruição do patrimônio natural e cultural brasileiro, a exemplo dos casos de Belo Monte e das hidrelétricas do Madeira. Este quadro tem trazido sérios prejuízos para a imagem do Brasil no exterior, justamente às vésperas da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que o país sediará em junho de 2012.

Considerando o exposto, devem ser rejeitados o Agravo de Instrumento impetrado pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) em 30 de março², assim como o pedido de suspensão de liminar protocolado pelo Ibama em 02 de abril.³

Contamos com a atuação coerente do Executivo e do TRF1 nesse caso, a partir da compreensão de que é perfeitamente possível e absolutamente necessário que o respeito aos direitos dos povos indígenas e o desenvolvimento nacional sejam tratados não de forma antagônica, mas como objetivos complementares.

Por fim, clamamos aos representantes dos organismos internacionais de direitos humanos aqui chamados que também manifestem seu apoio às comunidades indígenas e à atuação do Ministério Público Federal e da Justiça Federal Brasileira nesta decisão, tomada no estrito cumprimento do dever legal e em respeito e responsabilidade para com o cumprimento das normas constitucionais e internacionais pactuadas pelo Brasil.

Brasília, 03 de abril de 2012

Assinam esta carta:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Amigos da Terra Brasil – Porto Alegre – RS
Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - APROMAC
Associação Indígena Tembe de Santa Maria do Pará - AITESAMPA
Associação Movimento Paulo Jackson - *Ética, Justiça, Cidadania / Bahia*
Associação para os Povos Ameaçados - Suíça
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) – Belém – PA
Centro de Referência do Movimento da Cidadania pelas Águas, Florestas e Montanhas Iguassu Iterei
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Comissão Pró-Índio - São Paulo
Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Regional Mato Grosso
Conselho Indígena dos Rios Tapajós e Arapiuns (CITA) - Santarém, Belterra e Aveiro (PA)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) Nacional
Custódia São Benedito da Amazônia - Franciscanos - Santarém, PA
Dignitatis - Assessoria Técnica Popular (PB) e Koinonia (RJ).
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, Regional Mato Grosso
FIOCRUZ – RJ
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum de Direitos Humanos e da Terra – FDHT
Fundación M'Biguá, Ciudadanía y Justicia Ambiental, Entre Rios - Argentina
GT Combate ao Racismo Ambiental
Grupo Consciência Indígena (GCI) - Santarém, PA
Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
Grupo de Trabalho de Mobilização Social – GTMS
GPEA (Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT) – Cuiabá – MT

² <http://www.trf1.jus.br/Processos/ProcessosTRF/ctrf1proc/ctrf1proc.php?tipoCon=1&proc=183418920124010000>

³ <http://www.trf1.jus.br/Processos/ProcessosTRF/ctrf1proc/ctrf1proc.php?tipoCon=1&proc=186259720124010000>

EMERGENCY

Fis 2831
Proc 6713/08
Out

Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA, UFMT

Ibase - Rio de Janeiro - RJ

INESC - Brasília - DF

Instituto Caracol - IC

Instituto Floresta - Alta Floresta, MT

Instituto Madeira Vivo - IMV

Instituto Socioambiental - ISA

Instituto Universidade Popular - UNIPOP

ITEREI - Refúgio Particular de Animais Nativos

Justiça Global - Rio de Janeiro

Movimento de Mulheres do Campo e Cidade da Transamazônica e Xingu

Movimento Negro Unificado e ADUFMAT/ GT de Etnias, Gênero e Classe/ANDES-SN

Movimento Xingu Vivo Para Sempre

Movimento Negro da Transamazônica e Xingu

Mutirão pela Cidadania

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Rede Axé Dudu - Cuiabá - MT

Rede Mato-grossense de Educação Ambiental - REMTEA Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Pública do Pará Sub-sede Altamira

Rios Internacionais - Brasil

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública regional Transamazônica e Xingu

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Pará - SINDSEP

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH

S.O.S. Amazônia

Terra Organização da Sociedade Civil

TOXISPHERA - Associação de Saúde Ambiental

EMERGENCY

URGENTE

Fis. 2832
6733/08

MMA - IBAMA

Documento:

02001.006952/2012-02

Data: 11/04/2012



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA CEP: 70.818-900 - Brasília-DF

Memorando nº 109/2012- NRR/COJUD/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU Brasília, 10 de abril de 2012.

Da: Coordenação Nacional de Contencioso Judicial - COJUD
À: DIRETORIA DE LICENCIAMENTO - DILIC

Processo Judicial nº 0003947-44.2012.4.01.3600/MT

Interessado: Ibama

Assunto: UHE Teles Pires. Prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental.

Senhora Diretora de Licenciamento,

Trata-se de parecer de força executória elaborado pela PRF1, que noticia o deferimento de suspensão de liminar por parte do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (nº 0018625-97.2012.4.01.0000/MT), suspendendo a decisão liminar proferida nos autos de nº 0003947-44.2012.4.01.3600/MT, de maneira que a Licença de Instalação nº 818/2011 da UHE Teles Pires teve restaurados os seus efeitos, devendo o Ibama dar prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental.

Assim, seguem os documentos anexos para ciência e providências no prosseguimento do processo de licenciamento ambiental em tela.

Atenciosamente,

Naiara Rodrigues Rezende
Naiara Rodrigues Rezende

Coordenadora Nacional de Contencioso Judicial do Ibama
Procuradora Federal

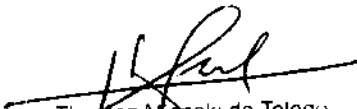
À CGENE.

11/04/12

Gustavo M. S. Peres
Gustavo Henrique Silva Peres
Analista Ambiental
Matrícula 2448661
DILIC/IBAMA

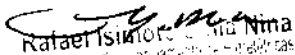
A COMD, PARA
REGISTRO JUNTO AO
PROCEL.

12/04/12


Thomas Mizaki de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA
Substituto

A ANUNTA MARUANA TELORDINI,
PARA CIÊNCIA DA EQUIPE
E JUNTA AO PROCESSO.

EM 14.04.12


Rafael Isidoro de Lima
Coordenador de Licenciamento e Habilitação
COMD/CGENE/DILIC/IBAMA
Substituto



Fls.	2833
Proc.	0711103
Subj.	mk

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

PARECER

Processo n.º 0018625-97.2012.4.01.0000/MT
Requerente IBAMA
Requerido Juízo Federal da 2ª Vara do Mato Grosso

Assunto: MANIFESTAÇÃO QUANTO À FORÇA EXECUTÓRIA DE ACORDAO EM SUSPENSÃO DE LIMINAR

Ao Senhor Coordenador de Matéria Finalística da PRF/1,

Trata-se de intimação de decisão, proferida pelo Presidente do TRF/1, que suspendeu a decisão proferida pelo juízo federal da 2ª Vara-MT, que havia declarada inválida a LI 818/2011 e determinado a suspensão do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, conforme trechos abaixo transcritos:



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

É relevante destacar, segundo consta dos autos, que o projeto do empreendimento da UHE de Teles Pires, além de não contemplar aproveitamento de recursos naturais em terras indígenas, nelas também não está inserido. A área de influência direta do empreendimento dista 40 km das terras indígenas. Confira-se o que afirma o Ibama

... o aproveitamento hidroelétrico não será em terras indígenas. Estas terras sofrerão impactos indiretos, mas não estão localizadas na área diretamente afetada – ADA pelo empreendimento. É dizer: nenhuma estrutura de engenharia como a barragem, os canteiros de obras, as estradas de acesso e áreas de bóia-fora, está localizada em terras indígenas. Aliás, como já foi informado, a terra indígena mais próxima ao empreendimento fica a 40 km de distância da barragem. Também não haverá alagamento de nenhuma parte destas terras. (fl. 13 – grifos no original.)

O Ibama, órgão competente para a concessão da licença ambiental — ato administrativo discricionário, quanto à análise e critérios técnicos adotados, que goza de presunção de legitimidade — afiança que as condicionantes impostas na licença prévia exigíveis para a fase de licença de instalação foram satisfatoriamente cumpridas, obtendo, inclusive, manifestação favorável da Funai para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental. Não existe nenhuma demonstração inequívoca de que isso não ocorra!

Não é atribuição do Poder Judiciário, nem do Ministério Público Federal, examinar as condições técnicas e emitir ou negar licença ambiental de instalação de uma hidrelétrica. Como já se tem afirmado em seguidas oportunidades, a ingerência da atividade jurisdicional sobre atribuições da Administração Pública, fazendo opções e impondo alterações na condução do planejamento da sua atuação, deve ser feita com critério e prudência e deve estar calcada em dados objetivos, fáticos e técnicos que a justifique, o que, na hipótese, não parece ocorrer.

No que se refere à projeção dos prejuízos advindos da decisão, correspondência encaminhada à Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de 28/03/2012, do Consórcio Construtor Teles Pires, relata os seguintes impactos negativos para o Empreendimento:

(...)

1 – Impactos Técnicos e Ambientais

A suspensão da Licença de Instalação n. 818/2011 trará sérios impactos técnicos e ambientais ao empreendimento, devido à consequente dispensa da mão de obra e desmobilização de equipamentos, dentre os quais destacamos pela sua gravidade:

a) A interrupção dos tratamentos nos processos de ravinação e erosão nos locais ainda não drenados. Estes processos resultam do aprisionamento de água carregada de enxurradas provenientes das chuvas, e se agravam neste período do ano face à pluviometria. O referido carreamento de sedimentos provenientes destes processos erosivos afeta substancialmente as grotas, cursos d'água e, conseqüentemente, o rio Teles Pires e seus afluentes, resultando no aumento da turbidez e sedimentos nas águas destas mananciais.

b) Em função da interrupção das atividades de supressão vegetal, deixarão de ser tomadas as medidas adequadas de acabamento, resultando em processo de queda de árvores e no desnudamento do solo em locais não previstos, com as seguintes consequências: (i) degradação das áreas cuja



Fls.	283A
Proc.	CA 11.108
Publ.	

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

supressão vegetal se encontra em andamento; e (ii) acúmulo de galhadas e serrapilheira, com alto risco de incêndio em época de estiagem.

c) em decorrência da paralisação das atividades de drenagem e esgotamento d'água das áreas já escavadas, ocorrerá acúmulo de águas estagnadas, com grande risco de proliferação de vetores de doenças endêmicas, tais como a dengue, malária, febre amarela e leishmaniose.

d) Como resultado da paralisação do empreendimento, grandes transtornos ocorrerão às obras de infraestrutura já iniciadas, tais como alojamentos para os integrantes e contratados, refeitório, área de lazer, ambulatório médico, estação de tratamento de efluentes, Central de Gerenciamento de Resíduos e demais instalações de apoio. Afetará também as obras de saneamento já iniciadas para o acampamento e canteiro de obras, como também as obras de drenagem de águas pluviais.

e) paralisação da suspensão dos trabalhos de instalação de postes e lançamento de cabos na área do empreendimento comprometerá o fornecimento de energia elétrica pela concessionária CEMAT, e exigirá a utilização, por mais tempo, de geradores movidos a diesel, com a consequente e inevitável poluição do meio ambiente e do aumento dos gases de efeito estufa.

II – IMPACTO NO CRONOGRAMA

Em qualquer hipótese, a paralisação das atividades em curso no Empreendimento gerará atraso no Cronograma Geral de Execução do Empreendimento e consequente atraso na entrada em operação comercial desta paralisação não é linear, uma vez que dependerá dos retrabalhos necessários, do tempo necessário para retomada e das consequências no planejamento dos serviços no momento da retomada.

III – IMPACTOS SOCIAIS

A paralisação do Empreendimento exigirá a demissão imediata de aproximadamente 2000 funcionários alocados às obras de implantação e trará consequências diretas sobre a renda de suas famílias, bem como a perda de recursos para a economia local, inclusive a perda de recolhimento do ISSQN para os municípios de Paranaitá/MT e Jacareanga/PA. Ressaltamos que do total de demissões a serem realizadas, aproximadamente 800 colaboradores são oriundos dos municípios da região, como Paranaitá-MT, Alta Florista-MT e Carlinda-MT, o que acarretará grande impacto social na referidas cidades.

Adicionalmente, a inevitável suspensão de contratos de terceiros contratados, que hoje totalizam 102 empresas, ocasionará também a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL

Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

desmobilização de seus recursos (aproximadamente 390 funcionários e 50 equipamentos).

Também haverá significativo impacto na atividade econômica das cidades da região (comércio e prestação de serviços), com redução de empregos indiretos, bem como redução dos investimentos de empresários da região.

IV – IMPACTOS ECONÔMICOS

Os custos estimados pelo Consórcio Construtor em função da paralisação dos serviços são os seguintes:

- custo para desmobilização da mão de obra operacional: R\$ 7.000.000,00;
- custo para remobilização da mão de obra operacional: R\$ 2.500.000,00;
- custo para desmobilização/remobilização de equipamentos: R\$ 10.200.000,00, e/ou custo diário de R\$ 500.000,00, referente aos dias que os equipamentos permanecerem no canteiro;
- Custo de permanência da estrutura de gerenciamento, apoio e manutenção de canteiro: R\$ 500.000,00 por dia;
- Estimativa de redução da atividade econômica nas cidades da região: 4.000.000,00 por mês.

As referidas estimativas de custos não consideram os efeitos da programação do Empreendimento, o que pode representar aumento expressivo do custo global.

6. Os graves prejuízos que a decisão ocasiona, somados aos pontos levantados relativos ao mérito da ação principal, evidenciam a necessidade de suspensão da decisão, em face da sua aptidão de atentar contra a ordem e a economia públicas, máxime retardar as medidas tendentes à ampliação do parque energético do País, previsto no Plano de Aceleração de Crescimento (PAC 2), empreendimentos energéticos competitivos, renováveis e de baixa emissão de carbono, que movimentam bilhões de reais e representam milhares de empregos diretos e indiretos.

Em face do exposto, defiro o pedido e suspendo a eficácia da decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública 3947-44.2012.4.01.3600, pelo juízo federal da 2ª Vara – I. Comunique-se, com urgência, ao juízo requerido, encaminhando-lhe cópia desta decisão. E registre-se, arquivem-se os autos. Intimem-se.

A análise da força executória, por esta PRF-1ª Região, se faz necessária, em face do entendimento firmado na Nota Técnica PGF nº 009/2008, sendo certo que referido exame era anteriormente praticado pelos órgãos jurídicos das Unidades que compõem a PGF.

Conforme Lei 8.437/1992:

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o



Fls.	2835
Proc.	6711/08
Rubr.	

ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 2º O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 7º O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)

§ 8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Procuradoria Regional Federal da 1ª Região – PRF 1ª Região

§ 9º A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.”

Considerando que a decisão suspendeu os efeitos daquela proferida em primeiro grau, na Ação Civil Pública 39474420124013600, **a Licença de Instalação nº 818/2011 da UHE Teles Pires teve restaurados os seus efeitos, assim como o IBAMA deverá dar prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento mencionado.**

Brasília (DF), 10 de abril de 2012.


Cristiane Souza Braz Costa
Procuradora Federal



RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE
 REQUERENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
 NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
 PROCURADOR : ADRIANA MAIA VENTURINI
 REQUERIDO : JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA - MT
 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 PROCURADOR : FELICIO PONTES JUNIOR

Fls.	2836
Proc.	671108
Pubr.	

DECISÃO

1. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama requer a suspensão de liminar, de 26/03/2012, deferida pelo juízo federal da 2ª Vara – MT, nos autos da Ação Civil Pública 0003947-44.2012.4.01.3600/MT, nos seguintes termos (cf. peça de fls. 165-188):

(...)

Entendo assistir razão aos autores quando reputam necessária a concessão de liminar, em vista da presença de seus requisitos autorizadores, para suspender imediatamente o licenciamento da UHE Teles Pires e de qualquer obra tendente a implementar o empreendimento, em particular as detonações de rochas naturais das corredeiras do Salto Sete Quedas, até o julgamento de mérito da presente ação, sob pena de multa.

Com efeito, a plausibilidade do direito invocado é manifesta, como se depreende da leitura da fundamentação acima desenvolvida. O princípio da precaução (artigo 15 da Declaração do Rio de 1992, a Convenção da Diversidade Biológica e Convenção sobre a Mudança do Clima), com efeito, recomenda a paralisação imediata da implementação do empreendimento.

O *periculum in mora* se encontra plenamente caracterizado tendo em vista a irreversibilidade dos impactos da obra sobre os povos indígenas e seus territórios. Além disso, já estão ocorrendo detonações de rochas naturais das corredeiras do Salto Sete Quedas (fl. 25), o que expõe a risco de destruição do patrimônio sagrado indígena. Por outro lado, é certo que a suspensão da construção da UHE Teles Pires não gerará “apagão” energético no Brasil, até porque há diversas outras UHE em construção (inclusive na mesma bacia hidrográfica) e também porque talvez seja realmente o caso de se considerar com mais seriedade outras alternativas energéticas que acarretem menor custo ambiental, social e cultural do que as hidrelétricas e termelétricas.

DECIDO

Ante o exposto, e nos termos da fundamentação desenvolvida, **declaro inválida a Licença de Instalação nº 818/2011**, porquanto emitida em violação ao artigo 19, da Resolução Conama nº 237/97, ao artigo 231, § 3º, da Constituição da República de 1988, bem como aos artigos 6º e 7º da Convenção 169 da OIT, e **CONCEDO A MEDIDA LIMINAR PLEITEADA PARA, IMEDIATAMENTE, SUSPENDER O LICENCIAMENTO DA UHE TELES PIRES** e, em consequência, **SUSPENDER TODAS AS OBRAS TENDENTES A IMPLEMENTÁ-LA**, em especial as detonações de rochas



naturais que vêm ocorrendo na região do Salto Sete Quedas, até o julgamento de mérito da presente ação.

Fixo multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelo eventual descumprimento desta decisão.

A fim de garantir aos cidadãos seu direito à informação e à formação de opinião quanto a esta decisão, determino à Secretaria do Juízo que encaminhe cópia da presente decisão à Assessoria de Comunicação Social para que se proceda a sua divulgação na imprensa local.

2. Extraí-se dos autos que o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública com o objetivo de obter a suspensão imediata do licenciamento da UHE Teles Pires e de qualquer obra visando o empreendimento, até que o Congresso Nacional realize consulta livre, prévia e informada, aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaka, afetados pelo empreendimento.

O fundamento é que "o empreendimento causará interferência direta nos povos indígenas e trará danos iminentes e irreversíveis para sua qualidade de vida e seu patrimônio cultural, especialmente em relação ao alagamento da corredeira Sete Quedas, impactos esses relacionados (1) a reprodução de peixes migratórios, essenciais para a base alimentar dos povos indígenas (2) bem como ao aspecto sagrado do Salto Sete Quedas" (fl. 3).

3. Sustenta o requerente, em resumo, que existe ofensa à ordem administrativa, consubstanciada na discricionariedade técnica do licenciamento ambiental e na invasão da esfera de competência do Poder Executivo, asseverando que a decisão atingiu o licenciamento ambiental em curso no Ibama, "impedindo-o de exercer o seu poder de polícia — ou seja, de efetuar os procedimentos de licenciamento ambiental, de forma a efetivar sua utilização como instrumento de gestão ambiental, instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente"; e que, na condução do licenciamento ambiental, "exerce um grau de discricionariedade técnica, que lhe é privativo, em virtude do conhecimento que possui sobre as condições peculiares dos diferentes ecossistemas a serem preservados" (fl. 8).

Na sequência, destaca que é vedado ao Poder Judiciário "interferir nessas opções de ordem administrativa e técnica inerentes ao poder de polícia ambiental, quando exercidas regularmente, sob pena de invadir competência própria do Poder Executivo" (fl. 8); que as condicionantes impostas para a concessão da licença prévia, exigíveis para a fase de licença de instalação, foram satisfatoriamente cumpridas, havendo manifestação favorável da Funai para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental; e que o empreendimento não está localizado em terras indígenas (a mais próxima dista 40Km), por isso que o art. 231, § 3º, da CF não é aplicável ao caso.

Salienta que as consultas às comunidades indígenas afetadas foram regularmente realizadas nos termos da Convenção 169 da OIT; que "não foram observados núcleos de populações ribeirinhas, presença de Terras Indígenas ou áreas Quilombolas na Área Diretamente Afetada, e tampouco na Área de Influência Direta do empreendimento" (fl. 13); que o Salto de Sete Quedas não está inserido em terras indígenas que sofrerão apenas impactos indiretos; e que não é da competência do Congresso Nacional a oitiva das comunidades indígenas, ainda que o empreendimento estivesse inserido em terras indígenas; que, não obstante não ser aplicável o art. 231, § 3º, da CF, as consultas às comunidades indígenas exigidas na Convenção 169 da OIT foram realizadas; e que, diferentemente do que manifestou o Ministério Público Federal, não houve nenhuma omissão do Ibama, já que, nos limites da sua competência técnica, respondeu aos questionamentos feitos pelas comunidades indígenas, para as quais foram disponibilizadas todas as informações necessárias para a compreensão do empreendimento.

Defende a legalidade da licença de instalação, afirmando que o juízo deferiu pedido diverso do quanto postulado, porquanto, embora o autor tenha postulado apenas a suspensão do procedimento de licenciamento, a decisão determinou a anulação da LI 818/2011; que o fundamento da decisão não se coaduna com a manifestação do Ibama, órgão competente para atestar o cumprimento ou não de condicionantes necessárias à expedição da Licença de



Instalação; e que a Licença de Instalação somente foi expedida após a anuência expressa da Funai.

Releva os prejuízos ambientais decorrentes da suspensão do empreendimento, "uma vez que se estará obstando ao IBAMA de exigir a execução dos programas e projetos ambientais de mitigação dos impactos ambientais previstos para essa fase, deixando o meio ambiente desprotegido em face das ações de instalação que já foram realizadas" (fl. 38); que, entre os danos com a paralisação do empreendimento, estão a interrupção do tratamento nos processos de ravinamento e erosão nos locais ainda não drenados (1), a degradação das áreas cuja supressão vegetal se encontra em andamento e acúmulo de galhadas e serapilheira, com alto risco de incêndio em época de estiagem (2), e acúmulo de águas estagnadas, com risco de proliferação vetores de doenças endêmicas, tais como dengue, malária, febre amarela e leishmaniose (3).

Por derradeiro, destaca o prejuízo econômico ao planejamento estratégico do setor energético do país e o suprimento de energia para atendimento das demandas nacionais em um futuro próximo.

4. Tratando-se de via excepcional de revisão temporária do ato judicial, seu enfoque se restringe ao exame da potencialidade danosa do provimento jurisdicional, a fim de se "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas" (arts. 4º da Lei 8.437, de 30/06/1992, e 15 da Lei 12.016, de 07/08/2009), não cabendo, portanto, em regra, o exame aprofundado e exauriente das questões de mérito envolvidas no processo principal, relativamente ao acerto ou desacerto jurídico da decisão, na perspectiva da ordem judicial, matéria que deve ser tratada nas vias recursais ordinárias, ainda que se admita, para aferição da razoabilidade do deferimento ou do indeferimento do pedido, um juízo mínimo a respeito da questão jurídica deduzida na ação principal,¹ que indubitavelmente responde presença no caso.

A suspensão de segurança, expressão aqui utilizada em sentido genérico, em face da execução de liminar ou de sentença, não constitui, portanto, o julgamento de mérito, na perspectiva do acerto ou desacerto da decisão ou da sentença, em face do ordenamento jurídico, senão uma via excepcional de revisão temporária, no plano da produção de efeitos (eficácia) do ato judicial. Seu enfoque se restringe ao exame da potencialidade danosa do provimento jurisdicional, a fim de se "evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas" (Cf. arts. 4º da Lei 8.437, de 30/06/1992, e 15 da Lei 12.016/2009.)

5. Segundo entendeu o juízo, a Licença de Instalação n. 818/2011 foi emitida sem o atendimento das recomendações formuladas no Ofício 521/2010/PRES-FUNAI-MJ, quais sejam, falta de consulta prévia, livre e informada e a ausência de cuidado em relação ao Salto Sete Quedas (considerado local sagrado para os povos indígenas afetados). Nesse saldo, reputando não cumpridas as condições específicas de validade da Licença Prévia 386/2010, concluiu pela invalidade da Licença de Instalação 818/2011 e, mais, pela inobservância do art. 231 da Constituição e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirmando que "As diversas reuniões noticiadas nos [...] autos somente objetivaram **informar** aos povos indígenas as graves repercussões que acarretará a **decisão já tomada**, pelo Governo brasileiro e pelo empreendedor, de instalar a UHE Teles Pires" (fl. 178 – grifos no original). Nos exatos termos da decisão:

...os documentos firmados pela FUNAI (ofício n. 521/2010/PRES-FUNAI-MJ e Informação Técnica n. 470/COLIC/CGGAM/11, fls. 116/120 e 129/169) demonstram o descumprimento de várias das condicionantes de validade da Licença Prévia n. 386/2010 e da Licença de Instalação n. 818/2011 e, portanto, indicam a necessidade de suspensão do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires.

¹ STF – SS 846 – AgR/DF, Relator Ministro Sepúlveda Pertence (DJ 29/05/1996), e SS 1.272 – AgR, Relator Ministro Carlos Velloso (DJ 18/05/2001).



Essa conclusão não é afastada pelas informações trazidas a este Juízo pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., pois o Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI, fs. 871/1030), constam inúmeras referências aos povos indígenas afetados, mas não se encontra NENHUMA linha que demonstre ter havido tentativas idôneas de promover, adequadamente, a consulta prévia, livre e informada. Também não se encontra NENHUMA referência ao Salto Sete Quedas como local sagrado para os povos indígenas. Muito pelo contrário: da leitura do PBAI se percebe que o empreendedor apresenta aos índios (e aos órgãos públicos envolvidos) uma decisão já tomada, de cujo processo decisório não participaram e em relação à qual nada há a fazer a não ser lamentar a perda de sua identidade cultural e de seu local de culto. (fl. 172)

Em relação ao espeque principal para o deferimento da liminar — consulta prévia, livre e informada —, da notícia veiculada 01/03/2012, no site da Associação Brasileira de Antropologia, extrai-se que ainda não há regulamentação (ainda em fase de debates e elaboração de propostas), para o mecanismo de consulta prevista na Convenção 169-OIT.

Destaca a decisão, em relação à consulta e à participação dos povos indígenas — tomando por base a interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos — que:

Trata-se de instrumento fundamental para a implementação de uma Administração dialógica, que reconhece as virtudes do aprofundamento da democracia com a conseqüente "participação ativa dos diversos setores sociais envolvidos como órgãos de consulta permanente". É importante salientar que o elemento nuclear dessa consulta reside na busca pelo consentimento dos povos indígenas afetados, e por consentimento deve-se entender tanto o poder de concordar como o de discordar do empreendimento proposto. De acordo com LETÍCIA BORGES DA SILVA, "Trata-se de um direito coletivo, pois a comunidade como um todo deve aceitar ou não, as propostas políticas ou econômicas travadas com ela, respeitando-se assim sua forma tradicional na tomada de decisão.

(...)

Entendo que as reuniões que ocorreram entre o empreendedor e os povos indígenas afetados não configuram a consulta a que aludem os textos constitucional e convencional acima referidos, pois a Constituição da República de 1988 determina que se trata de competência exclusiva do Congresso Nacional-e, como tal, indelegável. (fls., 175-176)

Dá-se que, enquanto não estabelecidos os procedimento de consulta (ou seja, a regulamentação da Convenção 169-OIT) pelos órgãos competentes, afigura-se prematuro afirmar-se que as reuniões realizadas não atenderam ao que está estabelecido, quanto ao direito de os povos indígenas serem consultados antecipadamente sobre toda e qualquer decisão que os Estados nacionais pretendam tomar, administrativa ou legislativa, que impactem sobre seus territórios, condições e modos e vida, quer se cuide de uma comunidade local, quer se trate de um conjunto de povos. Tratando-se de um instrumento de diálogo entre as partes interessadas, o que se vê é que foram realizadas várias audiência públicas, com a participação das comunidades indígenas, em que foram discutidos e esclarecidos os questionamentos apresentados. Em princípio, é o que basta.

Consigna o Ibama, outrossim, que neste Tribunal, em recente julgamento da Apelação Cível 2006.39.03.000711-8, que analisou o caso da UHE de Belo Monte, a Quinta Turma entendeu que a Constituição Federal "... não conferiu ao Congresso Nacional a atribuição de ouvir, por seus representantes, as comunidades afetadas ..." e que "... a consulta às comunidades tribais pode e deve ser realizada por intermédio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ...". No mesmo passo, entendeu que, naquele caso, não houve ofensa à Convenção 169



- OIT, já que ficou demonstrada a realização "... de consultas às comunidades locais, não só indígenas, como também de ribeirinhos"².

É relevante destacar, segundo consta dos autos, que o projeto do empreendimento da UHE de Teles Pires, além de não contemplar aproveitamento de recursos naturais em terras indígenas, nelas também não está inserido. A área de influência direta do empreendimento dista 40 km das terras indígenas. Confira-se o que afirma o Ibama.

... o aproveitamento hidroelétrico não será em terras indígenas. Estas terras sofrerão impactos indiretos, mas não estão localizadas na área diretamente afetada – ADA pelo empreendimento. É dizer: nenhuma estrutura de engenharia como a barragem, os canteiros de obras, as estradas de acesso e áreas de boca-fora está localizada em terras indígenas. Aliás, como já foi informado, a terra indígena mais próxima ao empreendimento fica a 40 km de distância da barragem. Também não haverá alagamento de nenhuma parte destas terras. (fl. 13 – grifos no original.)

O Ibama, órgão competente para a concessão da licença ambiental — ato administrativo discricionário, quanto à análise e critérios técnicos adotados, que goza de presunção de legitimidade — afiança que as condicionantes impostas na licença prévia exigíveis para a fase de licença de instalação foram satisfatoriamente cumpridas, obtendo, inclusive, manifestação favorável da Funai para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental. Não existe nenhuma demonstração inequívoca de que isso não ocorra!

Não é atribuição do Poder Judiciário, nem do Ministério Público Federal, examinar as condições técnicas e emitir ou negar licença ambiental de instalação de uma hidrelétrica. Como já se tem afirmado em seguidas oportunidades, a ingerência da atividade jurisdicional sobre atribuições da Administração Pública, fazendo opções e impondo alterações na condução do planejamento da sua atuação, deve ser feita com critério e prudência e deve estar calcada em dados objetivos, fáticos e técnicos que a justifique, o que, na hipótese, não parece ocorrer.

No que se refere à projeção dos prejuízos advindos da decisão, correspondência encaminhada à Companhia Hidrelétrica Teles Pires, de 28/03/2012, do Consórcio Construtor Teles Pires, relata os seguintes impactos negativos para o Empreendimento:

(...)

1 – Impactos Técnicos e Ambientais

A suspensão da Licença de Instalação n. 818/2011 trará sérios impactos técnicos e ambientais ao empreendimento, devido à consequente dispensa da mão de obra e desmobilização de equipamentos, dentre os quais destacamos pela sua gravidade:

a) A interrupção dos tratamentos nos processos de ravinação e erosão nos locais ainda não drenados. Estes processos resultam do aprisionamento de água carregada de enxurradas provenientes das chuvas, e se agravam neste período do ano face à pluviometria. O referido carreamento de sedimentos provenientes destes processos erosivos afeta substancialmente as grotas, cursos d'água e, conseqüentemente, o rio Teles Pires e seus afluentes, resultando no aumento da turbidez e sedimentos nas águas destes mananciais.

b) Em função da interrupção das atividades de supressão vegetal, deixarão de ser tomadas as medidas adequadas de acabamento, resultando em processo de queda de árvores e no desnudamento do solo em locais não previstos, com as seguintes consequências: (i) degradação das áreas cuja

² AC 0000709-88.2006.4.01.3909 (2006.39.03.000711-8), relator para acórdão desembargador Fagundes de Deus, e-DJF1 de 23/11/2011.



supressão vegetal se encontra em andamento; e (ii) acúmulo de galhadas e serrapilheira, com alto risco de incêndio em época de estiagem.

c) em decorrência da paralisação das atividades de drenagem e esgotamento d'água das áreas já escavadas, ocorrerá acúmulo de águas estagnadas, com grande risco de proliferação de vetores de doenças endêmicas, tais como a dengue, malária, febre amarela e leishmaniose.

d) Como resultado da paralisação do empreendimento, grandes transtornos ocorrerão às obras de infraestrutura já iniciadas, tais como alojamentos para os integrantes e contratados, refeitório, área de lazer, ambulatório médico, estação de tratamento de efluentes, Central de Gerenciamento de Resíduos e demais instalações de apoio. Afetará também as obras de saneamento já iniciadas para o acampamento e canteiro de obras, como também as obras de drenagem de águas pluviais.

e) paralisação da suspensão dos trabalhos de instalação de postes e lançamento de cabos na área do empreendimento comprometerá o fornecimento de energia elétrica pela concessionária CEMAT, e exigirá a utilização, por mais tempo, de geradores movidos a diesel, com consequente e inevitável poluição do meio ambiente e do aumento dos gases de efeito estufa.

II – IMPACTO NO CRONOGRAMA

Em qualquer hipótese, a paralisação das atividades em curso no Empreendimento gerará atraso no Cronograma Geral de Execução do Empreendimento e consequente atraso na entrada em operação comercial das Unidades Funcionais. Importante notar que o impacto no Cronograma desta paralisação não é linear, uma vez que dependerá dos retrabalhos necessários, do tempo necessário para retomada e das consequências no planejamento dos serviços no momento da retomada.

III – IMPACTOS SOCIAIS

A paralisação do Empreendimento exigirá a demissão imediata de aproximadamente 2000 funcionários alocados às obras de implantação e trará consequências diretas sobre a renda de suas famílias, bem como a perda de recursos para a economia local, inclusive a perda de recolhimento do ISSQN para os municípios de Paranaíta/MT e Jacareanga/PA. Ressaltamos que do total de demissões a serem realizadas, aproximadamente 800 colaboradores são oriundos dos municípios da região, como Paranaíta-MT, Alta Florista-MT e Carlinda-MT, o que acarretará grande impacto social na referidas cidades.

Adicionalmente, a inevitável suspensão de contratos de terceiros contratados, que hoje totalizam 102 empresas, ocasionará também a desmobilização de seus recursos (aproximadamente 390 funcionários e 50 equipamentos).

Também haverá significativo impacto na atividade econômica das cidades da região (comércio e prestação de serviços), com redução de empregos indiretos, bem como redução dos investimentos de empresários da região.

IV – IMPACTOS ECONÔMICOS

Os custos estimados pelo Consórcio Construtor em função da paralisação dos serviços são os seguintes:

- custo para desmobilização da mão de obra operacional: R\$ 7.000.000,00;
- custo para remobilização da mão de obra operacional: R\$ 2.500.000,00;
- custo para desmobilização/remobilização de equipamentos: R\$ 10.200.000,00, e/ou custo diário de R\$ 500.000,00, referente aos dias que os equipamentos permanecerem no canteiro;



- Custo de permanência da estrutura de gerenciamento, apoio e manutenção de canteiro: R\$ 500.000,00 por dia;

- Estimativa de redução da atividade econômica nas cidades da região: R\$ 4.000.000,00 por mês.

As referidas estimativas de custos não consideram os efeitos da nova programação do Empreendimento, o que pode representar aumento expressivo do custo global.

6. Os graves prejuízos que a decisão ocasiona, somados aos pontos aqui levantados relativos ao mérito da ação principal, evidenciam a necessidade de suspensão da decisão, em face da sua aptidão de atentar contra a ordem e a economia públicas, máxime por retardar as medidas tendentes à ampliação do parque energético do País, previsto no Plano de Aceleração de Crescimento (PAC 2), empreendimentos energéticos competitivos, renováveis e de baixa emissão de carbono, que movimentam bilhões de reais e representam milhares de empregos diretos e indiretos.

Em face do exposto, defiro o pedido e suspendo a eficácia da decisão proferida, nos autos da Ação Civil Pública 3947-44.2012.4.01.3600, pelo juízo federal da 2ª Vara – MT. Comunique-se, com urgência, ao juízo requerido, encaminhando-lhe cópia desta decisão. Sem recurso, arquivem-se os autos. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2012.

Desembargador Federal **OLINDO MENEZES**
Presidente

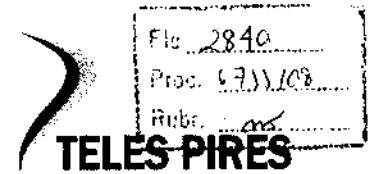


Documento contendo 7 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - (CP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 4.204.062.0100.2-39.



EMBRANCA

Data: 23/03/2012



Cuiabá, 26 de março de 2012.

Carta CHTP – nº 075/2012

Ao

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.

Sr. ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
C/C. Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: UHE Teles Pires – Inclusão de procedimento executivo a Atividade de Supressão de Vegetação.

Senhor Coordenador:

1. Tempo em que o cumprimentamos, informamos que os trabalhos práticos de supressão de vegetação das áreas contempladas pela ASV nº 565/2011 demandam a inclusão de procedimento executivo específico qual seja a utilização localizada de equipamento denominado trator bico de pato (Imagens em anexo).

2. A utilização desse equipamento deve-se exclusivamente às especificidades do trabalho onde, a grande densidade de arvores com DAP ≤ 45 cm geram um entrelaçamento de copas e cipós no dossel propiciando insegurança no procedimento, pois nos cortes com motosserra, devido a esta realidade o direcionamento da queda fica prejudicado. Em campo houve várias situações de risco onde indivíduos arbóreos, por estarem entrelaçados em sua copa ou por cipós, ao caírem, foram direcionados sobre o motosserrista.

3. Como pode-se observar no relatório fotográfico anexo o equipamento com cabine proporcionará maior segurança para a equipe responsável pelo bosqueamento bem como melhor direcionamento da queda destes indivíduos. Assim será possível proporcionar no entorno dos indivíduos com DAP ≥ 45 cm a limpeza necessária para que o motosserrista possa direcionar o caimento destas árvores com segurança.

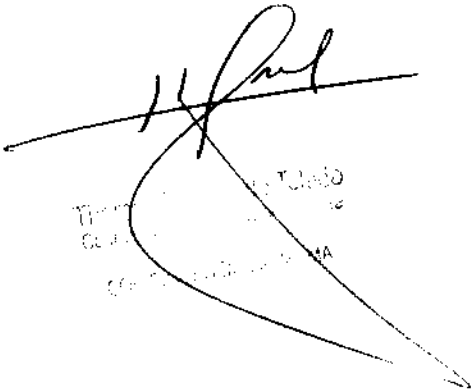
4. O procedimento que constitui a derrubada localizada e individual, um a um, de indivíduos arbóreos com DAP ≤ 45 cm utilizando-se o implemento em tela, está em conformidade com o Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto, Instruções de Controle Ambiental das atividades de

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

A cargo de equipe

TERMS MOURA PARA AVALIAÇÃO
DO ANALISTA JOSÉ GONCALVES

05/04/12


TERMS MOURA PARA AVALIAÇÃO
DO ANALISTA JOSÉ GONCALVES



TELES PIRES

Fls. 2841
Proc. 67.11/08
Data: ...

limpeza dos terrenos e da supressão de vegetação e Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna constantes do PBA da UHE Teles Pires assim como de toda a documentação que embasou a emissão da ASV nº 565/2011.

5. Assim, conforme encaminhamento entre os executores do trabalho de supressão vegetal e Analistas Ambientais deste Instituto em vistoria a obra nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2012, informamos, no intuito de prevenção de acidentes e melhor evolução do trabalho, que se demonstra adequada e necessária à inclusão do procedimento executivo descrito nas Atividades de Supressão de Vegetação já autorizadas.

6. Por fim indagamos sobre a necessidade de manifestação oficial deste Instituto e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

7. Relatório fotográfico em anexo.

Ficamos no aguardo para darmos continuidade ao desenvolvimento das atividades previstas.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Cláudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

EMERGENCY

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.
www.uhetelespires.com.br

EMERGENCY



Trator de Esteira adaptado com bico de pato.



Trator de Esteira com bico de pato e cabine reforçada possibilita a derrubada individual de indivíduos arbóreos e garante mais segurança ao operador do equipamento.



Cabine reforçada oferece mais segurança ao operador

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Einzelnummer

Cuiabá, 30 de março de 2012.

Fls.	2844
Proc.	6731/08
Rubr.	<i>mk</i>

Carta DIR ADM/FIN – nº 88-2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria geral de Infraestrutura de Energia Elétrica.
Sr. Adriano Rafael Arrepia de Queiroz
C/C Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício 110/2012 CGENE/DILIC/IBAMA.

Senhor Coordenador:

Em resposta a solicitação feita por e-mail na data de 30 de março de 2012, pela Sra. Telma Bento de Moura, Analista Ambiental COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, viemos através desta entregar cópia digital da Carta CHTP 064/2012, protocolada neste órgão no dia 20 de março de 2012, que trata da análise da proposta de alteração do modelo e disposição das passagens de fauna, bem como da definição da estrutura definitiva e obras vinculadas a instalação da portaria.

Colocando-nos a disposição para qualquer informação complementar,

Atenciosamente,

MMA - IBAMA
Documento:
02001.018552/2012-31

Data: 03/04/2012




Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Marcos de Azevedo Duarte
Diretor Sustentabilidade

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

'A ANALISA MARIANA TOWIDINI,
PACA ANALISA

08/04/12



Thomas Muzes de Toledo
Cedra de Toledo
CONDICIONADO LITENEMA



SIPAR – GAB/SVS-MS

25000.055449/2012-33

Fls. 2845
Pág. 633/108
Data: 09/04/12

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA MALÁRIA
Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede,
1º andar, Ala Norte - CEP 70.058-900
Tel. (61) 3315-3277

Ofício nº 05 CGPNM/DEVEP/SVS/MS

Brasília, 09 de abril de 2012.

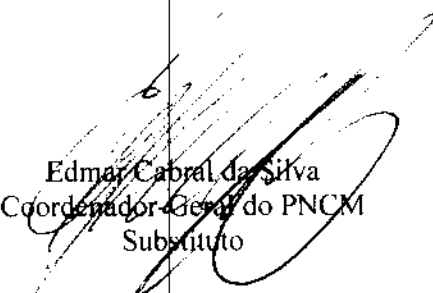
A Sua Senhoria o Senhor
ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
Coordenador Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica – IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA
70818-900 Brasília – DF

Assunto: Relatório de Vistoria da Execução do Plano de Ação para o Controle da Malária da Usina Hidrelétrica Tele Pires.

Senhor Coordenador,

1. Envio em anexo o Relatório de Acompanhamento do Plano de Ação para o Controle da Malária da USINA HIDRELÉTRICA TELES PIRES, em cumprimento à Portaria 47, de 29 de dezembro de 2006, realizado no canteiro de obra do empreendimento, no estado do Mato Grosso.
2. De acordo com o documento, o empreendimento cumpre em parte as ações especificadas no Plano de Ação para o Controle de Malária, condicionante para a manutenção do Atestado de Condição Sanitária - ATCS nº 006/2011.
3. A Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – CGPNCM informa que o referido ATCS expirou em fevereiro de 2012, sendo que o documento deverá ser revisado para que haja a adequação das ações de controle da malária na área de influência da UHE durante a sua instalação.
4. Para informações adicionais, favor entrar em contato com a Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – CGPNCM, pelo telefone: (61) 3315 3353.

Atenciosamente,


Edmar Cabral da Silva
Coordenador Geral do PNCM
Substituto

CGPNCM/DEVEP

De ordem: *Paula* Em: 13/04/12

Para:

Simone Araujo de Souza
Simone Araujo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A AMANDA MARLINA TAMBORI,

PARA CIENCIA DA EQUIPE E

ATEND AO PROCESSO.

EM 21.04.12

Rafael Isimoto Della Nina

Rafael Isimoto Della Nina
Coordenador de Licenciamento de Invenções
COMDIOCGEN/EN/DILIC/IA
Substitua

Fis. 2846
Proc. 6711108
Tabr. 28



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Departamento De Vigilância Epidemiológica
Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária
Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Sobrelaja
70.058-900 – Brasília-DF
Tel. 3315 3277

PORTARIA MS/SVS/Nº 47/2006 - ANEXO VII
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO PARA O CONTROLE DA MALÁRIA DO EMPREENDIMENTO USINA
HIDRELÉTRICA DE TELES PIRES

NOME DO EMPREENDIMENTO: UHE Teles Pires
RESPONSÁVEL: Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.
PERÍODO DA VISTORIA: 22 de março de 2012
Nº DA VISTORIA: CGPNCM nº 003/2012

Introdução

O acompanhamento do Plano de Ação para o Controle da Malária está respaldado pela Resolução do CONAMA nº. 286/2001, como também, pela Portaria da SVS/MS nº. 47/2006. As atividades acompanhadas constam no documento *Plano de Ação para o Controle da Malária do empreendimento da UHE Teles Pires*, de responsabilidade da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.(CHTP), e integra as condicionantes da Licença de Instalação nº 818/2011-IBAMA.

O referido documento foi elaborado a partir da vistoria realizada no dia 22 de março de 2012, tendo a presença de representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta, no Mato Grosso, da Secretaria Estadual de Saúde do Pará (SESPA) e Mato Grosso (SES-MT), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS) e do empreendedor. Por questões de deslocamento o representante da Secretaria Municipal de Jacareacanga não pode participar desta ação.

A presente vistoria teve por objetivo verificar a execução das atividades pactuadas no Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM), apresentar propostas para solução dos itens pendentes, e analisar as necessidades de revisão do PACM, de acordo com o cenário atual do empreendimento e a situação epidemiológica da malária nos municípios da Área de Influência da Usina.

Ressalta-se que o ATCS nº 006/2011 foi emitido com o prazo de validade de SEIS MESES, a partir da data de emissão da Licença de Instalação, justamente para que haja a possibilidade da revisão do PACM.

ATIVIDADES CONSTANTES NO PACM	CUMPRIMENTO DA ATIVIDADE		OBSERVAÇÕES
	EXECUTADA	EM EXECUÇÃO NÃO EXECUTADA	
1. ELIMINAÇÃO DE FONTES DE INFECÇÃO DE PLASMODIUM SP. ENTRE OS TRABALHADORES			
1.1. Busca ativa de portadores sintomáticos e assintomáticos de malária entre os trabalhadores do empreendimento (100%) da fase de contratação até o término das obras do empreendimento.		X	<ul style="list-style-type: none"> Nos exames admissionais NÃO estão sendo realizado o exame de gota espessa, conforme preconiza o MS. O empreendedor NÃO está realizando inquérito em seus trabalhadores, prioridade para o cumprimento do PACM. É importante que se realize exame periódico, a cada 60 dias. Os trabalhadores que realizam exame de Plasmodio na admissão, fizeram por meio

2. DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO OPORTUNO E CORRETO DA MALARIA

de laboratório particular.

<p>2.1. Proporcionar atenção médica e acesso a medicamentos, exames e serviços de saúde que garantam o diagnóstico precoce e tratamento adequado para a malária nos trabalhadores infectados (100%), reduzindo a morbimortalidade e as formas graves de doença.</p>		X		<ul style="list-style-type: none"> Foram registrado 4 (quatro) casos positivos de malária durante os exames admissionais. Esses pacientes foram acompanhados pela SMS de Paranaíta-MT Os exames e acompanhamentos dos casos sintomáticos estão sendo realizado em parceria com o município de Paranaíta-MT Os exames realizados pela SMS de Paranaíta seguem a orientação do MS O empreendedor possui dois microscopistas certificados para atuar no canteiro de obras, no entanto o ambulatório ainda encontra-se em instalações provisórias, sendo prevista a instalação definitiva para maio desse ano.
<p>2.2. Criação de novas unidades notificantes do SIVEP para cada canteiro.</p>			X	<ul style="list-style-type: none"> A Secretaria de Saúde do Município de Paranaíta-MT foi orientada a criar um códigos de Unidade Notificante para controle dos exames realizados nos trabalhadores. Cabe ao empreendedor entrar em contato, o mais breve possível, com a SMS de Paranaíta-MT para providenciar esse código.
<p>2.3. Incrementar os serviços de saúde locais para o diagnóstico precoce da malária dentro da área de influência da Usina, tendo como objetivo atender a comunidade da área de</p>		X		<ul style="list-style-type: none"> O empreendedor entregou a maior parte dos equipamentos pactuados com os municípios e estados, Ainda faltam os seguintes tópicos para o

<p>influência empreendimento.</p>				<p>cumprimento do acordado com os municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Construção do depósito de insumo pactuado com a SES-MT (falta a indicação do terreno pela Prefeitura de Alta Floresta) ○ Construção do depósito de insumos pactuado com a SESP (falta a indicação do terreno pela Prefeitura de Jacareacanga-PA). ○ Construção do laboratório de diagnóstico de Malária pactuado com Alta Floresta-MT depende da aprovação do projeto pela Vigilância Sanitária. ○ Construção do depósito de insumos e do laboratório de diagnóstico Malária em Paranaíta-MT (aguarda a doação do terreno pela prefeitura de Paranaíta) ○ Entregar a motocicleta, o veículo 4x4 e o barco (voadeira) para o município de Jacareacanga-PA (impossibilidade de logística).
<p>3. REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS</p>				
<p>3.1. Planejamento e desenvolvimento das atividades operacionais considerando os hábitos das espécies de anofelinos da área do empreendimento, identificados no estudo de Avaliação</p>		<p>X</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Existem frentes de trabalho que desenvolvem atividades das 7:00 as 3:00, em diferentes escalas de trabalho. • Deve-se ter especial atenção aos trabalhadores que desenvolvem suas

do Potencial Malarigeno.				<p>atividades no período noturno, uma vez que esses estão mais expostos ao vetor.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser incentivado o uso de repelentes e EPIs adequados por meio de ações de Educação em Saúde voltadas à prevenção da Malária.
3.2. Atividades de educação e mobilização dos trabalhadores para o uso de vestimentas protetoras reduzindo a área corporal expostas.			X	<ul style="list-style-type: none"> • São realizadas ações de Educação em Saúde, de forma abrangente, em ações nas frentes de trabalho. • Apesar dos trabalhadores serem orientados a utilizar camisas de manga longas e repelente, estes devem ser informado da importância dessas e outras ações para evitar o contato com o vetor da malária.
3.3. Fornecimento de produtos repelentes para o corpo e para área interna de alojamentos.		X		<ul style="list-style-type: none"> • Repelentes fazem parte do EPI dos trabalhadores.
3.4. Fornecimento de Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILD) aos trabalhadores nos respectivos alojamentos.			X	<ul style="list-style-type: none"> • Não são utilizados MILD nos alojamentos, uma vez que todos são telados e com ar-condicionado.
3.5. Fornecimento de Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILD) à comunidade da área de influencia do empreendimento			X	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram entregues e instalados os MILDs à comunidade da área de influencia do empreendimento. • O empreendedor deve protocolar na SVS a proposta do quantitativo e o Plano de instalação de MILDs nessas comunidades. • Deve ser aprovado o plano de monitoramento e resistência deste produto na comunidade, de acordo com o

Fls. 2848
 P. 6/11/18
 REC. M

<p>3.6. Telar portas, janelas e varandas dos alojamentos na área do empreendimento.</p>			<p>recomendado pela CGPNCM.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os alojamentos definitivos estão em fase de conclusão. Todos estão sendo telados e com ar-condicionado. • Nos banheiros há telas nas janelas, porém não existe um sistema que mantenha as portas fechadas. • As telas implantadas nas estruturas do canteiro (Figura 3D) são adequadas para impedir a entrada de vetores da malária, mas os representantes da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso solicitam que estas telas sejam substituídas por outras com aberturas menores, para que impeça a entrada de vetores de outros agravos, por exemplo, flebotomíneos (vetor da leishmaniose).
<p>3.7. Supervisão organizacional dos trabalhadores para o uso de medidas de proteção, em especial daqueles que executarem atividades vespertinas e noturnas no empreendimento (seguranças).</p>		<p>X</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi informado se há uma ação específica focada nos trabalhadores que desempenham atividades no período noturno. Essa ação é de fundamental importância, uma vez que os mesmos encontram-se mais expostos ao vetor. • São realizadas ações de Educação em Saúde, nas frentes de trabalho, onde os trabalhadores são orientados a utilizar camisas de manga longa e repelente. • A pesar dos trabalhadores serem orientados a utilizar camisas de manga longa e repelente, estes devem ser informados da importância dessas e outras

Fls 2849
Proc. 6711108
Publ. 2

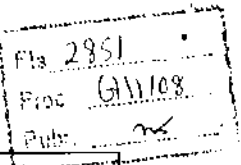
<p>3.8. Termonebulização química de criadouros ou áreas coletivas estratégicas visando eliminar as fêmeas contaminadas do ambiente.</p>				<p>ações para de evitar o contágio da malária.</p> <ul style="list-style-type: none"> Foi realizada a termonebulização durante a fase de supressão vegetal para reduzir as populações de vetores O MS recomenda o uso de Termonebulização apenas em caso de surtos e em ações pontuais onde a presença de vetores alados encontra-se muito elevada.
<p>3.9. Drenagem de criadouros temporários na área de influência direta ou situados em localizações estratégicas.</p>		X		<ul style="list-style-type: none"> Segundo o empreendedor estão sendo realizadas obras para evitar e eliminar a formação de represamentos de cursos d'água e acúmulos de água. O empreendedor deve encaminhar protocolar na SVS um relatório com registros fotográficos dessas ações.
<p>4. AVALIAÇÃO E CONTROLE SELETIVO DE ANOFELINOS</p>				
<p>4.1. Identificação das principais espécies vetoras, densidade populacional e ritmo nictimeral dos anofelinos na área de influência do empreendimento e seus criadouros.</p>			X	<ul style="list-style-type: none"> Segundo o empreendedor, foram realizadas três campanhas entomológicas na área do canteiro e AID de empreendimento onde o empreendedor relata que não foi registrada a presença de anofelinos (vetor da malária). A ausência do vetor foi questionada pelos membros das SES-MT que acompanharam a vistoria, e que realizam monitoramento no município As três campanhas apresentadas na SVS fazem parte das exigências à Avaliação do Potencial Malarígeno (APMJ). O empreendedor deve manter o

				<p>monitoramento de vetores na área de influência durante todo o período de instalação da UHE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O MS solicita que seja protocolado na SVS/MS o relatório dos resultados do monitoramento de vetores • Apesar dos dados relatados pelo empreendedor, estudos realizados no município de Paranaíta-MT pela SES-MT foi observada a presença do vetor na região.
				<ul style="list-style-type: none"> • Segundo o empreendedor os criadouros são constantemente acompanhados, fazendo uso de larvicidas quanto necessário. • O Ministério da Saúde recomenda que antes da utilização de larvicidas sejam utilizadas ações de manejo ambiental, e limpeza dos criadouros. A utilização de larvicidas deve ser considerada somente em casos mais graves de densidade larvária • O MS alerta a importância de se evitar a formação de criadouros artificiais, pois isso propicia o aumento da população do vetor. • A CGPNCM recomenda que as Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais acompanhem esse monitoramento. • O empreendedor deve protocolar na SVS relatório com resultados e registros
4.2. Monitoramento contínuo dos criadouros, densidade e espécies na área do empreendimento		X		
4.3. Obras de ordenamento do meio para eliminação de criadouros dos mosquitos nas áreas de risco da AID a exemplo de limpeza e drenagem		X		

2850
671108

<p>4.4. Controle químico (espacial e/ou residual) seletivo de acordo com recomendações epidemiológicas e entomológicas do Ministério da Saúde e sob supervisão das ações de vigilância à saúde do município, caso haja indicação técnica derivada dos resultados obtidos pela Avaliação do Potencial Malarígeno – APM</p>		X		<p>fotográficos dessas ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segundo o empreendedor todas as instalações do canteiro passaram pela borrifação intradomiciliar de efeito residual. A borrifação foi realizada pela Odebrecht, contratada da CHTP. • O empreendedor deve encaminhar à protocolar na SVS o plano de controle vetorial, Borrifação Residual Intradomiciliar no canteiro e alojamentos, seguindo a periodicidade recomendada pela CGPNCM, para todo o período de instalação do empreendimento. • O empreendedor deve protocolar a documentação comprobatória da certificação junto a ANVISA dessa empresa para esse tipo de ação.
<p>5. EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO AOS TRABALHADORES E COMUNIDADE</p>				
<p>5.1. Campanhas de mídia</p>		X		<ul style="list-style-type: none"> • O empreendedor realizou campanhas de rádio informando a população sobre os sintomas e riscos associados a malária. • São realizadas ações de Educação em Saúde, de forma abrangente, em ações nas fontes de trabalho. • As ações estão sendo executadas de forma equivocadas no que se refere à prevenção da malária. • É de suma importância que ações focadas na Malária sejam realizadas com 100% dos trabalhadores, independente de suas
<p>5.2. Atividades educativas grupais com trabalhadores (100%)</p>			X	

				funções.
5.3. Atividades educativas grupais com a comunidade (100% da AID)			X	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não foram realizadas campanhas de educação em saúde com as comunidades da AID do empreendimento. • O empreendedor tem iniciado o contato com os municípios para essas ações. Foram apresentados materiais gráficos para essas campanhas (FOTO 1A-C)



Conclusão

O empreendedor está **REALIZANDO EM PARTE** as atividades propostas no Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM). Algumas ações estão sendo realizadas de forma equivocada e outras devem iniciadas com urgência, para a complementação do PACM.

- Por se tratar de uma região endêmica à malária é fundamental que sejam executadas todas as ações constantes no PACM, aprovados no ATCS nº006/2011 SVS/MS.
 - É fundamental que haja o inquérito de malária em um número de trabalhadores que seja representativo da obra, periodicamente, a cada 60 dias. Essa é uma forma do empreendedor controlar os casos de malária de seus trabalhadores e manter um controle dos tratamentos caso haja casos positivos deste agravo.
 - Todas as instalações do canteiro passaram pela Borrifação Intradomiciliar de Efeito Residual. A borrifação foi realizada pela Odebrecht, contratada da CHTP Deve-se atentar se a empresa Odebrecht possui cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a realização das Borrifações Intradomiciliares. Segundo a Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, essa ação deve ser executada por uma empresa credenciada.
 - O empreendedor deve encaminhar à SVS o plano de controle vetorial, Borrifação Residual Intradomiciliar no canteiro e alojamentos, seguindo a periodicidade recomendada pela CGPNCM.
- O empreendedor entregou a maior parte dos equipamentos pactuados com os municípios e estados, excetuando a construção de laboratórios e depósitos de insumos. É de fundamental importância que essas destinações sejam efetuadas pelas prefeituras de Alta Floresta e Paranaíta, Mato Grosso, para que seja dado início as construções. Essas edificações são de grande importância aumentar a rede de diagnóstico de malária do município.

- As ações de educação em saúde apresentadas pelo empreendedor estão sendo realizadas de forma equivocada em relação ao controle de malária. A CGPNCM preocupa-se com as informações apresentadas nessas ações. Atitudes como “evite todo e qualquer acúmulo de água” (Figura 1D) não se aplicam ao controle da malária.
- A CGPNCM entende que o empreendedor está realizando ações de educação em saúde junto aos trabalhadores, entretanto, as informações de prevenção e controle da malária não estão adequadas. É importante que se faça a revisão do conteúdo para ser abordado durante as obras, tanto para os trabalhadores quanto para a comunidade da área de influência do empreendimento.
- As telas implantadas nas estruturas do canteiro (Figura 3D) são adequadas para impedir a entrada de vetores da malária, mas os representantes da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso solicitam que estas telas sejam substituídas por outras com aberturas menores, para que impeça a entrada de vetores de outros agravos, por exemplo, febotomíneos (transmissores da Leishmaniose).
- Não foi realizada a entrega e instalação dos MILDs à comunidade da área de influência do empreendimento. O empreendedor deve protocolar na SVS a proposta de instalação de MILDs nessas comunidades, além disso, deve ser aprovado o plano de monitoramento e resistência deste produto na comunidade, de acordo com o recomendado pela CGPNCM.
- O empreendedor deve dar continuidade nas ações de acordo com os componentes do PACM e iniciar as ações que ainda faltam: apoio à estruturação dos serviços locais de saúde, diagnóstico e tratamento dos trabalhadores do canteiro, fortalecimento da vigilância da malária, educação em saúde, comunicação e mobilização social, monitoramento e controle seletivo de vetores, pesquisa e monitoramento do PACM.
- A Secretaria de Saúde do Município de Paranaitá-MT foi orientada a criar um código de Unidade Notificante no Sivep-Malária para controle dos exames realizados nos trabalhadores. Cabe ao empreendedor entrar em contato, o mais breve possível, com a

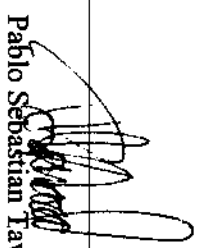
2852
80111E9

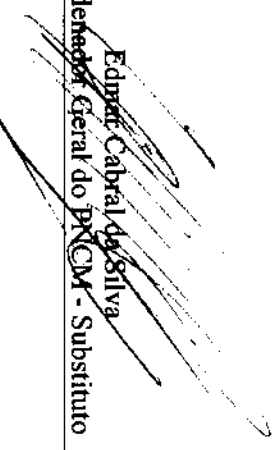
SMS de Paranaíta-MT para providenciar esse código.

- O Atestado de Condição Sanitária (ATCS) foi emitido com validade de 6 meses a partir da Licença de Instalação - IBAMA, em 19 de agosto de 2011, tendo por tanto espirado em fevereiro de 2012. A SVS/SMS solicitou às Secretarias Municipais e Estaduais que enviem **no prazo de 15 dias a partir da vistoria** um relatório a cerca das atividades e impactos decorrentes da implantação do empreendimento visando a revisão da mitigação do empreendimento no controle da malária pelos municípios. Somente a partir da proposta dos municípios a SVS validará novamente o ATCS nº 006/2011. A revisão do PACM, pactuado em 11 de maio de 2011 na cidade de Cuiabá-MT, é fundamental, uma vez que o Plano de Controle da Malária (PACM) deve subsidiar as ações dos estados e municípios nas comunidades que se encontram na área de influencia do empreendimento durante todo o período de instalação.

Brasília, 02 de abril de 2012.


Sheila Rodrigues Rodovalho
Técnica/CGPNCM


Pablo Sebastian Favares Amaral
Técnico/DSAST

De acordo.
Em ____/____/____

Edmar Cabral da Silva
Coordenador Geral do PACM - Substituto

Anexos:

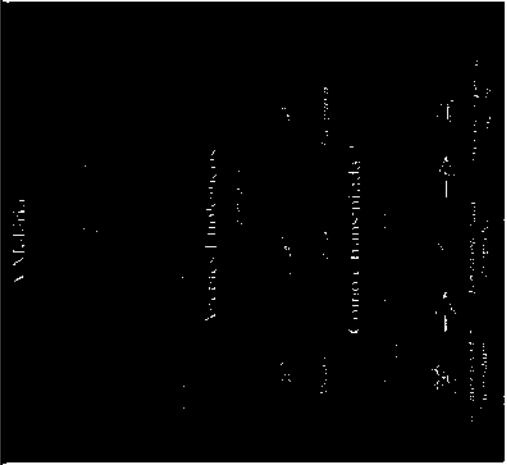
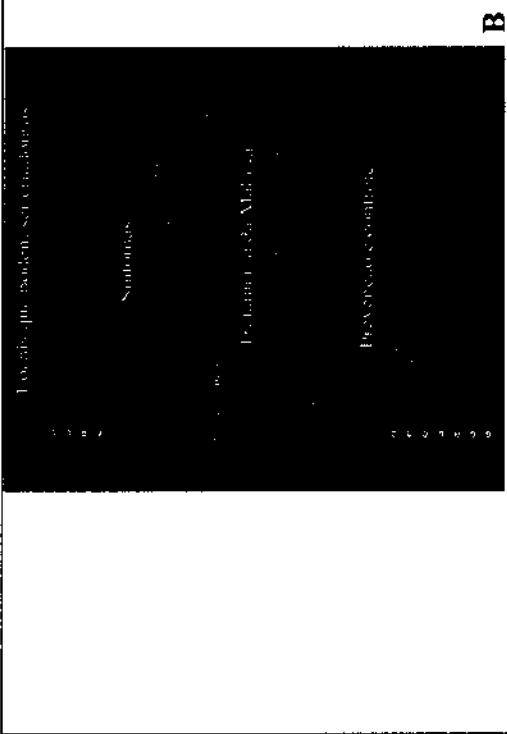

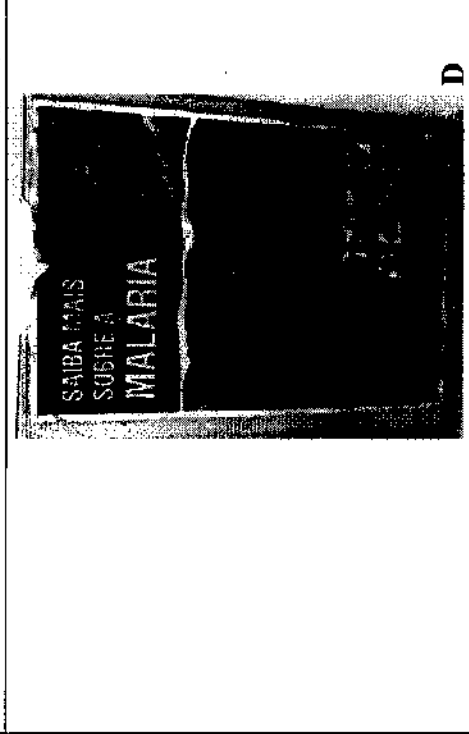
		
		

Figura 01: Materiais gráficos de Educação em Saúde apresentados pela CHTP para ação com a comunidade da área influencia do empreendimento no município de Jacareacanga-PA (A-C) e com os trabalhadores no canteiro de obras (D)

Fis. 2853
Proc. 671/108
Rubr. m

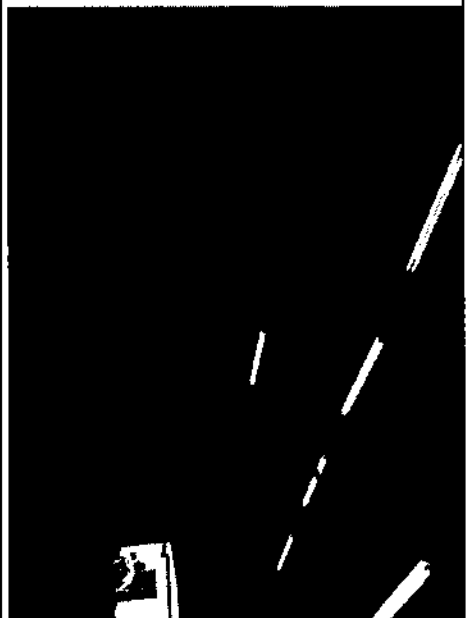

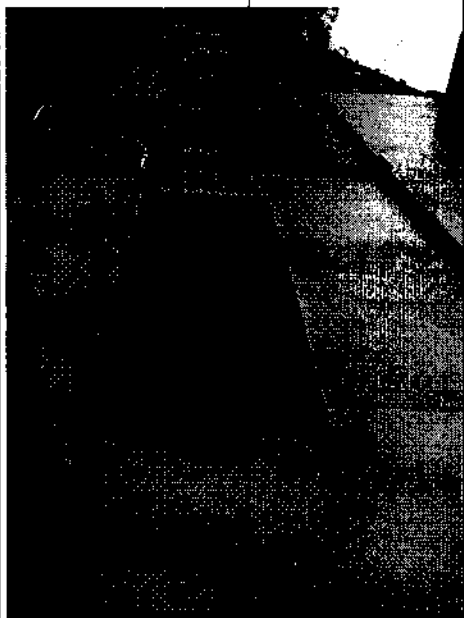

	A			B
	C			D

Figura 02: Refeitório do canteiro da UHE Teles Pires, vistoriados no dia 22 de março de 2012. Visão interna do refeitório atual, demonstrando a presença de ar-condicionado e “corina de vento” na porta (A-B) e do novo refeitório que esta em fase conclusão, destacando a telagem nas janelas (C-D)

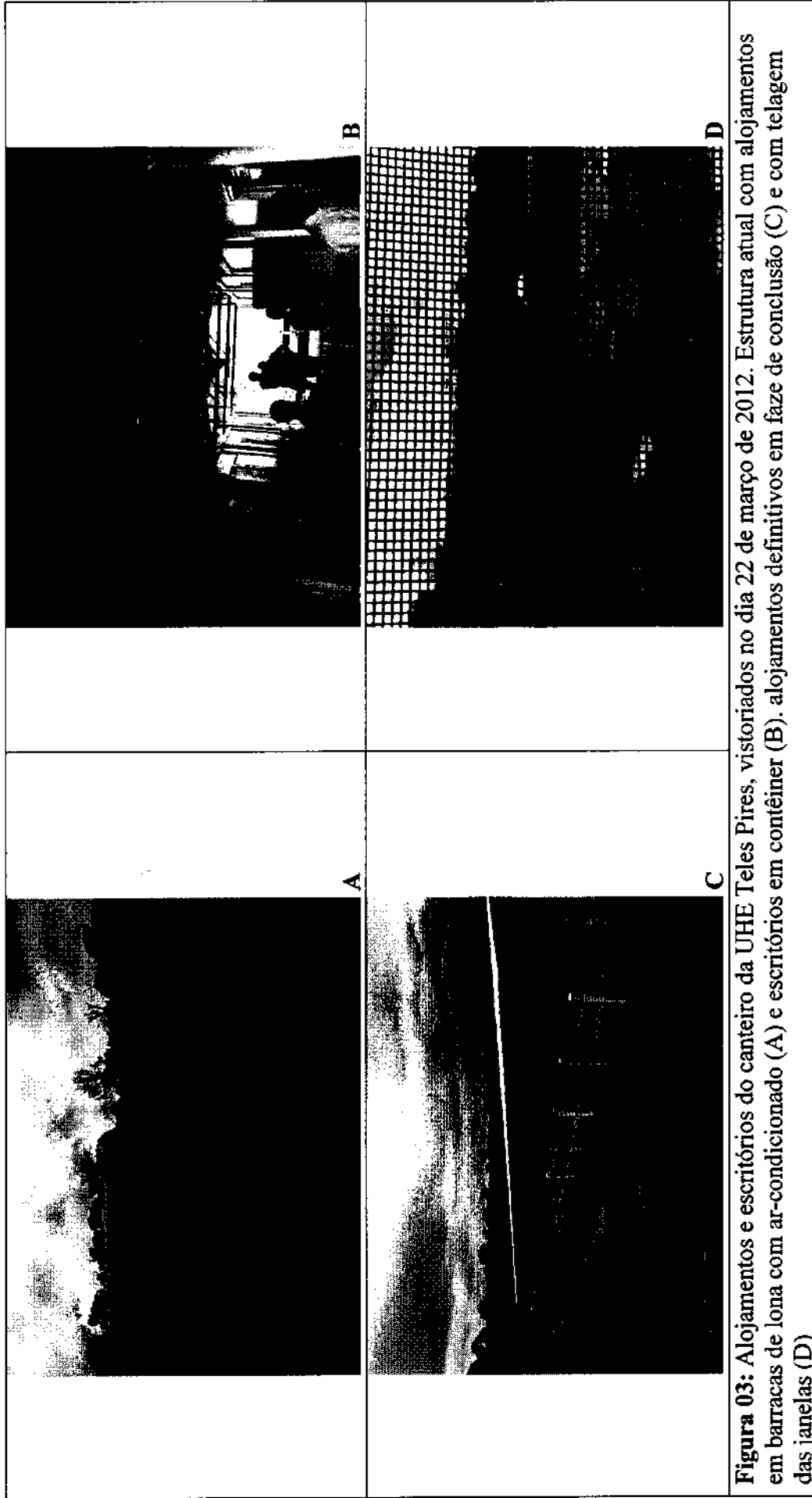


Figura 03: Alojamentos e escritórios do canteiro da UHE Teles Pires, vistoriados no dia 22 de março de 2012. Estrutura atual com alojamentos em barracas de lona com ar-condicionado (A) e escritórios em contêiner (B). alojamentos definitivos em fase de conclusão (C) e com telagem das janelas (D)

2854
6715108
28

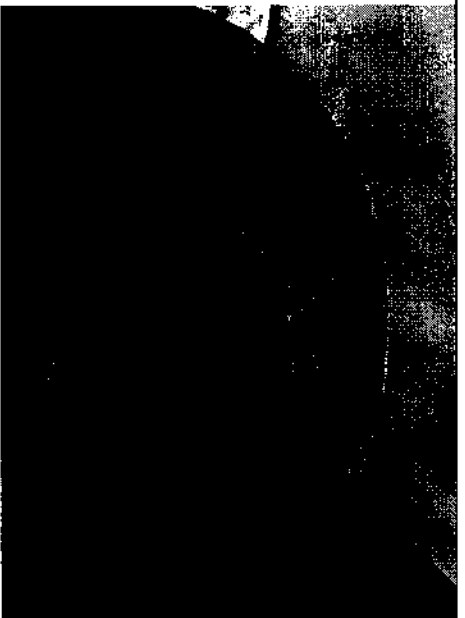
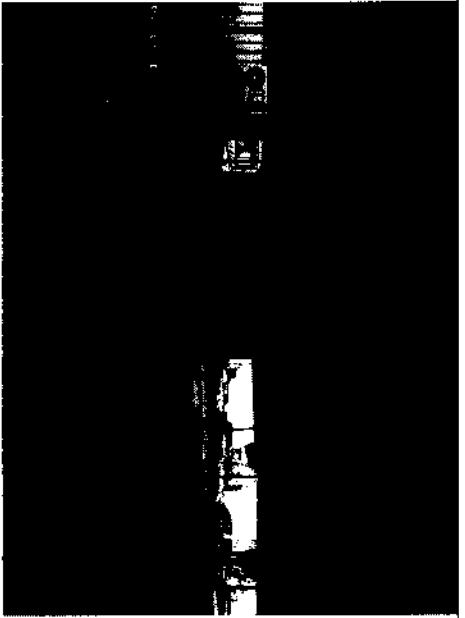

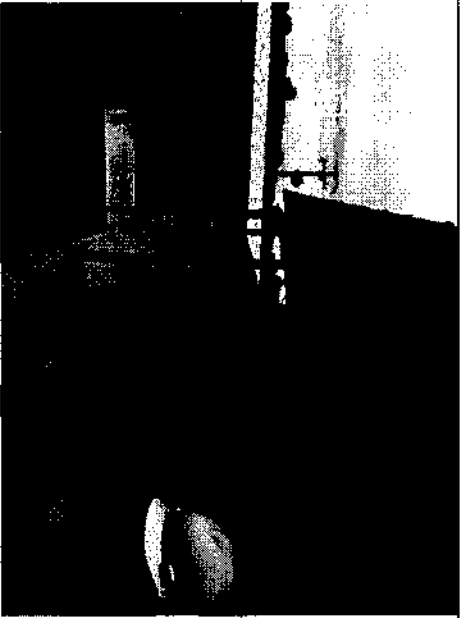
	A			B
	C			D

Figura 04: Área de vivencia do canteiro da UHE Teles Pires, vistoriados no dia 22 de março de 2012. Sala de TV usadas atualmente no canteiro, sendo usada um ambiente fechado durante a noite (A) e aberto durante o dia (B). A área de vivencia definitiva (C-D)

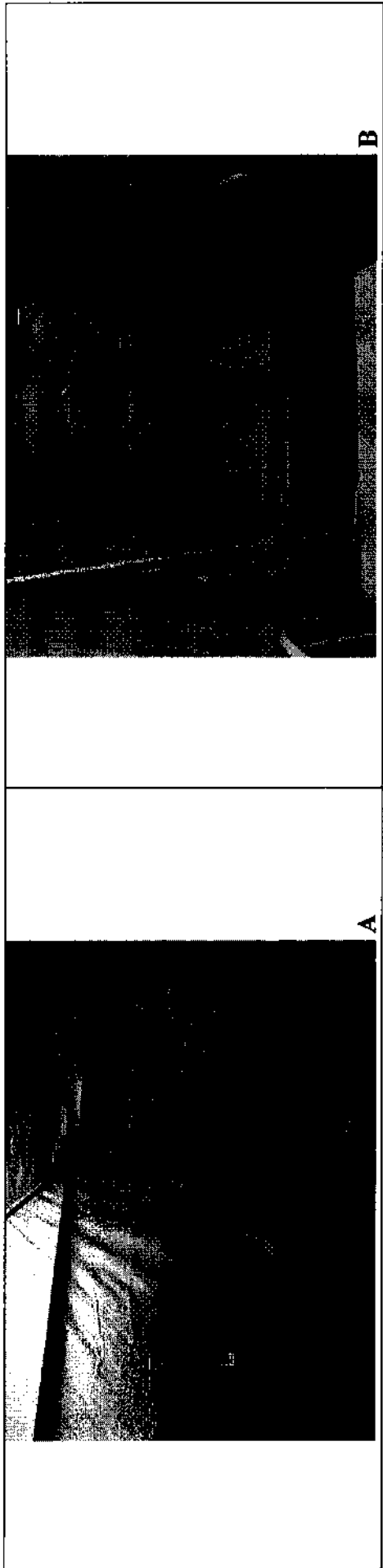


Figura 05: Ambulatório do canteiro da UHE Teles Pires, vistoriados no dia 22 de março de 2012. O ambulatório atual foi instalado em uma barraca de lona com ar-condicionado. Apresenta um consultório para atendimento médico (A) e dois leitos (B)



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Coordenação Geral da Política Nacional de Controle da Malária

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Vistoria ao canteiro de VHE Telha Pires

Data: 22/3/12 Horário: manhã Local: Canteiro VHE Telha Pires

Nº.	NOME	EMPRESA/ÓRGÃO	CONTATO (Telefone / e-mail)	ASSINATURA
	<u>Pablo Amarel</u>	<u>M/S/SV/CGP/DEM</u>	<u>pablo.amarel@onda.net.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Wladimir Lima</u>	<u>SES PA</u>	<u>wllm.lima@hotmail.com</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Marcos Fonseca N. Castro</u>	<u>CHTP</u>	<u>marcosn@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Orta Longo VMS</u>	<u>CHTP</u>	<u>ORTALONGO@VHE-TELEPAR.COM.BR</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Leandro de S. Pinheiro</u>	<u>SMS - PTA</u>	<u>leandros@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Miriam G. F. de Mota</u>	<u>ERS - A FLORESTA</u>	<u>miriamf@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Russomano de S. Bezerra</u>	<u>SMS - PTA</u>	<u>russo@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Leandro Francisco Lima</u>	<u>CNO</u>	<u>leandrofrancisco@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Wesley dos Santos</u>	<u>CHTP</u>	<u>WesleydosSantos@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Elson Hoiniski</u>	<u>CHTP</u>	<u>elsohoiniski@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Tullius Henrique</u>	<u>CHTP</u>	<u>tullius@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Anderson S. de S. S. S.</u>	<u>SMS - ARA FLORESTA</u>	<u>andersons@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Valenice R. Moura</u>	<u>SMS - ARA FLORESTA</u>	<u>valenice@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>
	<u>Mark Adriano Farias</u>	<u>ERS - ARA FLORESTA</u>	<u>mark@vhe-telepares.com.br</u>	<u>[Assinatura]</u>

EMERGENCY

2856
671108
2



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Coordenação Geral da Política Nacional de Controle da Malária

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Vitoria ao canteiro de obras Ilhé Telas Parua

Data: 22/3/12	Horário: manhãs	Local: Paramonita - NT	
Nº.	NOME	EMPRESA/ÓRGÃO	CONTATO (Telefone / e-mail)
	GUILHERME VARENS	ODEBRECHT	GUILHERMEVARENS@ODEBRECHT.COM
	Somando Ferreira Gallo	ODEBRECHT	ferreirasomando@odebrecht.com
	Sala 11111111	ODEBRECHT	salasala@odebrecht.com
	Andressa Augusto Soares	ODEBRECHT	andressa@odebrecht.com
	Marcelo da M. Silva	ODEBRECHT	marcelo@odebrecht.com
	Bruno Emy Odeco	ODEBRECHT	brunoemy@odebrecht.com
	MATEUS GONCALVES A.	ODEBRECHT	matheusgoncalves@odebrecht.com
	FIDELIS DINIZ	ODEBRECHT	fidelis@odebrecht.com
	Samilla Ciriani	ODEBRECHT	samilla@odebrecht.com
	S. Vitor V. Vitor	ODEBRECHT	svv@odebrecht.com



ENCLOSURE



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Coordenação Geral da Política Nacional de Controle da Malária

LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Vistoria ao canteiro de O Brasil

Data: 22.03.12

Horário:

aprox. 08h às 12h

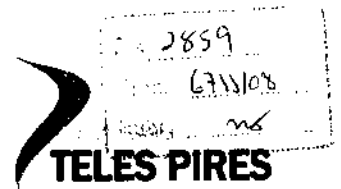
Local:

Paranaíta - MT

Nº.	NOME	EMPRESA/ÓRGÃO	CONTATO (Telefone / e-mail)	ASSINATURA
	<i>Pablo Amaral</i>	<i>MS/SVS/CGPUCM</i>	<i>pablo.amaral@saude.gov.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>CLAUDIA ROBERTA VIEIRA</i>	<i>SMS - UNIV. SÃO JOSÉ - MT</i>	<i>(61) 3503-1155 - 9720-7012</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>MARCO VINÍCIUS VIANA</i>	<i>SESPD - EEPPI</i>	<i>marcovinicius@epi.gov.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>Juliano C. Meneguetti</i>	<i>SMS. Alta Floresta</i>	<i>966-9971-9631</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>Marcos F. Gomes N. Castro</i>	<i>CHTP</i>	<i>marcosfc@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>Moys Adriano Farias</i>	<i>IAS - UNIFLORESTA</i>	<i>moysadriano@unifloresta.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>PAULO ROSEANO NOVAES</i>	<i>CHTP</i>	<i>paularoseano@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>Miriam G. F. de Melo</i>	<i>E.R.S. ALTA FLORESTA</i>	<i>miriamgm@unifloresta.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>SULLIANA HERREMANN</i>	<i>CHTP</i>	<i>sulliana@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>Elisvan Howsei</i>	<i>CHTP</i>	<i>elisvan@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>ROSSELY DUARTE</i>	<i>CHTP</i>	<i>rossely@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>
	<i>OSCAR CARVALHO</i>	<i>CHTP</i>	<i>oscar@unetelespdes.com.br</i>	<i>[Assinatura]</i>

Emergency

EW 12/20/11



Cuiabá-MT, 10 de abril de 2012.

Carta CHTP – nº 095-2012

Ao
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétrica – COHID.
Sr. Thomas Miazaki de Toledo
Brasília-DF.

Ref: Processo IBAMA N° 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício nº 33-CGENE/DILIC/IBAMA

Prezado Coordenador:

Tendo em vista as solicitações do Ofício nº 33 – CGENE / DILIC / IBAMA, que solicita o envio de Planilha que contenha o CPF dos proprietários rurais ou o CNPJ das propriedades, em referência ao Cadastro Socioeconômico dos moradores da Área de Influência Direta da UHE Teles Pires, constantes no Plano Básico Ambiental e constante no Programa Ambiental P.40 do PBA, apresentamos, em anexo, a planilha constando as informações solicitadas.

“Na oportunidade, informamos que encontra-se em fase de Licitação, a contratação de empresa para realização da Revisão do Cadastro Socioeconômico.”

Colocamo-nos a vossa inteira disposição para outras informações que se fizerem necessária, desde já reiteramos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,



Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A

Luiz Claudio Ramirez Nunes

Diretor Adm. e Financeiro

MMA - IBAMA

Documento:

02001.018872/2012-91

Data: 20/4/12

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8.695 – 8º andar - Ed. The Centrus Tower – Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias – CEP. 78.043-305 – Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 – Ed. Rio Sul Center – Tel. (21) 2546-9877 – Botafogo – CEP. 22.290-160 – Rio de Janeiro, RJ.

De ordem: *la Polhes* Em: 24/04/12
Para:

Simone Araújo de Souza
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

A ANUNIA MAMAMA TEMEDINI,
PARA INSTUAR ANÁLISE DA EQUIPE.

EM 30.04.12

A. Nina
A. Nina
Coordenadora de Atendimento às Preferências
DO HOGIGENETIL CABANA
S. 2500000

LISTA DAS PROPRIEDADES REGISTRADAS E CADASTRADAS
ASSENTAMENTO SÃO PEDRO

400	SÍTIO DE LOS VALES-LOTE 417	PARANAITA	941.252.281-91	MARIA CREMILDA EVANGELISTA DO VALE	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8405-2377/8417-4634
401	SÍTIO TRES IRMÃOS-LOTE 418	PARANAITA	308.171.961-53	JOSÉ MARIA GUEDES	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9632-8821/9689-9483
402	SÍTIO PANTANAL-LOTE 419	PARANAITA	452.282.641-91	CLEONICE MARIA ALVES OLIVEIRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9201-9006
403	SÍTIO AGUIA DOURADA-LOTE 420	PARANAITA	267.508.051-91	ELIAS DA SILVA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9971-6736
404	SÍTIO DUTRA - LOTE 423	PARANAITA	277.364.159-00	GENEIS DUTRA DE OLIVEIRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9233-4460
405	SÍTIO SÃO JORGE-LOTE 424	PARANAITA	397.510.909-20	APULINÁRIO JORGE DE OLIVEIRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9979-3155-(66)-8438-5111(Gilmar de Lima-genro -8406-0591(Sr.Gene-recado)
406	SÍTIO RANCHO VELHO-LOTE 425	PARANAITA	207.204.241-00	MAURICIO PREZEIRA DINIZ	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8446-5839-8438-5111
407	SÍTIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA-LOTE 426	PARANAITA	340.184.091-68	JOSÉ BANDEIRA DA SILVA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8421-7489
408	SÍTIO JARDIM AMAZONIA-LOTE 427	PARANAITA	523.261.791-53	JOSÉ ALVES DOS SANTOS	COMUNIDADE RIO JORDÃO	66-9617-0520/9955-3157
409	SÍTIO PRIMAVERA-LOTE 428	PARANAITA	005.664.091-94	NILSON SOAREZ	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9602-5176
410	SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA- LOTE 430	PARANAITA	036.164.351-96	ANDRÉ PIMENTEL DA SILVA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9991-9350
411	SÍTIO NOSSA SENHORA FATIMA- LOTE 431	PARANAITA	799.507.951-68	LUIS CARLOS LOMBARDO	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9238-5401
412	SÍTIO NOSSA SENHORA DE LURDE LOTE-432	PARANAITA	298.846.911-34	ESMAEL LUIS PEREIRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9648-7260-rec.filha
413	SÍTIO STRADA- LOTE 433	PARANAITA	022.851.121-65	GELAINÉ SBOMPATO STRADA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8416-3697-3563-1509
414	SÍTIO BEIRA RIO- LOTE 434	PARANAITA	429.937.501-78	IRANI CANDIDO SOUZA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8403-0699
415	SÍTIO TRES IRMÃOS-LOTE 435	PARANAITA	243.174.383-72	FRANCISCO DIAS MOURA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9912-2049/3563-1893
416	SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA-LOTE 438	PARANAITA		ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9264-6010
417	SÍTIO PRIMAVERA -LOTE 439	PARANAITA	851.917.601-15	ANTONIA ROQUE DA COSTA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9662-6221
418	SÍTIO SOMBRA DA MANHÃ-LOTE 440	PARANAITA	756.332.201-87	ROBERTO SOUZA SÁ	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9236-5143
419	SÍTIO PRIMAVERA-LOTE 694	PARANAITA	459.017.831-15	PAULO SERGIO DOS SANTOS	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9955-3157
420	SÍTIO SÃO MANOEL LOTE-695	PARANAITA	406.891.311-00	MANOEL JOSÉ DA COSTA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9971-1119
421	SÍTIO BOA ESPERANÇA-LOTE 696	PARANAITA	430.131.209-91	ARMANDO CAMARA DE SOUZA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9986-0790(cida Bar)
422	SÍTIO BOM PASTOR-LOTE 698	PARANAITA	514.585.191-04	DAVID DIVINO BATISTA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9632-8821-recado-Laudelina do lote 418
423	SÍTIO SÃO JOSÉ DO OPERÁRIO-LOTE 699	PARANAITA	487.215.901-25	JOSÉ TEIXEIRA CHAVES	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9632-8821-recado José Guedes -logte 418
424	SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA- LOTE-697	PARANAITA	001.695.677-02	JOSIAS SENRA DE OLIVEIRA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8409-6992/3521-4274
425	LOTE 421	PARANAITA		JOSÉ	COMUNIDADE RIO JORDÃO	
426	LOTE-422	PARANAITA	079.970.512-87	NESTOR FAUSTINO DA SILVA	COMUNIDADE RIO JORDÃO	
427	SÍTIO NOVO MILENIO-LOTE 429	PARANAITA	536.564.901-04	GILSON MARTINS DA CRUZ	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-9962-4677
428	LOTE-436	PARANAITA	299.490.331-87	ODETE VIEIRA DOS SANTOS	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8407-2349(sogro)
429	SÍTIO BOA ESPERANÇA-LOTE-437	PARANAITA	568.237.201-82	JOSÉ NASCIMENTO	COMUNIDADE RIO JORDÃO	(66)-8428-1295(recado Sr.Irani)

Emergency

UHE TELES PIRES

LISTA DAS PROPRIEDADES REGISTRADAS E CADASTRADAS

2	FAZENDA OURO REUNIDO	ME-TP	ALÍPIO CÂNDIDO DA SILVA	118.602.009-15	Rua 108, 117 - Setor Sul	PARANAÍTA-MT	(66)-3563-1322/11956	Filha Ivanilda (66)-9606-8693
3	ESTÂNCIA IRMÃOS PRADO	ME-TP	JOSÉ PAULO DOS SANTOS	214.889.599-00	Rua 101,64 - Setor Hospital	PARANAÍTA-MT	(66)-3563-1160/9961-1323	
4		ME-TP	LEOMIRTO RIBEIRO E WILSON RIBEIRO	349.528.709-44 e 438.047.309-06	Rua 109, nº64-Sector Sul	PARANAÍTA-MT	(66)-9981-0515	
5	FAZENDA SANTO AGUSTINHO	ME-TP	ESPÓLIO-AUGUSTINHO DE ANDRADE	120.130.729-53		PARANAÍTA-MT	(66)9639-4571	Inventaria nte- SÉRGIO ANDRADE
6	FAZENDA SÃO JOAQUIM	ME-TP	ANTONIO FLÁVIO DE ALMEIDA PADRO E MAURO ZANETTI	611.762.738-68 e 340.184.171-87	JAU-SP	JAU-SP	(66)-84097100	SR.NILDO-GERENTE
7	FAZENDA EP	ME-TP	EDMAR PEREIRA	198.382.809-25	Rua Antonio Ferreira de	PARANAÍTA	(66)-3563-1119	
8	FAZENDA ANDRADE	ME-TP	ESPÓLIO DE RODRIGO AUGUSTO A.ANDRADE	270.238.501-04		CASCAVEL -PR	(45)-8829-6078	Inventaria nte- SÉRGIO ANDRADE
9	FAZENDA AGUA DOURADA	ME-TP	VALTER LEAL FILIZOLA	044.792.158-40		PRESIDENTE PRUDENTE-SP	(18)-9146-8836	
10	AGROPECUARIA PONTAL DO PARANAÍTA	ME-TP -MD- PARANAÍTA	JOÃO DOS SANTOS LOPES CARRASCO E JOSÉ CARRASCO	02.642.136/0001-20	MT-206 ENNTRADA KM 37	PARANAÍTA-MT	(66)-9996-1163	VANDA(es posa) (66)3531-0264
11	FAZENDA 3-A	MD-TELES	AGENOR DANIEL DA SILVA	325.664.501-10	Rua H-3, 323-A	ALTA FLORESTA-MT	(66)9995-4136	
12	FAZENDA SÃO JOSÉ	MD- PARANAÍTA	JOSÉ GIMENES			CUIABÁ-MT	(65)-9968-6695-9923-3418	
13	FAZENDA BEZERRA	MD- PARANAÍTA	PAULO CÉSAR BEZERRA	896.069.579-34	Rua 201, 8-Centro- Drogeria Biofarma	PARANAÍTA-MT		

2863
6711/08
ne

EM 010000

14	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	MD-PARANAITA	ANTONIO ACORDE	225.106.309-97	Rua Beijas-Flor, 235 SETOR ARARAS	ALTA FLORESTA-MT	(66)-9624-7676	
15	AGROPECUARIA SÃO JOSÉ	MD-PARANAITA	JOSÉ VALDOMIRO VOLPE	192.064.709-06	Rua 106,60 -Setor Sul	PARANAITA-MT	(66)-9629-6650-3563-1399	
16	FAZENDA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	ME-TELES PIRES	JOSÉ VALDOMIRO VOLPE	192.064.709-06	Rua 112,215 - Setor norte	PARANAITA-MT	(66)-3563-2241/8428-1285	
17	FAZENDA ÁGUA DOURADA	MD-PARANAITA	VALTER LEAL FILIZOLA	044.792.158-40		PRESIDENTE PRUDENTE-SP	(18)-9146-8836	
18	FAZENDA RIO PARANAITA	MD-PARANAITA	PAULO GERALDO ZANETTE	139.584.889-00		PARANAITA-MT	(66)-9996-3188	
19	FAZENDA SANTO EXPEDITO	MD-PARANAITA	FERNANDO ANTONIO VIEIRA	041.111.848-044	Alameda Jaú, 161 apto.81	SÃO PAULO-SP	(11)-9938-7174	
20	FAZENDA LIBERDADE	MD-PARANAITA	APARECIDO LOPES DE CAMARGO	059.821.899-87	Rua do Triunfo, casa Rosa	PARANAITA-MT	(66)-3563-1544/8408-2499	
21	FAZENDA SANTO IZABEL	MD-PARANAITA	ALTAIR JOSÉ NODARI	285.222.909-97	Av.Airton Sena da Silva, 42	PARANAITA-MT	(66)-9622-9635	
22	FAZENDA MOCOTÓ	MD-PARANAITA	WILSON LUPOLO	369.408.289-15	Rua 425,205 - Setor Industrial	PARANAITA-MT	(66)-9631-5775	
23		MD-						Edilson-Gerente(6)
24	FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA	MD-PARANAITA	OTTO CESAR BARBOSA JR., DR. RICARDO BESSA E OUTROS		tbessa13@gmail.com- otto.urologia@gmail.com	JAU-SP	(16)-9146-8313-9142-7575	(6)-9211-7472-8429-1397
25	FAZENDA SÃO MANOEL	MD-PARANAITA	RENATO MARTINHO DE FREITAS CARDOSO	198.819.549-34	FAZENDA	PARANAITA-MT	(66)-8412-5873/9961-7358	
26	FAZENDA ARAGUAIA	MD-PARANAITA	VALTER RICHTER JUNIOR	046.842.699-06	FAZENDA	ALTO PIQUIRI-PR	(44)-3656-1202-8112-1443	gerente-Eder Peloi
27			RUBENS					
28			MARCELO					
29	FAZENDA ÁGUA DOURADA	ME-PARANAITA	VALTER LEAL FILIZOLA	044.792.158-40		PRESIDENTE PRUDENTE-SP	(18)-9146-8836	
30	FAZENDA ITAMARATI	ME-PARANAITA	ESPÓLIO-ITAMAR APARECIDO - SRA. CLARICE		Av.Ludovico d Riva Neto, 1304-Centro	ALTA FLORESTA-MT	(66)-9991-2555-3521-1650	
31	FAZENDA VALE VERDE	ME-PARANAITA	ORESTINO HIGINIO DA COSTA	152.018.136-15	FAZENDA	PARANAITA-MT	(66)-9956-1999-9977-3166	
32	FAZENDA ALIANÇA	ME-PARANAITA	HYGINO HILDEBRANDO PITELLI JR.	349.171.879-15	Rua Álvaro Lopes, 525-Setor Hospital	PARANAITA-MT	(66)-8402-6664-8402-6664	
33	ESTÂNCIA RIO PARANAITA	ME-PARANAITA	LUIS ROBERTO PAVESE E ARIVANIL	550.429.709-59 e 521.310.419-34	(66)-8408-2797	PARANAITA-MT	(66)-8408-2797	
34	FAZENDA LONDRINA	ME-	SRA. ALICE ESCOLÁSTICA DAS DORES	621.439.801-91				

بِسْمِ اللّٰهِ الرَّحْمٰنِ الرَّحِیْمِ

35			MARIA DE FÁTIMA NUNES VIEIRA(Pedrinho Polícia)				PARANAÍTA-MT	
36	FAZENDA CARANDÁ	ME- PARANAÍTA	HIGINO DE SOUZA OLIVEIRA	051.141.281-91	Rua Joara, 69, Jd. Esperança		PARANAÍTA-MT	(66)-8435-0260
37	FAZENDA SANTA FÉ	ME- PARANAÍTA	BENEDITO AMÂNCIO NAZÁRIO FILHO	109.164.741-00	Rua H 5, 511 setor H- Centro		ALTA FLORESTA-MT	(66)-3521-1204
38	FAZENDA ISABELA	ME- PARANAÍTA	HUMBERTO CARLOS CAMPOS	361.557.309-97	Casa do Sal Matsuda		ALTA FLORESTA-MT	(66)-3521-2350- 9996-1150
39	FAZENDA BACURI	ME- PARANAÍTA	RAUL DE OLIVEIRA PINTO	141.814.791-53	Rua Singapura, 427- Bairro Sangrila		CUJUBÁ-MT	(65)-9972-1859
40	FAZENDA RANCHO JR	ME-	VALTER JUNIOR RICHTER	046.842.699-06			ALTO PIQUIRI-PR	(44)-3656-1202
41	FAZ. OLHO D'AGUA 4	ME-	JOÃO CARVALHO	012.360.169-04	Rodovia MT 206,		PARANAÍTA-MT	(66)-9676-2182
42	FAZENDA CONQUISTA	ME-TP	LUISMAR JOSÉ DA SILVA	240.615.911-04	Rua Cel. Lixko,145-			(66)-9633-2489
43			AGENOR DANIEL DA SILVA	325.664.501-10				
44	FAZENDA TERRA	ME-TP	LUISMAR JOSÉ DA SILVA	240.615.311-04	Rua Cel. Lixko,145-		VARZEA GRANDE-	(65)-8407-6224
45	FAZ. OLHO D'AGUA	ME-TP	LUISMAR JOSÉ DA SILVA	240.615.311-04	Rua Cel. Lixko,145-		PARANAÍTA-MT	(66)-9676-2182
46	FAZ. OLHO D'AGUA	ME-TP	JOÃO CARVALHO	012.360.169-04	Rodovia MT 206,		PARANAÍTA-MT	(66)-9676-2182
47	FAZ. OLHO D'AGUA	ME-TP	JOÃO CARVALHO	012.360.169-04	Rodovia MT 206, Fazenda Olho		PARANAÍTA-MT	(66)-9676-2182
48	FAZ. OLHO D'AGUA	ME-TP	JOÃO CARVALHO	012.360.169-04	Rodovia MT 206, Fazenda Olho		PARANAÍTA-MT	(66)-9676-2182
49	FAZENDA SANTA CATARINA	ME-TP/ME- RIO 10	LUIS MARQUEZAN	067.324.879-68	FAZENDA		PARANAÍTA-MT	(66)-9902-6948
50	FAZENDA 3DM	ME-TP/ME-	JOSÉ ALVES MOTA		FAZENDA		PARANAÍTA-MT	(66)-9973-4204
51	FAZENDA IRMÃOS PEREIRA	ME-TP/ME- RIO 10	CLAUDIO BOFFO	384.583.061-15	FAZENDA		PARANAÍTA-MT	(66)9201- 4154/9209-5003
52	FAZENDA ITORORÓ	ME-TP	DIOGO RODRIGUES DA SILVA	021.229.481-40			NOVA CANAÃ-MT	(66)9624-3844
53	FAZENDA BERRANTE	ME-TP	DIRCEU MICHALCZESZEN		Rua Arinos, 144-B		COLIDER-MT	(66)-9902-6948
54	FAZENDA CINDERELA	ME-TP	EDER CLEITON PELOI	005.263.351-90	Fazenda Rancho JR			(66)-9952-6565
55	FAZENDA STA. CATARINA	ME-TP	AMAURI JOÉ RODIO E ADRIANO	977.411.751-49	Comunidade Belem, Linha 13		CARLINDA-MT	(66)-9903-4974
56	FAZENDA ROSA BRANCA	ME-TP	ODENIR DOMINGOS ARALDI(DENIS)	257.666.781-34	Rua Ji, 19-Sector J		ALTA FLORESTA-MT	(66)-9996-1865
57	FAZENDA ROSA BRANCA	ME-TP	ODENIR DOMINGOS ARALDI(DENIS)	257.666.781-34	Rua Ji, 19-Sector J		ALTA FLORESTA-MT	(66)-9996-1865
58	FAZENDA ROSA BRANCA	ME-TP	ODENIR DOMINGOS ARALDI(DENIS)	257.666.781-34	Rua Ji, 19-Sector J		ALTA FLORESTA-MT	(66)-9996-1865
59			JOSÉ ARMABEU RAMOS LEMOS					
61			PAULINHO DA OFICINA					
62			CIRO HARTWING					
91		MD-TELES	NILO WEBER	026.990.959-15	FAZENDA		ALTA FLORESTA-MT	(66)-3521-4007
92		MD-TELES	NILO WEBER	026.990.959-15	FAZENDA		ALTA FLORESTA-MT	
93		MD-TELES	NILO WEBER	026.990.959-15	FAZENDA		ALTA FLORESTA-MT	
94		MD-TELES	NILO WEBER	026.990.959-15	FAZENDA		ALTA FLORESTA-MT	

2863
611108

100-200000

Flo. 2864
Proc. 6713/08
Rubr. *ml*

	MD-TELES	NILO WEBER	026.990.959-15	FAZENDA	ALTA FLORESTA-MT	
95				Rua Floriano Peixoto, 100-CEP-79770-000- Prefeitura de		
96	MD-TP	JEOVAN NOGUEIRA LIMA	164.976.941-53		CAMPO GRANDE-MS	(67)-9923-4133
97	MD-TP	SIRLENE MUMBACH	989.577.321-87		PARANAITA-MT	(66)9649-9478-9609-1138
97-A	MD-TP	NERI JOSÉ TOCHETTO	395.156.641-87		PARANAITA-MT	(66)-8406-6757-9971-7934
97-B	MD-TP	TANIA MARISA M. BARBOSA	820.272.001-20		PARANAITA-MT	(66)-3563-1188
98	MD-TP	LUIZ CARLOS EVANGELISTA	049.903.148-24		ALTA FLORESTA-MT	(66)-9996-1831
99	MD-TP	ÁLVARO TAVARES	093.637.859-04	Rua das Castanheiras-	PARANAITA-MT	(66)-9996-2016
100	MD-TP	DENILSON SERAFIM/PAULO	488.109.596-04	Rua 15, numero 55	MINEIROS-GO	(66)-9615-92431
101	MD-TP	RONALDO FIGUEIREDO				
102	MD-TP	JOSÉ LUIS FERNANDES CASSOL				
103	MD-TP	ESTANISLAU				
104	MD-TP	ESTANISLAU				
105	MD-TP	EURIPEDES DO PRADO JUNQUEIRA	003.444.941-87	Rod MT-210, KM-92	NOVA CANAÃ-MT	(66)-9998-4638/9647-3702
107	MD-TP	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	240.863.049-53	Rua 123, casa 26- Setor Residencial	PARANAITA-MT	(66)3563-1191
108	MD-TP	ADEMAR FRANCISCO DUTRA	240.863.049-53	Rua 123, casa 26- Setor Residencial	PARANAITA-MT	(66)-3563-1191
109	MD-TP	CLOVIS PATEL- NEUSA PATEL E LUCIANO PATEL	212.028.349-49, 706.255.061-20 e 809.316.851-58	Rua G-1, 143-Setor G	PARANAITA-MT	(66)-9996-1636/9996-1117/3521-1066
110	MD-TP	LUIS FERNANDO DA SILVA			ALTA FLORESTA-MT	(66)-8404-8339
112	MD-TP	MÁRIO LUIZ BREDA	188.818.669-00	Rua João Wolf, 255 apto. 601, nº255	LONDRINA-PR	(66)8408-4264/9972-1218
113	MD-TP	RAUL BREDA	188.818.589-91	Rua da Cegonha, nº28, Bairro Araponguinha	ARAPONGAS-MT	
114	MD-TP	DOMINGOS ROLDÃO BREDA	107.589.509-00	Rua João Huss, 450- Centro	LONDRINA-PR	(43)-3326-0967
115	MD-TP	ILTO QUINTEIZNO CORREA	062.214.081-87			
116	MD-TP	ILTO QUINTEIZNO CORREA	062.214.081-87			
117	MD-TP	ILTO QUINTEIZNO CORREA	062.214.081-87			
118	MD-TP	ANDRÉ PACHE E OUTROS	939.450.271-87		SINOP-MT	(66)-9964-0023

10/18/2011



10/10/10



02001.020896/2012-19

Luciana dos Santos Oliveira
Chefe da Divisão de Comunicação
Administrativa

17/04/2012



Hidrelétrica

TELES PIRES

Fls. 2866
Proc. 6711/08

Cuiabá, 13 de Abril de 2012.

Carta CHTP - 102 / 2012

**Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
IBAMA
Coordenadoria de Licenciamento de Hidrelétricas.
Sr. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Brasília-DF.**

Ref: Processo IBAMA Nº 02001.006711/2008-79 - Usina Hidrelétrica Teles Pires.

Assunto: Atendimento ao Ofício nº28/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Senhor Coordenador:

Em atendimento ao Ofício nº28/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, com a análise da Carta ADM / FIN - nº235/201, que trata da alteração do traçado do acesso definitivo da UHE Teles Pires vimos por meio desta encaminhar a *shape* do traçado definitivo, conforme solicitação, e um mapa que ilustra essas as alterações (ambos em meio digital).

Ficamos no aguardo para darmos continuidade ao desenvolvimento das atividades previstas.

Certo de sua compreensão, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cia. Hidrelétrica Teles Pires S/A
Luiz Claudio Ramirez Nunes
Diretor Adm. e Financeiro

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Av. Miguel Sutil, 8.695 - 8º andar - Ed. The Centrus Tower - Tel. (65) 3622-4303 - Duque de Caxias - CEP. 78.043-305
- Cuiabá, MT.
Rua Lauro Muller, 116 sala 508 - Ed. Rio Sul Center - Tel. (21) 2546-9877 - Botafogo - CEP. 22.290-160 - Rio de Janeiro, RJ.

www.uhetelespires.com.br

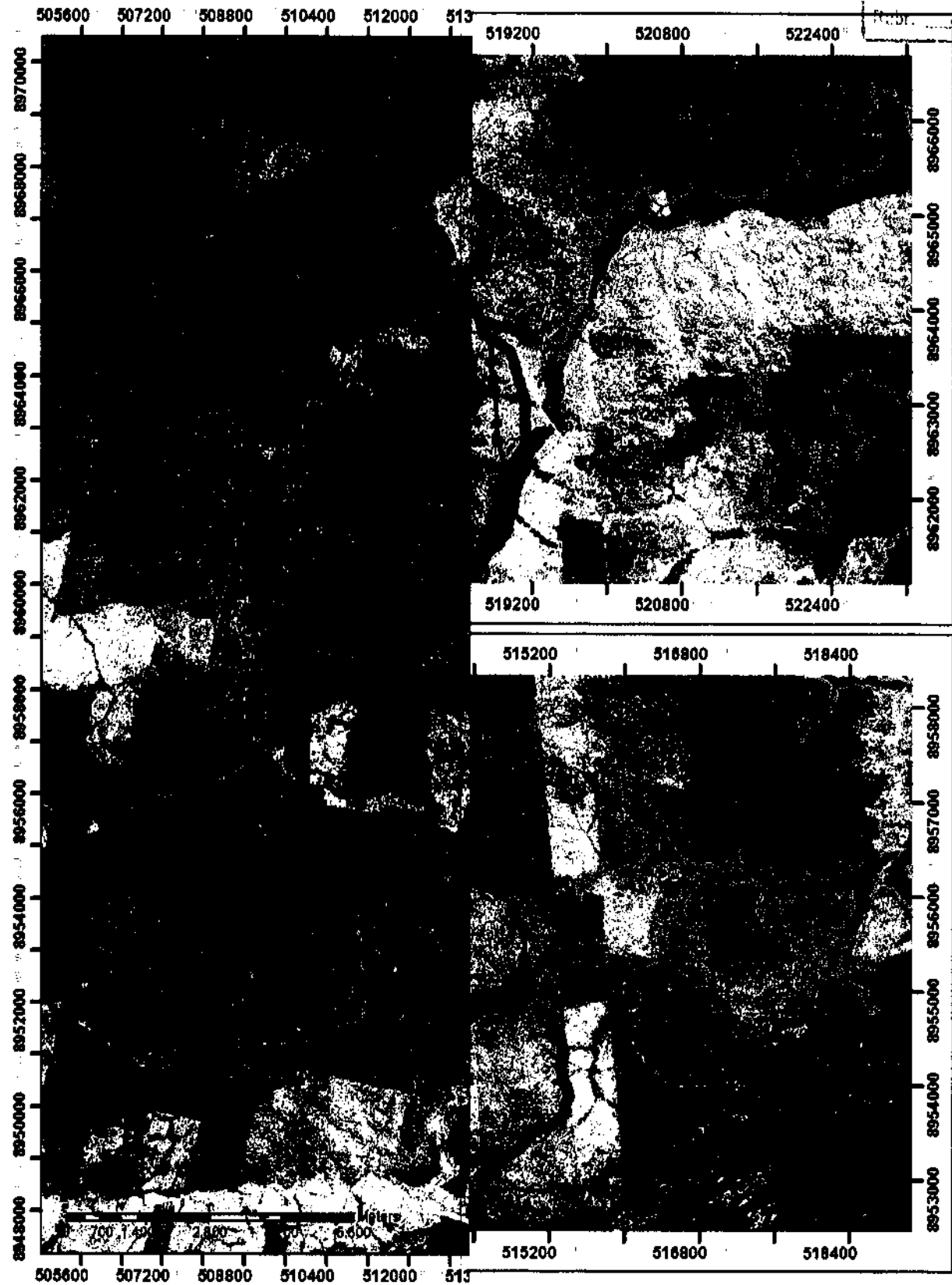
MMA - IBAMA
Documento:
02001.020896/2012-19

Data: 18/04/12






De ordem: *Blind* Em: 19/04/62

Para:

Simone
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC



Legenda

-  Eixo do Barramento da UHE Teles Pires
-  Reservatório UHE Teles Pires
-  Área do Canteiro
-  Traçado do Acesso Definitivo com Alti
-  Traçado do Acesso

PROJETO:

UHE TELES PIRES

MAPA:

Localização das mudanças do Traçado do Acesso Definitivo

Elaborador:



Associação Alunos da Rocha Verde

Associação Alunos da Rocha Verde
Associação Alunos da Rocha Verde
Associação Alunos da Rocha Verde

Associação Alunos da Rocha Verde

EMERGENCY



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282. Fax: (61) 3307-1328 - URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 82 /2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 16 de abril de 2012.

Ao Senhor

LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES

Representante Legal

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower - Duque de Caxias

78043-305 Cuiabá/MT

Tel: (65) 3027-6291 Fax: (65) 3027-6292

Assunto: UHE Teles Pires

Ref.: Processo Administrativo IBAMA nº 02001.006711/2008-79

Senhor Representante,

1. Em atenção à Carta CHTP – nº 066/2012, que solicita informações sobre a elaboração do Termo de Referência - TR para confecção do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA, informo que o referido TR foi enviado através do Ofício 515/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 23 de agosto de 2011.
2. Segue em anexo cópia do documento solicitado.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador de Energia Hidrelétrica

Anexo: Termo de Referência para elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial da UHE Teles Pires

EM 2015

Fis. 2869
Proc. 6311/08
Subr. <i>mk</i>



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DESPACHO nº 36/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PROCESSO Nº 02001.006711/2008-79

ASSUNTO: Autorização para Supressão de Vegetação – UHE Teles Pires

INTERESSADO: Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP

Ao Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto,

Trata-se da solicitação de Autorização para Supressão de Vegetação para a implantação de nova portaria e estruturas associadas a UHE Teles Pires. A solicitação efetuada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP se refere a supressão de 3,18 hectares não caracterizados como Área de Preservação Permanente (APP).

O Parecer Técnico nº 46/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 04 de abril de 2012, manifestou-se de forma favorável à emissão da autorização, desde que observadas as recomendações técnicas que seguem como condicionantes na minuta de ASV em anexo.

Nesses termos, acompanho o parecer técnico e submeto o ato à consideração superior.

Brasília, 09 de abril de 2012.

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

À Diretora de Licenciamento,

De acordo,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO

Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

Ao Presidente do IBAMA,

De acordo,

GISELA DAMM FORATTINI

Diretora de Licenciamento Ambiental

11/11/2020



2870
671108
w

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

PARECER TÉCNICO nº 46/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 04 de abril de 2012.

DO TÉCNICO: Vicente Xavier Compte – Engº Agrônomo/Analista Ambiental

A: Thomaz Miazaki de Toledo - Coordenador de Energia Hidrelétrica

ASSUNTO: Análise de solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação de 3,18 ha para implantação de nova portaria definitiva e estruturas associadas do AHE Teles Pires.

PROCESSO: 02001.006711/2008-79

1 – INTRODUÇÃO

O aproveitamento hidrelétrico Teles Pires está localizado no Rio Teles Pires, que fica na região hidrográfica Amazônica tendo na margem direita os rios Paranatinga, Caiapó e São Benedito, na margem esquerda os rios Verde e Apiacás como principais afluentes. O modelo da usina é a fio d'água e deverá inundar terras dos municípios de Paranaita/MT e Jacareacanga/PA. Possui as seguintes características técnicas: potência instalada 1820,00 MW, potência firme 1001,00 MW; área total do reservatório 123,42 km² (12342,00 ha), volume acumulado 975,10 hm³, quota mínima de operação 220,00 m, quota máxima de operação 220,00 m, profundidade média do reservatório 7,90 m, comprimento do reservatório 40 km.

O presente documento tem por objetivo a análise da solicitação de Autorização de Supressão de Vegetação para instalação da nova portaria definitiva e estruturas complementares conforme documento Carta CHTP n. 064/2012 de 20/03/2012 protocolizado no Ibama sob n. 02001.015842/2012-23 em 20/03/2012, que contém o anexo “Justificativa da alteração da localização da Portaria do Canteiro de Obras com a carta imagem confrontando a área com a abrangência da Autorização de Supressão de Vegetação”.

2 – ANÁLISE

A partir da Nota Técnica 15/2012 que trata, entre outros assuntos, da alteração do posicionamento da Portaria definitiva, bem como do ofício n. 110/2012 que solicita, em seu item (ii), uma carta imagem confrontando a nova área da Portaria e área de abrangência da ASV N. 526/2011, foram enviados tais mapas e após sua análise verificou-se que a área pretendida para instalação da nova portaria está fora da área abrangida pela referida ASV, sendo necessário a emissão de uma ASV específica para esse fim.

De acordo com o documento enviado pelo empreendedor e pelo relatório fotográfico em anexo, a área onde será instalada a nova portaria e estruturas complementares compreende uma área de pastagem, perfazendo 3,18 ha, está antropizada ocupada por capim Mombaça (*Panicum maximum* Hochst. ex. A. Rich.), além de possuir alguns indivíduos jovens e adultos

2000

de palmeira Inajá (*Maximiliana maripa*) espalhados pela área e que não consta na listagem de espécies ameaçadas. A área apresenta topografia plana e suave ondulada com solo Latossolo Vermelho Amarelo.

Os motivos levantados pelo empreendedor para a mudança de local da portaria foram: (i) área com topografia mais adequada do que a da portaria atual, que é ondulada e provoca dificuldades no tráfego de veículos pesados; (ii) não se encontra próxima à APP, reduzindo possíveis impactos por ações antrópicas; (iii) não há necessidade em realizar a Supressão de Vegetação de Floresta Ombrófila já que a nova área encontra-se antropizada; (iv) o centro provisório de triagem de fauna silvestre, bem como o Centro de recepção e triagem de germoplasma e o viveiro de epífitas, ficariam fora da área delimitada e sob o sistema de vigilância da portaria, estando susceptíveis a riscos externos; (v) a nova área se encontra liberada pela Etnoarqueologia/IPHAN.

Nessa área, apesar de haver alto grau de perturbação, existem atividades relacionadas à fauna local, principalmente associada a roedores, aves e répteis, portanto será necessário a presença das equipes de resgate de fauna durante as atividades de supressão e intervenção.

A localização georreferenciada dos vértices que compõem o polígono da área a sofrer intervenção encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Tipologia vegetal, áreas a sofrerem supressão ou intervenção dentro e fora de APP e georreferenciamento (Projeção UTM, Datum horizontal: sad 69) para a área da nova portaria AHE Teles Pires, no município de Paranaitá/MT.

Ponto (ID)	Município	Estado	Vegetação	APP (ha)	Fora de APP (ha)	Longitude	Latitude	atividade
0	Paranaitá	MT	pastagem			520092,010	8967744,450	intervenção
1	Paranaitá	MT	pastagem			520061,730	8967812,530	intervenção
2	Paranaitá	MT	pastagem			520132,880	8967818,670	intervenção
3	Paranaitá	MT	pastagem			520273,690	8967791,170	intervenção
4	Paranaitá	MT	pastagem			520298,760	8967743,270	intervenção
5	Paranaitá	MT	pastagem			520310,220	8967718,540	intervenção
6	Paranaitá	MT	pastagem			520162,600	8967686,580	intervenção
7	Paranaitá	MT	pastagem			520149,900	8967633,180	intervenção
8	Paranaitá	MT	pastagem			520038,200	8967645,430	intervenção
9	Paranaitá	MT	pastagem			520017,170	8967697,960	intervenção
total					3,18			

Reposição Florestal

Com relação à reposição florestal, não haverá necessidade de se repor já que não haverá extração de madeira da área por esta se encontrar antropizada e com cobertura vegetal constituída por pastagem. E por não se tratar de APP também fica isento de compensação de APP. (IN MMA 6 15/12/2006, IN Ibama 6 07/04/2009).

3 – CONCLUSÃO

A autorização de supressão de vegetação poderá ser concedida, pelo prazo de 1 ano, desde que se observem as seguintes condicionantes:

3.1 Condicionantes Gerais:

3.1.1 Atender ao que preconiza a legislação ambiental, em especial a Lei nº 4.771/65, o Novo Código Florestal, modificado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/01, e suas alterações, a Lei nº 9.605/98, legislações estaduais, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

Ein Beispiel

Fls. 2872
 Proc. 6711108
 Data. 2/

3.1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

3.1.3 Comunicar imediatamente ao IBAMA, a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais, estando a continuação da supressão condicionada à manifestação deste Instituto.

3.1.4 A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S/A é a única responsável perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta autorização.

3.1.5 Não é permitido:

- utilização de herbicidas bem como seus derivados e afins;
- depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos;
- uso do fogo para eliminação da vegetação ou de restos de desmate.

3.1.6 Os encarregados das equipes de desmate deverão portar cópia desta ASV, bem como da LI n. 818/2011 deste empreendimento e dos registros no IBAMA das motosserras utilizadas.

3.2. Condicionantes Específicas:

3.2.1 Comunicar ao IBAMA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, o início das atividades de desmate.

3.2.2 A vegetação nativa a ser suprimida corresponde exclusivamente às áreas declaradas por Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A e discriminadas abaixo, na Tabela 1 as quais totalizam, aproximadamente, 3,18 hectares, não caracterizados como Área de Preservação Permanente (APP) e ocupados por pastagem e alguns indivíduos de palmeira Inajá (*Maximiliana maripa*).

Tabela 1 – Tipologia vegetal, áreas a sofrerem supressão ou intervenção dentro e fora de APP e georreferenciamento (Projeção UTM, Datum horizontal: sad 69) para a área da nova portaria AHE Teles Pires, no município de Paranaitá/MT.

Ponto (ID)	Município	Estado	Vegetação	APP (ha)	Fora de APP (ha)	Longitude	Latitude	atividade
0	Paranaitá	MT	pastagem			520092,010	8967744,450	intervenção
1	Paranaitá	MT	pastagem			520061,730	8967812,530	intervenção
2	Paranaitá	MT	pastagem			520132,880	8967818,670	intervenção
3	Paranaitá	MT	pastagem			520273,690	8967791,170	intervenção
4	Paranaitá	MT	pastagem			520298,760	8967743,270	intervenção
5	Paranaitá	MT	pastagem			520310,220	8967718,540	intervenção
6	Paranaitá	MT	pastagem			520162,600	8967686,580	intervenção
7	Paranaitá	MT	pastagem			520149,900	8967633,180	intervenção
8	Paranaitá	MT	pastagem			520038,200	8967645,430	intervenção
9	Paranaitá	MT	pastagem			520017,170	8967697,960	intervenção
total					3,18			

3.2.3 Para os membros das equipes operacionais de desmate, utilizar obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPI), tais como: capacetes, protetores auriculares, botas, óculos de proteção, perneiras e macacões. As atividades de supressão deverão ser

EMERGENCY

2873
6355108
✓

realizadas por equipe técnica capacitada, sob supervisão "in loco" de responsável técnico da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.

3.2.4 Todas as operações de supressão de vegetação deverão ser supervisionadas por profissionais devidamente habilitados em suas respectivas áreas de atuação, e todos os profissionais – em nível de direção, coordenação, assistência e execução – deverão obrigatoriamente recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto aos órgãos de classe fiscalizadores (CREA e CR-BIO).

3.2.5 Manter livre de impactos, seja por desmate ou assoreamento, os corpos hídricos situados próximos às áreas de intervenção.

3.2.6 Efetuar remoção, transporte e armazenamento apropriado de camada fértil do solo das áreas a serem desmatadas, que deverão ser utilizados na recuperação de áreas degradadas.

3.2.7 Os resíduos de desmate (galhada) devem, preferencialmente, ser espalhados em áreas de APP ou de projetos de recuperação de áreas degradadas, em curvas de nível, formando leiras ou camaleões que, por sua vez, formarão núcleos de atração para avifauna.

3.2.8 Apresentar ao IBAMA, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos trabalhos, relatório conclusivo com documentação fotográfica georreferenciada das atividades efetuadas, contendo descrição das atividades realizadas, quantitativo em área e volumetria da vegetação efetivamente suprimida do germoplasma coletado e da fauna resgatada.

4 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disciplina a autorização de supressão de vegetação nos empreendimentos licenciados pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama. Instrução Normativa n. 6, de 7 de abril de 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências. Instrução Normativa n. 6, de 15 de dezembro de 2006.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S/A. [Ofício] 20 março 2012, Cuiabá [para] IBAMA, Brasília. 11f. AHE Teles Pires Atendimento ao Ofício 110/2012 CGENE/DILIC/IBAMA. Processo n. 02001.006711/2008-79. Referência Carta CHTP – n. 064/2012.

Vicente Xavier Compte
vicente Xavier Compte
Analista Ambiental
Mat. 1.499.937
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

À consideração superior.

DE ACORDO,

EM 09.04.12

Rafael Isimoto Dalla Nina
Rafael Isimoto Dalla Nina
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
S/Ass. In

EMERGENCY



Fls. 2874
Proc. 631108
Rubr. ✓

Data: Thu, 12 Apr 2012 18:15:07 -0300 [18:15:07 BRT]
De: DILIC - SEDE <dilic.sede@ibama.gov.br>
Para: mduarte@uhetelespires.com.br
Assunto: Envio de Fax Cobrança - DILIC/IBAMA
Parte(s): 2 Fax Cobrança ASV nº. 651-2012 Teles Pires.pdf [application/pdf] 2,153 KB
1 sem nome [text/plain] 0,63 KB

Prezados,

Ao cumprimentá-los, vimos pelo presente encaminhar anexo fax cobrança e respectivas GRU's referente à emissão da ASV nº. 651/2012, emitida em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.

Informamos que após efetuarem os mencionados pagamentos e remeterem os comprovantes a esta diretoria a referida licença já fica a disposição da empresa para retirada.

Atenciosamente,

JULIANA G. DA SILVA
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC/IBAMA
Secretária
(61) 3316-1282/1745

This message was sent using IMP, the Internet Messaging Program.

EMERGENCY

FAX COBRANÇA

Doc. 2875
Proc. (61) 108
Data: 25



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Tel.: (61) 3316.1282/1745 e Fax: (61) 3316.1952

Processo:	02001.006711/2008-79
Empreendimento:	UHE Teles Pires
CNPJ:	12.810.896/0001-53
Destinatário:	Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Telefone:	(65) 3027-6291
Fax:	(65) 3027-6292 / 3622-4303
E-mail:	mduarte@uhetelespires.com.br
Data:	10/04/12
Nº de Páginas:	03

No âmbito do processo de Licenciamento Ambiental Federal, informo que a Lei nº 9960, de 28 de Janeiro de 2000, definiu os custos operacionais dos serviços fornecidos pelo IBAMA. Sendo assim, o empreendedor deverá efetuar o pagamento referente à **ASV 651/2012**, utilizando o boleto em anexo, conforme cálculo abaixo.

Valor da Análise =	{K	+	[(A x B x C)	+	(D x E x F)]
	76,84	+	1.536,79	+	0,00

Onde:

A = Nº de técnicos envolvidos na análise	1
B = Nº de horas/homem necessárias para análise	16
C = Valor em Reais da hora/homem + OS	96,05
Hora/homem	52,00
OS = Obrigações Sociais (84,71 % hora/homem)	44,05
D = Despesas com viagem	0,00
E = Nº de técnicos que viajaram	0
F = Nº de viagens necessárias	0
K = Despesas administrativas = 5% de [(A x B x C) + (D x E x F)]	76,84
Valor da Análise	1.613,63
Valor da ASV	133,00
Valor Total (Valor da Análise + Valor da ASV)	1.746,63

LOCAL DE PAGAMENTO: Qualquer agência da rede bancária autorizada.
Após o pagamento, enviar o comprovante para o e-mail: dilic.sede@ibama.gov.br e/ou para o Fax: (61) 3316.1952.

Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

EMER



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Fls. 2876
 Proc. 6711/08
 MMA

GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

Data do documento 10/04/2012	Nº do documento	Nosso Número 00000000019466116	Banco 001	Data do Processamento 10/04/2012	Vencimento 10/05/2012
(=) Valor do documento 133,00	(-) Desconto / Abatimento *****	(-) Outras deduções *****	(+) Mora / Multa / Correção *****	(+) Outros Acréscimos *****	(=) Valor cobrado 133,00
Nome: Companhia Hidrelétrica Teles Pires SA CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53 Endereço: Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower CUIABA - MT CEP: 78043-305			Informações: Receita: 5035 - 0 - 958410 - Autorização p/supressão de vegetação em APP Unid. Arrecadação: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Finalidade: Licenciamento Ambiental da ASV nº 651/2012, referente ao licenciamento da AHE Teles Pires. Ref. Processo nº 02001.006711/2008-79		

LD: 00199.58412 00000.000000 19466.116217 2 53290000013300

Autenticação mecânica

[001] 00199.58412 00000.000000 19466.116217 2 53290000013300					
Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO				Vencimento 10/05/2012	
Cedente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA				Agência / Código do cedente 1607-1 333118-0	
Data do documento 10/04/2012	Nº do documento	Espécie DOC	Acóite	Data de processamento 10/04/2012	Nosso Número 00000000019466116
Nº da conta / Respons.	Carteira 18	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento 133,00
Instruções Após o vencimento emitir uma nova GUIA DE RECOLHIMENTO. Documento válido para pagamento somente até a data de vencimento. ATENÇÃO: Nosso Número distinto p/ cada pagamento. Não faça cópia do boleto.				(-) Desconto / Abatimento ***** (-) Outras deduções ***** (+) Mora / Multa / Correção ***** (+) Outros Acréscimos ***** (=) Valor cobrado 133,00	
Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU - Cobrança					
Sacado Nome: Companhia Hidrelétrica Teles Pires SA CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53 Endereço: Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower CUIABA - MT CEP: 78043-305 Sacado / Avalista Código de baixa					

Autenticação mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



11/11/11



Fls. 2877
 Data: 03/11/08
 MMA

GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

Data do documento 10/04/2012	Nº do documento	Nosso Número 00000000019466135	Banco 001	Data do Processamento 10/04/2012	Vencimento 10/05/2012
(=) Valor do documento 1.613,63	(-) Desconto / Abatimento *****	(-) Outras deduções *****	(+) Mora / Multa / Correção *****	(+) Outros Acréscimos *****	(=) Valor cobrado 1.613,63
Nome: Companhia Hidrelétrica Teles Pires SA CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53 Endereço: Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower CUIABA - MT CEP: 78043-305			Informações: Receita: 5027 - 0 - 958410 - Avaliação/analise - Controle ambiental Unid. Arrecadação: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Finalidade: Análise do Licenciamento Ambiental da ASV nº 651/2012, referente ao licenciamento da AHE Teles Pires. Ref. Processo nº 02001.006711/2008-79		

LD: 00199.58412 00000.000000 19466.135217 9 53290000161363

Autenticação mecânica

		[001] 00199.58412 00000.000000 19466.135217 9 53290000161363	
Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO			Vencimento 10/05/2012
Cedente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA			Agência / Código do cedente 1607-1 333118-0
Data do documento 10/04/2012	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite
		Data de processamento 10/04/2012	Nosso Número 00000000019466135
Nº da conta / Respons.	Carteira 18	Espécie R\$	Quantidade
		Valor	(=) Valor do documento 1.613,63
Instruções Após o vencimento emitir uma nova GUIA DE RECOLHIMENTO. Documento válido para pagamento somente até a data de vencimento. ATENÇÃO: Nosso Número distinto p/ cada pagamento. Não faça cópia do boleto.			(-) Desconto / Abatimento *****
			(-) Outras deduções *****
			(+) Mora / Multa / Correção *****
			(+) Outros Acréscimos *****
			(=) Valor cobrado 1.613,63
Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU - Cobrança			
Sacado Nome: Companhia Hidrelétrica Teles Pires SA CPF/CNPJ: 12.810.896/0001-53 Endereço: Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower CUIABA - MT CEP: 78043-305			
Sacado / Avalista		Código de baixa	

Autenticação mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



EMERGENCY



Consulta emissão de comprovantes

2878
6733108
A331171815121827005
17/04/2012 18:29:16

17/04/2012 - BANCO DO BRASIL - 18:29:09
342903429 0080

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: COMPANHIA HIDRELETRICA TE
AGENCIA: 3429-0 CONTA: 6.205-7

BANCO DO BRASIL

00199584120000000000019466135217953290000161363

NR. DOCUMENTO 41.704

NOSSO NUMERO 19466135

CONVENIO 00958410

INST. BRAS. DO MEIO AMB. E DOS

AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333118

DATA DE VENCIMENTO 10/05/2012

DATA DO PAGAMENTO 17/04/2012

VALOR DO DOCUMENTO 1.613,63

VALOR COBRADO 1.613,63

NR. AUTENTICACAO C.4C3.55A.C83.722.5EC

Transação efetuada com sucesso por: J6873746 VERONICA MARCIA DE ARRUDA E SILVA.

7
LIM BIRNOL



Consulta emissão de comprovantes

Fis 2839
Doc 633108
Rubr
A331771815131827006
17/04/2012 18:30:31

17/04/2012 - BANCO DO BRASIL - 18:30:29
342903429 0075

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: COMPANHIA HIDRELETRICA TE
AGENCIA: 3429-0 CONTA: 6.205-7

=====

BANCO DO BRASIL
=====

00199584120000000000019466116217253290000013300
NR. DOCUMENTO 41.705
NOSSO NUMERO 19466116
CONVENIO 00958410
INST. BRAS. DO MEIO AMB. E DOS
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333118
DATA DE VENCIMENTO 10/05/2012
DATA DO PAGAMENTO 17/04/2012
VALOR DO DOCUMENTO 133,00
VALOR COBRADO 133,00



=====

NR. AUTENTICACAO F.5F2.B47.CA2.39F.CB5

Transação efetuada com sucesso por: J6873746 VERONICA MARCIA DE ARRUDA E SILVA.

Empire State

2880
6733108

Data: Wed, 18 Apr 2012 17:56:06 -0300 [17:56:06 BRT]
De: DILIC - SEDE <dilic.sede@ibama.gov.br>
Para: Maira Fonseca Moreira Castro <mcastro@uhetelespires.com.br>
Cc: mduarte@uhetelespires.com.br
Assunto: Re: ENC: Envio de Comprovante UHE Teles Pires - ASV n.651
Parte(s):  2 ASV nº. 651-2012 Companhia Teles Pires S.A.pdf [application/pdf] 902 KB
 1 sem nome [text/plain] 1,90 KB

Prezada Maira,

Conforme acordado anteriormente, encaminho anexo cópia da ASV nº. 651/2012, emitida em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A. Ficamos no aguardo da retirada original pela empresa.

Atenciosamente,

JULIANA G. DA SILVA
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC/IBAMA
Secretária
(61) 3316-1282/1745

Citando Maira Fonseca Moreira Castro <mcastro@uhetelespires.com.br>:

Prezada Juliana,

Conforme recomendação, enviamos os comprovantes de pagamento referente à ASV n.651/2012 emitida em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.

É possível que o documento seja enviado por meio eletrônico até a retirada?

Desde já agradeço.

Att.,

Maira

Descrição: Assinatura Maira

-----Mensagem original-----

De: DILIC - SEDE <mailto:[mailto:dilic.sede@ibama.gov.br]>
[mailto:dilic.sede@ibama.gov.br] Enviada em: quinta-feira,

12 de abril de 2012 17:15

Para: <mailto:mduarte@uhetelespires.com.br> mduarte@uhetelespires.com.br

Assunto: Envio de Fax Cobrança - DILIC/IBAMA

EWING DRUG STORE

Fle 2881
Proc. 61118
Subr. _____

Prezados,

Ao cumprimentá-los, vimos pelo presente encaminhar anexo fax cobrança e respectivas GRU's referente à emissão da ASV n°. 651/2012, emitida em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.

Informamos que após efetuarem os mencionados pagamentos e remeterem os comprovantes a esta diretoria a referida licença já fica a disposição da empresa para retirada.

Atenciosamente,

JULIANA G. DA SILVA

Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC/IBAMA Secretária

(61) 3316-1282/1745

This message was sent using IMP, the Internet Messaging Program.

This message was sent using IMP, the Internet Messaging Program.

Ein Bild

File 2882
Proc 6711/108
Públ. *re*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBAMA**

AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO Nº 651/2012

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011; **RESOLVE:**

Expedir a presente Autorização de Supressão de Vegetação à:


EMPRESA: COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S/A
CNPJ: 12.810.896/0001-53
CTF: 5.205.495
ENDEREÇO: Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower – Duque de Caxias
CEP: 78.043-305 **CIDADE:** Cuiabá **UF:** MT
TELEFONE: (65) 3027-6291 **FAX:** (65) 3027-6292
REGISTRO NO IBAMA: 02001.006711/2008-79

Detentora da Licença de Instalação nº 818/2011, a proceder à supressão de vegetação necessária nas áreas destinadas à nova portaria e estruturas complementares do AHE Teles Pires, localizado no rio Teles Pires, abrangendo os municípios de Paranaita/MT e Jacareacanga/PA.

Esta autorização pressupõe a observância das condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

A validade deste documento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir desta data. O não cumprimento das condicionantes contidas nesta Autorização implicará na sua revogação e na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental vigente, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

Brasília - DF, 17 ABR 2012


FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto do IBAMA

RECEBIDO
Em 24/04/2012
Ass: *Fernando Castro*

CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO Nº 651/2012

1. Condições Gerais

1.1 Atender ao que preconiza a legislação ambiental, em especial a Lei nº 4.771/65, o Novo Código Florestal, modificado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/01, e suas alterações, a Lei nº 9.605/98, legislações estaduais, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3 Comunicar imediatamente ao IBAMA, a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais, estando a continuação da supressão condicionada à manifestação deste Instituto.

1.4 A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S/A é a única responsável perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta autorização.

1.5 Não é permitido:

- utilização de herbicidas bem como seus derivados e afins;
- depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos;
- uso do fogo para eliminação da vegetação ou de restos de desmate.

1.6 Os encarregados das equipes de desmate deverão portar cópia desta ASV, bem como da LI n. 818/2011 deste empreendimento e dos registros no IBAMA das motosserras utilizadas.

2. Condições Específicas

2.1 Comunicar ao IBAMA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, o início das atividades de desmate.

2.2 A vegetação nativa a ser suprimida corresponde exclusivamente às áreas declaradas por Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A e discriminadas abaixo, na Tabela 1 as quais totalizam, aproximadamente, 3,18 hectares, não caracterizados como Área de Preservação Permanente (APP) e ocupados por pastagem e alguns indivíduos de palmeira Inajá (*Maximiliana maripa*).

Tabela 1 – Tipologia vegetal. áreas a sofrerem supressão ou intervenção dentro e fora de APP e georreferenciamento (Projeção UTM, Datum horizontal: sad 69) para a área da nova portaria AHE Teles Pires, no município de Paranaitá/MT.

Ponto (ID)	Município	Estado	Vegetação	APP (ha)	Fora de APP (ha)	Longitude	Latitude	atividade
0	Paranaitá	MT	pastagem			520092,010	8967744,450	intervenção
1	Paranaitá	MT	pastagem			520061,730	8967812,530	intervenção
2	Paranaitá	MT	pastagem			520132,880	8967818,670	intervenção
3	Paranaitá	MT	pastagem			520273,690	8967791,170	intervenção
4	Paranaitá	MT	pastagem			520298,760	8967743,270	intervenção
5	Paranaitá	MT	pastagem			520310,220	8967718,540	intervenção
6	Paranaitá	MT	pastagem			520162,600	8967686,580	intervenção
7	Paranaitá	MT	pastagem			520149,900	8967633,180	intervenção
8	Paranaitá	MT	pastagem			520038,200	8967645,430	intervenção
9	Paranaitá	MT	pastagem			520017,170	8967697,960	intervenção
total					3,18			

Fis 2883
Proc 6711/08
Data

**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE
VEGETAÇÃO Nº 651/2012**

2.3 Para os membros das equipes operacionais de desmate, utilizar obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPI), tais como: capacetes, protetores auriculares, botas, óculos de proteção, perneiras e macacões. As atividades de supressão deverão ser realizadas por equipe técnica capacitada, sob supervisão "in loco" de responsável técnico da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A.

2.4 Todas as operações de supressão de vegetação deverão ser supervisionadas por profissionais devidamente habilitados em suas respectivas áreas de atuação, e todos os profissionais – em nível de direção, coordenação, assistência e execução – deverão obrigatoriamente recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto aos órgãos de classe fiscalizadores (CREA e CR-BIO).

2.5 Manter livre de impactos, seja por desmate ou assoreamento, os corpos hídricos situados próximos às áreas de intervenção.

2.6 Efetuar remoção, transporte e armazenamento apropriado de camada fértil do solo das áreas a serem desmatadas, que deverão ser utilizados na recuperação de áreas degradadas.

2.7 Os resíduos de desmate (galhada) devem, preferencialmente, ser espalhados em áreas de APP ou de projetos de recuperação de áreas degradadas, em curvas de nível, formando leiras ou camaleões que, por sua vez, formarão núcleos de atração para avifauna.

2.8 Apresentar ao IBAMA, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos trabalhos, relatório conclusivo com documentação fotográfica georreferenciada das atividades efetuadas, contendo descrição das atividades realizadas, quantitativo em área e volumetria da vegetação efetivamente suprimida do germoplasma coletado e da fauna resgatada.

EMERGENCY

Fis.	2884
Pro.	6711/08
Publ.	no



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DESPACHO nº 39/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PROCESSO Nº 02001.006711/2008-79

ASSUNTO: Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico

INTERESSADO: Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A

À Diretora de Licenciamento

Trata-se da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico solicitada por Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, para execução dos Programas de Monitoramento da Fauna do AHE Teles Pires.

A equipe técnica avaliou, por meio da Nota Técnica nº 50/2012-COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, não haver óbices na emissão da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico desde que atendidas as condicionantes listadas no referido documento técnico. Nestes termos, acompanho a Nota Técnica da equipe e remeto à consideração superior.

Brasília, 17 de abril de 2012.

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

De acordo,

GISELA DAMM FORATTINI
Diretora de Licenciamento Ambiental

Eugênio Pio Costa
Diretor de Licenciamento Ambiental
Substituto
DILIC/IBAMA

EMERGENCY



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas

PARECER Nº 50/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Análise da solicitação de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para execução dos projetos de monitoramento de fauna da Usina Hidrelétrica Teles Pires, Processo 02001.006711/2008-79.

I INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem o objetivo de avaliar a solicitação para emissão de Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico da UHE Teles Pires. Esta solicitação foi feita pela Cia Hidrelétrica Teles Pires em 20/03/2012 por meio do documento Carta DIR CHTP – nº 063/2012. Para subsidiar esta análise foram encaminhados como anexos à documentação supracitada os seguintes documentos: (i) identificação dos dados do empreendedor (Companhia Hidrelétrica Teles Pires S. A.) e da consultoria (Biota – Projetos e Consultoria Ambiental Ltda.); (ii) declaração individual de aptidão, CTF, CPF e link do Currículo Lattes da equipe; (iii) ART dos coordenadores; (iv) carta de aceite original da instituição que receberá o material biológico coletado; (v) Plano de Trabalho para execução das atividades de monitoramento dos grupos faunísticos.

II ANÁLISE

A Cia Hidrelétrica Teles Pires solicitou a Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico com vistas a possibilitar a realização das atividades de resgate e salvamento de fauna silvestre para a execução dos Programas de Monitoramento de Fauna dos seguintes grupos: Entomofauna Bioindicadora; Malacofauna de Interesse Médico; Herpetofauna; Avifauna; Quirópteros; Primatas; Mamíferos Terrestres; Mamíferos Semi-Aquáticos.

O monitoramento, com exceção da malacofauna, será realizado através da metodologia de RAPELD, em 6 módulos localizados nas Áreas Diretamente Afetada, de Influência Direta e de Influência Indireta. Os módulos tem extensão variada e são caracterizados por uma trilha principal de 5 km, incluindo 5 parcelas transversais de 250 m, espaçadas a cada 1 km. A localização dos módulos 3 e 4 foi reajustada em relação ao aprovado no PBA devido a não concordância dos proprietários das áreas. Para alguns grupos estão previstas metodologias adicionais aos módulos de RAPELD.

Os animais capturados serão identificados ao nível de espécie, sempre que possível, e deverão ser soltos imediatamente, exceto os animais que não puderem ser identificados em campo, que serão coletados e destinados às instituições depositárias. Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados preferencialmente em campo, de forma a minimizar o estresse do animal.

Herpetofauna

Serão realizadas buscas ativas limitadas por tempo e captura por meio de armadilhas de interceptação e queda (pitfalls). Serão considerados animais encontrados ocasionalmente e os animais coletados por terceiros e entregues às equipes de monitoramento.

Os animais registrados serão identificados em campo. Espécimes com identificação duvidosa poderão ser coletados, taxidermizados e enviados à instituição de pesquisa, respeitando-se o limite de 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha.

A marcação dos anuros será realizada com polímeros de elastômeros coloridos, considerados atóxicos e apropriados para marcação individual. Para os répteis, a marcação será através de colares coloridos ou brincos numerados nos cascos de quelônios e crocodilianos e por meio de corte de escamas ou brincos para as serpentes e lagartos.

a) Transectos

Serão realizadas 2 coletas diurnas nos transectos, na forma de varredura do solo sob folhas de troncos e árvores caídas e uma coleta noturna, onde serão varridos trilhas, ambientes lóticos, lagos e banhados. Não foi apresentado o esforço amostral (número de dias de amostragem e horas de monitoramento por dia) para este método.

b) Pitfall

Serão instalados, em cada parcela, 4 armadilhas (baldes de 60 litros) montadas em forma de Y, com espaçamento de cerca de 6 m entre o balde central e balde periférico em ângulo de cerca de 120° entre os baldes periféricos. Os recipientes devem ser enterrados até sua borda superior encontrar-se ao nível do solo, e uma cerca guia de lona plástica preta com cerca de 1 m de altura deve ser instalada interligando os recipientes. As armadilhas permanecerão abertas por 5 noites consecutivas em cada campanha de monitoramento, sendo verificadas todos os dias no período matutino. Os animais serão coletados manualmente nos baldes e acondicionados em sacos de pano identificados com seus dados de origem. O esforço amostral será de 20 armadilhas/noite nos módulos M4, M5 e M6, 28 armadilhas/noite nos módulos M1 e M2 e 32 armadilhas/noite no módulo M3.

c) Busca específica e estudo da área de vida de jabutis (*Chelonoidis denticulata*)

O monitoramento será realizado nas áreas do entorno do rio Teles Pires e do rio Paranaíta anteriormente ao enchimento de reservatório. Após a formação do reservatório o monitoramento será realizado na APP. Durante o período de cheia serão monitorados os habitats alimentares e no período seco a reprodução. Os levantamentos serão realizados no período diurno (das 7h as 18h), diariamente durante os dois primeiros meses de cada período e posteriormente, por no mínimo 10 dias por mês. A marcação será feita por meio de limagem na borda do casco, com código que permita identificação.

Os ninhos observados terão a localização georreferenciada e o número de ovos contados. Serão montadas proteções nas desovas, com telas de arame, piquetes de madeira e vegetação local. Ninhos em locais de risco de interferência humana serão translocados. Os ninhos serão monitorados semanalmente até o abandono pelos filhotes.

Para a amostragem nos habitats alimentares, os dados serão coletados por meio de avistamentos de animais. Serão percorridos trechos de 5 km, na margem do canal principal, margem de ilhas, igarapés, furos e lagos. Cada indivíduo encontrado terá anotada as informações sobre a fisionomia vegetal do local, temperatura e umidade relativa do ar no nível do solo, sexo, peso e medidas corpóreas.

O estudo da área de vida será realizado através do método de mochila com carretel de linha, descrito por MILES et al (1981). Serão selecionados 5 a 10 espécimes, com a instalação de carretéis de linha de 457 m de comprimento, acondicionados em tubos plásticos de filme fotográfico com furos laterais para a saída da extremidade externa da linha. Os tubos serão fixados à carapaça dos jabutis com fita adesiva e cola de contato, e a extremidade livre da linha amarrada à vegetação no local de encontro do animal. Para cada localização serão registrados: data, horário, posição (coordenadas registradas com GPS), temperatura, umidade relativa do ar no nível do solo e fisionomia vegetal. O monitoramento será realizado por um período mínimo de 10 dias por mês durante a construção e após o enchimento do reservatório o monitoramento será diário nos 2 primeiros meses. Após o estabelecimento dos indivíduos, o monitoramento passará a ser feito durante 10 dias por mês.

d) Busca embarcada com foco em répteis aquáticos

As buscas serão realizadas trimestralmente durante 10 dias por campanha, percorrendo diferentes trechos na área monitorada. As atividades ocorrerão por 1 hora durante o dia e 1 hora durante a noite. Para cada indivíduo observado serão registrados: espécie, data, horário, localização, comportamento e uso do habitat.

e) Busca e contagem de bancos de areia na área de influência da UHE Teles Pires

Serão realizadas ao longo dos transectos buscas por potenciais locais de desova de quelônios. No caso de existência de tabuleiros de desova, a área será monitorada e será realizado o manejo de ninhos e filhotes em tabuleiros naturais e artificiais, conforme o Manual Técnico do IBAMA/Projeto Quelônios da Amazônia. Todas as praias serão georreferenciadas e moradores locais serão entrevistados para confirmação das praias onde são verificadas desovas na região. As praias serão vistoriadas em buscas de vestígios, como rastros na areia e ninhos parcial ou totalmente predados. As fêmeas capturadas após terminarem as atividades de desova, terão os dados biométricos registrados e serão marcadas.

Avifauna

O monitoramento da avifauna será realizado através dos métodos: transecto linear, índices pontuais de abundância (IPA) e a captura com redes de neblina (mist net), além de registros adicionais ocasionais obtidos por meio de observação direta.

a) Transectos lineares

Os levantamentos serão realizados nas trilhas de extensão variada de 5 km, 7 km, 8 km, divididas em trechos de 1 km. Cada trilha será percorrida em 1 dia a cada campanha, em velocidade aproximada de 1 km/h, registrando-se os indivíduos visualizados ou identificados por meio de vocalização.

b) Índice Pontual de Abundância

O método consiste na observação de todos os indivíduos visualizados ou que estejam vocalizando nos 360° em volta do observador fixo durante 15 minutos. Será realizado em três pontos (0, 125 m, 250 m) de cada parcela, em dois dias consecutivos por campanha.

c) Redes de neblina (mist net)

A amostragem será feita com sete redes de neblina de 12 x 2,5 m em cada parcela, que permanecerão abertas por 6 horas, durante um dia a cada campanha de monitoramento.

Todas as aves capturadas através de redes de neblina terão os dados biométricos registrados (peso, muda, comprimento total, comprimento do bico, comprimento do tarso). Os espécimes serão marcados com anilhas de alumínio ou plásticas com numeração ou anilhas fornecidas pelo CEMAVE ou anilhas coloridas para o tarso.

O Projeto indica que os exemplares capturados por redes serão taxidermizados e fixados e enviados à Instituição de pesquisa. Ressalta-se que a quantidade máxima de coleta para coleção científica é de 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha.

Espécies ameaçadas e endêmicas

Para as espécies ameaçadas de extinção e espécies endêmicas do Centro de endemismo do Pará, o observador percorrerá ambientes fora dos módulos na área do futuro reservatório por 10 dias consecutivos, sendo 5 dias em um trecho do rio Teles Pires e 5 dias em um trecho no rio Paranaíta. Serão utilizados os métodos de censo visual e vocalizações e procura de ninhos e ovos utilizados como dormitórios. Esses pontos serão monitorados, marcados com placas e fitas e georreferenciados.

Para as espécies com associadas ao ambiente de tabocas ou aluviais, os métodos de transectos, IPA e redes de neblina serão aplicados também em outras áreas fora dos módulos, por pelo menos 1 dia a cada campanha.

Para as aves aquáticas e migradoras, o monitoramento será feito em 3 dias de campo percorrendo trechos do rio Teles Pires e afluentes, na área do futuro reservatório.

Mastofauna

Pequenos mamíferos não-voadores

a) Armadilhas de captura viva

Serão instaladas 20 armadilhas de captura viva (*Tomahawk* e *Sherman*) em cada parcela, sendo 10 no solo e 10 em cipós e troncos a cerca de 1,5 a 2 m de altura, distantes 25m entre si. As armadilhas permanecerão abertas por 5 noites consecutivas, sendo verificadas e re-iscadas todos os dias pela manhã. Os animais capturados terão os dados biométricos, peso, avaliação de estado reprodutivo registrados.

b) Pitfall

As armadilhas de interceptação e queda serão utilizadas em conjunto com o estudo da herpetofauna, seguindo a mesma descrição.

Quando houver dúvidas na identificação, poderão ser sacrificados 1 (um) espécime de cada morfotipo, para identificação e inclusão em coleção científica. A coleta também poderá realizada no caso de espécies com carência de registros em coleções no local, respeitando o limite 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha.

Mamíferos de médio e grande porte

a) Transectos lineares

Cada transecto será percorrido, a uma velocidade de 1 km/h, no início da manhã e no início da noite, por dois dias consecutivos em cada campanha. Serão registrados os dados de carcaças encontradas, fezes, pêlos, restos alimentares, pegadas, além de marcações características das espécies. As carcaças encontradas em bom estado de conservação poderão ser coletadas e enviadas à coleções científicas.

b) Armadilhas fotográficas

Será instalada uma armadilha em cada módulo, em pontos onde houver maior probabilidade de registros. Cada armadilha atinge um raio de aproximadamente 750 metros e permanecerá ativa por dois dias em cada módulo.

Mamíferos semi-aquáticos

O método utilizado será o de amostragem à distância para avistamento de mustelídeos através de transectos de barco, retilíneos, afastados das margens e em baixa velocidade. O deslocamento será realizado no sentido contrário à corrente do rio, a fim de permitir uma menor velocidade de deslocamento, desde a aurora até as 10h e 30 min e das 15h até o entardecer. A cada observação serão marcados a posição e distância da margem do rio através de GPS. Não foi apresentado o número de dias para monitoramento dos mamíferos semi-aquáticos por campanha.

No caso de indícios da presença de ariranhas, serão estabelecidos 10 bancos de areia para monitoramento. Armadilhas fotográficas serão instaladas em pontos onde houver possibilidade de presença de mustelídeos.

Ao longo dos percursos nos transectos, serão buscados registros de grupos ou indivíduos e registros indiretos, como pegadas, tocas e latrinas comunitárias. As fezes encontradas serão coletadas para análise da dieta alimentar dos espécimes.

A marcação com rádio-colar será realizada apenas nos indivíduos capturados durante as atividades de resgate e no caso de animal mantido em cativeiro para tratamento. Após a instalação dos transmissores, serão realizadas visitas diárias com duração de 4 horas, para registro e localização dos animais monitorados com uso de GPS.

Quirópteros

a) Redes de neblina

Em cada parcela serão instaladas 3 redes de neblina de 15 m de comprimento e 2,5 m de altura, nos locais mais apropriados à captura de morcegos, como abrigos diurnos, cursos d'água, pedreiras, fontes de alimentação. As redes permanecerão abertas das 18h às 24h por duas noites consecutivas por campanha, sendo verificadas em intervalos de 30 minutos.

b) Busca ativa

Serão feitas buscas em cavidades e túneis e em todas as áreas onde existirem construções abandonadas ou construções em uso que abriguem morcegos.

Caso sejam encontrados espécimes durante os deslocamentos nas trilhas e parcelas, esses poderão ser coletados com auxílio de puçá ou luva de couro, acondicionados em sacos de pano, caso se trate de espécie ou morfotipo para o qual não haja registro prévio ou caso haja dúvidas em sua identificação. Os exemplares capturados terão os dados biométricos coletados, peso e avaliação do estado reprodutivo e registro fotográfico.

Ao menos um espécime de *Neonycteris pusilla* depositado em museu, possibilitando análises detalhadas da espécie.

A marcação será realizada com colares plásticos com cilindros coloridos ou com anilha numerada em um dos antebraços.

O Projeto indica que indivíduos da espécie *Desmodus rotundus* terão amostras sorológicas coletadas para análise de infecção pelo vírus da raiva e poderão ser soltos posteriormente. Ressalta-se que os indivíduos da espécie *Desmodus rotundus* que tenham infecção pelo vírus da raiva confirmado não deverão ser soltos.

O projeto propõe que sejam coletados os indivíduos com dúvida na identificação, pelo menos um indivíduo de cada morfotipo e um indivíduo de cada espécie registrada em campo. Deve ser permitida apenas a coleta de indivíduos com dúvida na identificação e de espécies relevantes para coleção científica, respeitando-se o limite de 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha.

Primatas

O monitoramento será realizado através de observação direta, por dois dias consecutivos, nos transectos dos módulos. Cada módulo será percorrido no período da manhã (das 7h as 11h). serão realizados censos em dois horários, no início da manhã (entre 6 e 10h) e no final da tarde (entre 15 e 19h). Para o gênero *Aotus*, o monitoramento será realizado entre as 18h e 00h. O registro será feito através de observação direta ou através de vocalizações, localização de fezes e carcaças. Será estudada a necessidade de colocação de novas cavidades para abrigo de *Aotus* fora da área dos módulos. Caso sejam implantadas, essas cavidades deverão ser monitoradas.

Entomofauna bioindicadora

Serão instaladas 20 armadilhas cilíndricas de tecido voal com funil internas a uma altura de 1,5 m do chão e distante cerca de 10 metros. As armadilhas serão instaladas pela manhã e retiradas ao final do dia, por 5 dias consecutivos em cada módulo. As iscas serão feitas com uma mistura de banana amassada com caldo de cana, fermentada por pelo menos 48 horas.

Todos os espécimes capturados serão biometrados e marcados com uma mistura de tinta "nankin" comercial atóxica, contendo 50% de tinta branca e 50% de tinta vermelha. A marcação será feita na face ventral da asa anterior (parte apical).

O Projeto indica que espécimes não identificados em campo serão coletados e encaminhados à instituição de pesquisa, que deverá ser identificada anteriormente a primeira campanha de entomofauna. Ressalta-se que a destinação de material biológico está autorizada para a UNEMAT de Alta Floresta, cuja Carta de Aceite foi enviada na solicitação de autorização. A inclusão ou alteração de Instituição Científica que irá receber o material biológico de um ou mais grupos deverá ser previamente solicitada ao Ibama, de modo que possa ser incluída na Autorização.

Malacofauna de interesse médico

Serão realizadas coletas semestrais, sendo uma na estação úmida e outras em meados do período de vazante. Antes do enchimento do reservatório, as coletas serão realizadas em 20 pontos (tanques do pesqueiro São Roque, margem de córrego afluente do rio Paranaíta, açude da fazenda Santo Expedito, lagoas de acumulação no rio Teles Pires, margem de garimpo, alagado de garimpo, lagoa e açude da MT-206, nascente de córrego próximo à fazenda Aliança, açude do córrego de captação de água de Paranaíta, margem de área alagada, margem de brejo, margem de ribeirão e represa do córrego Pinguim).

As coletas serão realizadas com peneiras de aço com tela de 1,5mm, montadas em armação metálica, permitindo o acoplamento em cabos de 2,5 m de comprimento. As peneiras serão utilizadas por meio de agitação da água, raspagem ou remeximento do fundo dos ambientes hídricos, para desprendimento dos caramujos dos substratos, seguindo-se a captura propriamente dita e acondicionamento em recipientes secos.

Para as espécies de interesse médico e espécies exóticas deve ser permitida a coleta ilimitada de espécimes.

Cronograma

Foi apresentado o cronograma de execução das atividades de monitoramento durante período de instalação do empreendimento, sendo descritas as atividades até julho de 2015. Recomenda-se a concessão da Autorização de Captura Coleta e Transporte de Material Biológico com validade até o fim da Licença de Instalação nº 818/2011, em 19 de agosto de 2015.

DOCUMENTAÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

1) Identificação dos dados do empreendedor e da empresa de consultoria, conforme indicado na Tabela 1, constante no Anexo I.

Atendido.

O empreendedor encaminhou as informações relativas a Cia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e da Biota – Projetos e Consultoria Ambiental no formato solicitado. Verificou-se que o tempo de vigência do contrato entre as duas empresas é de 50 meses, compatível com o período de instalação do empreendimento.

2) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do coordenador geral e/ou coordenador de área do Programa de Resgate e Salvamento, quando couber.

Parcialmente atendido.

Foi encaminhada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do coordenador administrativo, o biólogo Claudio Veloso Mendonça (ART 2012/00012), com validade até maio de 2015. Não foi enviada a ART do coordenador técnico, o biólogo Pablo Vinícius C. Mathias. O documento deve ser encaminhado em 30 dias.

3) Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores, conforme Tabela 2, indicada no Anexo I;

Parcialmente atendido.

Foram apresentados os links para o currículo Lattes de cada profissional, bem como o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF)/IBAMA e CPF. Foram encaminhadas as declarações individuais de aptidão e experiência para execução das atividades propostas de parte dos membros equipe. As declarações dos profissionais Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira, Fabiano Rodrigues de Melo, Gustavo Nepomuceno Pinto, Kléber do Espírito-Santo Filho, Luana Barbosa Monteiro, Marlon Zortéa, Renato Cardoso Barbosa e Tiago Guimarães Junqueira devem ser encaminhadas em 30 dias.

Por ocasião do envio dos certificados de regularidade, todos estavam dentro do prazo de validade, no entanto, durante a análise do pedido da autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, alguns certificados perderam sua validade. Portanto, o status do CTF de todos os profissionais deve ser atualizado imediatamente.

A equipe técnica responsável pela execução do monitoramento da fauna na área de influência da UHE Teles Pires é composta pelos seguintes profissionais:

1. Alfredo Palau Pena – Biólogo, revisor mamíferos semi-aquáticos
2. Cláudio Veloso Mendonça - Biólogo, coordenador administrativo
3. Dalci Maurício Miranda de Oliveira – Biólogo, coordenação avifauna
4. Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira – Bióloga, campo entomofauna bioindicador e malacofauna
5. Fabiano Rodrigues de Melo – Biólogo, revisor mastofauna terrestre e primatas
6. Fábio Antônio de Oliveira – Biólogo, campo mastofauna terrestre, primatas, mamíferos semi-aquáticos, quirópteros
7. Gustavo Nepomuceno Pinto – Veterinário
8. Jeremiah Jadrien Barbosa – Biólogo, campo herpetofauna, mastofauna terrestre, primatas, mamíferos semi-aquáticos
9. Kléber do Espírito-Santo Filho – Biólogo, coordenação entomofauna bioindicador e malacofauna
10. Lilian Freitas Bastos – Bióloga, campo herpetofauna
11. Luana Barbosa Monteiro – Bióloga, campo avifauna
12. Marlon Zortéa – Biólogo, coordenação quirópteros
13. Pablo Vinícius Clemente Mathias – Biólogo, coordenador técnico
14. Renato Cardoso Barbosa – Biólogo, campo mastofauna terrestre e primatas
15. Tiago Guimarães Junqueira – Biólogo, campo avifauna
16. Wilian Vaz-Silva – Biólogo, coordenação herpetofauna
17. Victor Yunes Guimarães – Veterinário

4) Carta(s) de aceite original(is) ou autenticada(s) da(s) instituição(ões) que receberá(ão) material biológico coletado, com identificação do(s) grupo(s) taxonômico (s) que poderá(ao) ser recebido(s) e orientações quanto aos métodos de fixação e conservação de forma a garantir a viabilidade e utilização do material coletado;

Atendido.

Foi encaminhada a carta de aceite da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Alta Floresta-MT para recepção de insetos, gastrópodes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Foram informadas as orientações quanto aos métodos de fixação e conservação de forma a garantir a viabilidade e utilização do material coletado e o empreendedor deve atendê-las. É importante frisar que só será permitida a coleta e envio para coleção científica o máximo de 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha, devendo ficar evidenciada a necessidade da coleta por problemas na identificação taxonômica ou a importância da espécie na composição da coleção científica. A CHTP deverá encaminhar, junto aos relatórios da atividade de resgate, carta das instituições receptoras atestando o recebimento de material biológico, indicando a espécie, quantidade por espécie, número do tombo e a data de recebimento.

III. CONCLUSÃO

Conclui-se que não há óbices para a emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para a execução dos projetos de monitoramento de fauna da UHE Teles Pires, desde que a seguintes considerações sejam condições específicas da referida autorização:

1. Enviar ao Ibama, no prazo de 30 dias, os seguintes documentos e complementações:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do coordenador técnico Pablo Vinícius C. Mathias.

b) Declarações individuais de aptidão e experiência dos membros da equipe: Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira, Fabiano Rodrigues de Melo, Gustavo Nepomuceno Pinto, Kléber do Espírito-Santo Filho, Luana Barbosa Monteiro, Marlon Zortéa, Renato Cardoso Barbosa e Tiago Guimarães Junqueira.

2. Adotar os seguintes procedimentos durante a realização das atividades:

a) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente ao IBAMA;

b) Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados preferencialmente em campo, de forma a minimizar o estresse animal.

c) Em caso de captura de animal silvestre raro ou ameaçado de extinção a equipe de resgate deve comunicar o IBAMA local imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providencias quanto a destinação deste animal conforme entendimento entre ICMBio e IBAMA

d) Os pontos de captura e soltura de fauna silvestre deverão ser georreferenciados.

e) Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.

3. A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:

a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadores de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias.

b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias, localização das áreas de soltura, de monitoramento dos impactos e controle. Os tipos de habitats e fitofisionomias das áreas de soltura, de monitoramento dos impactos e controle deverão ser mapeados, com indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicar os pontos amostrados para cada grupo taxonômico. Deverão ser observados os padrões e normas técnicas de cartografia adotadas pelo Conselho Nacional de Cartografia (Concar).

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional.

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

g) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Assim como, a lista permanente utilizada em cada espécime. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializadas.

h) O coordenador do Projeto deverá assinar declaração se responsabilizando pelo conteúdo dos Relatórios. Tal declaração deverá ser anexada ao Relatório.

i) O prazo estabelecido no presente item poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo IBAMA;

4. Avaliar a possibilidade de depósito de parte do material em instituição de referência nacional, caso o volume das amostras coligidas seja copioso.

5. Apresentar nos relatórios o esforço amostral e respectiva memória de cálculo para o Programa de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e para a metodologia de transectos no Programa de Monitoramento da Herpetofauna.

6. Qualquer alteração na metodologia deve ser comunicada ao Ibama para avaliação.

7. Todos os profissionais constantes na Autorização de de Captura, coleta e Transporte de Material Biológico devem manter-se sem pendências no CTF durante todo os período de vigência desta.

À consideração superior.

Brasília, 16 de abril de 2012

Mariana Tenedini

Mariana Tenedini
Analista Ambiental
Mat. 1716843

EMERSON



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2893
Pires 6733108
Pires

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.006711/2008-79

AUTORIZAÇÃO Nº 72 /2012

VALIDADE
Até 19 de agosto de 2015

ATIVIDADE LEVANTAMENTO MONITORAMENTO RESGATE/SALVAMENTO

TIPO RECURSOS FAUNÍSTICOS RECURSOS PESQUEIROS

EMPREENDEDOR: UHE TELES PIRES

EMPREENDEDOR: Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

CNPJ: 12.810.896/0003-15

CTF: 5471482

ENDEREÇO: Av. Miguel Sutil nº 8695, bairro Duque de Caxias, Cuiabá/MT – CEP: 78043-305

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Biota – Projetos e Consultoria Ambiental Ltda

CNPJ/CPF: 05.761.748/0001-20

CTF: 1757250

ENDEREÇO: Rua 86 C, nº 64, Setor Sul, Goiânia/GO – CEP: 74.083-360

COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Pablo Vinícius Clemente Mathias

CPF: 926.120.081-87

CTF: 543020

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Monitoramento de herpetofauna terrestre e semi-aquática, avifauna terrestre e semi-aquática, mastofauna terrestre e semi-aquática, quiropterofauna, invertebrados terrestres e malacofauna na área da UHE Teles Pires.

Captura de indivíduos vivos e de captura de indivíduos mortos e material biológico de animais mortos acidentalmente.

Coleta de no máximo 1 (um) espécime, por espécie, por módulo, por campanha, devendo ficar evidenciada a necessidade de coleta por problema na identificação taxonômica ou a importância da espécie na composição da coleção científica.

Coleta ilimitada de espécimes da malacofauna de interesse médico e malacofauna exótica.

Marcação autorizada: elastômeros coloridos para anuros; colares coloridos, brincos numerados e corte de escamas para répteis; anilhas do CEMAVE, anilhas de alumínio ou plásticas, anilhas coloridas de tarso para avifauna; rádio-colar em mamíferos em mustelídeos; colares plásticos com cilindros coloridos e anilha numerada no antebraço para quirópteros; tinta atóxica na face ventral da asa anterior para lepidópteros.

ÁREAS AMOSTRAIS:

- Seis módulos de monitoramento da biota localizados nas áreas de influência da UHE Teles Pires, conforme Plano de Trabalho aprovado;
- Entorno do rio Teles Pires e do rio Paranaíta e trechos do rio Teles Pires na área de influência do empreendimento;
- Cavidades, túneis e construções abandonadas ou que abriguem quirópteros na área de influência;
- Tanques do pesqueiro São Roque, margem de córrego afluente do rio Paranaíta, açude da fazenda Santo Expedito, lagoas de acumulação no rio Teles Pires, margem e alagado de garimpo, lagoa e açude da MT-206, nascente de córrego próximo à fazenda Aliança, açude do córrego de captação de água de Paranaíta, margem de área alagada, brejo, ribeirão e represa do córrego Pinguim, conforme descrito no Plano de Trabalho para malacofauna.

PETRECHOS: armadilha de interceptação e queda; mochila com carretel para monitoramento de jabutis; rede de neblina; armadilha de captura viva; armadilha fotográfica; puçá; sacos de pano; armadilha com isca para lepidópteros; peneira de aço para malacofauna.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL: UNEMAT ALTA FLORESTA

LOCAL E DATA DE EMISSÃO:

Brasília, 18 ABR 2012

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):

Eugênio Pio Costa
Diretor de Licenciamento Ambiental
Substituto
DILICIBAMA



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.006711/2008-79

AUTORIZAÇÃO Nº 72/2012

VALIDADE
Até 19 de agosto de 2015

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA/TRANSPORTE DE ESPÉCIES LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 03/2003 E ANEXOS CITES;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.
7. RESGATE DE FAUNA SILVESTRE DURANTE O ENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

EQUIPE TÉCNICA:

NOMES:	CTF:
1. Alfredo Palau Pena	279116
2. Cláudio Veloso Mendonça	629394
3. Dalci Maurício Miranda de Oliveira	324488
4. Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira	3712012
5. Fabiano Rodrigues de Melo	206761
6. Fábio Antônio de Oliveira	4234724
7. Gustavo Nepomuceno Pinto	2032150
8. Jeremiah Jadrien Barbosa	2961476
9. Kléber do Espírito-Santo Filho	1980620
10. Lillian Freitas Bastos	4449185
11. Luana Barbosa Monteiro	3659133
12. Marlon Zortéa	1630797
13. Pablo Vinícius Clemente Mathias	543020
14. Renato Cardoso Barbosa	2253591
15. Tiago Guimarães Junqueira	2054181
16. Wilian Vaz-Silva	1864768
17. Victor Yunes Guimarães	5150566



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.006711/2008-79

AUTORIZAÇÃO Nº 72 /2012

VALIDADE
Até 19 de agosto de 2015

CONDICIONANTES

1 Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 60 (sessenta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Esta autorização só é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
- 2.2. Enviar ao Ibama, no prazo de 30 dias, os seguintes documentos e complementações:
 - a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do coordenador técnico Pablo Vinícius C. Mathias;
 - b) Declarações individuais de aptidão e experiência dos membros da equipe: Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira, Fabiano Rodrigues de Melo, Gustavo Nepomuceno Pinto, Kléber do Espírito-Santo Filho, Luana Barbosa Monteiro, Marlon Zortéa, Renato Cardoso Barbosa e Tiago Guimarães Junqueira.
- 2.3. Adotar os seguintes procedimentos durante a realização das atividades:
 - a) A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada pela equipe técnica designada por esta Autorização. Qualquer alteração na equipe deverá ser comunicada oficialmente ao IBAMA;
 - b) Os procedimentos de biometria e marcação deverão ser realizados preferencialmente em campo, de forma a minimizar o estresse animal;
 - c) Em caso de captura de animal silvestre raro ou ameaçado de extinção a equipe de resgate deve comunicar o IBAMA local imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providências quanto a destinação deste animal conforme entendimento entre ICMBio e IBAMA;
 - d) Os pontos de captura e soltura de fauna silvestre deverão ser georreferenciados.
- 2.4. A coordenação do projeto deve enviar relatórios semestrais inseridos nos relatórios semestrais de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem conter os seguintes itens:
 - a) Lista das espécies encontradas durante o monitoramento destacando as espécies ameaçadas de extinção (lista vermelha das espécies ameaçadas da IUCN, livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção no MMA e lista estadual da fauna ameaçada, outras listas podem ser utilizadas de forma complementar), endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas e as migratórias;
 - b) Detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação individual, registro e biometria;



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.006711/2008-79

AUTORIZAÇÃO Nº 72 /2012

VALIDADE
Até 19 de agosto de 2015

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES

c) Caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats e fitofisionomias, localização das áreas de soltura, de monitoramento dos impactos e controle. Os tipos de habitats e fitofisionomias das áreas de soltura, de monitoramento dos impactos e controle deverão ser mapeados, com indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicar os pontos amostrados para cada grupo taxonômico. Deverão ser observados os padrões e normas técnicas de cartografia adotadas pelo Conselho Nacional de Cartografia (Concar);

d) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade, coeficiente de similaridade entre as áreas e demais análises estatísticas pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada;

e) Tabela contendo todos os indivíduos capturados e observados apresentando nome científico, nome comum, tipo de marcação, sequência de marcação, área amostral, fitofisionomia, habitat, coordenadas planas (UTM – datum horizontal SIRGAS 2000), estação do ano, método de registro, data, horário de registro, sexo, estágio reprodutivo, estágio de desenvolvimento, status de conservação (IUCN, MMA, lista estadual), endemismo, destinação e o coletor/observador. Adicionalmente, devem ser registrados os dados biométricos e sanitários dos espécimes capturados. Para os animais sociais observados, deve ser registrado o número de indivíduos presente no grupo e para animais arborícolas anotar a altura no estrato vegetacional;

f) Anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes - forma de registro, local georreferenciado (sistema de coordenadas planas, projeção UTM, datum horizontal SIRGAS 2000), habitat e data;

g) Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas em cartórios contendo todos os espécimes coletados, detalhando as espécies, quantidades e número de tombo. Assim como, a lista permanente utilizada em cada espécime. Os espécimes oriundos desta Autorização não poderão ser comercializadas.

2.5. Apresentar nos relatórios o esforço amostral e respectiva memória de cálculo para o Programa de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e para a metodologia de transectos no Programa de Monitoramento da Herpetofauna.

2.6. O prazo estabelecido no presente item poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo IBAMA;

2.7. O coordenador do Projeto deverá assinar declaração se responsabilizando pelo conteúdo dos Relatórios. Tal declaração deverá ser anexada ao Relatório.

2.8. Avaliar a possibilidade de depósito de parte do material em instituição de referência nacional, caso o volume das amostras coligidas seja copioso.

2.9. Qualquer alteração na metodologia deve ser comunicada ao Ibama para avaliação.

2.10. Todos os profissionais constantes na Autorização de de Captura, coleta e Transporte de Material Biológico devem manter-se sem pendências no CTF durante todo os período de vigência desta.



Fls.	2893
Proc.	67.11.68
Dirbr.	

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
Coordenação de Licenciamento de Hidrelétricas
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 85 /2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 23 de abril de 2012.

Ao Senhor

LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES

Representante Legal

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A

Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower - Duque de Caxias

78043-305 Cuiabá/MT

Tel:(65) 3027-6291 Fax: (65)3027-6292

Assunto: Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico
Ref: PA IBAMA nº 02001.006711/2008-79

Senhor Diretor,

1. Em continuidade ao licenciamento da UHE Teles Pires, encaminho a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 72/2012 relativa à execução dos Programas de Monitoramento da Fauna na Área de Influência da UHE Teles Pires.
2. Encaminho, em anexo, o Parecer 50/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, referente à análise da solicitação da Autorização.

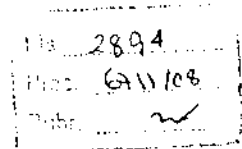
Atenciosamente,

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

EMERGENCY



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PARECER nº. 55/2012 -- COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Análise do 1º Relatório Semestral de Acompanhamento de Condicionantes e Programas Ambientais da LI nº 818/2011 concedida ao AHE Teles Pires e outros documentos constantes do Processo.

I. INTRODUÇÃO

1. O empreendimento AHE Teles Pires encontra-se em implantação no rio Teles Pires, municípios de Paranaitá/MT e Jacareacanga/PA e terá capacidade instalada de 1820 MW e reservatório de aproximadamente 150 km².
2. O objetivo deste parecer é analisar as informações enviadas pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires – CHTP acerca das condicionantes e programas da LI nº 818/2011, seja em documentos recebidos durante este período da instalação ou no Relatório Semestral.
3. O 1º Relatório Semestral foi apresentado em 12 de março de 2012, através da Carta CHTP nº 053-2012. Destaca-se que o documento apresenta e consolida as informações relativas ao período de 09/2011 a 01/2012.

II. ANÁLISE

4. Para análise do cumprimento dos programas ambientais foram adotados os seguintes termos:
 - **Programa em atendimento:** iniciado conforme previsto com andamento satisfatório para a fase em que se encontra o empreendimento.
 - **Programa em atraso:** deveria ter sido iniciado. Em atraso conforme o cronograma aprovado.
 - **Programa de acordo com o cronograma:** início não previsto para o primeiro semestre, conforme cronograma aprovado no PBA.

1. Plano de Gestão Ambiental Programa em atendimento.

Após análise das informações constantes no 1º Relatório de Acompanhamento Semestral, observamos o cumprimento das diretrizes dispostas no Plano de Gestão Ambiental – PGA.

Destaca-se que o PGA apresenta a análise sucinta de todos os programas, entretanto, considerando a data inicial do empreendimento o dia 06/09/2011, conforme descrito no item 5.1.1, verifica-se o descompasso entre os cronogramas apresentados no relatório e os apresentados no PBA, para os programas cuja execução não teve início.

2. Plano Ambiental de Construção – PAC

Programa em atendimento.

Após análise das informações constantes no 1º Relatório de Acompanhamento Semestral, observamos o cumprimento das diretrizes dispostas no Plano Ambiental da Construção (PAC).

O relatório informa que, no período, foram realizados 255 **treinamentos**, abrangendo 3.922 funcionários, onde abordou-se os seguintes temas: 1) Compromissos de SSTMA; 2) Aspectos e Impactos Ambientais (PI TP 03); 3) Atendimento de Emergência – Derramamento de óleo/produtos químicos no solo (PO TP 25); 4) Operação de coleta, manuseio e disposição de resíduos (PO TP 20); 5) PBA/PAC; e 6) Supressão vegetal (PI TP 29, PO TP 43, PO TP 45 e PO TP 46).

A área com **vegetação efetivamente suprimida**, segundo o relatório, foi de 103,44 ha, apenas 9% da área total de supressão autorizada pela ASV nº 565/2011. O **aproveitamento da madeira bruta** beneficiada e utilizada nas estruturas do canteiro atingiu 138,22 m³, enquanto que, o aproveitamento de toras da supressão vegetal alcançou 212,4 m³. A mensuração das pilhas de lenha estocadas totalizaram 2.186,65 m³, enquanto que as madeiras em tora empilhadas totalizam 6.088,27 m³.

No que se refere ao **Gerenciamento de Resíduos**, o relatório não acrescenta informações sobre a situação da Central de Gerenciamento de Resíduos (CGR) observada durante a vistoria do Ibama no início de fevereiro/2012. No tocante aos resíduos sólidos e a gestão dos óleos para re-refino, o relatório informa a correta coleta e destinação dos mesmos, realizada por empresas devidamente licenciadas. Da mesma forma, relata que os resíduos sólidos estão sendo encaminhados para aterro sanitário licenciado em Sorriso-MT.

No tocante ao **Gerenciamento de Efluentes**, o relatório informa a concessão da outorga para lançamento de efluentes de nº 652 de 06/09/2011, a qual permite a operação da Estação de Tratamento de esgoto – ETE do canteiro, porém, não acrescenta informações à situação da ETE observada durante a vistoria do Ibama no início de fevereiro/2012. As análises preliminares do efluente, às quais dariam indicativos da eficiência do tratamento, também não foram anexadas ao relatório.

Destaca-se que durante a vistoria do Ibama na ETE, a equipe constatou a disposição de barreiras com sacos de areia nas bordas das lagoas da ETE, visando conter eventual transbordamento causado pelas águas pluviais. Na ocasião, solicitou-se ao empreendedor o monitoramento da eficiência dessa medida, a fim de prevenir a contaminação do rio Teles Pires, e o monitoramento das consequências estruturais que, eventualmente, o sobrepeso dos sacos de areia poderia causar na estabilidade dos taludes laterais das lagoas, tomando as precauções e correções necessárias para evitar processos de erosão. No entanto, o relatório semestral também não trata essa questão.

O relatório semestral é bastante sucinto no que se refere ao **Controle da Qualidade do Ar e Ruído** limitando-se a dizer que *o controle do nível de poeira em suspensão nas frentes de obra está sendo realizado pela umectação do solo com caminhão pipa*, porém não cita a ocorrência da atividade de detonações nos sítios construtivos e o monitoramento do ruído e vibração associados, atividade que a CNO informou estar ocorrendo na vistoria realizada início de fevereiro de 2012.

Os resultados apresentados no **Plano de Atendimento a Emergências Ambientais – PAE** demonstram o treinamento dos funcionários e o quadro de situações de emergências ocorridas no período, contendo: 1) mês de ocorrência; 2) local; 3) quantidade de solo contaminado; e 4) tipo de ocorrência. Solicita-se apenas que sejam acrescentadas as coordenadas geográficas do local de ocorrência, a fim de facilitar acompanhamento da distribuição espacial das situações de emergência.

No que se refere às **estradas de acesso** às frentes de obras (provisório e permanente), o Relatório de Vistoria datado de 09/02/2012, emitido por esta equipe, relata condições ruins de trafegabilidade no acesso provisório, inclusive identifica tendência de assoreamento em

pequenos corpos hídricos pelo carreamento de solo marginal consolidado. Na ocasião da vistoria, o Ibama solicitou à CHTP intensificar as inspeções e cuidados especiais em pontos de transposição de drenagens naturais, visando eliminar ou minimizar erosão, carreamento de sedimentos e assoreamento nos trechos de drenagem próximos a pontes e outros dispositivos de transposição, de forma que se cumpra os procedimentos e diretrizes de controle ambiental descritos na *Instrução de Controle Ambiental 04 – Controle Ambiental das Atividades de Terraplenagem – Canteiros de Obra, Alojamento e Estradas de Acesso (ICA 04)* contante no PBA aprovado, anexo 1 do PAC.

Com relação às estradas de acesso, o relatório não informa se as condições observadas em campo no início de fevereiro foram sanadas, nem se as ações do ICA 04 estão sendo implementadas e se elas estão sendo eficazes. O Relatório semestral limita-se a tratar dos convênios assinados com a prefeitura de Paranaíta-MT para manutenção dos acessos definitivo e provisório.

Projeto de passagens subterrâneas para a fauna a serem instaladas nas vias de acesso ao empreendimento.

O Projeto aprovado no PBA previa a instalação e monitoramento de 14 passagens de fauna nas vias de acesso definitiva e provisórias do empreendimento.

A CHTP apresentou através da Carta DIR ADM/FIN - nº 183-2011, que o acesso provisório na margem direita do rio Teles Pires não será mais instalado e, desse modo, as passagens subterrâneas para a fauna de números 5 a 11 não terão mais necessidade de instalação. O documento indica a possível necessidade de utilização de um pequeno trecho dessa via para acesso às jazidas localizadas na margem direita. Neste caso, se o trecho for utilizado serão instaladas as passagens de números 5 e 6.

A Carta DIR ADM/FIN - nº 235-2011 propõe a alteração do acesso definitivo da margem esquerda, em atendimento a um proprietário da região que teria suas terras divididas ao meio. Essa alteração resulta na extensão de 29 km do acesso, sendo 17 km de trechos existentes a serem adequados e 12 km de trechos novos a serem implantados. Assim, tornou-se necessário adequar a localização das passagens de fauna planejadas nesta via de acesso (1 a 4) e incluir mais dois pontos de passagens (15 e 16).

Na ocasião da vistoria do Ibama na área de implantação da UHE Teles Pires, em 2 de fevereiro de 2012, a CHTP solicitou a adequação das passagens de fauna silvestre nº 12, 13 e 14. O documento (fls 2719 a 2724) foi analisado na Nota Técnica nº 15/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que concluiu pela aprovação dos modelos propostos para adequação das passagens 12, 13 e 14 e solicita que sejam encaminhados os esquemas detalhando os modelos propostos. O documento solicitado foi apresentado através da Carta CHTP - nº 064/2012.

Diante das alterações propostas, conclui-se que: (i) não é necessária a instalação das passagens 7 a 11, visto que o acesso não será utilizado; (ii) as passagens 5 e 6 devem ser instaladas apenas no caso deste trecho da via ser instalado para acesso às jazidas da margem direita; (iii) se aprovada a alteração do traçado da via de acesso definitivo da margem esquerda, devem ser instaladas as passagens 1 a 4, 15 e 16, conforme apresentado na Carta DIR ADM/FIN - nº 235-2011. No caso de não aprovação da alteração, devem ser instaladas apenas as passagens 1 a 4, conforme descrito no Parecer 60/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. (iv) a instalação das passagens 12 a 14 devem ter início imediato, seguindo os modelos propostos para alteração

Solicitações:

- Encaminhar, por meio digital, cópia das licenças das empresas transportadoras e receptoras dos resíduos sólidos e óleos lubrificantes.
- Cumprir o disposto no § 2º Art. 24 da Lei nº 12.305/2010, quando do início da operação do aterro sanitário.

- Esclarecer se houve uso de explosivos no período, em caso positivo, informar o valor da medição de ruído aferida, a fim de caracterizar o controle disposto no procedimento de controle enviado ao IBAMA pela carta CHT 321-2011, e atender o preconizado na *Instrução de Controle Ambiental 01 – Instrução Geral de Controle Ambiental (ICA 01)*, na subseção 1.2 – *Gestão de ruídos*.
- Encaminhar as análises preliminares do efluente tratado pela ETE e atualizar a informação sobre o eventual início de lançamento do mesmo no rio Teles Pires;
- Encaminhar a avaliação preliminar da CHTP/CNO relacionada ao monitoramento da eficiência da medida de contenção por meio de sacos de areia nas bordas das lagoas da ETE, e das consequências estruturais desta medida sobre a estabilidade dos taludes laterais das mesmas.
- Acrescentar as coordenadas geográficas do local de ocorrência das situações de emergência, descritas no Plano de Atendimento a Emergências Ambientais – PAE, a fim de facilitar acompanhamento da distribuição espacial das situações de emergência.
- Informar se as condições dos acessos provisório e definitivo observadas em vistoria de campo pelo IBAMA, descritas no Relatório de Vistoria datado de 09/02/2012, foram sanadas pela CHTP, assim como, se as ações do ICA 04 estão sendo implementadas e se elas estão sendo eficazes.

3. Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto

Programa em atendimento.

O documento “Relatório Semestral de Supressão Vegetal da Área do Canteiro-FEVEREIRO/2012” visa informar o andamento as atividades relacionadas ao P.03 e ao requerimento de ASV, ambos de responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

De acordo com o documento em análise, o processo de supressão de vegetação do canteiro de obras da UHE Teles Pires iniciou-se no dia 04/10/2011, na margem esquerda, e no dia 18/10/2011, na margem direita, após as emissões das licenças e autorizações do IBAMA e a liberação pelo IPHAN. Esse período foi marcado pelo início do período chuvoso na região amazônica e pela paralisação da supressão devido à suspensão, pelo IBAMA, da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 002/2011.

O cronograma do programa previa a execução de 12 atividades nos seis primeiros meses de implantação do empreendimento. Embora o relatório não trate as informações desta forma, para efeito de análise agrupamos de acordo com o cronograma:

Treinamento ambiental dos trabalhadores: consta no relatório informação sobre a realização de treinamentos de procedimentos operacionais com as equipes envolvidas na supressão da vegetação. Anexo ao relatório, acompanham as fichas de registro de treinamento com lista de presença assinada pelos participantes.

Demarcação das áreas de desmatamento: de acordo com a CNO, durante o semestre houve a demarcação das áreas de supressão, a fim de garantir os limites das estruturas a serem implantadas e evitar ultrapassar as áreas definidas pela equipe de arqueologia.

Contratação das empresas executoras do desmatamento: o relatório não menciona a(s) empresa(s) contratada(s) para a execução do desmatamento, embora junte cópias de licenças para porte e uso de motosserras em nome de Terraplanagem Aripuanã Ltda-EPP e Valdir Dias da Silva-ME.

Execução do desmatamento: as áreas de supressão no primeiro semestre foram àquelas necessárias à implantação das estruturas provisórias e definitivas do canteiro de obras, tais como os alojamentos, Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, Central de Gerenciamento de

Resíduos - CGR, Paiol, Atracadouro da Balsa, Ponte, Circuito de Geração e Área do Emboque dos Túncis.

Até o mês de janeiro foram desmatados na margem esquerda 46,46 hectares e 56,98 hectares na margem direita, totalizando 103,44 hectares, o que representa pouco mais de 8,7% da área autorizada pela ASV nº 565/2011.

Resgate de germoplasma: a CNO assegura em seu relatório que todas as atividades de supressão da vegetação foram acompanhadas pelas equipes de resgate de fauna silvestre e resgate de germoplasma. Contudo, estas atividades são tratadas em relatórios específicos.

Elaboração dos laudos de cubagem do material lenhoso útil: não consta informação a cerca da elaboração dos laudos de cubagem ou que tenha havido apresentação perante as superintendências no Pará e Mato Grosso, visando à comercialização do material lenhoso. Entretanto, durante a vistoria realizada no empreendimento no mês de fevereiro, o empreendedor informou à equipe do IBAMA que o início da comercialização ainda não estava definido.

As tabelas 5, 6, 7 e 8 mostram que existiam 837,5 st de lenha e 5.454,79 m³ de toras nos pátios de estocagem da margem direita e 1.349,75 st de lenha e 633,62 m³ de tora na margem esquerda, até o fechamento do relatório.

Destinação do material lenhoso útil: a maior parte do material lenhoso obtido na supressão da vegetação do canteiro permanece nos pátios de estocagem, nas duas margens do rio Teles Pires. Nas estruturas do canteiro de obras foram utilizadas 62,34 m³ de madeira beneficiada obtida do aproveitamento de 212,37 m³ de toras retiradas das áreas de intervenção.

Monitoramento: o relatório não menciona de que forma é feito o monitoramento do programa e nem a equipe envolvida nesta atividade.

Intervenções: devido a necessidade de agilizar a conclusão dos acessos às estruturas prioritárias do empreendimento, houve acúmulo de material da supressão de vegetação estocado de maneira provisória nas margens dos acessos. Os trabalhos acelerados causaram desvios na execução do procedimento de supressão, que motivaram planos de ação para cada um deles. Segundo o relatório, os planos de ação estão sendo executados e retirados os materiais para as áreas de estoque.

Também na área do emboque dos túncis foi necessário definir novos procedimentos para a realização da supressão da vegetação, devido o relevo muito acidentado, com presença de matações e blocos de rochas soltos, apresentando dificuldades e riscos para a realização da atividade conforme proposto no P.03.

Avaliação final das áreas desmatadas: o relatório traz uma avaliação parcial do quantitativo e percentual de áreas desmatadas.

Relatórios mensais: destinados à gestão do empreendedor.

Relatórios de consolidação semestral: de acordo com o P.03, o relatório ora em análise destina-se a atualizar o IBAMA quanto à situação de implantação do Programa, a partir da consolidação das informações dos Relatórios Mensais, em especial a quantificação das áreas desmatadas e do volume de material lenhoso útil produzido com os respectivos Laudos de Cubagem.

Com relação as condicionantes da ASV, informar o local e a forma de armazenamento da serrapilheira e dos resíduos vegetais das áreas desmatadas, e apresentar alternativas de destinação final dos resíduos resultantes da exploração florestal (condicionantes 2.10 e 2.11).

Com relação ao relatório, descrever de que forma é feito o monitoramento do programa pela equipe envolvida nesta atividade.

4. Programa de Contratação e Desmobilização de Mão de Obra Programa em atendimento.

Segundo o Relatório de Acompanhamento Semestral, de fevereiro de 2012, Este programa é composto de dois subprogramas: Contratação de Mão de Obra e Desmobilização de Mão de Obra. Este segundo será iniciado à medida que seja necessária a desmobilização dos trabalhadores.

A meta de contratação de mão de obra local é de 45% de empregos diretos para a população dos municípios da AII. Os trabalhadores que visão de fora serão alojados no canteiro de obras e receberão recursos para retornar a suas cidades de origem ao final do período de trabalho.

A previsão é de 7.073 contratados no pico de construção, destes 3.890 virão de fora da AII.

O consórcio previa início de trabalho de recepção dos trabalhadores que chegassem às cidades de Alta Floresta e Paranaíta com o objetivo de reduzir os possíveis transtornos que podem ser causados. Para tanto, segundo o relatório, foi elaborado o “Plano de Ação para Atendimento ao Migrante”: este plano prevê:

- Estabelecimento de diálogo com a população migrante;
- Recepção e cadastramento da população migrante;
- Encaminhamento do trabalhador para o RH do Consórcio Construtor;
- Disponibilização de pernoites (albergue/hotel);
- Transporte para o local de residência fixa da pessoa não aproveitada como colaboradora;
- Banco de dados com as ações realizadas para cada trabalhador cadastrado;
- Divulgação das vagas disponíveis pela mídia local;
- Encaminhamento de ex-trabalhadores, residentes na AID ou AII, para o Programa de Reinserção e Fomento das Atividades Locais.

Este plano está previsto para ser iniciado no 7º mês antes da desmobilização da obra.

Segundo o relatório, será estruturado um espaço para atendimento à população migrante: Centro de Apoio ao Migrante - CAM. Este centro teria duas unidades, uma em Alta floresta e outra em Paranaíta.

O empreendedor deve informar ao Ibama sobre o andamento da implantação dos CAMs.

A Odebrecht, empresa que participa do CHTP, Criou em 2008 o Programa Acreditar. Este programa se destina à formação profissional na região de inserção dos empreendimentos em que é implantado. Os alunos passam por um módulo básico em que terão aulas sobre: saúde, meio ambiente, qualidade, segurança do trabalho e psicologia do trabalho. A duração é de 40h/aula. Em seguida é aplicado o módulo técnico que pode ser de: armador, carpinteiro, pedreiro, soldador, eletricista, motorista de caminhão basculante e operador de equipamentos. A carga horária varia de 80 a 200h/aula, de acordo com a especialização escolhida. O módulo básico qualifica para a função de ajudante de obras.

A procura por vagas nos cursos está aquém das expectativas iniciais e obrigou a uma revisão das metas e a desobrigação do módulo básico para trabalhadores com experiência. Inicialmente esperava-se que 6000 pessoas passassem pelo módulo básico e 970 pelos módulos técnicos, agora estes números mudaram para 3000 e 1540 respectivamente.

Consta no relatório que entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012 4268 pessoas do Mato Grosso e do Pará se inscreveram. Dentre os que efetivamente fizeram o curso 2134 foram aprovados no módulo básico (71% da meta) e 723 foram aprovados no módulo técnico (47%).

Frisa-se que a formação não estabelece vínculo empregatício. Dos formados pelo curso foram contratadas 393 pessoas.

A formação previa, de acordo com as informações prestadas pelo CHTP, um programa de incentivo à alfabetização, para ser implantado caso se constatasse grande número de analfabetos entre os inscritos. Como o número foi de apenas 17 o programa não foi adiante. As pessoas foram encaminhadas para a Secretaria de Educação do Município de Paranaita para se inscreverem no curso de Educação de Jovens e Adultos.

5. Programa de Monitoramento de Sismicidade
Programa em atraso.

Destaca-se que, para atingir seus objetivos, o monitoramento sismológico depende de um período de monitoramento relativamente extenso de medições anterior ao enchimento do reservatório, o qual objetiva o reconhecimento da atividade sísmica natural do local para posterior comparação com o nível de atividade sísmica obtida durante e após o enchimento do reservatório. Neste contexto, o programa também se destina a registrar os sismos gerados nas detonações que serão executadas na escavação da base da barragem e outras estruturas, e diferenciá-los dos sismos naturais que eventualmente ocorram antes da formação do reservatório.

Desta forma, o atraso no início do monitoramento da sismicidade pode gerar prejuízos a caracterização da atividade sísmica natural.

Solicitação:

- Cumprir de maneira rigorosa o cronograma atual encaminhado pelo 1º Relatório Semestral.

6. Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras
Este programa será analisado após a realização do workshop sobre a ictiofauna.

7. Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos
Programa em atraso.

As ações a serem realizadas pelo programa estão em atraso em relação ao cronograma aprovado no âmbito do PBA.

8. Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias
Programa em atraso.

As ações a serem realizadas pelo programa estão em atraso em relação ao cronograma aprovado no âmbito do PBA.

9. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
Programa em atraso.

O relatório afirma que o início das atividades do programa ocorreriam em março/2012.

Solicitação:

- Informar se o cronograma apresentado no relatório está sendo cumprido e quais as atividades já realizadas.

10. Programa de Monitoramento Climatológico
Programa em atraso.

Este programa de monitoramento, além de acompanhar e monitorar a evolução dos parâmetros meteorológicos na região do entorno do reservatório da UHE Teles Pires, também

possibilitará a obtenção de dados mais precisos de parâmetros meteorológicos importantes para alimentar o modelo de qualidade de água, objeto da condicionante específica 2.7 da Licença Prévia – LP nº 386/2010, a ser apresentado ao IBAMA antes do enchimento do reservatório.

Solicitação:

- Cumprir de maneira rigorosa o cronograma atual encaminhado pelo 1º Relatório Semestral.

11. Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico

Programa em Atraso.

Ressalta-se que o empreendedor cumpriu a exigência 1.15 do Ofício nº 830/2011/DILIC/IBAMA da Licença de Instalação - LI nº 818/2011, por meio da CARTA CHTP nº 342-2011 e anexo “Termo de Referência – Especificação Técnica para Licitação da Compra dos Equipamentos de Aquisição do Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico”.

12. Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade de Água

Programa em atraso.

O relatório afirma que o início das atividades do programa ocorreriam em março/2012.

Solicitação:

- Informar se o cronograma apresentado no relatório está sendo cumprido e quais as atividades já realizadas.

13. Programa de Investigação de Contaminação de Solo por Mercúrio nas Áreas dos Futuros Segmentos Laterais do Reservatório.

Programa em atraso.

As ações a serem realizadas pelo programa estão em atraso em relação ao cronograma aprovado no âmbito do PBA.

14. Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas

Programa em atendimento.

O relatório apresentado descreve as atividades executadas pelo programa no canteiro de obras e áreas de apoio da UHE Teles Pires, no período de 6 de setembro de 2011 a 6 de fevereiro de 2012, incluindo a prospecção das áreas a serem suprimidas realizadas antes do início da supressão. A equipe de resgate é composta por 30 membros, sendo 25 desenvolvendo atividades de resgate em campo e quatro no herbário.

De acordo com o relatório, o resgate foi realizado junto às frentes de trabalho das equipes de supressão vegetal. Na margem esquerda, acompanhou as áreas dos acessos, Paiol, ETE, ETA, ponte, áreas de estocagem, botaforas, aterro de resíduos sólidos e desemboque. Na margem direita, o resgate acompanhou os trabalhos de implantação dos acessos, ponte, áreas de estocagem, botaforas, estruturas de apoio, casa de força e áreas de emboque e desemboque.

Pela metodologia descrita, a equipe de resgate acompanha as frentes de supressão, coletando material fértil para as coleções, sementes para o banco de germoplasma e epífitas para a realocação nas APP's ou realizam coletas aleatórias no canteiro e nas estradas de acesso. As áreas são liberadas para supressão somente após o término do trabalho de resgate.

Fis. 2898
Proc. 6733/08
Data: _____

A triagem do material botânico resgatado é realizado no Centro de Resgate e Triagem de Flora, onde foram instalados equipamentos necessários armazenamento e ao desenvolvimento das atividades ligadas ao resgate. No CRTF o material passa por uma triagem e registro dos dados e aspectos morfológicos em caderno de campo e fotografia digital, etiquetado, herborizado (Coleções), beneficiado e processado (Sementes) ou encaminhado para realocação (Epífitas).

Os exemplares de epífitas resgatados são registrados e realocados nas áreas de APP situadas na margem esquerda, no município de Paranaíta (MT) e na margem direita, no município de Jacareacanga (PA). Conforme os dados apresentados, nas duas áreas já foram realocados 43.422 exemplares de epífitas. Os espécimes resgatados em cada margem, são realocados no município de origem. Até o fechamento do relatório, tinham sido resgatados 45.158 exemplares, correspondendo a 171 espécies, 77 gêneros e oito famílias.

Para a formação do banco de germoplasma das espécies-alvo foi inicialmente realizada varredura nas áreas para seleção e mapeamento de matrizes para posterior coleta dos frutos e sementes. Após o início da supressão vegetal o resgate de semente ocorreu diretamente das árvores tombadas. Sempre que possível, são coletadas sementes de pelo menos 12 indivíduos diferentes na mesma população ou em população distinta. Todo o germoplasma resgatado é encaminhado ao viveiro de mudas provisório para triagem, beneficiamento e armazenamento. As espécies coletadas têm o registro fotográfico tomado e inserido no banco de dados digital.

Dados do relatório informam que foram resgatadas no período 1009 amostras, distribuídas em 104 famílias, 352 gêneros e 693 espécies, sendo que 541 (78,06%) foram identificadas em nível específico, 123 (17,74%) em nível de gênero, 22 (3,17%) em nível de família. Sete (1,01%) permanecem indeterminadas em nível de família. Das 693 espécies resgatadas, 541 foram identificadas em nível específico e 128 são consideradas espécies-alvo. No total, 413 espécies e 38 famílias não constavam nas listas apresentadas no PBA.

Com relação as sementes, foram coletadas 438 amostras, representantes de 50 famílias e 147 espécies sendo que 97 estão identificadas em nível específico, 47 em nível de gênero e três em nível de família.

O material herborizado coletado é encaminhado para o Herbário da Amazônia Meridional – HERBAM, da UNEMAT Alta Floresta, para a determinação taxonômica, incorporação ao acervo da Instituição e direcionamento dos exemplares adicionais. Desde o início do resgate já foram depositados no HERBAM 1009 espécimes, incluídos em 693 espécies, onde 541 estão identificadas em nível específico, ou seja, 78,06% do total, 123 em nível genérico, 22 em nível de família e sete ainda permanecem indeterminadas.

O relatório apresenta as listas das espécies coletadas e mapas identificando os pontos de coleta de coleção e de resgate de epífitas e de sementes.

Nossa avaliação é de que o relatório foi muito bem apresentado, as informações prestadas são detalhadas e relevantes, e as atividades até aqui desenvolvidas seguem a metodologia prevista no PBA, apesar do curto período de execução.

A CHTP informa em seu Relatório de Acompanhamento Semestral que atualmente está em negociações com a Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT, para a definição da parceria que visa a restauração e o início do funcionamento do Viveiro de Mudas, localizado no Projeto de Assentamento São Pedro – INCRA, que irá fazer a utilização das mudas produzidas até o terceiro ano de instalação do empreendimento.

15. Programa de Monitoramento da Flora Programa de acordo com o cronograma.

O Programa tem previsão de implementação no primeiro mês após o enchimento do reservatório.

[Handwritten signatures and initials]

16. Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna Programa em atendimento.

Relatório semestral

O relatório compreende o período de atividades entre o início do resgate, em 06 de setembro de 2011, até 06 de fevereiro de 2012.

Segundo o relatório, as equipes de resgate de fauna realizam uma varredura na área que será suprimida e realizam duas atividades: pré afugentamento através de sonorização (gritos e apitos) e procura ativa por ninhos de aves e possíveis abrigos para animais. Após a supressão as equipes realizam busca ativa de animais ainda presentes nessas áreas.

Os animais resgatados são fotografados e tem as coordenadas do ponto de captura registradas. Posteriormente, os animais são encaminhados aos CTPFS e são avaliados clinicamente. Todos os animais resgatados tiveram a biometria tomada, exceto os espécimes encontrados mortos com alguma mutilação.

Os anfíbios anuros, lagartos e serpentes foram marcados com TAGs fluorescentes especiais injetados na região subcutânea. Os mamíferos foram marcados com brincos numerados e as aves receberam anilhas coloridas.

O relatório informa que os espécimes com dúvida na identificação ou os primeiros indivíduos capturados de cada espécie foram coletados para identificação e formação de material testemunho. É informado que os animais coletados estão sendo encaminhados para a coleção de zoologia da UNEMAT Alta Floresta.

Foram resgatados 1386 espécimes no período, sendo: 733 répteis (534 lagartos, 112 serpentes, 80 anfisbenas, 6 quelônios, 1 crocodiliano e 534 anuros), 14 aves e 105 mamíferos (39 quirópteros e 66 mamíferos não voadores).

Do total de animais resgatados, 968 espécimes foram soltos, 250 foram encaminhados para coleção científica, 165 foram encontrados mortos e sem condições de incorporação à coleção científica e 3 encontravam-se em observação no CTPFS na data de emissão do relatório. Destaca-se, que dos 250 animais encaminhados à coleção científica, o relatório informa que 101 já encontravam-se mortos quando foram destinados, os outros 149 foram sacrificados para incorporação à coleção. Ressalta-se que a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 002/2011 não permite o sacrifício de animais resgatados para destinação à coleção científica. Recomenda-se que o empreendedor seja informado da não autorização desta prática em animais resgatados nas áreas de supressão da vegetação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis

A Carta de recebimento da Instituição depositária contendo a quantidade dos animais recebidos de cada espécie e a marcação individual e permanente utilizada em cada espécime não foi encaminhada. O documento deve ser apresentado em no máximo 30 dias, com pelo menos o número de espécimes por espécie recebidos pela instituição, no caso do tombamento não ter sido realizado até o momento. Todos os relatórios semestrais devem ser acompanhados da Declaração da Instituição depositária com estas informações.

Verificou-se que quatro técnicos que assinam o Relatório não estão nomeados na Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico. Esclarece-se que todos os profissionais da equipe técnica que realiza as atividades do Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna devem constar a Autorização. Os documentos (Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF) dos profissionais Aline Batista Lins, Thamy de Almeida Moreira, Carolina Gomes Camargo e Priscila de Oliveira Bressane Lima devem ser encaminhados em 30 dias. Ressalta-se que a inclusão de novos profissionais deve ser solicitada previamente e a solicitação deve incluir os documentos referidos.

2899
6711108
Rosa

Levantamento das áreas de soltura

O Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna prevê o estudo e a identificação das áreas de soltura da fauna resgatada durante as atividades de desmatamento e implantação das estruturas do canteiro e do reservatório.

A condicionante 2.15 da Licença de Instalação 818/2011 determina a apresentação, no prazo de 180 dias, das áreas selecionadas para a soltura dos animais resgatados na etapa de supressão vegetal para implantação do reservatório da UHE Teles Pires, incluindo a caracterização fitofisionômica das áreas, capacidade de suporte e mapas detalhados das áreas.

A CHTP protocolou em 20 de março de 2012, a Carta CHTP – nº 065/2012, que apresenta o Plano de trabalho do levantamento e definição dos pontos de soltura da fauna resgatada na etapa de supressão vegetal para a implantação do reservatório da UHE Teles Pires e solicita a prorrogação em 90 dias do prazo para a entrega do relatório final.

O documento apresenta as variáveis consideradas para a determinação das áreas de soltura, quais sejam: espécies que tem ampla distribuição são menos susceptíveis à extinção; manchas grandes suportam populações grandes e por mais tempo; habitats contínuos viabilizam populações por longos períodos; manchas próximas permitem dispersão e aumentam a viabilidade das populações; manchas conectadas por corredores conferem melhor dispersão; manchas de habitats com mínima ou interferência humana são melhores; populações que flutuam naturalmente são mais vulneráveis que populações estáveis (raras). Foram desconsideradas das análises as áreas com as características: áreas próximas a adensamentos humanos; fragmentos menores que 0,4 km²; áreas cortadas por rodovias; sede de municípios; canteiro de obras.

Com base nesses critérios e em características como estradas para acesso às áreas de soltura, fragmentos florestais conservados, presença ou ausência de água e suposição de formação fisionômica distintas entre as áreas supostas pela localização do fragmento, o relatório informa que foram pré selecionadas sete áreas de soltura. São três áreas na margem direita e quatro áreas na margem esquerda, com tamanhos entre 3706 ha e 5156 ha. Estas áreas serão visitadas em campo, com realização de levantamentos faunísticos e identificação das fitofisionomias de cada área.

O levantamento de fauna será feito por avistamento, em 1 (um) dia de campo, de acordo com as seguintes metodologias:

- Herpetofauna: Procura visual; Procura auditiva, Procura em sítios reprodutivos; amostragens de carro. Os levantamentos serão realizados nos períodos diurno e noturno.
- Avifauna: Ponto fixo e observações assistemáticas.
- Mastofauna: Transecções; Busca ativa por vestígios; armadilhas de pegadas; armadilhas fotográficas.

Ressalta-se que a metodologia apresentada não prevê captura e coleta de nenhum grupo de fauna. Esta atividade não é autorizada para esta área de estudo.

O levantamento das fitofisionomias será feito através do método de caminhamento (*transect*), com registro das características da área e das espécies encontradas. A identificação das espécies será feita in loco e as dúvidas serão sanadas com consulta bibliográfica.

O levantamento fitossociológico foi realizado em parcelas de 4,0 m x 50 m, totalizando uma área amostral de 200 m² por parcela. Foram medidos a altura e a circunferência, a 1,60 cm do chão, de todos os indivíduos com circunferência na altura do peito maior que 5 cm. A partir desse dados serão calculados os parâmetros fitossociológicos: densidade absoluta e relativa, frequência absoluta e relativa, dominância absoluta e relativa, índice de valor de importância e de cobertura e índice de diversidade de Shannon & Weaner.

O cronograma apresentado prevê 12 dias de atividades de campo, entre 16/03 e 04/04, e indica o prazo de 90 dias para conclusão das avaliações e apresentação do relatório final com a indicação e caracterização das áreas de soltura selecionadas.

[Handwritten signatures and initials]

Recomenda-se que seja concedida a prorrogação de prazo solicitada, sendo que a indicação das áreas deve ser apresentada até 20 de junho de 2012.

17. Programa de Monitoramento de Entomofauna Bioindicadora

18. Programa de Monitoramento da Malacofauna de Interesse Médico

Programas em atraso.

19. Programa de Monitoramento da Herpetofauna

Programa em atraso.

O monitoramento ainda não teve início, entretanto, o reconhecimento dos bancos de areia na área da UHE Teles Pires, conforme solicitado no item 1.3. a) do Ofício 830/2011/DILIC/IBAMA, já foi iniciado.

Levantamento dos bancos de areia

A análise do Programa de Monitoramento da Herpetofauna recomendou que as atividades de “Contagem de bancos de areais na área do projeto e busca de répteis semi-aquáticos nestes locais” fossem realizadas até meados de novembro de 2011, de forma a ocorrerem antes do período de cheia do rio.

O Relatório Semestral do Programa apresentou o relatório das atividades de reconhecimento das ilhas e praias com potencial de desova de tracajás no trecho a ser represado pela UHE Teles Pires.

As atividades foram desenvolvidas no período de 17 a 23 de dezembro de 2011 e o levantamento foi realizado em um trecho de 60 km no rio Teles Pires, com início em um ponto localizado 8 km a jusante do barramento e final na balsa da Quinta. Moradores locais e barqueiros foram consultados para informar as praias conhecidas nas margens do rio Teles Pires e para indicação de locais de desovas conhecidos.

Segundo as informações dos pescadores e ribeirinhos da região, a maior concentração de áreas de desova se dá a jusante do eixo da UHE Teles Pires, abaixo da cachoeira Sete Quedas. Existem também relatos de desovas em áreas de garimpo.

O estudo identificou 17 bancos de areia a jusante do represamento, sendo 12 localizados nas margens do rio e 5 em ilhas, e 23 bancos de areia na área do reservatório, sendo 13 nas margens do rio e 10 em ilhas. Entretanto, o estudo foi realizado no início do período chuvoso e os bancos de areia estavam parcialmente ou totalmente submersos. As áreas de garimpo também não foram verificadas pois encontravam-se submersas.

O relatório indica que será realizado o reconhecimento de todos os bancos de areia com possibilidade de desova de tracajás no próximo período reprodutivo, junto com as campanhas de monitoramento pré enchimento.

Neste momento, a não identificação de todos os bancos de areia com ocorrência de desovas não compromete o desenvolvimento das ações do Programa. Entretanto, é importante que este levantamento seja realizado já no próximo período de reprodução de *Podocnemis unifilis*, conforme indicado no relatório de acompanhamento semestral, para que se possa conhecer as áreas de desova e orientar os programas para conservação desta espécie na região.

20. Programa de Monitoramento da Avifauna

21. Programa de Monitoramento de Quirópteros

22. Programa de Monitoramento de Primatas

23. Programa de Monitoramento de Mamíferos Terrestres

24. Programa de Monitoramento de Mamíferos Semi-Aquáticos

Programas em atraso.

Os Programas de Monitoramento da Fauna (P. 17 a P. 24) estavam previstos para terem início em fevereiro de 2012. O relatório indica que os programas estão em fase de assinatura de contrato e solicitação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material

Fls. 29.02.
Fls. 631103
início das

Biológico para o desenvolvimento dos Programas de Monitoramento e indica o atividades para o mês de abril. O cronograma apresentado deve ser rigorosamente cumprido, de forma a não comprometer os dados do monitoramento.

- 25. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
- 26. Programa de Investigação Genética de Ictiofauna
- 27. Programa de Repovoamento de Ictiofauna Nativa a Jusante
- 28. Programa de Transposição de Ictiofauna

Estes programas serão analisados após a realização do workshop sobre a ictiofauna.

- 29. Programa de Controle de Prevenção de Doenças
- 30. Plano de Ação e Controle da Malária

Programas em atendimento.

Foi entregue material acordado com os municípios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta (microscópios, microcomputadores, impressoras, geladeiras, etc.). Resta entregar alguns itens referentes aos acordos firmados sem prazo definido para entrega.

Foi protocolado na Vigilância Sanitária – VISA – os projetos de construção do laboratório de malária e depósito de insumos que será sediado em Alta Floresta. A empresa está no aguardo dos pareceres de Paranaíta e Alta Floresta. No caso de Jacareacanga este processo se encontra em fase de tomada de preços, visto que o projeto já foi aprovado.

O CIITP afirma estar em tratativas com a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI – o termo de pactuação estaria sendo analisado pelo jurídico da Secretaria. Os materiais e equipamentos já teriam sido adquiridos e aguardam assinatura do termo para serem entregues.

Em 2011 foram registrados 5 casos de malária sendo 2 antes da chegada do empreendimento. Segundo o relatório os 3 casos restantes são de pessoas que estiveram em áreas de ocorrência e provavelmente foram infectadas nestas localidades. Foi realizado diagnóstico conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

O Relatório informa terem ocorrido outras ações: Campanha contra DSTs no Fest Praia; Mutirão de combate à dengue; campanha contra violência e exploração sexual de crianças e adolescentes e; Semana do bebê.

Nos municípios de Paranaíta e Alta Floresta não foram registrados casos de violência ou exploração sexual de adultos e adolescentes no período de cobertura do relatório aqui analisado.

No canteiro de obras o CHTP afirma ter realizado as seguintes ações: oficinas e palestras sobre qualidade de vida e vida saudável; campanha do dia mundial do diabetes; treinamento de primeiros socorros e; campanha de prevenção de HIV/AIDS.

Especificamente sobre a malária, o CHTP informa que a Construtora Norberto Odebrecht – CNO - firmou parceria com laboratórios particulares em Paranaíta para realização de exames admissionais. Estes exames não se restringem a diagnosticar apenas malária, mas também doença de chagas, hepatite B e tuberculose. Também é exigido regularização do cartão de vacinas, com ênfase na febre amarela.

Segundo o relatório, o material para os exames de gota espessa estão sendo encaminhados para análise em Paranaíta em caráter provisório, até que o ambulatório definitivo do canteiro de obras esteja pronto. A previsão era de término da construção até o primeiro trimestre de 2012, logo posterior ao fechamento do relatório.

Os funcionários são estimulados a usar repelente e camisas de malha fria e manga longa. Também consta no relatório e pode ser observado na última vistoria que os alojamentos provisórios são vedados adequadamente como barreira para os mosquitos.

Houve campanha para remoção de possíveis criadouros de dengue e malária na área urbana. O resultado foi a captura de 475 anofelinos em 12 horas. Foi realizado curso de

[Handwritten signatures and initials]

Atualização na Pesquisa do Plasmódio da Malária e Trypanossoma Cruzi na gota Espessa.

O Relatório informa que as ações previstas que se encontram em atraso, estão neste estágio por questões burocráticas.

31. Programa de Preservação do Patrimônio Cultural e Histórico e Arqueológico
Programa em atendimento.

De acordo com o Relatório Semestral foram resgatados 4 sítios arqueológicos: Estrada, Taboca, Teles Pires 9 e Denis III. As ações estão concentradas no canteiro de obras com monitoramento das áreas e sítios arqueológicos. Estariam também sendo iniciadas as atividades de patrimônio histórico e cultural, incluindo a etapa de saberes e conhecimentos prevista para início de 2012. Até o fechamento deste relatório ainda não haviam sido iniciadas as oficinas culturais com a comunidade indígena.

32. Programa de Investigação, Monitoramento e Salvamento do Patrimônio Fossilífero
Programa em atendimento.

O Programa é dividido em duas etapas, sendo a primeira etapa de Educação patrimonial e a segunda etapa de Intervenção de Coleta Paleontológica.

De acordo com o relatório, durante o desenvolvimento das atividades de liberação do canteiro e acesso, entre setembro e dezembro de 2011, a equipe de arqueólogos responsáveis pelas atividades de prospecção, resgate e monitoramento arqueológico não identificou nenhuma ocorrência fossilífera.

A etapa de Educação Patrimonial iniciará em março de 2012, com palestras, cursos e oficinas para a comunidade, além da intensificação das atividades de monitoramento devido ao início dos serviços de escavação e terraplenagem. Simultaneamente terão início as investigações na área do reservatório e outras áreas associadas ao empreendimento.

O relatório informa que o novo Projeto Científico do programa será encaminhado ao DNPM com as adequações e novo plano de ação e cronograma de implementação.

33. Programa de Implantação da Área de Preservação Permanente do Reservatório – APP
Programa de acordo com o cronograma.

O relatório de acompanhamento semestral informa que os cadastros físicos das propriedades serão iniciados em março de 2012, de acordo com o cronograma do PBA aprovado, e indicarão a situação de regularidade das propriedades. Com esses dados, serão indicadas as áreas de maior relevância para configuração da APP. O início da atividade de inspeção e caracterização das áreas identificadas para proposição da APP está previsto para o mês de julho de 2012.

34. Programa de Recomposição Florestal
Programa ainda não iniciado.

35. Programa de Compensação Ambiental – Unidade de Conservação
Programa em atraso

De acordo com o PBA aprovado o programa está em atraso. As atividades de interface entre o empreendedor, IBAMA, ICMBIO e CFCA, as ações de levantamento prévio com objetivo de nortear as próximas fases de desenvolvimento do Programa e as atividades envolvendo as comunidades próximas no processo de criação da unidade de conservação através de reuniões e oficinas já deveriam ter sido iniciadas.

O relatório de acompanhamento semestral informa que as discussões sobre as alternativas expostas no programa para a aplicação dos recursos da compensação ambiental serão iniciadas até o segundo semestre de 2012, entretanto, não é apresentado um novo cronograma. Solicita-se que seja apresentada a proposta de novo cronograma de desenvolvimento das atividades previstas para este Programa.

36. Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais
Programa em atendimento.

Para a avaliação deste programa serão analisados dois documentos: *Plano de Trabalho (Formulação de Indicadores)* e o *Relatório Semestral de Atividades*.

Sobre o Plano de Trabalho, a equipe técnica está de acordo com os indicadores estabelecidos para monitoramento do impacto da atração populacional sobre a região.

O relatório semestral, com data de fechamento em março de 2012, é dividido em duas partes de atividades: Atividades realizadas no subprograma de compensação financeira e; atividades realizadas no subprograma de monitoramento socioeconômico. Isto porque ainda não é o momento de implantar o terceiro subprograma que seria o de Compensação Financeira Complementar.

Subprograma de Compensação Financeira

O relatório traz um histórico das ações realizadas por este subprograma. Os termos de compromisso com os municípios de Paranaíta, Alta Floresta foram firmados em 11/06/2011 e o de Jacareacanga em 14/07/2011.

O Grupo de Trabalho fora instituído em 24/08/2011, em reunião realizada na prefeitura de Paranaíta. Fazem parte deste grupo representantes de Paranaíta, Alta Floresta, Ministério Público e CHTP.

Foram feitas várias reuniões em separado com cada município para definir as áreas que necessitavam de investimentos imediatos.

A Empresa providenciou os projetos para construções, ampliações ou reformas das edificações sociais indicadas pelas municipalidades e ter entregue ou estar prestes a entregar carros, maquinários e outros itens móveis previstos.

Realizou-se, em 31/01/2012, audiência pública no município de Paranaíta para prestação de contas das ações do programa em questão.

Subprograma de Monitoramento Socioeconômico

Assim como para o subprograma analisado acima, o relatório trouxe um histórico. É óbvio que a linha do tempo com os principais fatos é importante para o acompanhamento deste Instituto. Mas, no caso deste subprograma, o principal são as análises decorrentes dos dados obtidos pelo monitoramento.

Os dados vieram apresentados nos anexos de forma bruta, alguns com análise dos resultados e outros não. Todos os dados devem obrigatoriamente vir analisados. Uma sugestão para os próximos relatórios seria transferir os gráficos e os resultados processados para a parte de relatório e deixar os dados brutos como anexo. O formato em que está apresentado torna mais complicada e, por conseguinte, demorada a análise da equipe.

Sugere-se que a empresa seja oficiada a reapresentar os dados do monitoramento analisados e compilados em um só documento. Para o próximo relatório semestral deve-se proceder a comparação entre os dados coletados para este relatório de março de 2012 e os que serão gerados até o fechamento.

37. Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais
Programa em atraso.

O programa deveria ter finalizado as atividades de Diagnóstico da situação local, estabelecimento de parcerias e seminário de desenvolvimento de fornecedores. Deveria estar executando a os seminários de oportunidades de negócio, desenvolvimento do plano de de oportunidades de investimento e cursos de empreendedorismo. Conforme o novo cronograma constante do Relatório de acompanhamento semestral de fevereiro de 2012, estaria na fase de Diagnóstico da situação local, estabelecimento de parcerias e as demais atividades ainda não estariam iniciadas. O Empreendedor deve prestar informações atualizadas acerca do andamento deste programa e se comprometer com o cumprimento do cronograma ora apresentado.

[Handwritten signatures and initials]

38. Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo

Programa em atraso

O programa deveria ter finalizado a atividade de Diagnóstico da futura borda do reservatório e entorno e estar executando a fase de sensibilização da população atingida. Conforme o novo cronograma constante do Relatório de acompanhamento semestral de fevereiro de 2012, estaria na fase de diagnóstico e a de sensibilização seria iniciada somente em julho. O Empreendedor deve prestar informações atualizadas acerca do andamento deste programa e se comprometer com o cumprimento do cronograma ora apresentado.

39. Plano de Desenvolvimento dos Territórios da Área de Influência

Programa em atraso

O programa deveria ter finalizado as atividades de: contatos e articulações com governo municipal e outras partes, levantamento de entidades representativas, definição de atribuições e apresentação de documento consolidado com diretrizes e projetos. Deveria estar executando as atividades de formalização de estrutura Institucional, reuniões periódicas e divulgação das reuniões e suas decisões. Conforme o novo cronograma constante do Relatório de acompanhamento semestral de fevereiro de 2012, embora com grande atraso algumas das atividades citadas foram iniciadas. O Empreendedor deve prestar informações atualizadas acerca do andamento deste programa e se comprometer com o cumprimento do cronograma ora apresentado.

40. Programa de Compensação pela Perda e Deslocamento Compulsório de População

Programa em andamento.

Este programa compreende um grande número de ações que extrapolam a relocação de moradias e propriedades, sendo elas: organizar o processo de aquisição de terras e indenização de benfeitorias; compensar donos de balsa, mergulhadores e outros empregados do garimpo de baixão; garantir reposição de moradia para as famílias ribeirinhas em situação de vulnerabilidade; minimizar passivo social decorrente de desaparecimento de empregos no setor do turismo; compensar perda de atrativos turísticos e; compensar pescadores.

A realização de Cadastro Socioeconômico (CSE) bem feito é fundamental para o bom andamento deste programa. Para tanto, em janeiro de 2011 foi contratada empresa para fazer o cadastramento. O Relatório trouxe a tabela apresentada abaixo que contém os dados presentes no EIA e a atualização destes dados depois da realização do CSE.

Estabelecimentos Cadastrados na AID do Empreendimento		
Tipologia	EIA	Cadastro Socioeconômico 2011
Agropecuários	109	113
Sítios e fazendas	86	84
Incra	23	30
Turismo e Lazer	12	13
Ilha com uso particular	7	7
Ilha sem uso particular	1	1
Pousada flutuante	4	5
Transporte fluvial	1	1
Balsa do Cajueiro	1	1
Garimpo fluvial de ouro	15	2
Balsas de garimpo	15	2
Outros	0	1

Associação de pescadores Esportivos de Paranaíta - EPEP	0	1
Total de Empreendimento	137	131

Fila	2992
Nome	671108
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

Fonte: P.40 Programa de compensação pela perda de terras e deslocamento compulsório de população. Relatório Semestral - Período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

O Relatório afirma que iniciará em breve a revisão do cadastro socioeconômico. Solicita-se informações sobre o andamento do recadastramento, bem como seu envio tão logo esteja finalizado.

Sobre o caderno de preços a empresa informou que este está pronto e em atendimento à condicionante 2.17 da LI nº818/2011, está disponível para consulta pública no Escritório da CHTP em Paranaíta.

Até a ocasião de fechamento do relatório aqui analisado apenas duas propriedades necessárias para a formação do canteiro de obras haviam sido adquiridas. Sendo uma no município de Paranaíta, margem esquerda, e outra no de Jacareacanga, margem direita.

A empresa declara ter tido problemas com discordância de valores em uma das propriedades e falta de documentação adequada na segunda. Para tanto, teria usado a DUP para propositura de ações de desapropriação, que culminaram com a imissão de posse de ambas as propriedades.

O Ibama entende que deva se lançar mão de tais artifícios para consecução de todas as propriedades necessárias à implantação do empreendimento e, pelo disposto no relatório, esta foi a única alternativa para liberação das áreas em questão. Entretanto, é importante ponderar que um dos indicativos de sucesso de um programa de indenização e remanejamento, é a quantidade de negociações que se dão de forma amigável. Como foram adquiridas apenas 2 propriedades, isso não chega a ser um problema, mas deve ser observado como critério para negociações futuras.

O CHTP instalou em Paranaíta um escritório de atendimento ao público, onde está centralizada a gerência de Meio Ambiente, Coordenadoria Fundiária com Assessoria Jurídica e a Coordenadoria Socioeconômica. O documento em análise menciona que a empresa "conta ainda com o apoio de empresas específicas" sem especificar que empresas seriam estas e qual o papel desempenhado por elas. Solicita-se que sejam encaminhados esclarecimentos sobre a atuação das referidas empresas.

Para o atendimento ao público no sentido de promover as tratativas para negociação amigável das áreas e elucidação de dúvidas, o relatório traz os seguintes dados: foram efetuados 75 contatos telefônicos e enviadas 54 cartas aos proprietários. Não houve respostas escritas, mas semanalmente o CHTP recebe visitas dos proprietários em busca de esclarecimentos ou entrega de documentos. Foram obtidas, pelo CHTP, 65 autorizações de servidão de passagem e trânsito para que seja dado correto andamento aos programas ambientais. Alguns proprietários são donos de mais de uma área atingida.

Além das informações já citadas acima o relatório também diz que: foram realizadas algumas reuniões com o público alvo do programa P.40; firmou-se um acordo com a prefeitura de Paranaíta para manutenção da estrada das Sete Quedas – acesso provisório ao canteiro de obras e; foi elaborada e aprovada metodologia para processo de cadastro físico e avaliação das propriedades afetadas pelo reservatório do AHE Teles Pires.

41. Programa de Interação e Comunicação Social Programa em atendimento.

As informações constantes no relatório semestral abarcam o período de 06 de setembro de 2011 a 06 de fevereiro de 2012.

Como algumas atividades desenvolvidas estariam a produção e distribuição de 5 informativos da UIE Teles Pires (publicação bimestral); programas de rádio em uma AM e

uma FM às 06h30; criação e manutenção do site da usina; cadastro de stakeholders com representantes das instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidades; cartazes de comunicado, sobretudo acerca das detonações; reforço nos avisos de detonações por spots de rádio.

Especificamente sobre o trabalho de comunicação com o público interno – trabalhadores da construtora e subcontratadas, relataram que os colaboradores realizam atividades para informar sobre saúde pública e ocupacional, preservação e educação ambiental, patrimônio histórico, cultural, paleontológico e respeito a comunidades tradicionais e indígenas. Também é feito trabalho de divulgação por meio de folders e cartazes.

Este departamento é responsável por divulgar à população o Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar esclarecendo os pré-requisitos para inclusão.

Sobre a central de Atendimento à População das áreas de influência direta e indireta do AHE Teles Pires, existe um 0800 que recebeu 98 ligações, sendo que somente 21 deixaram recado. Destes, todas as dúvidas eram acerca de informações sobre envio de currículo, vagas de emprego e recursos humanos. Houve também envio de um e-mail com dúvida sobre ictiofauna e uma ligação sobre o Programa de Reforço de Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

O CHTP realizou 10 reuniões ou eventos na região. Destes eventos merece destaque a que ocorreu no dia 5 de novembro de 2011 no Assentamento São Pedro – Comunidade Rio Jordão. O objetivo foi apresentar aos assentados os objetivos e ações do Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População. Participaram 66 pessoas.

Segundo o relatório, a Comunicação Social está desenvolvendo ações com interface com os seguintes programas ambientais: Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População; Educação Ambiental; Reforço de Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais; Controle e Prevenção de Doenças; Ação e Controle da Malária e; Preservação do Patrimônio cultural, Histórico e Arqueológico.

Outras duas ações relatadas que merecem destaque são a Campanha de Mobilização Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – “Faça Bonito” e a Semana do Bebê.

Sobre o primeiro, consta que há proposição de capacitação para profissionais de saúde, polícia militar, conselheiros tutelares, pastoral da criança, entre outros. De acordo com o relatório, foi solicitado que o CHTP entrasse em contato com a prefeitura de Paranaíta para acertar esta capacitação. Solicita-se atualização sobre o início e andamento desta ação.

Em Alta Floresta foram realizadas palestras sobre: DSTs/AIDS; Tipos de exploração e Abuso Sexual – Primeiros sinais da vítima e disque denúncia e; Meio Ambiente/Redução de consumo de Sacolas Plásticas. Foram ao todos 344 participantes entre crianças, adolescentes; educadores e sociedade civil, que também receberam material informativo e de promoção da campanha.

42. Programa de Educação Ambiental Programa em atendimento.

O PEA apresenta como público alvo a população da AID e AII incluindo representantes da administração pública, das associações, ONGs e do empresários do turismo regional.

O CHTP realizou uma etapa de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com o público alvo do programa nos três municípios da AII. Para tanto, foram realizadas 12 oficinas, 2 reuniões e entrevistas estruturadas de DRP. As oficinas foram feitas entre 3 e 23 de novembro de 2011 e contaram com número médio de 25 a 30 pessoas, com duração entre 2 e 4 horas conforme a demanda de cada público.

A partir do DRP foram formulados programas que se encaixam em duas linhas

principais: A – Fortalecimento da participação e controle social, com vistas à redução de conflitos e; B – Percepção, gestão e convivência com as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório e pelo novo ordenamento territorial do entorno. Os projetos formulados são: I – Oficinas e palestras de caráter informativo/ Cursos técnicos; II-Gestão de resíduos sólidos; e III – Educação ambiental nas escolas.

Dentro dos projetos citados acima estariam os temas para as oficinas, palestras ou cursos. Jacareacanga definiu os seguintes temas:

- Para o projeto I: Gestão de secretarias, entidades e associações e; UNIDAS (junção da colônia de pescadores, um associação e outra entidade).
- Projeto III: Pesca predatória e; horta doméstica.

Alta Floresta:

- Projeto I: Gestão de secretarias, entidades e associações e; Cidadania e organização social.
- Projeto II: Coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos.
- Projeto III: Conscientização ambiental.

Paranaíta:

- Projeto I: reflorestamento; reserva legal, APP e desenvolvimento sustentável e; uso do entorno do reservatório.
- Projeto II: coleta seletiva e reciclagem.
- Projeto III: Conscientização ambiental.

O programa seguiu as orientações do Ibama e realizou um trabalho de qualidade. A equipe técnica do Ibama está de acordo com a implantação do programa tal qual ele se apresenta no relatório de acompanhamento. Apenas uma ressalva deve ser feita: o relatório não apresenta como serão tratados os programas ambientais da LI no âmbito do PEA. Seria interessante que todo o público definido como sujeito da ação educativa do PEA tivesse contato com os programas ambientais previstos no PBA, fosse capaz de entender a importância da aplicação e, quando possível, soubesse como colaborar para o bom andamento das ações.

43. Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira **Programa em atraso**

Em relação ao PBA aprovado por este órgão o programa está em sério atraso. De acordo com aquele já estariam terminadas as fases de cadastramento inicial, seleção de treinamento dos amostradores, coleta de dados, consolidação e análise dos dados, aspectos informativos e já teria sido gerado relatório com o resultado das ações aqui citadas.

De acordo com o novo cronograma apresentado no relatório de acompanhamento semestral, datado de fevereiro de 2011, as ações de cadastramento, seleção de amostradores e aspectos informativos estariam completas em abril de 2012. O Empreendedor deve prestar informações atualizadas acerca do andamento deste programa e se comprometer com o cumprimento do cronograma ora apresentado.

44. Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA **Programa em atraso.**

Em relação ao PBA aprovado por este órgão o programa está em sério atraso. De acordo com aquele já estariam terminadas as fases de diagnóstico, elaboração de produtos cartográficos, delimitação de unidades ambientais homogêneas, zoneamento e medidas de gestão ambiental, e já teria sido gerados relatórios com o resultado das ações citadas.

As atividades previstas no cronograma deste programa ainda não tiveram início. O relatório e acompanhamento semestral informa que o programa está em fase de elaboração de Termo de Referência para a contratação do cadastro de atividades minerárias e apresenta novo cronograma de desenvolvimento das atividades. Este cronograma prevê o início das

atividades em atraso para junho e conclusão em novembro de 2012, mantendo entretanto, as datas para elaboração do documento final, consulta pública e execução dos programas conforme o cronograma do PBA aprovado.

Cabe destacar, que o Termo de Referência para elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial foi encaminhado à CHTP em 23 de agosto de 2011 através do Ofício 515/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Entretanto, a Carta CHTP – nº 066/2012, de 20 de março de 2012, solicita informações sobre a elaboração do Termo de Referência para a confecção do PACUERA. O referido TR foi encaminhado novamente através do Ofício 82/2012/COHID/CGENE/ DILIC/IBAMA. O cronograma apresentado deve ser rigorosamente cumprido, de forma a não comprometer o desenvolvimento e implementação do Programa.

45. Considerações sobre o Componente Indígena

O empreendedor enviou juntamente com o relatório de acompanhamento das condicionantes dois volumes tratando do componente indígena: Reformulação dos Estudos do Componente Indígena e; Plano Básico – Componente Indígena (PBAI).

O primeiro trata-se de caracterização pormenorizada das etnias presentes na região, seus modos de vida e a interação com o espaço. É importante dar atenção ao que o estudo traz como importância cultural para os índios Kayabi em relação ao Salto das Sete Quedas, que se localiza à montante do barramento. O Salto era conhecido entre os kaiabi como local de perambulação dos Munduruku, entretanto a transposição do Salto das Sete Quedas, por volta de 1920, resultou na ampliação do território kaiabi.

O local representa um local de passagem das questões histórico-culturais dos kaiabi aos jovens. “(...) local onde seria possível levar os mais jovens para conhecer e contar eventos importantes e dramáticos que fazem parte da historicidade kaiabi (...)” (*Reformulação dos Estudos do Componente Indígena*, pg. 84).

O estudo indica que o risco de interferência é certo para as referências histórico-geográficas, especialmente no que tange ao Salto das Sete Quedas. Segundo o estudo, a Funai, o Iphan e os indígenas estão de acordo com a proposição de um programa de Etnoarqueologia como parte do PBAI.

A empresa apresentou o PBAI para conhecimento do Ibama. A Funai e em alguns casos o Iphan são responsáveis por acompanhar e avaliar a execução dos programas. São eles:

- Programa de Fortalecimento das Organizações Indígenas
- Programa de Interação e Comunicação Social Indígena
- Programa de Educação Ambiental Indígena
- Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna
- Programa de Monitoramento de Pressões
 - Subprograma de Monitoramento de Terras Indígenas
 - Subprograma de Monitoramento de Atividades Minerárias
 - Subprograma de Monitoramento de Indicadores de Saúde Indígena
 - Subprograma de Monitoramento Hidrossedimentológico
- Programa de Inventário Florestal e Etnozoneamento
- Programa de Identificação e Manejo de Novas Fontes de Produtos Florestais Não Madeireiros

III. CONCLUSÃO

5. Em vista do exposto, sugere-se que seja solicitado à empresa que:


- Preste informações ao Ibama sobre o andamento da implantação dos Centros de Apoio ao Migrante;
- Reapresente os dados do monitoramento do Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais analisados e compilados em um só documento. Para o próximo relatório semestral deve-se proceder a comparação com os dados coletados neste relatório de março de 2012;
- Preste informações sobre o andamento da revisão do cadastro socioeconômico e envie cópia ao Ibama tão logo esteja finalizado;
- Esclareça quais são e qual a atuação empresas mencionadas no programa de Compensação pela Perda e Deslocamento Compulsório de População quando se diz que o CHTP "conta ainda com o apoio de empresas específicas."
- Informe ao Ibama o início e andamento da ação de capacitação para profissionais na cidade de Paranaita no âmbito da Campanha de Mobilização Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – "Faça Bonito".
- Inclua no PEA, para todo o público alvo do programa, ações educativas acerca dos programas ambientais da LI 818/2011. O objetivo deve ser capacitar os sujeitos da ação educativa para entender a importância da aplicação dos programas e, quando possível, colaborar para o bom andamento das ações.
- Comprometa-se com o cumprimento dos cronogramas apresentados no relatório semestral de fevereiro e preste informações atualizadas acerca do andamento dos seguintes programas: Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira; Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo; Programa de Apoio à Reinscrição e Fomento das Atividades Econômicas Locais e; Plano de Desenvolvimento dos Territórios da Área de Influência.
- Apresente a Carta de recebimento da instituição depositária contendo o número de espécimes por espécie recebidos pela instituição e o número de tombamento, caso os espécimes já tenham sido tombados pela instituição.
- Apresente as Declarações individuais de aptidão e experiência, link do Currículo lattes, CPF e CTF dos profissionais da equipe técnica que não constam da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico.
- Inicie a instalação das passagens de fauna 12, 13 e 14, conforme os modelos propostos.
- Informar o local e a forma de armazenamento da serrapilheira e dos resíduos vegetais das áreas desmatadas, e apresentar alternativas de destinação final dos resíduos resultantes da exploração florestal, conforme condicionantes 2.10 e 2.11 da ASV.
- Descrever no relatório de que forma é feito o monitoramento do Programa e Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto pela equipe envolvida nesta atividade.
- Encaminhe, por meio digital, cópia das licenças das empresas transportadoras e receptoras dos resíduos sólidos e óleos lubrificantes.
- Cumpra o disposto no § 2º Art. 24, da Lei nº 12.305/2010, quando do início da operação do aterro sanitário.
- Esclareça se houve uso de explosivos no período, em caso positivo, informe os valores das medições de ruído aferidas, afim de caracterizar o controle disposto no procedimento de controle enviado ao IBAMA pela carta CHT 321-2011, e atender o preconizado na *Instrução de Controle Ambiental 01 – Instrução Geral de Controle Ambiental (ICA 01)*, na subseção 1.2 – *Gestão de ruídos*.
- Encaminhe as análises preliminares do efluente tratado pela ETE e atualize a

informação sobre o eventual início de lançamento do mesmo no rio Teles Pires;

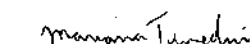
- Encaminhe a avaliação preliminar da CHTP/CNO relacionada ao monitoramento da eficiência da medida de contenção por meio de sacos de areia nas bordas das lagoas da ETE, e das consequências estruturais desta medida sobre a estabilidade dos taludes laterais das mesmas.
 - Acrescente as coordenadas geográficas do local de ocorrência das situações de emergência, descritas no Plano de Atendimento a Emergências Ambientais – PAE, a fim de facilitar acompanhamento da distribuição espacial das situações de emergência.
 - Informe se as condições dos acessos provisório e definitivo observadas em vistoria de campo pelo IBAMA, descritas no Relatório de Vistoria datado de 09/02/2012, foram sanadas pela CHTP, assim como, se as ações do ICA 04 estão sendo implementadas e se elas estão sendo eficazes.
 - Cumpra de maneira rigorosa o cronograma atual encaminhado pelo 1º Relatório Semestral, principalmente para o *Programa de Monitoramento de Sismicidade* e o *Programa de Monitoramento Climatológico*.
 - Informe se o cronograma apresentado no relatório está sendo cumprido e quais as atividades já realizadas para o *Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas* e o *Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água*.
6. Recomenda-se ainda que:
- O empreendedor seja informado da não autorização da prática de eutanásia para destinação à coleção científica em animais resgatados nas áreas de supressão da vegetação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
 - Seja concedida a prorrogação de prazo solicitada pela Carta CHTP – nº 065/2012, até 20 de junho de 2012, para a apresentação da indicação das áreas de soltura da fauna resgatada durante as atividades de supressão do reservatório da UHE Teles Pires.

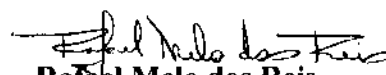
À consideração superior,

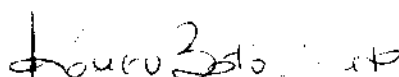
Brasília, 18 de abril de 2012.


Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental
Mat. 1572936

José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental
Mat. 680026


Mariana Tenedini
Analista Ambiental
Mat. 1716843


Rafael Melo dos Reis
Analista Ambiental
Mat. 1731419


Romeu Boto Dantas Neto
Analista Ambiental
Mat. 1794289

DE MONTO.
EM



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infraestrutura e Energia Elétrica
SCEN, Trecho 2, Edifício Sede, Bloco A, 1º andar, Brasília/ DF CEP: 70.818-900
Tel.: (61) 3316-1282, Fax: (61) 3307-1328 – URL: <http://www.ibama.gov.br>

Ofício nº 204/2012/CGENE/DILIC/IBAMA

Brasília, 19 de abril de 2012.

Ao Senhor
LUIZ CLÁUDIO RAMIREZ NUNES
Representante Legal
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A
Av. Miguel Sutil, 8695, 8 Andar, Ed. The Centrus Tower - Duque de Caxias
78043-305 Cuiabá/MT

Tel: (65) 3027-6291 Fax: (65) 3027-6292

Assunto: Seminário técnico sobre 1º relatório semestral – UHE Teles Pires

Senhor Diretor,

1. Em continuidade ao licenciamento da UHE Teles Pires, encaminho o Parecer nº 55/2012 e solicito que seja providenciada a realização de Seminário Técnico, entre os dias 24 e 26 de abril de 2012, com objetivo de avaliar a implementação do PBA com base nos dados presentes no 1º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento das Condicionantes.

2. No referido evento, os responsáveis técnicos pela execução dos programas e projetos que possuem o início de implantação no período abrangido pelo 1º Relatório Semestral deverão realizar apresentações expositivas, de forma sintética, contendo as seguintes informações:

- Comparativo do cronograma aprovado no PBA-versão final frente ao cronograma das atividades executadas pela NESÁ no período do 1º Relatório Semestral;
- Resultados consolidados obtidos no período do 1º Relatório Semestral frente aos propostos no PBA-versão final (tópicos de apresentação dos resultados e de avaliação e monitoramento);
- Ajustes necessários no escopo do programa, quando couber (cronograma, área de abrangência, entre outras); e
- Apresentação das ações já em execução ou que necessitam ser implantadas, com base nos resultados do relatório.

Atenciosamente,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica

EMERSON



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DESPACHO nº 41/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

PROCESSO Nº 02001.006711/2008-79

ASSUNTO: Retificação de Autorização para Supressão de Vegetação UHE Teles Pires

INTERESSADO: Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP

Ao Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto,

Trata-se da solicitação de Retificação da Autorização para Supressão de Vegetação nº 565/2011 para proceder abertura de picadas para demarcação dos canteiros bem como supressão de vegetação para instalação da infraestrutura de apoio às obras da UHE Teles Pires. A CHTP solicitou (i) retificação da condicionante 2.15 da ASV nº 565/2011; e (ii) alteração do acesso definitivo do canteiro.

Os Pareceres Técnicos nº 63/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e nº 033/2012-NLA/SUPES-CE/IBAMA concluíram de forma favorável à retificação da autorização, desde que observadas as recomendações técnicas que seguem como condicionantes na minuta de ASV em anexo.

Nesses termos, acompanho o parecer técnico e submeto o ato à consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2012.

RAFAEL ISHIMOTO DELLA NINA

Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas Substituto

Ao Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto,

De acordo,

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO

Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica Substituto

Ao Presidente do IBAMA,

De acordo,

EUGENIO PIO COSTA

Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto

EMERGENCY

Folha 2907
Proc. 6711/08
Rubrica

Folha: _____
Proc.: 6711/08
Rubrica: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

NOTA TÉCNICA Nº 063/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Ref.: Questionamentos apresentados pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires a respeito da condicionante 2.15 da ASV 565/2011, de 19.08.11 – Processo n.º 02001.006711/2008-79.

INTRODUÇÃO

1. A UHE Teles Pires será construída entre os municípios Paranaíta/MT - Jacareacanga/PA. A concessão da usina pertence à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S A – CHTP.
2. A Companhia Hidrelétrica Teles Pires é detentora da ASV n.º 565/2011, expedida em 19 de agosto de 2011, que autoriza a intervenção/supressão numa área de 1.187,18 hectares, sendo deste total 491,90 hectares considerados de preservação permanente.
3. Através da Carta DIR ADM/FIN n.º 170-2011, a CHTP solicitou a revisão da condicionante 2.15 por considerar que ela incluiu uma nova medida compensatória ao licenciamento. Argumenta em seu documento que o Art. 5º da Resolução CONAMA 369/2003 estabelece que as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, são as definidas no âmbito do processo de licenciamento, não cabendo o estabelecimento de novas compensações no âmbito da ASV.

ANÁLISE

4. A condicionante 2.15 originou-se no Parecer Técnico n.º 081/2011, que teve por objetivo analisar o requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação – ASV para a instalação de infraestrutura de apoio às obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires. O Parecer sugere considerar, dentre outras, a seguinte recomendação:

“Como medida compensatória pela intervenção em Área de Preservação Permanente – APP deverão ser recuperados 491,90 hectares de APP na área de influência do empreendimento, dentro do prazo de validade da Autorização de Supressão de Vegetação, sem prejuízo de outras compensações exigidas no processo de licenciamento. As áreas a serem recuperadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo da compensação”.

5. A condicionante não pretendeu incluir uma nova medida compensatória ao licenciamento, inclusive está dito que as áreas a serem recuperadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo da compensação. Portanto, neste caso, o PT apenas fez a correspondência com o **P.34 - Programa de Recomposição Florestal**, que tem

EMBROID

dentre os seus objetivos específicos "Compensar a supressão de vegetação na APP natural do rio Teles Pires e drenagem de contribuição ao futuro reservatório, realizando a recuperação ou recomposição da APP na mesma sub-bacia hidrográfica do empreendimento e na APP do futuro reservatório".

6. É evidente que a recuperação do canteiro deve ocorrer após a desocupação das áreas e e momento algum se teve o objetivo de antecipá-la.

7. Todavia, no Parecer Técnico nº 060/2011 estão registradas as considerações do IBAMA a respeito do Projeto Básico Ambiental da UHE Teles Pires. No item IX do referido parecer (Conclusões/Recomendações) é dito que os programas foram considerados satisfatórios, carecendo de ajustes que serão descritos em termos de condicionantes ou recomendações ao empreendedor. Assim é que no item 1.7 do Ofício nº 830/2011/DILIC/IBAMA pede-se antecipar as ações de recomposição voltadas a implantação e recuperação de APP's, de forma a propiciar o melhor aproveitamento das mudas produzidas no viveiro a partir do germoplasma vegetal resgatado durante o desmatamento para a instalação de infraestrutura de apoio às obras da Usina.

8. Isto porque o cronograma do P.34 estabelece o início do plantio e/ou condução da regeneração para o primeiro mês do Ano 4, após o enchimento do reservatório. No entanto, de acordo com o cronograma do "Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação do Viveiro de Mudanças", a produção de mudas terá início no primeiro mês do Ano 1, mostrando, aparentemente, um descompasso entre os dois programas.

9. Já a frase "*dentro do prazo de validade da Autorização de Supressão de Vegetação*" constante no texto da condicionante 2.15 da ASV nº 81/2011 está fora de contexto. Na verdade ela tem relação com a condicionante 2.13, que trata do aproveitamento da matéria-prima e da reposição florestal, sendo prevista no Art. 14, parágrafo 3º, do Decreto 5.975/2006:

§ 3º A comprovação do cumprimento da reposição por quem utiliza a matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural, não processada ou em estado bruto, deverá ser realizada dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação.

10. Embora o Art. 13º da IN 06/2009 estabeleça que a "recuperação ambiental imposta como condicionante para o licenciamento ambiental será considerada reposição florestal para os fins necessários à retirada da matéria-prima florestal do empreendimento", somente as áreas onde houver efetivo plantio serão passíveis de geração de crédito de reposição florestal, conforme preconiza o Art. 13 do Decreto 5.975/2006:

Art. 13. A reposição florestal é a compensação do volume de matéria-prima extraído de vegetação natural pelo volume de matéria-prima resultante de plantio florestal (grifamos) para geração de estoque ou recuperação de cobertura florestal.

11. O Programa de Recomposição Florestal indica cinco métodos a serem adotados, individualmente ou consorciados, na recuperação da cobertura florestal das áreas alvo:

- **Método I:** plantio de mudas de espécies nativas em área total na densidade 1667 mudas por hectare;
- **Método II:** plantio de mudas de espécies nativas em ilhas de diversidade (nucleação) na densidade 600 mudas por hectare;
- **Método III:** plantio mecanizado de sementes de espécies nativas em área total, conforme técnica do Instituto Sócio Ambiental - ISA na Bacia do Rio Xingu no âmbito da "Campanha Y Ikatu Xingu";

AM

Ein Brief

Fla. 2909
Proc. 6711/08
Rubrica: ✓

Folha: _____
Proc.: 6711/08
Rubrica: _____

- **Método IV:** favorecimento da regeneração secundária de espécies nativas, com possibilidade de enriquecimento com mudas ou semeadura;
- **Método V:** reconformação do terreno e implantação de forração vegetal herbácea (indicado para as áreas degradadas fora de APP e originalmente desprovidas de floresta).

12. As áreas previstas para recuperação da cobertura florestal somente através de condução da regeneração natural não podem ser consideradas para fins de Reposição Florestal.

13. De acordo com orientação da Diretoria de Biodiversidade e Floresta – DBFLO, para a geração de crédito da Reposição Florestal, a CHTP deverá apresentar, dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação, projeto contemplando aspectos técnicos do reflorestamento, conforme o Art. 16 da IN MMA Nº 06/2006, constando, ainda, cronograma, Laudo Técnico, ART, Termo de Compromisso de Plantio e Termo de Vinculação.

14. Ressalte-se que sem o equacionamento da Reposição Florestal a CHTP terá problemas para o lançamento do crédito de matéria-prima florestal no Sistema DOF.

CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO

15. Retificar as condicionantes 2.13 e 2.15 da ASV n 565/2011, conforme redação a seguir:

2.13. Propiciar o aproveitamento econômico da matéria-prima florestal de valor comercial, conforme as determinações da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 7 de abril de 2009. O empreendedor deverá realizar o roteamento da matéria-prima florestal e apresentar, dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação, projeto contemplando aspectos técnicos do reflorestamento, conforme o Art. 16 da IN MMA Nº 06/2006, e constando, ainda, cronograma, Laudo Técnico, ART, Termo de Compromisso de Plantio e Termo de Vinculação, para obtenção do Documento de Origem Florestal junto as Superintendências do IBAMA nos Estados do Pará e Mato Grosso. A reposição florestal deve ocorrer no Estado de origem da madeira.

2.15. Como medida compensatória pela intervenção/desmate em Área de Preservação Permanente – APP deverão ser recuperados 491,90 hectares de APP na área de influência do empreendimento. As áreas a serem revegetadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo desta compensação.

À consideração superior,

Brasília, 27 de setembro de 2011.

José Geraldo Lopes de Souza
José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental
Mat. 0680026

De acordo,
Favor minutar ASV REAFICIA
em Adição ao Parecer nº 33/2012 e a presente
Nota Técnica. *07/09/12*

Thomaz Wilson de Toledo
Coordenador Geral Infraestrutura de
Energia Elétrica
CGEN/DILIC/IBAMA
Substituto

EMERGENCY

29.10
Proc. 6711/08



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA**

PARECER TÉCNICO Nº 033/2012 – NLA/SUPES-CE/IBAMA

Fortaleza, 16 de abril de 2012.

DE: José Geraldo Lopes de Souza

PARA: Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Análise da solicitação de alteração do acesso definitivo para as obras de implantação da UHE Teles Pires, de interesse da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A - Processo nº 02001.006711/2008-79.

I - INTRODUÇÃO

Este parecer tem o objetivo de analisar a alteração do traçado do acesso definitivo para as obras da UHE Teles Pires proposto pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP que, se efetivada, implica na necessidade de substituição da ASV nº 565/2011, de 19 de agosto de 2011, em função dos ajustes das áreas ocupadas por esta estrutura.

A análise considerou o documento denominado "Alteração do Acesso Definitivo para as Obras de Implantação da UHE Teles Pires", encaminhado através da Carta DIR ADM/FIN – nº 235-2011, protocolizada no Ibama sob o nº 02001.054626/2011-12, em 09 de novembro de 2011, e se embasou nas impressões colhidas quando da vistoria realizada no local, no período de 01 a 03/02/2012.

II. ANÁLISE

De acordo com o documento apresentado pela CHTP, no Projeto Básico Ambiental – PBA da UHE Teles Pires o acesso definitivo ao local das obras de implantação do empreendimento teria extensão total de 30 km, com início na rodovia MT 206, no ponto localizado 12 km após o acesso provisório da margem esquerda. Deste total, 26 km correspondiam a trechos existentes a serem melhorados para atender ao tráfego de veículos e cargas durante o período de execução das obras, e 4 km a trechos novos a serem implantados.

Ainda de acordo com a empresa, após a emissão da licença de instalação para o empreendimento houve a necessidade de alterar parte do traçado do acesso principal, sendo mantidos, todavia, o ponto inicial e final do delineamento original. Esta alteração visaria atender a um proprietário da região cujas terras estavam sendo divididas ao meio pelo acesso. O novo traçado resultou numa extensão de 29 km, sendo 17 km correspondentes a trechos existentes a serem adequados, e 12 km de trechos novos a serem implantados.

Considerando esta alteração, a área total de intervenção/supressão sofrerá pequena redução, passando dos atuais 1.187,18 hectares consignados na condicionante 2.8 da ASV nº 565/2011 para 1.186,43 hectares a constar na nova ASV. Da mesma forma, a soma das áreas com formações vegetais nativas a serem suprimidas será reduzida para 841,84 hectares, todavia esta redução, na ordem de 1,02 hectares, resulta da combinação de uma intervenção pouco maior (3,5%) em Formações Florestais Submontanas, com a redução de 30% nas intervenções em Formações Florestais Aluviais e do aumento da supressão de vegetação secundária. A tabela a seguir apresenta a quantificação atualizada dos vários tipos de uso do solo e formações vegetais nativas existentes dentro das áreas de intervenção para implantação de todas as áreas de apoio às obras da UHE Teles Pires:

Cobertura vegetal ou uso do solo	Canteiros e Alojamentos	Canteiro Pioneiro MD	Áreas de Empréstimo fora do polígono do canteiro	LT 500 kV fora do polígono do canteiro	Acesso definitivo fora do polígono do canteiro	Acessos provisórios fora do polígono do canteiro	Infraestrutura de apoio das obras (Total)
FFs	625,55	-	74,51	53,20	12,69	20,42	786,17
FFa	7,06	-	5,89	-	4,18	3,58	20,71
RV	15,40	-	-	-	-	3,2	15,72
VS	9,93	-	-	-	1,43	7,86	19,24
Subtotal	657,94	-	80,40	53,20	18,30	32,06	841,84
Pastagem	80,56	2,49	57,25	30,02	56,55	111,00	337,84
Corpo d'água	5,67	-	1,05	-	-	-	6,72
TOTAL	744,17	2,49	138,50	83,22	74,87	143,18	1.186,43

1) FFs (Formações Florestais Submontanas); FFa (Formações Florestais Aluviais); RV (Refúgios Vegetacionais); VS (Vegetação Secundária).

2) áreas em hectares.

O quadro abaixo compara a volumetria estimada para a área autorizada na ASV e a resultante da alteração do acesso, que apresenta uma variação positiva de 1,06%:

Volumes	Valor para 808,51 ha (ASV)	Valor para 806,8 ha (alteração)
Volume total (considerando apenas altura total, sem resíduo de copa)	166.019,3 m ³	168.678,5 m ³
Volume comercial (tora do tronco dos indivíduos com DAP ≥ 30 cm)	92.407,7 m ³	93.219,4 m ³
Volume lenha do tronco (tora do tronco dos indivíduos com DAP < 30 cm)	71.404,3 m ³	71.260,3 m ³
Volume de resíduos da copa (lenha e carvão da copa de todos indivíduos)	48.168,7 m ³	48.071,5 m ³

Para emissão da nova ASV, recomenda-se aguardar o atendimento do Ofício nº 028/2012-COHD/CGENE/DILIC.

41

3. CONCLUSÕES

Como foi dito na introdução deste parecer, a alteração do traçado do acesso definitivo requer que se proceda à substituição da ASV nº 565/2011, em decorrência da alteração da poligonal das áreas ocupadas por esta estrutura. As modificações recaem sobre as condicionantes 2.8 e 2.15 da ASV, que fazem referência ao quantitativo de áreas de intervenção/supressão. Além destas modificações, recomenda-se incorporar as redações propostas na Nota Técnica nº 063/2011, de 27 de setembro de 2011, para as condicionantes 2.13 e 2.15. O corpo da ASV e as demais condicionantes permanecem inalterados. Abaixo, as condicionantes modificadas:

2.8 A intervenção/supressão está restrita à poligonal apresentada no Anexo I do documento "Requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação para Implantação da Infraestrutura de Apoio às Obras da UHE Teles Pires - Revisão 01" e alterações decorrentes do documento "Alteração do Acesso Definitivo para as Obras de Implantação da UHE Teles Pires", totalizando 1.186,43 hectares, distribuídos conforme quadro abaixo:

Estruturas	Áreas (hectares)	
	em APP	Total
Canteiro e alojamentos	465,19	744,17
Canteiro pioneiro - margem direita	-	2,49
Áreas de empréstimo fora do polígono do canteiro	17,47	138,50
LT 500 kV fora do polígono do canteiro	9,24	83,22
Acesso definitivo fora do polígono do canteiro	-	74,87
Acessos provisórios fora do polígono do canteiro	-	143,20
TOTAL	491,90	1.186,43


2.13 Propiciar o aproveitamento econômico da matéria-prima florestal de valor comercial, conforme as determinações da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 7 de abril de 2009. O empreendedor deverá realizar o romaneio da matéria-prima florestal e apresentar, dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação, projeto contemplando aspectos técnicos do reflorestamento, conforme o Art. 16 da IN MMA Nº 06/2006, e constando, ainda, cronograma, Laudo Técnico, ART, Termo de Compromisso de Plantio e Termo de Vinculação, para obtenção do Documento de Origem Florestal junto as Superintendências do IBAMA nos Estados do Pará e Mato Grosso. A reposição florestal deve ocorrer no Estado de origem da madeira.

2.15 Como medida compensatória pela intervenção em Área de Preservação Permanente - APP deverão ser recuperados 491,90 hectares de APP na área de influência do empreendimento. As áreas a serem recuperadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo da compensação.

Este é o parecer.


 José Geraldo Lopes de Souza
 Analista Ambiental
 Matrícula 680026

DE ACORDO.
 FAVOR MINUAR
 ROTULAGEM DE ASV
 17/04/12


 Thozar Mizaki da Talou
 Coordenador Geral Infraestrutura de
 Energia Elétrica
 CGENER/IC/IBAMA
 Substituto

Einzel...

Fls. 29.12
Proc. 633108
Pubr. ✓



Serviço Público Federal
Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO Nº 565 /2011 – 1ª RETIFICAÇÃO

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007, pela Portaria nº 173-MMA, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2011, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2011; **RESOLVE:**

Expedir a presente Autorização de Supressão de vegetação à:

EMPRESA: Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A
CNPJ: 12.810.896/0001-53
CTF: 5205495
ENDEREÇO: Praia do Flamengo, 78 – 1º andar, sala 101
CEP: 22.210-904 **CIDADE:** Rio de Janeiro **UF:** RJ
TELEFONE: (65) 3027-6291 **FAX:** (65) 3027-6292
REGISTRO NO IBAMA: processo nº 02001.006711/2008-79

Para proceder a abertura de picadas para demarcação do canteiro de obras, bem como à supressão de vegetação necessária à instalação de infraestrutura de apoio às obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, abrangendo os municípios de Paranaíba/MT e Jacareacanga/PA.

Esta autorização pressupõe a observância das condições discriminadas no verso deste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

A validade deste documento é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir desta data. O não cumprimento das condicionantes contidas nesta Autorização implicará na sua revogação e na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental vigente, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

Brasília - DF, 26 ABR 2012

FERNANDO DA COSTA MARQUES
Presidente Substituto do IBAMA

RECEBIDO
Em, 27/04/2012
Ass:

**CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO Nº 565/2011 -
1ª Retificação**

1. Condições Gerais

1.1 Atender ao que preconiza a legislação ambiental, em especial a Lei nº 4.771/65, o Novo Código Florestal, modificado pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/01, e suas alterações, a Lei nº 9.605/98, legislações estaduais, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3 Comunicar imediatamente ao IBAMA, a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais, estando a continuação da supressão condicionada à manifestação deste Instituto.

1.4 A COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES S. A. é a única responsável perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta autorização.

1.5 Não é permitido:

- utilização de herbicidas bem como seus derivados e afins;
- depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos;
- uso do fogo para eliminação da vegetação e de resíduos de desmate.

1.6 Os encarregados das equipes de desmate deverão portar cópia desta ASV, bem como da LI do empreendimento e dos registros no IBAMA das motosserras utilizadas.

2. Condições Específicas

2.1 A abertura de picadas está restrita à poligonal georreferenciada encaminhada anexa a Carta DIR ADM/FIN – nº 0130-2011, bem como as seguintes extensões:

- Trecho de 13,8 km em formações florestais no município de Paranaíta
- Trecho de 2,7 km em vegetação secundária no município de Paranaíta
- Trecho de 6,5 km em formações florestais no município de Jacareacanga

2.2 Na abertura de picadas, realizar a triangulação no caso da existência de indivíduos arbóreos com DAP > 10 cm ou de espécies protegidas por lei ou endêmicas/ameaçadas de extinção no eixo das picadas, de modo a evitar o corte desses indivíduos.

2.3 As atividades de supressão de vegetação só poderão ter início após a obtenção das licenças para captura/coleta e transporte de animais silvestres e deverão ser acompanhadas por equipes responsáveis pelo resgate de fauna.

2.4 Implantar, durante as atividades de supressão de vegetação, os programas de "Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto", "Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas" e o de "Resgate e Salvamento Científico da Fauna", e demais programas interrelacionados. *U*

2913
671168

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO
Nº 565/2011- 1ª Retificação

- 2.5 Demarcar previamente por meio de trilhas ou aceiros todo o perímetro a ser desmatado, a fim de evitar corte de vegetação em locais não autorizados.
- 2.6 Executar a intervenção/supressão nas áreas adquiridas ou, no caso de propriedades de terceiros, somente após permissão expressa e irretratável do proprietário ou possuidor.
- 2.7 Realizar a atividade de supressão da vegetação com equipe técnica capacitada e apresentar, no máximo em 30 (trinta) dias, a ART do técnico responsável pelas atividades de desmatamento.
- 2.8 A intervenção/supressão está restrita à poligonal apresentada no Anexo I do documento "Requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação para Implantação da Infraestrutura de Apoio às Obras da UHE Teles Pires – Revisão 01" e alterações decorrentes do documento "Alteração do Acesso Definitivo para as Obras de Implantação da UHE Teles Pires", totalizando 1.186,43 hectares, distribuídos conforme quadro abaixo:

Estruturas	Áreas (hectares)	
	em APP	Total
Canteiro e alojamentos	465,19	744,17
Canteiro pioneiro – margem direita	-	2,49
Áreas de empréstimo fora do polígono do canteiro	17,47	138,50
LT 500 kV fora do polígono do canteiro	9,24	83,22
Acesso definitivo fora do polígono do canteiro	-	74,87
Acessos provisórios fora do polígono do canteiro	-	143,20
TOTAL	491,90	1.186,43

- 2.9 Após o término das atividades de supressão deverá ser encaminhado ao Ibama, no prazo de 30 dias, relatório conclusivo sobre as atividades realizadas, contendo registros fotográficos georreferenciados, romaneio, quantitativo em área e volumetria da vegetação efetivamente suprimida, destinação do material lenhoso (quantitativos utilizados na obra, comercializado e estocado) e comprovação da destinação da fauna e flora resgatadas.
- 2.10 Efetuar remoção, transporte e armazenamento apropriado de serrapilheira e dos resíduos vegetais das áreas desmatadas, que deverão ser utilizados na recuperação das áreas degradadas.
- 2.11 Apresentar ao Ibama, para prévia aprovação, alternativas de destinação final dos resíduos resultantes da exploração florestal. *uy*

CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO
Nº 565/2011- 1ª Retificação

- 2.12 Não será permitida a prática da queimada para limpeza, bem como para a eliminação de restos da supressão da vegetação ou da matéria prima florestal não comercializada.
- 2.13 Propiciar o aproveitamento econômico da matéria-prima florestal de valor comercial, conforme as determinações da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 7 de abril de 2009. O empreendedor deverá realizar o romaneio da matéria-prima florestal e apresentar, dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação, projeto contemplando aspectos técnicos do reflorestamento, conforme o Art. 16 da IN MMA Nº 06/2006, e constando, ainda, cronograma, Laudo Técnico, ART, Termo de Compromisso de Plantio e Termo de Vinculação, para obtenção do Documento de Origem Florestal junto as Superintendências do IBAMA nos Estados do Pará e Mato Grosso. A reposição florestal deve ocorrer no Estado de origem da madeira.
- 2.14 Organizar a madeira nos pátios de estocagem de acordo com os critérios de destinação previamente estabelecidos (serraria, lapidação, lenha), em pilhas separadas por espécies com comercialização proibida ou contingenciada. As pilhas de madeira deverão ser identificadas da mesma forma no romaneio e no pátio, de forma a facilitar as atividades de vistoria e de fiscalização.
- 2.15 Como medida compensatória pela intervenção/desmate em Área de Preservação Permanente – APP deverão ser recuperados 491,90 hectares de APP na área de influência do empreendimento. As áreas a serem revegetadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo da compensação.
- 2.16 A destinação do material lenhoso obtido no desmate deve ser viabilizada durante a validade desta autorização. *U*

Fls. 29 JA
Proc. 671108
Data: 23/04/2012



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA**

PARECER TÉCNICO Nº 033/2012 – NLA/SUPES-CE/IBAMA

MMA - IBAMA
Documento:
02001.018881/2012-82

Fortaleza, 16 de abril de 2012.

Data: 23/04/2012

DE: José Geraldo Lopes de Souza

PARA: Thomaz Miazaki de Toledo
Coordenador de Licenciamento de Hidrelétricas

Assunto: Análise da solicitação de alteração do acesso definitivo para as obras de implantação da UHE Teles Pires, de interesse da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A - Processo nº 02001.006711/2008-79.

I - INTRODUÇÃO

Este parecer tem o objetivo de analisar a alteração do traçado do acesso definitivo para as obras da UHE Teles Pires proposto pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires - CHTP que, se efetivada, implica na necessidade de substituição da ASV nº 565/2011, de 19 de agosto de 2011, em função dos ajustes das áreas ocupadas por esta estrutura.

A análise considerou o documento denominado "**Alteração do Acesso Definitivo para as Obras de Implantação da UHE Teles Pires**", encaminhado através da Carta DIR ADM/FIN – nº 235-2011, protocolizada no Ibama sob o nº 02001.054626/2011-12, em 09 de novembro de 2011, e se embasou nas impressões colhidas quando da vistoria realizada no local, no período de 01 a 03/02/2012.

II. ANÁLISE

De acordo com o documento apresentado pela CHTP, no Projeto Básico Ambiental – PBA da UHE Teles Pires o acesso definitivo ao local das obras de implantação do empreendimento teria extensão total de 30 km, com início na rodovia MT 206, no ponto localizado 12 km após o acesso provisório da margem esquerda. Deste total, 26 km correspondiam a trechos existentes a serem melhorados para atender ao tráfego de veículos e cargas durante o período de execução das obras, e 4 km a trechos novos a serem implantados.

Ainda de acordo com a empresa, após a emissão da licença de instalação para o empreendimento houve a necessidade de alterar parte do traçado do acesso principal, sendo mantidos, todavia, o ponto inicial e final do delineamento original. Esta alteração visaria atender a um proprietário da região cujas terras estavam sendo divididas ao meio pelo acesso. O novo traçado resultou numa extensão de 29 km, sendo 17 km correspondentes a trechos existentes a serem adequados, e 12 km de trechos novos a serem implantados.

De ordem: *[assinatura]* Em: 24/04/12

Para:

[assinatura]
Simone Araújo de Souza
Secretária CGENE/DILIC

À ANAÍSA MARILIA TENENAU,
PRIMA AGENTA AO PROBLEMA
TENDO EM VISTA QUE A MARILIA
REANUDA NESTE PARECER JÁ
FOI CONSIDERADA NA EMISSÃO DE
DEFINIÇÃO DA ASV S65/2011.

AM 26.04.12

[assinatura]
Rafael Isidoro de Menezes
Secretário de Planejamento e Controle
Departamento de Licitação
Subsídio

Considerando esta alteração, a área total de intervenção/supressão sofrerá pequena redução, passando dos atuais 1.187,18 hectares consignados na condicionante 2.8 da ASV nº 565/2011 para 1.186,43 hectares a constar na nova ASV. Da mesma forma, a soma das áreas com formações vegetais nativas a serem suprimidas será reduzida para 841,84 hectares, todavia esta redução, na ordem de 1,02 hectares, resulta da combinação de uma intervenção pouco maior (3,5%) em Formações Florestais Submontanas, com a redução de 30% nas intervenções em Formações Florestais Aluviais e do aumento da supressão de vegetação secundária. A tabela a seguir apresenta a quantificação atualizada dos vários tipos de uso do solo e formações vegetais nativas existentes dentro das áreas de intervenção para implantação de todas as áreas de apoio às obras da UHE Teles Pires:

Cobertura vegetal ou uso do solo	Canteiros e Alojamentos	Canteiro Pioneiro MD	Áreas de Empréstimo fora do polígono do canteiro	LT 500 kV fora do polígono do canteiro	Acesso definitivo fora do polígono do canteiro	Acessos provisórios fora do polígono do canteiro	Infraestrutura de apoio das obras (Total)
FFs	625,55	-	74,51	53,20	12,69	20,42	786,17
FFa	7,06	-	5,89	-	4,18	3,58	20,71
RV	15,40	-	-	-	-	3,2	15,72
VS	9,93	-	-	-	1,45	7,86	19,24
Subtotal	657,94	-	80,20	53,20	18,32	18,32	841,84
Pastagem	80,56	2,49	57,25	30,02	56,55	111,00	337,84
Corpo d'água	5,67	-	1,05	-	-	-	6,72
TOTAL	744,17	2,49	138,50	83,22	74,87	143,18	1.186,43

1) FFs (Formações Florestais Submontanas); FFa (Formações Florestais Aluviais); RV (Refúgios Vegetacionais); VS (Vegetação Secundária).

2) áreas em hectares.

O quadro abaixo compara a volumetria estimada para a área autorizada na ASV e a resultante da alteração do acesso, que apresenta uma variação positiva de 1,06%:

Volumes	Valor para 808,51 ha (ASV)	Valor para 806,8 ha (alteração)
Volume total (considerando apenas altura total, sem resíduo de copa)	166.019,3 m ³	168.678,5 m ³
Volume comercial (tora do tronco dos indivíduos com DAP ≥ 30 cm)	92.407,7 m ³	93.219,4 m ³
Volume lenha do tronco (tora do tronco dos indivíduos com DAP < 30 cm)	71.404,3 m ³	71.260,3 m ³
Volume de resíduos da copa (lenha e carvão da copa de todos indivíduos)	48.168,7 m ³	48.071,5 m ³

Para emissão da nova ASV, recomenda-se aguardar o atendimento do Ofício nº 028/2012-COHD/CGENE/DILIC.

EMERGENCY

3. CONCLUSÕES

Como foi dito na introdução deste parecer, a alteração do traçado do acesso definitivo requer que se proceda à substituição da ASV nº 565/2011, em decorrência da alteração da poligonal das áreas ocupadas por esta estrutura. As modificações recaem sobre as condicionantes 2.8 e 2.15 da ASV, que fazem referência ao quantitativo de áreas de intervenção/supressão. Além destas modificações, recomenda-se incorporar as redações propostas na Nota Técnica nº 063/2011, de 27 de setembro de 2011, para as condicionantes 2.13 e 2.15. O corpo da ASV e as demais condicionantes permanecem inalterados. Abaixo, as condicionantes modificadas:


2.8 A intervenção/supressão está restrita à poligonal apresentada no Anexo I do documento "Requerimento de Autorização de Supressão de Vegetação para Implantação da Infraestrutura de Apoio às Obras da UHE Teles Pires – Revisão 01" e alterações decorrentes do documento "Alteração do Acesso Definitivo para as Obras de Implantação da UHE Teles Pires", totalizando 1.186,43 hectares, distribuídos conforme quadro abaixo:

Estruturas	Áreas (hectares)	
	em APP	Total
Canteiro e alojamentos	465,19	744,17
Canteiro pioneiro – margem direita	-	2,49
Áreas de empréstimo fora do polígono do canteiro	17,47	138,50
LT 500 kV fora do polígono do canteiro	9,24	83,22
Acesso definitivo fora do polígono do canteiro	-	74,87
Acessos provisórios fora do polígono do canteiro	-	143,20
TOTAL	491,90	1.186,43

2.13 Propiciar o aproveitamento econômico da matéria-prima florestal de valor comercial, conforme as determinações da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 7 de abril de 2009. O empreendedor deverá realizar o romaneio da matéria-prima florestal e apresentar, dentro do período de vigência da autorização de supressão de vegetação, projeto contemplando aspectos técnicos do reflorestamento, conforme o Art. 16 da IN MMA Nº 06/2006, e constando, ainda, cronograma, Laudo Técnico, ART, Termo de Compromisso de Plantio e Termo de Vinculação, para obtenção do Documento de Origem Florestal junto as Superintendências do IBAMA nos Estados do Pará e Mato Grosso. A reposição florestal deve ocorrer no Estado de origem da madeira.

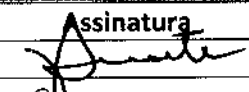
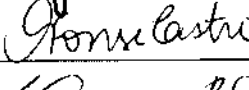
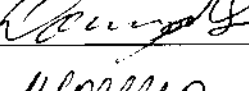
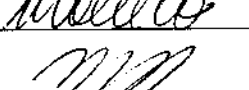
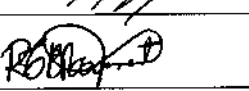
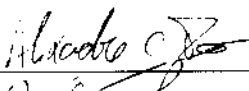
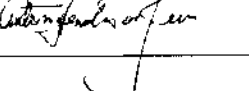
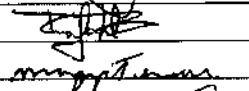
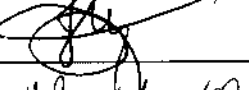
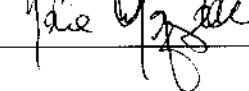

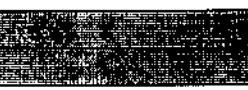


2.15 Como medida compensatória pela intervenção em Área de Preservação Permanente – APP deverão ser recuperados 491,90 hectares de APP na área de influência do empreendimento. As áreas a serem recuperadas na APP a ser formada com o reservatório poderão ser incluídas no cômputo da compensação.

Este é o parecer.


José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental
Matrícula 680026

EMERGENCY

LOCAL	Gran Bittar Hotel – Brasília (DF)
DATA	24/04/2012
TEMA	Ictiofauna, Limnológico e Qualidade da Água, Atividade Pesqueira

	Nome	Empresa	E-mail	Assinatura
1	Marcos Duarte	CHTP	mduarte@uhetelespires.com.br	
2	Máira Fonseca Castro	CHTP	mcastro@uhetelespires.com.br	
3	Domingo Fernandez	Itaipu/CHTP	domingo@itaipu.gov.br	
4	Wilma Maria Coelho	CONAGUA	wilma@conaguaambiental.com.br	
5	Nelson Lopera Barrero	UEL/ CONAGUA	nmlopera@uel.br	
6	Rhuana Nascimento	CONAGUA	rhuathayna@hotmail.com	
7	Alexandre Ribeiro	UFMT/ CONAGUA	alexandre.cunharibeiro@gmail.com	
8	Antônio Hernandes	IBAMA	antonio.torres-junior@ibama.gov.br	
9	Rafael Delanina	IBAMA	rafael.nina@ibama.gov.br	
10	Rafael Reis	IBAMA	rafael.reis@ibama.gov.br	
11	Mariana Tenedini	IBAMA	mariana.tenedini@ibama.gov.br	
12	Hiltoney Oliveira	IBAMA	hiltoney.oliveira@ibama.gov.br / hiltoney@gmail.com	
13	Nélia Marquez de Oliveira	CHTP/Santa Fé	nelia@santafeideias.com.br	
14	Maurício Junior	CHTP/Santa Fé	mauricio@santafeideias.com.br	

MEMÓRIA DE REUNIÃO		
REUNIÃO PARTICIPATIVA		
1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação Visão/Missão e estrutura da Diretoria de Sustentabilidade. • Programa de Gestão Ambiental – P 01. • Desafios do empreendimento. 	CHTP
2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da empresa. • Apresentação da equipe responsável pelos programas de Monitoramento da Ictiofauna, Genética de Ictiofauna. • Cronograma de coletas Ictiofauna. • Atividades desenvolvidas do programa de Limnologia e Qualidade da Água e Macrófitas Aquáticas. 	CONAGUA
3	<ul style="list-style-type: none"> • Subitens do Programa de Monitoramento Ictiofauna • Apresentação dos grupos de Ictiofauna observados na bacia Amazônica. 	CONAGUA

EMBRANCO

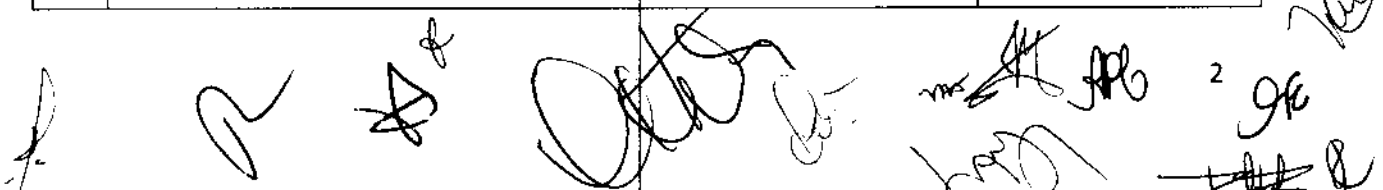
	<ul style="list-style-type: none"> Dados da Ictiofauna do EIA/RIMA Objetivos específicos do programa Apresentação da Equipe técnica vinculada à UFMT, Alexandre Ribeiro, Izaias Fernandes, Samuel Elias da Silva e equipe da Conagua Ambiental. Pontos e Metodologia de Coleta. 		
Considerações Antônio Fernandes			
4	<ul style="list-style-type: none"> Verificar Pareceres emitidos. Desenho Experimental dos pontos de coleta. Importância do Rio Apicás como forma de refúgio e alternativa para a fauna. 		IBAMA
Anexo 1 - Relatório de Trabalho (R.T) - Coleta de Ictiofauna			
5	<ul style="list-style-type: none"> Introdução sobre marcadores genéticos e avaliação da diversidade genética e da estrutura genética populacional. Explicação sobre DNA Mitocondrial, Microssatélites e RAPD. Preferência de utilização da técnica de microssatélites – SSR. Objetivos gerais e específicos do programa. Coordenador Geral Dr. Ricardo Pereira Ribeiro – UEM (Universidade Estadual Maringá). Coordenador Técnico Dr. Nelson Lopera – UEL (Universidade Estadual de Londrina). Parceria com UEM e UEL. 		CONAGUA
Considerações Antônio Fernandes			
6	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de utilizar os peixes dos tributários – principalmente de jusante. Preocupação com utilização do Primer - se possuem específicos principalmente relacionados aos Bagres que são espécies alvos. Não tem objeção do uso da metodologia de microssatélites desde que atenda ao objetivo do programa. 		IBAMA
Descrição de Trabalho - Monitoramento Atividade de Pesca			
7	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos objetivos, metodologias e formas de monitoramento dos pescadores. Aplicação de questionários com pescadores. Equipe técnica em campo. 		CONAGUA
Considerações Antônio Fernandes			
8	<ul style="list-style-type: none"> Conforme informação da Conagua, os pescadores serão treinados para identificação do estágio reprodutivo e foi visto como Ponto Positivo como forma de capacitação e educação ambiental dos pescadores. O IBAMA ressalta a importância de não introdução de espécies exóticas. A equipe de Socioeconomia não estava presente na apresentação e foi proposto o repasse das informações para a analista do IBAMA, Aline Carvalho. Importante apresentar dados no Relatório Semestral. 		IBAMA

CFE

Environ. Sci. Technol.



MEMÓRIA DE REUNIÃO		
APRESENTAÇÃO MARCOS DUARTE		
1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação Visão/Missão e estrutura da Diretoria de Sustentabilidade. • Programa de Gestão Ambiental – P.01. • Desafios do empreendimento. 	CHTP
APRESENTAÇÃO PAULO NOVAES		
2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do status/situação dos programas socioeconômicos do empreendimento; 	CHTP
Considerações		
2	<p>ROMEUIBAMA: Já tem Plano de Gerenciamento de Resíduos do Município de Paranaita?</p> <p>ALINE/IBAMA: Relatório do P.36 – apresentar dados comentados.</p> <p>ROMEUIBAMA: Pontuar o que foi feito P.36 – em função do realizado, considerando possível mudança de gestões municipais.</p> <p>- Cronograma de execução de reformas das escolas.</p>	
P.39 - Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaita, Alta Floresta e Jacareacanga Empresa Responsável: Instituto Pesquisa Desenvolvimento e Gestão - IPED: Consultor: Antônio Humberto de Oliveira		
3	<p>Plano de Desenvolvimento dos Municípios de Paranaita, Alta Floresta e Jacareacanga</p> <p><u>Etapa I - Diagnóstico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividade I - Diagnóstico Sócio Econômico Local e Regional. • Atividade II - Diagnóstico Institucional. <p><u>Etapa II - Definição dos Eixos Prioritários do Plano de Desenvolvimento</u></p> <p><u>Etapa III - Modernização Institucional dos Municípios de Alta Floresta, Paranaita e Jacareacanga.</u></p> <p><u>Etapa IV - Definição de Metas Gerais e Específicas.</u></p> <p><u>Etapa V - Entrega dos Produtos da Modernização Institucional.</u></p> <p><u>Etapa VI - Definição das Ações (Programas/Atividades) por área específica do Plano.</u></p> <p><u>Etapa VII - Entrega do Diagnóstico Socioeconômico.</u></p> <p><u>Etapa VIII - Entrega do Plano de Desenvolvimento (P.39).</u></p> <p><u>Etapa IX - Capacitação para Implementação do Plano de Desenvolvimento.</u></p> <p>Proposta de Elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos Municípios de Paranaita, Alta Floresta e Jacareacanga</p>	IPED
Considerações (NOME)		
		IBAMA



ÉMI GRADUÉ



TELES PIRES

Fla. 2920
67/11/08

<p>P.37 – Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais. Empresa Responsável: SEBRAE-MT Consultores: Carlos Augusto Baião, Clóvis Nobre Miranda e Marta Regina Torezam</p>			
4	<p>Eixos Norteadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação; • Tecnologia e inovação; • Acesso a mercados; • Informação; • Estímulo ao empreendedorismo; • Articulação para implemento de políticas públicas; • Acesso ao crédito; • Estímulo à cultura da cooperação. <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico Socioeconômico; • Árvore de Negócios; • Programa de Capacitação; • Plano de Negócios; • Crédito e Financiamento; • Fundo Regional de Financiamento; • Sociedade de Garantia de Crédito; • Encontro de Negócios; • Estímulo a Compras Governamentais; • Acesso a Feiras e Exposições; • Estímulo à Formalização de Empresas e Empreendedores; • Fórum de Desenvolvimento Regional; • Visitas Técnicas. 		
<p>Considerações (NOME)</p>			
4	<p>ROMEU/IBAMA: Se tem alguma diretriz/interface do SEBRAE (P. 37 e P.38) com os demais programas, especificamente o PACUERA? Sugere que haja uma interface para que todos os programas andem juntos. ALINE/IBAMA: tem algum tratamento específico para quem terá prejuízos econômicos em suas atividades, em função do empreendimento? - Início do Diagnóstico? (maio?) - Solicita apresentação de cronograma atualizado (já protocolado no SEBRAE).</p>		<p>IBAMA</p>
<p>P.38 – Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo Empresa Responsável: SEBRAE-MT Consultores: Carlos Augusto Baião, Clóvis Nobre Miranda e Marta Regina Torezam</p>			

Ampliação

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

EMERGENCY



Fis. 2921
 6/11/19
 26

5	<p>Eixos Norteadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação; • Informação; • Articulação para implemento de políticas públicas; • Articulação institucional; • Promoção e comunicação. <p>Acões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico da borda do reservatório e entorno; • Estudo de mercado turístico; • Oportunidades de investimentos; • Desenvolvimento de produto turístico; • Sensibilização/capacitação do trade turístico; • Promoção novo polo turístico; • Plano diretor municipal; • Praia Artificial; • Plano de articulação institucional. 		
Considerações (NOME)			
<p>ALINE/IBAMA: Como será a interferência do SEBRAE junto ao Plano Diretor? MARTA/SEBRAE: fornecer subsídios de informações para orientar o Poder Público e a empresa que está elaborando dos Planos Diretores dos Municípios.</p>			
<p>P.42 - Programa de Educação Ambiental Empresa Responsável: JGP CONSULTORIA Consultora: MarciaChaves</p>			
	<p>Diagnóstico Rápido Participativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto I – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Direcionado a população da All; • Projeto II – Gestão dos Resíduos Sólidos; • Projeto III – Educação Ambiental nas Escolas. 		
Considerações (NOME)			
5		<p>MARCOS DUARTE: em relação a alfabetização, qual é a dificuldade nos Municípios, do Poder Público?</p> <p>MARCIA: É variável a questão da alfabetização, alguns possuem maior grau de formação e outros, menor.</p> <p>ALINE: a única coisa que teriam a acrescentar já foi revisada – e, como disseram no parecer, está atendendo bem ao Programa.</p> <p>Da maneira geral, como foi colocado no Parecer, as atividades propostas atendem ao solicitado.</p> <p>- Andamento do P.40.</p> <p>- Sobre a Capacitação sobre a temática da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, citada no relatório do P.41.</p>	

Teles Pires

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

EMPLOYEE



<p>P.29 e 30- Programas de Saúde Empresa Responsável:CHTP Consultora: Vitor Carvalho</p>	
	<p>Apresentação sobre Diagnóstico da Saúde no Município de Paranaíta.</p>
<p>Considerações (NOME)</p>	
	<p>SHEILA: local dos microscopistas – onde estão estes profissionais? Vitor respondeu sobre o quadro de profissionais em atuação em função do empreendimento. Não tem como o Município de Jacareacanga aguardar a finalização das chuvas, para buscar os veículos do PACM? Pontuado sobre a ação civil pública em relação ao PACM (Marcos e Vitor responderam). Recomenda que o empreendedor encaminhe uma carta pra Sec. Mun. Saúde e- equipamento tal, para tal fim, e que cite que foi pactuado para este fim exclusivo.</p> <p>Na reunião da pactuação – não tivemos uma discussão, estava fechado e definido o que a CHTP iria gastar com os Municípios era àquele valor. E o MS não teve poder de sugestão. A preocupação é a Vigilância, em relação à Malária. Orientado aos Municípios a fazer um documento de reavaliação técnica da pactuação (o que o município realmente precisa? Mais carro, mais moto, mais gps, etc). Não houve retorno dos Municípios e agora, a SVS vai solicitar formalmente. O Minist. da Saúde (SVS) tem, também, uma resposta ao Ministério Público para solicitações para PACM. O empreendimento tem que ter um programa de monitoramento vetorial (AVI). Àquele ambiente que era sazonal vai se tornar permanente, no caso da Malária. Recomendações: - Rever a pactuação; - Vigilância muito bem feita; - Notificações serem feitas corretamente; - Trabalhar eticamente com os Municípios; - Falta uma maior articulação com a SVS.</p> <p>JOSÉ BRAZ: Encaminhar os pedidos que são feitos pelos Municípios – com justificativa técnica. - As prefeituras são extremamente politicamente incorretas. - Fazer o Monitoramento Vetorial porque é uma alteração ambiental provocada pelo empreendimento. Seria mais um respaldo para o próprio empreendedor. - Se embasar tecnicamente, para não ficar refém do componente político. - A SVS está aberta à qualquer necessidade da CHTP, para andamento das ações.</p>

Handwritten signatures and initials on the right margin.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

EMERGENCY



TELES PIRES

Fls.	29/23
Proc.	6311/08
Rubr.	

	<p>PAULO: pontuar onde seriam os pontos e atuar nesses pontos.</p> <p>MARCOS DUARTE: Como ocorre o processo de renovação do atestado sanitário?</p> <p>SHEILA: - Estão aguardando o retorno do Município, para fazer avaliação e emitir o atestado.</p> <p>- Em relação ao prazo: o MS terá que aguardar os Municípios. Vai conversar com a Coordenadoria para ver se não pode, a partir da vistoria, com um prazo de 20 dias (final de maio), provocar uma resposta dos Municípios.</p>	
--	--	--

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

EMBRANCO

MEMÓRIA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO
TELES PIRES - PA

LOCAL	Gran Bittar Hotel – Brasília (DF)
DATA	26/04/2012
TEMA	Programas Meio Físico/ PBAI/ Etnoarqueologia

MEMÓRIA DE REUNIÃO

	Nome	Empresa	E-mail	Assinatura
1	Marcos Duarte	CHTP	mduarte@uhetelespires.com.br	<i>[Assinatura]</i>
2	Maíra Fonseca Castro	CHTP	mcastro@uhetelespires.com.br	<i>[Assinatura]</i>
3	Rafael Reis	IBAMA	rafael.reis@ibama.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
4	Mariana Tenedini	IBAMA	mariana.tenedini@ibama.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
5	José Braz D. Padilha	SVS/MS	(61) 3213-8453	
6	Nélia Marquez de Oliveira	CHTP/Santa Fé	nelia@santafeideias.com.br	<i>[Assinatura]</i>
7	Maurício Junior	CHTP/Santa Fé	mauricio@santafeideias.com.br	
8	Luciana C. Nunes	Veracruz	luciana@veracruz.srv.br	<i>[Assinatura]</i>
9	Afonso Ev. Lopes	Veracruz	afonso@veracruz.srv.br	<i>[Assinatura]</i>
10	Sandra H. Dias	CHTP	sdias@uhetelespires.com.br	<i>[Assinatura]</i>
11	Ana P. Cardoso	CHTP	acardoso@uhetelespires.com.br	<i>[Assinatura]</i>
12	Aline F. Carvalho	IBAMA	Aline.carvalho@ibama.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
13	Helcio Drago	MME	Helcio.drago@mme.gov.br	
14	Vivian Gladis O. Souza	FUNAI	Vivian.souza@funai.gov.br	
15	Romeu Boto Dantas Neto	IBAMA	Romeu.boto@ibama.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
16	Carolina Saboia	AGU	Carolina.saboia@agu.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
17	Patricia de Moraes Patricio	AGU	Patricia.patricio@agu.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
18	Rodrigo T. Folhes	FUNAI	Rodrigo.folhes@funai.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
19	Quésia Mendes	AGU	Quesia.neir@agu.gov.br	<i>[Assinatura]</i>
20	Edinilson Canale	SESAI/MS	(61) 3315-5961	
21	Thomaz Toledo	IBAMA	(61) 3316-1292	<i>[Assinatura]</i>
	<i>[Assinatura]</i>	CHTP	65 993341658	

MEMÓRIA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE MOBILIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO
TELES PIRES - PA

1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Situação dos Programas em Andamento e em Mobilização do Meio Físico. • Considerações gerais sobre itens observados no Parecer Técnico nº55/2012. 	CHTP
APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE MONITORAMENTO DA SISMICIDADE		
2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Programa de Monitoramento da Sismicidade – P.06 	VERA CRUZ
APRESENTAÇÃO DE ANAGRAMAS		

EMERGENCY

3	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos Programas: - Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos; P.07 - - Programa de Monitoramento Climatológico; P.10 - Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico P.11 	VERA CRUZ
4	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos cronogramas dos programas de meio físico • Elaboração do Plano de medição corretiva/preventiva dos aparelhos instalados para os programas de meio físico • Necessidade de envio de dados dos dados da estação sísmológica, conforme PBA. 	IBAMA
5	<ul style="list-style-type: none"> • PBA I – ECI • Licenciamento Histórico • Elaboração dos Estudos do Componente indígena: junho e julho 2011; • Protocolo na Funai a primeira versão dos ECI; • Guaracy apresenta programas indígenas; • Versão final do ECI protocolada em Nov/2011 e PBAI em Fev/2012; • Somente em 2012 foi apresentado o PBAI aos indígenas; • Guaracy diz que o próximo passo é dar início à Comunicação Indígena • Maira responde sobre programa de Ictiofauna ao Rodrigo da Funai; • Guaracy pede ao Rodrigo para definir se a Coleta de Ictiofauna no primeiro momento já faz com índios ou somente no segundo momento; • INDIOS ISOLADOS • Plano de Trabalho • Todos os equipamentos foram adquiridos e tudo está pronto para ser feito a entrega para Funai só aguardando o documento; • Marcos solicita agilidade da Funai na documentação para entrega do equipamentos • PACM I – CHTP aguarda assinatura pactuação; 	CHTP
6	<ul style="list-style-type: none"> • Vivian diz que os Estudos protocolados na Funai foi a segunda versão e Guaracy diz que a primeira versão foi da EPE, sendo a versão protocolada na Funai a primeira versão da CHTP; • Rodrigo comenta que parte dos Munduruku se negaram a participar da apresentação do PBAI em março de 2012; • Está havendo debates entre as etnias e outras lideranças, se mobilizando para começar os programas. Está agendada uma reunião com a vinda dos índios para dia 09/05 com a pauta São Manuel e vão tentar aprofundar com a pauta Teles Pires para ver o que poder ser; • Rodrigo pergunta se o Programa de Ictiofauna já está sendo executado; 	FUNAI

[Handwritten signatures and initials]

ÉMI BRANCO

	<ul style="list-style-type: none"> Rodrigo diz que no programa de Ictiofauna Indígena tem que ter a participação dos índios; Rodrigo pergunta do Ofício 785 enviado ao Ibama, solicita que seja oferecido aos índios a participação deles nos demais programas; Rodrigo solicita formalizar e passar os relatórios dos programas de monitoramento (P.16 ao P.32); Rodrigo contextualiza que Pactualização do Posto de Saúde é um projeto do Governo Federal que a Funai está fazendo em parceria com a CHTP; Vivian recebeu na FUNAI documento de lideranças indígenas Munduruku da calha do rio Teles Pires, solicitando visita ao canteiro; 	
--	--	--

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO

7	<ul style="list-style-type: none"> Situação: Publicação da portaria Iphan em 03/03/12 Resgate canteiro e reservatório Estudos etnoarqueológicos são apresentados às lideranças Munduruku, Kayabi, e Apiacá em Alta Floresta, não houve oficinas, pois foram visitar a obra; Apresentação dos programas arqueológicos; Identificação de 2 sítios no canteiro: Sítio abrigo da onça e Sítio Cadeado; Faixa dos 30m liberada em Fev/12 Monitoramento do canteiro em desenvolvimento. Nos acessos encontraram-se 8 sítios identificados com placas padronizadas pelo Iphan; Sub-Programa Arqueológico Histórico e Cultural Apresentação das ações e situação atual Etnoarqueológico Próximos passos do programa Guaracy responde ao Rodrigo da Funai que as materiais resgatados foram encaminhados para o laboratório de Arqueologia instalado em Paranaíta. O resgate dos outros sítios vai depender de qual etnia pertence aquele sítio. Esse laboratório é uma casa e os materiais serão transferidos para o nosso escritório dentro das exigências do iphan. 	CHTP
---	--	------

8	<ul style="list-style-type: none"> Rodrigo pergunta onde ficaram o material dos sítios resgatados. O que foi resgatado como está sendo trabalhado Onde é o laboratório? 	FUNAI
---	--	-------

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including initials like 'R', 'P', 'CHTP', and various scribbles.

EMERGENCY



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 10 dias do mês de maio de 2012, encerrou-se o Volume nº XV do Processo de nº 02001.006711/2008-79, referente a UHE TELES PIRES, iniciado na folha nº 2728 e finalizado na folha nº 2927, abrindo-se em seguida, o Volume de nº XVI.

EMBRANCO